



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

**FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

ATUCAIADOS PELO ESTADO

**AS POLÍTICAS DE SEGURANÇA PÚBLICA IMPLEMENTADAS NOS
BAIRROS POPULARES DE SALVADOR E SUAS REPRESENTAÇÕES ,1991-
2001**

VILMA REIS

Orientador: Prof. Dr. **JOCÉLIO TELES DOS SANTOS**

Palavras chaves: Violência, Racismo Institucional, Raça, Gênero, Geração, Segurança Pública, Bahia.

Salvador, Dezembro de 2005

VILMA REIS

ATUCAIADOS PELO ESTADO

**AS POLÍTICAS DE SEGURANÇA PÚBLICA IMPLEMENTADAS NOS BAIROS
POPULARES DE SALVADOR E SUAS REPRESENTAÇÕES, 1991- 2001**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial para a obtenção do grau de mestra.

Banca Examinadora:

Orientador: Prof. Dr. Jocélio Teles dos Santos – FFCH/UFBA
Prof. Dr. Elias de Oliveira Sampaio – UNIME e UNYAHNA
Profa. Dra. Ceci Noronha – Instituto de Saúde Coletiva – ISC/UFBA

Ata da Banca Examinadora

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a todos os jovens-homens-negros que tombaram vítimas da covardia do Estado, resultantes do racismo institucional que precisam ser evitadas, contidas, estancadas.

Às mães dos jovens-homens-negros, que ao perderem seus filhos se tornam mortas-vivas, vítimas das mortes simbólicas.

A toda a gente negra morta simbolicamente pela invisibilidade imposta pelo racismo e pelas branquitudes da cidade do Salvador segregada.

A todas nós que viemos à universidade para interceptar as caricaturas equivocadas sobre nós e refazer itinerários, honrando o nome das nossas ancestrais, que lutaram para que chegássemos até aqui com dignidade.

A Marewô dos Reis e Wilson Ramiro dos Reis, minha avó e meu pai, que agora estão do outro lado. Nós vamos continuar. Sigo os sinais, de sermos doutoras, por nossas mães velhas, que secularmente tiveram que limpar a casa dos brancos.

A minha sobrinha Jaqueline (Buhr) e aos meus sobrinhos Diego, Jackson (Pinho) e Kayodê que serão doutora e doutores, se isto for parte dos seus sonhos.

Que Xangô e Yansã nos amparem e justiça seja feita, pois estamos todas e todos na mira, sob a tocaia do Estado.

AGRADECIMENTOS

A todo/as os/as jovens residentes nos bairros populares da cidade de Salvador, territórios negros, quilombos urbanos, vigiados pelo Estado através do braço armado da polícia. Jovens que a cada final de semana organizam-se em rodas de capoeira, quilombos educacionais, posses de Hip-Hop, em escolas, grupos de igrejas, comunidades de terreiros e em suas outras casas, para criar alternativas de reação e continuarem vivos/as. Agradeço por todos os convites para falar em seus bairros, fazendo rodas de conversas com suas mães, irmãos/os, tias, madrinhas, professoras/es, amigos e amigas. A decisão que essas meninas e esses meninos fizeram de continuar existindo é a força que me move a cada final de semana, a cada feriado para ir a mais um bairro da cidade, participar da tarefa de quebrar a barreira da invisibilidade imposta à juventude e as outras negras gerações desta cidade, onde as relações sociais são estruturadas pela existência do racismo.

A todas as minhas companheiras do CEAFFRO por estarmos juntas, onde cada uma, do seu jeito, segue cozendo a histórica aliança da nossa continuidade e existência. O nosso encontro, inclusive entre as três mulheres de Nazaré das Farinhas, não poderia ter se dado em outro lugar, se não nesse onde estamos, assumindo confrontar o racismo onde não éramos esperadas, na universidade. Com água e gestos vamos continuar, para sermos testemunhas do amanhecer, pois “a noite jamais adormece nos olhos das fêmeas”. Organizaremos a recepção para que as meninas que chegam não sejam confundidas, em suas buscas por vida sem racismo, sem sexismo, e sem homofobia. Lua Onawalê, Valdecir Nascimento e Lindinalva Barbosa, o Movimento de Mulheres Negras com Felicidade Guerreira, vamos juntas, por tudo que representa o Ceafo em nossas vidas.

Às minhas outras companheiras, de festas, risos, choros e movimentos, Marta Alencar, obrigada pelo computador, pela amizade e por tudo na longa travessia. Rosângela Athayde (Rosinha), e Janice Ventim (Jane), eu não teria agüentado a barra sem vocês para celebrar cada etapa que vou conseguindo ultrapassar, com a ajuda de todas e ir chegando para facilitar os nossos caminhos. Jurema Werneck, Luciene Fortuna e Lysiê Reis, minhas irmãs cariocas, obrigada pela lucidez e puxadas para a realidade, amigas são aquelas pessoas que

nos dizem a verdade. E os amigos homens, Jorge Washington, Silvio Humberto e Fábio Lima, sempre que estou com vocês, de lugares diferentes, sinto que os homens podem ser melhores, mais seguros e mais leves. Hamilton Borges Walê e Marcos Alessandro, o movimento fica lindo com vocês. A Maria Luísa Passos, pela transcrição das entrevistas e o riso de liberdade, geração de cabeça erguida, com o bicão na diagonal.

Às minhas irmãs do *Axé*, por tudo que nos une e a minha Mãe do *Axé*, Valnísia de Ayrá, por ser quem ela é: Negra do Partido Alto, da linhagem das que não precisam ser anunciadas. A todas as pessoas que prestaram atenção, investiram, creditaram confiança e leram este trabalho, especialmente às profas. Luíza Bairros, Vanda Sá Barreto e Maria Nazaré Mota de Lima, pelas inúmeras revisões, livros emprestados e noites de conversas nos bares e nas nossas casas. Desde o primeiro momento, quando resolvi apresentar uma proposta ao Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais da UFBA, têm vindo delas contribuições impagáveis. Obrigada por vocês serem essas mulheres, geração singular no ambiente acadêmico, que de tão grandes, com e sem títulos, não temem a nova geração, nem o que quer nascer, e por isso facilitam os caminhos de quem vem na estrada. As pessoas mais recentes neste diálogo de pretitudes solidária são o professor Edson Cardoso e a minha companheira de temática Edna Araújo.

Ao meu orientador, prof. Jocélio Teles dos Santos, por ter esperado, dando tempo ao tempo, acordo feito entre nós desde o nosso primeiro encontro acadêmico em na disciplina Antropologia do Negro no Brasil, em 1999, quando fiz em silêncio a promessa que iria, junto com outras mulheres negras deixar a marca da nossa passagem pela Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFBA. A estrada ainda está no meio, mas quase tudo está dado para voltarmos à São Lázaro no outro lado da mesa, para que as gerações que chegam por políticas de reparação sejam recebidas, com direito a caras negras na condição de sujeitos professoras/es. Em tempo, quero dizer que eu teria tido muito mais dificuldades na elaboração desta dissertação, se não tivesse vivido a experiência do curso de metodologia levado a cabo por este professor, no primeiro semestre da minha turma de mestrado, e ainda pelos nossos encontros de orientação no CEAO, e na indicação bibliográfica, que me levou até a USP em junho de 2003.

Com muita atenção a um conjunto de professores que fazem da universidade pública a sua trincheira de luta e investem muito para que essa instituição continue sendo o principal celeiro de produção de pensamento crítico na sociedade, quero agradecer aos professores que fizeram parte da minha banca de qualificação, em julho de 2004, o professor Edson Farias e a professora Ruthy Nadia Laniado, aos quais agradeço pelas críticas e sugestões que deram sem fazer meia volta, em relação a algumas opções metodológicas e teóricas que eu estava fazendo naquele momento. Penso que a universidade cria um novo pensamento quando somos capazes de fazer críticas entre nós, sobre o que produzimos, para continuarmos tendo dúvidas. Ao colega Jayme R. Neto, pela troca de material, pelas conversas, fundamentais, para o trabalho de campo.

Ao professor Antônio Câmara, coordenador da pós-graduação em Ciências Sociais, que, com a disciplina de ativista político que é, incentivou toda a minha turma de mestrado a concluir os trabalhos e ser um dos grupos com menor índice de desistência. A todas as pessoas que trabalham na FFCH da UFBA que têm, ao longo de anos, resistido a todas as formas de maus tratos trabalhistas promovidos pelo governo federal, ao longo de suas vidas como profissionais, e têm mantido a Faculdade de São Lázaro, e as outras 29 unidades da UFBA abertas. E assim também quero observar a resistência dos/das professoras/es que têm lutado para continuarem sendo membros de uma universidade pública, nesses tempos de confronto.

Quero agradecer a um conjunto de pessoas, que fora da Bahia, estão produzindo reflexões muito importantes, as quais serviram de âncora teórica para esta dissertação, a exemplo das trocas estabelecidas com o professor Paul Amar da Universidade da Califórnia, no campus de Santa Bárbara, pelo investimento que tem feito nos debates sobre racismo institucional no âmbito da segurança pública e justiça social; a professora Cheryl Sterling, na Universidade de Nova Iorque, que abriu espaço para uma reflexão sobre o problema da brutalidade policial contra jovens-homens-negros em Salvador. Gesto muito semelhante feito pelos professores Mark Sawyer da Universidade da Califórnia, Los Angeles, e Dianne Pinderhughes da Universidade de Illinois, que no processo da minha qualificação estavam na Bahia para realizar a Oficina Anual de Metodologia do Projeto Raça e Democracia nas

Américas e deram atenção especial ao que ainda era uma pesquisa em andamento. É tudo nosso.

LISTA DE SIGLAS

MJ – Ministério da Justiça

SENASP – Secretaria Nacional de Segurança Pública

PNSP – Plano Nacional de Segurança Pública

PNDH – Programa Nacional de Direitos Humanos

MP – Ministério Público

PMBA – Polícia Militar do Estado da Bahia

SSP/Ba - Secretaria de Segurança Pública do Estado da Bahia

IMLNR – Instituto Médico Legal Nina Rodrigues

COORDOP – Coordenação de Operações Policiais

CPC – Comando de Policiamento da Capital

CIPM - Companhia Independente da Polícia Militar

DP – Delegacia de Polícia

CP – Circunscrição Policial

PPC – Projeto Polícia Cidadã

BPM – Batalhão da Polícia Militar

DERCA – Delegacia Especializada de Repressão a Crimes contra Crianças e Adolescentes

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente

DEAM – Delegacia Especial de Atendimento a Mulher

FCCV - Fórum Comunitário de Combate à Violência

CJP - Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de Salvador

MN – Movimento Negro

CEDECA – Centro de Defesa da Criança e do Adolescente Yves de Roussan

UNESCO – Fundo das Nações Unidas para Educação, a Ciência e a Cultura

UNICEF - Fundo das Nações Unidas para Infância

MNDH – Movimento Nacional de Direitos Humanos

COMPM – Comando da Polícia Militar

QGPM – Quartel General da Polícia Militar

CPI – Comissão Parlamentar de Inquérito

RMS – Região Metropolitana de Salvador

RA – Região Administrativa

RESUMO

As políticas de segurança pública implementadas nos bairros populares de Salvador, entre os anos 1991 a 2001 e as representações dos gestores da polícia na Bahia, sobre a população negra é o centro da pesquisa realizada nesta dissertação que, a partir do exame de fontes documentais e dos depoimentos dos gestores, tenta compreender os desdobramentos que as ações da polícia e de grupos criminosos tolerados pelo Estado têm tido na vida de jovens-homens-negros, resultando em muitas mortes prematuras e criminalização dos que não morreram, impactando diretamente na vida das mulheres negras. Os mecanismos de filtro racial e a aplicação de um modelo policial de polícia comunitária, baseado no modelo nova iorquino, de tolerância zero ao crime, se desenvolveu em Salvador ao longo da década de 90 e segue no novo milênio. Essa atitude, tornou a política de segurança pública um simulacro de polícia comunitária, pois ao se realizar em Salvador ela se constituiu em caminho legal de licença para matar.

Ao longo de dez anos, a polícia na Bahia, através da SSP-Ba e do Comando da PM, buscou construir instrumentos formais para conter a brutalidade policial e mudar a sua imagem diante da população, da mídia e outros atores da sociedade baiana, com destaque para o que foi feito em Salvador, onde ocorreu a implementação do Projeto Polícia Cidadã; mas, a situação de violação dos direitos humanos da maioria, só tem se aprofundado, no que diz respeito à diminuição de conflitos, tendo a polícia como mediadora, e a maior confiabilidade nas ações da polícia, a partir do uso da investigação, ações baseadas em análises com bases estatísticas confiáveis, planejamento e outros instrumentos utilizados dentro dos modelos de polícia comunitária existentes no mundo, foram deixados de lado pelos dirigentes das políticas de segurança pública na Bahia.

A pesquisa revelou que qualquer política pública pensada atualmente para a população em Salvador e na RMS tem que levar em conta a possibilidade da existência e continuidade do segmento jovem, as condições de sua sobrevivência, e a violência urbana letal, que impõe aos jovens-homens-negros a perda em média de 44 anos de vida, alterando profundamente o perfil epidemiológico entre esses, que antes chegavam às emergências dos hospitais

públicos feridos, e agora, em geral, chegam mortos. As políticas de segurança pública, neste contexto, cumprem papel central na medida em que são os desfechos e as principais responsáveis por esse quadro direitos violados e vida ceifadas.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO

- I. O que me instigou a fazer esta dissertação
- II. Os caminhos das pedras – a cada capítulo uma frente de batalha
- III. Aportes metodológicos
- IV. As fontes documentais e o perfil dos entrevistados

CAPÍTULO 1 - AS REPRESENTAÇÕES EM RAÇA, GÊNERO, GERAÇÃO E CLASSE

- 1.1. Diferentes possibilidades teóricas na emergência de contra-discursos
- 1.2. As Representações como Resultado de Muitas Disputas Teóricas
- 1.3. As Posições dos Intelectuais Diaspóricos no Contexto do Pós-Estruturalismo
- 1.4. As Representações Orientadas pela Hierarquia de Raça
 - 1.4.1. Articulando Raça e Gênero no Campo das Representações
 - 1.4.2. A Força das Representações Sobre Geração no Contexto das Políticas de Segurança Pública
 - 1.4.3. As Representações e a Simultaneidade das Identidades Definindo Lugares de Classe

CAPÍTULO 2 - POLÍTICAS DE SEGURANÇA PÚBLICA

- 2.1. As Políticas de Segurança Pública: o global influenciando o local
 - 2.1.2. O Racismo Institucional na Segurança Pública
 - 2.1.3. A violência no cotidiano da vida moderna
 - 2.1.4. Em que consiste a política de Tolerância Zero no âmbito da segurança pública
 - 2.1.5. A situação na América Latina – o Brasil como uma esperança na região
- 2.2. Segurança pública nas agendas nacionais - O Caso Brasileiro
 - 2.2.1. As políticas de segurança pública em vigência no Brasil
 - 2.2.2. Os entraves para a implementação das políticas de segurança
- 2.3.1. Violência institucional e as implicações com raça, gênero, geração e classe
- 2.3.2. Direitos humanos e Relações Raciais

CAPÍTULO 3 - AS POLÍTICAS DE SEGURANÇA PÚBLICA EM SALVADOR

- 3.1. Os estudos já realizados em Salvador
- 3.2. As Políticas locais de segurança pública e as implicações governamentais
 - 3.2.1. A tradição baiana na criminalização negra: de Nina Rodrigues ao Carlismo
 - 3.2.2. A participação da Polícia Civil na criminalização e morte de jovens-homens-negros

- 3.3. Os bairros de referência – Beirú e Periperi – Uma guerra civil no “Miolo” da Cidade
- 3.3.1. O que é um bairro popular?
- 3.3.2. As políticas destinadas aos bairros populares de Salvador
- 3.4. O dragão adormecido – A greve da polícia em 2001
- 3.5. A vontade de pertencer
- 3.6. Como morrem os jovens-homens-negros de Salvador: O impacto das armas de fogo

CAPÍTULO 4 - DISCURSOS SOBRE SEGURANÇA PÚBLICA E REPRESENTAÇÕES RACIAIS

- 4.1. Os gestores da segurança e suas representações
- 4.2. A Polícia Civil – uma instituição a ser desvendada
- 4.3. As entrevistas com os gestores da segurança – a busca do discurso nativo

CAPÍTULO 5 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

- 5.1. O racismo institucional endêmico que estrutura as relações das polícias com os/as moradores/as dos bairros populares de Salvador
- 5.2. O protagonismo negro como resposta à violência institucional
- 5.3. Pelo fim da guerra do Estado feita na vida das mulheres negras

CAPÍTULO 6 - REFERÊNCIAS

ANEXOS

INTRODUÇÃO

I. O que me instigou a fazer esta dissertação

No momento em que todos os estudos sobre violência urbana, marcada pelo caráter letal e de violação dos direitos humanos, envolvendo a população civil e as polícias, estão sendo publicados no Brasil, principalmente pelas agências do Sistema ONU, a exemplo de UNICEF e UNESCO, chama nossa atenção a invisibilidade da Bahia, nos números alarmantes de jovens mortos em “confronto” com a polícia e com os grupos de criminosos tolerados pelo Estado, na cidade do Salvador e na RMS. Sendo assim, o que persigo em meu trabalho, cujo tema central versa sobre *as políticas de segurança pública implementadas nos bairros populares de Salvador e as representações dos seus gestores*, com destaque para o mais emblemático, a morte em média de a morte em média de 04 jovens-homens-negros¹ por dia. O que desejo com o meu trabalho é colocar a Bahia, e em especial Salvador, na rota de visibilidade desse tipo de violência, que se naturaliza com assassinatos de parte da população negra.

Matar um ou mais jovens-homens-negros em Salvador, fato imediatamente relacionado pela polícia como motivado pelo envolvimento da vítima com drogas, ou por ser um indivíduo com “passagem” pela polícia, se torna algo que faz parte do cotidiano dos bairros populares, naturalizado nas relações historicamente violentas entre o Estado e a população civil. Esse trabalho busca dar visibilidade a esta situação de brutalidade naturalizada pelo Estado e levar o problema para a agenda política nacional de segurança pública que, por conta da subnotificação, os pesquisadores de políticas implementadas em âmbito nacional, passam ao largo dos problemas enfrentados localmente com a violência urbana, em que pese a Bahia figurar em mais de 200 páginas de atrocidades praticadas pela polícia e grupos tolerados, entre os estados investigados pela CPI do Extermínio no Nordeste (CONGRESSO NACIONAL, 2004).

¹ As Dimensões identitárias: **Jovens-Homens-Negros**, vão comparecer ao longo desta Dissertação sempre com hifem para evidenciar que são indissociáveis, ou seja, são vivenciadas de maneira interseccionalizada, e quando uma ou duas dessas dimensões são ativadas pelas forças de segurança do Estado, em geral, a coletividade negra está em risco.

Quebrar essa invisibilidade sobre o problema da violência urbana em Salvador é importante não apenas pelo fato de a Bahia ser uma unidade da federação a receber recursos do Governo Federal, através da SENASP, mas fundamentalmente, por conter as mortes simbólicas, algo que vai além da imobilização do corpo negro com uma bala, pois, como observa Mir (2004), há uma situação de medo disseminado pelo Estado que interrompe o movimento desses corpos, marcados na história pelo castigo brutal da colonização, e que se mantém como um dogma racializado, através do ato de vigiar e punir em todos os dias da República. A ação do Estado é marcada pelo “delito da cor” ou a criminalização da raça e da pobreza, o que torna jovens, negros e pobres suspeitos padrão na mesma cidade onde os negros somam quase a totalidade da população.

Esta situação demonstra que as ações da polícia baiana, nos bairros populares da cidade de Salvador e na RMS, estão orientadas por três elementos básicos. Primeiro, um *racismo institucional* que, por consequência, permite uma atuação policial de suspeição baseada no *filtro racial*, segundo elemento, sendo que este não tem importância na agenda política do poder executivo, pelo fato dessa atuação recorrer a um terceiro elemento da cultura policial conservadora, que é a “*cegueira racial*”, representada em uma forma de atuação que se esconde atrás do discurso “técnico” de que a maior ocorrência de abusos, brutalidade policial e outras manifestações que se configuram em violações de direitos são verificadas, com maior frequência, contra a população negra, tenta-se explicar a violência direcionada à população negra pelo fato de esse segmento constituir a maioria da cidade, e não por uma orientação deliberada de criminalizá-la. Compreender esse discurso “neutro”, protegido pela tecnocracia policial, foi o que me instigou a fazer essa dissertação.

II. Os caminhos das pedras – a cada capítulo uma frente de batalha

A dissertação está organizada na tentativa de possibilitar a sua compreensão a qualquer pessoa que não transita nos temas da violência urbana, do racismo institucional e das políticas de segurança pública, no contexto global, nacional e local, navegando pelos seguintes roteiros. No Capítulo 1, trago uma revisão teórica sobre as representações em raça, gênero, geração e classe. Busco trazer uma reflexão sobre identidades, fator que

resulta de um amplo conjunto de disputas teóricas, que vou apresentando ao longo do desenvolvimento do capítulo, quando tento captar, na contribuição dos intelectuais diaspóricos, algo que considero como diferencial para as abordagens em torno de representação, que é a simultaneidade de identidades, quando analisadas mediante o manejo do conceito de interseccionalidade. Isso torna-se um importante instrumento para o trabalho teórico sobre políticas de segurança pública e representações nos aspectos de raça, gênero, geração e classe.

O capítulo 2 é dedicado às políticas de segurança pública, e também conta com revisão bibliográfica e início de diálogo com as fontes documentais coletadas na pesquisa de campo, com destaque para os planos e programas nacionais que tiveram impacto nas políticas locais. O capítulo foi desenvolvido discutindo as políticas de segurança pública, observando os impactos das políticas globais influenciando o local, destacando o caráter do racismo institucional que as marcam. E, para tal, fui examinar a violência no cotidiano da vida moderna e o papel do Estado, que durante as décadas de 1980 a 2000, internacionalmente, assumiu um perfil penitencial das populações “indesejáveis”, adotando modelos autoritários de segurança. Por isso mesmo, é neste capítulo que faço uma revisão de alguns trabalhos mostrando em que consiste a política de tolerância zero no âmbito da segurança pública, como a adoção desse modelo tem influenciado os países da América Latina, daí porque a mudança de postura do Brasil pode representar uma esperança na região.

Seguindo esse caminho, faço uma leitura dos estudos voltados para a realidade latino-americana e de fontes documentais do governo federal, vendo como a segurança pública se posiciona nas agendas nacionais, destacando o caso brasileiro. Finalizo com uma análise das políticas de segurança pública em vigência no Brasil, os entraves para a implementação das políticas de segurança, dado o alto grau de violência institucional, com implicações de raça, gênero, geração e classe, que têm se revelado como os principais empecilhos na garantia direitos humanos, com graves conseqüências para uma agenda conjunta de segurança pública.

No capítulo 3, são analisadas as políticas de segurança pública em Salvador, explorando os estudos já realizados sobre violência urbana na cidade, mas dando maior destaque às políticas locais de segurança pública e suas implicações governamentais; quando tive oportunidade de voltar ao passado da segurança pública e dar atenção à tradição baiana na criminalização negra, percebo que de Nina Rodrigues, no final do século 19, ao Carlismo dos anos 1990-2000, é recorrente a criminalização dos negros, o que fortalece a histórica política de suspeição policial baseada no perfil racial. Em seguida, a minha preocupação ficou na participação da Polícia Civil como parte do aparato estatal de segurança e as implicações disso na vida da cidade.

Neste capítulo, tomei os bairros Beiru e Periperi como ponto de partida para discutir a existência de uma guerra civil no “Miolo da Cidade”, que envolve mais de 200 localidades, e daí apresento o que é um bairro popular na contemporaneidade em Salvador, observando as implicações das políticas destinadas aos mesmos. É nesta fase que adentro no tema central da dissertação, tratando das políticas de segurança implementadas nestes bairros populares de Salvador, a partir da análise de um momento em que as polícias e os seus gestores ficaram bastante vulneráveis – no episódio da greve da polícia em 2001, evento que nomeio de *o dragão adormecido*. Após rever em fontes documentais primárias e secundárias os efeitos dessas políticas, vendo a greve como uma espécie de lente que apenas ampliou para o conjunto da cidade, e seu entorno, o que a população residente nos bairros populares vive em seu cotidiano, finalizo com uma reflexão sobre o isolamento das crianças e da juventude negra e a sua profunda vontade de pertencer, e isso me obrigou a me deter no pensar como morrem os jovens-homens-negros de Salvador, problematizando o impacto das armas de fogo.

O capítulo 4 foi reservado para analisar o trabalho de campo, quando realizo um exercício sobre os discursos sobre segurança pública e as representações dos gestores. Esse é o exemplo mais emblemático de um esforço de pesquisa que durou dois anos de muitas andanças pela cidade, explorando o chamado discurso nativo, onde é destacada a participação da polícia militar e as respostas negativas da polícia civil. É quando revelo o

que motivou a minha ida a SSP-Ba, aos quartéis, batalhões, corregedorias, delegacias e CIPM da cidade, para ouvir o que tinham a dizer “os homens de dentro”. Por fim, apresento as considerações finais, quando me pergunto se as políticas de segurança seguem na direção de uma garantia de que um dia essa cidade vai ter uma noite sem jovens-homens-negros sob a tocaia do Estado.

III. Aportes metodológicos

Como escolhi o método qualitativo e a observação participante, durante a pesquisa, fui em busca dos depoimentos dos “homens de dentro”, através de procedimentos metodológicos, como identificação de entrevistados, caracterização das instituições, por meio de visita e leitura dos documentos produzidos e aplicação de questionários, em uma coleta de dados que, muitas vezes, pareceu que não seria uma tarefa realizável. O que eu fui buscar na fala e no silêncio dos meus informantes, foi o que eles pensam sobre eles mesmos, o que eles leram dos olhares de fora, especialmente as instituições de controle externo – Ministério Público, organizações sociais, já que a polícia é uma das instituições em confronto aberto com a população; por isso, o interesse pelo que eles têm aprendido dessa experiência, pois quase todos os entrevistados falam de uma luta para se livrar do infame papel que assumiram durante a ditadura militar e do esforço empreendido para ter a confiança da população.

Para realizar esta tarefa, durante dois anos, entre julho de 2003 e agosto de 2005, fui a muitos lugares da cidade de Salvador entrevistar, observar, assistir formatura de oficiais, encontros públicos com autoridades nacionais e locais, fiz um longo exercício de ouvir o que os gestores pensam sobre as políticas de segurança públicas implementadas em toda cidade e, particularmente, nos bairros populares. Durante esse processo de identificação dos informantes da pesquisa, privilegiei falar com o alto escalão, das polícias Militar e Civil, aventura etnográfica que nem sempre foi bem sucedida, mas que me deu um amplo panorama da situação, exatamente no momento em que parte considerável das tentativas de mudanças empreendidas entre 1995 a 1998, foram retomadas com o mesmo grupo que

assumia o alto escalão durante o primeiro governo de Paulo Souto e reassumiu o topo da hierarquia, no seu segundo mandato, a partir de janeiro de 2003.

Sobre o acesso aos informantes, eu tinha uma idéia inicial que seria mais fácil acessar a Polícia Civil e mais difícil a Polícia Militar; ledo engano, pois tive muito mais dificuldades com a Polícia Civil, fato que se impôs como decisivo para decidir se essa pesquisa seria sobre as polícias envolvidas na segurança pública de Salvador, no plano do policiamento extensivo, que compete à PMBA, ou se incorporava também a dimensão que envolve a Polícia Civil - PC, as atividades de polícia investigativa que alimentam o trabalho do Ministério Público e decidi que mesmo não tendo sido possível entrevistar um número substancial de gestores da PC, por motivos que apresento mais adiante, obtive acesso às fontes documentais, o que me fez trazer informações sobre as duas polícias, presentes nessa dissertação.

IV. As fontes documentais e o perfil dos entrevistados

Iniciei o meu trabalho de campo com uma visita à Corregedoria da Polícia Militar do Estado da Bahia, em janeiro de 2003, tendo como objetivo acessar os instrumentos de controle interno das ações do policial militar, considerando que, para monitorar estas ações, os membros deste órgão devem ter acesso aos programas e procedimentos que orientam o trabalho dos policiais. Também busquei na Corregedoria outras fontes, como o Estatuto que rege a corporação e os planos nacionais, estaduais e setoriais de segurança pública, em vigência no Estado da Bahia.

Na primeira visita, todo o trabalho foi facilitado, no acesso aos planos que são públicos, quando tive a oportunidade de estabelecer uma conversa muito proveitosa com um alto membro da Corregedoria. Este, desde o início do contato, fez questão de demonstrar zelo com a questão da segurança pública e conhecimento dos problemas existentes entre o que está nas leis e nos estatutos da corporação militar e a prática de alguns de seus membros. O seu cuidado era grande no sentido de enfatizar a ocorrência de violação dos direitos do cidadão por um número considerável de policiais.

Por outro lado, este funcionário, responsável pelo atendimento das reclamações da sociedade civil e também com o dever de investigar os abusos cometidos por policiais militares, reconheceu que os planos de segurança que foram criados, desde 1996, para assegurar os direitos humanos, demoram muito a chegar no nível local e serem aplicados pelos comandos, valendo mesmo o fazer cotidiano de cada comando e muitas vezes de cada setor.

Ainda como resultado desta visita à Corregedoria da PM, foi possível entender como funciona a polícia militar do ponto de vista hierárquico, os processos de promoção e a divisão do trabalho, por conta do acesso que tive ao estatuto da corporação, o qual, desde a fundação da PM, em 1825, tem sofrido muitas mudanças, sendo a última em 1998.

Além dessa primeira incursão, outros contatos foram estabelecidos com este informante, o que possibilitou a obtenção de informações para acesso a outros membros do alto escalão da segurança pública da Bahia, dito de outra forma, acesso às pessoas que pensam as políticas de segurança pública que estão sendo aplicadas nos bairros populares de Salvador.

Assim, desde julho de 2003, comecei a realizar um conjunto de entrevistas com os gestores de políticas de segurança pública em Salvador, por serem estes os responsáveis pelas instâncias de execução e monitoramento destas políticas, bem como pelo controle concreto da ação policial. Entre os setores foram selecionados para entrevistas os seguintes gestores:

1. Secretaria de Segurança Pública do Estado da Bahia – SSP-Ba. Duas entrevistas foram concedidas e, no intervalo entre uma e outra, um roteiro com as perguntas foi solicitado e, em seguida, respondido pela Assessoria do Secretário, entregue pelo coronel assessor.
2. Superintendência de Avaliação Operacional Integrada - Assessoria Geral da SSP/Ba – que na Bahia assume o papel do Gabinete de Gestão Integrada, já existente em 22 estados da federação.

3. Comando Geral da Polícia Militar do Estado da Bahia – duas entrevistas foram concedidas, a 2ª e a última desta pesquisa, num intervalo de 02 anos.
4. Assessoria de Comunicação e Relações Públicas da PMBA
5. Corregedoria Geral da Secretaria de Segurança Pública da Bahia – Não realizada
6. Delegado Chefe da Polícia Civil no Estado da Bahia - Não realizada
7. Assessoria Especial do Delegado Chefe da Polícia Civil no Estado da Bahia - entrevista realizada, sem permissão para gravar.
8. Comando Geral da PMBA em 1991 – duas entrevistas realizadas
9. Comando de Policiamento da Capital
10. Coordenação de Operações Especiais da PM - COORDOP
11. Comando de Policiamento Comunitário em Salvador e Região Metropolitana - Departamento de Qualidade e Desenvolvimento Tecnológico da PM² – entrevistado I
12. Assessoria da Corregedoria da Polícia Civil do Estado da Bahia - entrevista realizada sem permissão para gravar
13. Corregedoria Geral da Polícia Militar do Estado da Bahia – entrevista realizada sem permissão para gravar - entrevistado I
14. Corregedoria Geral da Polícia Militar do Estado da Bahia – entrevista realizada informalmente - entrevistado II
15. Serviço de Orientação Psicológica da PM
16. Delegado Chefe da Polícia Civil no Estado da Bahia – Não realizada
17. Delegada Titular da DERCA – Delegacia Especializada na Repressão a Crimes Contra Crianças e Adolescentes - Não realizada
18. Departamento de Qualidade e Desenvolvimento Tecnológico da PM– entrevistado II

² **O Núcleo de Qualidade em Serviços**, é o órgão que passou a monitorar a implantação do Projeto Polícia Cidadã nas Unidades Operacionais da Corporação, seguindo-se depois com a criação do **Departamento de Qualidade e Desenvolvimento Tecnológico, com o Serviço de Gestão de Qualidade** desempenhando as missões anteriormente do NQS. Fonte: Pesquisa direta na PMBA.

Um outro segmento que planejei entrevistar foram os membros de organizações de direitos humanos, por conta do papel de vigilância e controle que exercem em relação à implementação das políticas de segurança pública, com destaque para os trabalhos do FCCV - Fórum Comunitário de Combate à Violência, fundado em 1997, e do Centro de Defesa da Criança e do Adolescente Ives de Roussant – CEDECA, fundado em 1990, pelo fato de terem sido essas duas experiências, desde o início, promotoras de sérias pesquisas, e no caso do CEDECA, com o apoio jurídico às vítimas e suas famílias, trabalhando com os chamados casos exemplares, que são casos assumidos pelos CEDECA nos vários estados onde está instalado, o que consiste no acompanhamento jurídico de assassinatos de crianças ou adolescentes até a última etapa no tribunal.

Assim, tanto o público especificamente trabalhado pela CEDECA, até os 18 anos, quanto as vítimas da violência de todas as idades, tratadas pelo FCCV, são importantes, por ser a primeira experiência, do CEDECA, desenvolvida no grupo etário mais vulnerável à violência letal, e a segunda, do FCCV, por ter desnaturalizado a violência letal contra jovens e adultos num contexto de maioria negra, possibilitando, desde 1998, que Salvador tivesse um perfil da vítima desse tipo de violência, colocando as mortes violentas como o fator diretamente responsável pela principal *causa-mortis* de jovens-homens-negros, mediante a sistematização dos dados, para que seus pesquisadores tivessem que criar uma metodologia e instrumentos que se adequassem à realidade de Salvador. Seriam realizadas duas entrevistas em cada uma das organizações, mas ao final decidi manter somente os depoimentos dos gestores e apenas usar a base documental do FCCV, CEDECA e da CJP, outra organização que, até 2002, foi bastante atuante no monitoramento das ações da polícia em Salvador e na RMS, elaborando um banco de dados em parceria com o MNDH.

O último segmento que pensei em entrevistar, mas pelo tempo não foi possível, foram as lideranças comunitárias dos bairros populares, e mais ainda de Beiru e Periperi, os “laboratórios” de todas as políticas em vigência a partir de 1997, pois considerei fundamental entender quais são as estratégias da população para influenciar nas políticas de segurança pública direcionadas a seus bairros. Neste grupo seriam realizadas duas

entrevistas em cada uma das localidades. A importância de ouvir esse segmento se justificava por serem as lideranças comunitárias as pessoas que lidam diretamente com as demandas locais de cada bairro, que conhecem o lugar e as pessoas do lugar e que, em geral, organizam as diversas formas de enfrentamento do fenômeno da violência civil desencadeada contra diversos segmentos comunitários. Terminei fazendo isto de outra forma, indo quase todos os finais de semana a um bairro popular da cidade, a convite dessas lideranças ou por iniciativa própria, tendo sempre um caderno, quando observei, anotei e, quando possível, discuti com as pessoas do lugar. Por isso, quando me reporto aos bairros populares e conflitos da juventude negra com a polícia na luta que travam por visibilidade, no capítulo 03, estou fazendo uso de todas as observações, conversas com os jovens e a participação direta nas atividades que eles/elas realizaram ao longo desses três anos, em inúmeras localidades da cidade.

Havia uma necessidade de ouvir as lideranças, pois este contato poderia facilitar a compreensão das várias formas de resistência das comunidades residentes nos bairros populares, ao modelo policial que tem vitimizado parcelas significativas da população negra, jovem e masculina destas localidades. Na medida do possível essa etapa foi cumprida em cada visita aos bairros. O resultado desse exercício está presente em todas as etapas de concepção do capítulo 03.

Em janeiro de 2003, lancei-me na tarefa de construir um banco de dados sobre as políticas de Segurança Pública na cidade de Salvador, implementadas na década de 1990 e as que estão em vigência. A idéia era torná-lo um instrumento de pesquisa que pudesse ser acessado não somente em meu estudo, mas por várias/os colegas pesquisadoras/es que sentem as mesmas dificuldades que eu vivenciei ao tentar fazer esta pesquisa. Há uma variedade de fontes, mas poucas são confiáveis e poucas são as abordagens locais que desagregaram as variáveis estruturantes deste estudo raça, gênero, geração e pobreza dos dados gerais da violência.

Assim, o banco de dados, que não necessariamente dispõe diretamente de base própria, mas conta com a indicação de documentos e links institucionais para facilitar o acesso rápido a

várias informações, podendo estar impresso ou à disposição para ser manejado no meio virtual, também foi pensado nessa dimensão. O banco foi organizado no sentido de possibilitar a análise de como são engendradas essas políticas, desde o Ministério da Justiça e a Secretaria Nacional de Direitos Humanos, que são instâncias federais, passando pelas instâncias dos estados, as secretarias de segurança e os Comandos das Polícias Militar e Civil, onde são definidos os desdobramentos das políticas de segurança em nível das cidades e dos bairros.

Por outro lado, nesta dissertação também foi pensado o lugar dos órgãos oficiais de controle da ação policial, o Ministério Público, assim como dos instrumentos/mecanismos da sociedade - a mídia - e instâncias da sociedade civil organizada. Ao mesmo tempo, o banco de dados, é de uma determinada experiência de pesquisa, mas aberto para outras iniciativas, dado o caráter flexível do seu acervo documental. (Ver documento em anexo – Banco de Dados Pesquisa de Mestrado). Boa parte do material que alimentou a capítulo 03 veio de tudo que pude sistematizar sobre as políticas de segurança no banco de dados, o que envolve diretrizes políticas nacionais, documentos locais, projetos do governo estadual e as políticas já em andamento.

CAPÍTULO 01: AS REPRESENTAÇÕES EM RAÇA, GÊNERO, GERAÇÃO E CLASSE

1.1. Diferentes possibilidades teóricas na emergência de contra-discursos

“O discurso é o espaço em que saber e poder se articulam, pois quem fala, fala de algum lugar, a partir de um direito reconhecido institucionalmente. Esse discurso, que passa por verdadeiro, que veicula saber (o saber institucional), é gerado de poder. (...) a produção desse discurso gerador de poder é controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certos procedimentos que têm por função eliminar toda e qualquer ameaça à permanência desse poder”.

Michel Foucault, A ordem do discurso.

Os negros, como símbolo mais emblemático dos que carregam as marcas no corpo, são historicamente os sujeitos mais atingidos pelas representações negativas acerca da raça. (BAIRROS, 1996). E o discurso como campo mais fértil das representações acerca das identidades dos sujeitos é o que marca a nossa compreensão do que Hall (2003)³ denomina “A condição arquetípica da modernidade tardia”, tomando as representações sobre raça, gênero, geração e classe como o centro das indagações, mediante a visita a um conjunto de autores, para compreender as influências destas representações nas políticas de segurança pública, no contexto do estado democrático de direito, portanto em vigência numa sociedade que se pauta pela garantia dos direitos humanos, onde nos desafiamos entender os inscritos derivados de suas próprias contradições. Isto mediante o recurso da observação a todas as possíveis interdições discursivas presentes em torno da violação de direitos, por conta da condição identitária da maioria dos sujeitos afetados pelos desdobramentos das políticas de segurança pública.

Estes são os elementos que fazem parte da análise seguinte, onde tomo como desafio teórico alinhar os manejos desses conceitos por diversos autores, no sentido de entender

³ Stuart Hall. *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Organização e apresentação: Liv Sovik. Tradução: Adelaine La Guardia Resende et al. Belo Horizonte: Editora UFMG/UNESCO, 2003.

o fenômeno da violência, no território das identidades vivenciadas de forma simultânea por jovens-homens-negros moradores de bairros populares de Salvador. Depois de dizer de onde trato desses conceitos, pretendo operar com os mesmos sem hierarquizá-los, mas, mediante o recurso da interseccionalidade, observar quando cada um tem maior força de determinar situações de maior ou menor vulnerabilização na vida dos sujeitos atingidos.

As representações sobre jovens-homens-negros, moradores de bairros populares de Salvador, presentes nas reflexões realizadas por Costa (2005), CJP (1998 e 2000) e FCCV (1997 e 2002), Noronha e Paes Machado (1997), Noronha et al (1999) e Taparelli e Paes Machado (1996); J.Santos (2003); e Brito Reis (2003) são o que nos orienta para pensarmos nas identidades mediante tradução da multiplicidade ou dimensões identitárias inseparáveis das categorias raça, geração, gênero e classe, sobre políticas de segurança pública implementadas nos bairros populares de Salvador, as quais são muito semelhantes às que foram problematizadas por Austin (1996), nas comunidades afro-americanas e caribenhas; por Ikemoto (1996), no contexto multirracial da cidade de Los Angeles; por Amar e Schneider (2004)⁴, no contexto negro e asiático-americano dos Estados Unidos; nos sujeitos afro-caribenhos de Londres, visibilizados no “Atlântico Negro” de Gilroy (2001); e na teoria dos Estudos Culturais de Hall (1999 e 2003); nos estudos sobre a modernidade de Bauman (1999); na teoria da ação de Bourdieu (1990), nos estudos das instituições prisionais empreendidos por Foucault (1998, 2002 e 2004); nos estudos de Champagne (1998) sobre a criminalização dos jovens imigrantes em Paris; o desvendar das políticas do Estado Penitencial de Wacquant (1995 e 2001) acerca da experiência da França e dos Estados Unidos; Aitchison (1998), na África do Sul e, Gonzalez (1983)⁵, Adorno (1993, 1995, 1996 e 1998), Soares (2000 e 2005) Kaly Pascal (1999)⁶; e outros, no exame das representações, no Brasil, sobre raça, gênero, geração, classe presentes nos estudos sobre violência e segurança pública.

⁴ Paul Amar e Cathy Schneider. The rise of crime, disorder and authoritarian policing. An introductory essay. NACLA Report on the Americas, Vol. 37, N.2, Set/Oct. 2003, pp.12-16.

⁵ GONZALEZ, Lélia e HASENBALG, Carlos. *Lugar de Negro*. Coleção Dois Pontos. Editora Marco Zero. Rio de Janeiro, 1983.

⁶ Kaly, Alain Pascal. *Da Senzala À Favela: Meninos/As De/Na Rua Em Salvador*. SALVADOR - BA. 01/12/1999. 1v. 101p. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal da Bahia - Ciências Sociais.

Portanto, as representações devem ser entendidas como possibilidade de uma diversidade de leituras sobre as identidades aqui debatidas, como fazemos a seguir.

1.2. As Representações como Resultado de Muitas Disputas Teóricas

“... Um judeu, branco entre os brancos, pode negar que seja judeu, declarar-se homem entre os homens. Um negro não pode negar que seja negro ou reclamar para si esta abstrata humanidade incolor – ele é negro! Está, pois encurralado na autenticidade, insultado, avassalado, reergue-se, apanha a palavra preto que lhe atiraram qual uma pedra e reivindica-se negro ...” Jean Paul Sartre.

Metanarrativas e contranarrativas são os principais recursos mobilizados dentro do *campus simbólico* das batalhas teóricas, que nitidamente os teóricos desses distintos universos de pertencimento têm trilhado para afirmar a validade das representações, onde, no primeiro bloco, gerações inteiras foram orientadas pelos grandes sistemas teóricos – funcional-positivismo, liderado por Durkheim, que em *As Regras do Método Sociológico*, observa que os fatos sociais são coisas e os indivíduos parte de uma grande engrenagem coletiva que agem a partir das representações válidas na sociedade, o qual tomamos aqui como exemplo mais emblemático das metanarrativas, e, no segundo bloco, num contexto de profunda disputa ideológica, estão as contranarrativas contando com um vasto campo teórico que inclui “o fim das certezas” essencialistas acerca das identidades dos sujeitos, antes visibilizadas em bases fixas, objetivas e sujeitas a generalizações não aceitáveis, (Barros, 2003).⁷ Da mesma forma como está informada toda a tradição objetivista problematizada por Alexander, que envolve desde o marxismo clássico até as gerações herdeiras dos clássicos das Ciências Sociais.

No campo das contranarrativas contamos com os fatores da instabilidade, da incerteza e da interdisciplinaridade, como elementos que jogam fundamentalmente no campo da complexidade, tão importante como regra para os novos sistemas de representações, marcados pela reconhecimento das identidades, para além do fato de admiti-las. Aqui consideramos contra-discursos como novos lugares de produção discursiva daqueles

⁷ Zelinda Barros. “Casais inter-raciais e suas representações de raça”. Dissertação de Mestrado, Salvador, FFCH-UFBA, 2003.

sujeitos que, segundo Foucault, ao serem ouvidos, mostram serem portadores de teorias, a exemplo dos prisioneiros, os chamados delinquentes, sujeitos que tinham muito a dizer sobre a prisão, as medidas de segurança do Estado e seu poder de conter milhares encarcerados sob os argumentos discursivamente legítimos da segurança da sociedade. O mesmo ocorre com as mulheres, os negros e os homossexuais, quando esses sujeitos reagem à produção de discursos sobre si e instauram outros a partir de suas próprias vozes. (1998, pp.69-78)⁸.

Por isso é pertinente considerar que o campo das identidades, no contexto de sociedades marcadas pela raça e discursos coloniais, está eivado de interdições, possibilitando a sua concretização somente através de representação. Para além disso, Mendes (2004) assevera que esse terreno “é movediço, por essência, esse mundo da representação – que recua, como recapitula, e remete em vetor distinto da soma do percebido. O mundo das suas próprias regras de evento ou das figuras de sua exclusiva retórica”, pensamento que imediatamente nos remete a Foucault (2002)⁹, ao considerar que as relações, como estão livres, fazem com que as representações não passem de pura apresentação da possibilidade limitada que um sujeito tem de pensar sobre o outro. É a luta contra as evasivas, que todos os dias define pela vida de muitos sujeitos, na arriscada ordem do discurso.

Considerando que todo conhecimento está inserido naquela condição que Hall (1999) nos chama para prestarmos atenção, observando que toda “teoria é um conhecimento conjuntural, contestado e local”, Rabinow amplia essa perspectiva para um duro debate que realizou com Clifford (1998), no campo das representações. A segunda metade do século XX, em especial os anos 80 e 90, foram decisivamente marcados pelo questionamento da autoridade científica e, na Antropologia, pela autoridade etnográfica. A tentativa bem sucedida ou não de questionar e fazer uma revirada da Etnografia por dentro, é o eixo central das discussões que aqui farei sobre representações, onde busco dialogar tanto com os argumentos de autores que ainda debatem dentro deste campo, a exemplo de Clifford

⁸ Michel Foucault. Os intelectuais e o poder. Conversa entre Michel Foucault e Gilles Deleuze. In: *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro, Graal, 1998.

⁹ Foucault. *As Palavras e as Coisas – uma arqueologia das Ciências Humanas*. São Paulo, Martins Fontes, 2002.

(1998)¹⁰, como com outros que não mais o consideram em vigência enquanto modelo de fazer ciência, como faz, por exemplo, Rabinow (1999)¹¹, que propõe um debate para além da etnografia. Mas estas discussões bem que poderiam ficar somente no campo da filosofia, mas como os antropólogos precisam delas para resolver seus problemas cotidianos, é nesse campo que devem ser resolvidas, pois o seu manejo teórico envolve representação, vozes autorizadas, ética de pesquisa, abuso de poder, alteridade, autoria coletiva de textos, validade a partir da análise dos dados e outros temas que não podem ser enfrentados em ambiente estranho, a exemplo dos conflitos pesquisador-pesquisado.

Além disso, este debate sobre, principalmente, representação e autoridade se dá no ocidente, tendo como principais protagonistas homens-brancos-europeus e norte-americanos, que controlam os mundos acadêmicos, mesmo sendo parte considerável dessa produção sobre todos os outros sujeitos – mulheres, negros, homossexuais, imigrantes e outros povos fora do eixo ocidental. E o próprio Clifford finaliza seu texto sinalizando que deseja constituir categorias para dialogar com as sociedades ocidentais, em que pese estar se reportando a povos, grupos, comunidades de diversas partes do planeta.

Para começar, Clifford inicia seu texto apresentando duas situações distintas, porém pertencentes ao campo da etnografia. Na primeira, fala do século XVIII, e, na segunda, do século XX, sobre uma realidade transcrita por uma imagem congelada na fotografia. As duas situações envolvem a autoridade etnográfica, de quem esteve lá no trabalho de campo. E assim o autor inicia afirmando que “*a prática da representação intercultural está hoje mais do nunca em cheque*” (p.18), já Rabinow deseja fazer uma discussão para além da epistemologia, que para ele está datada na história e para um determinado lugar do mundo: trata-se da Europa entre os séculos XVII e XIX. A construção da ciência do conhecimento, no entanto, teve suas conseqüências para todos que buscam moldar as representações, e isto tornou esta ciência um elemento estéril para o ocidente. Assim, o trabalho do autor é mostrar outros caminhos que realmente sejam alternativos ao que tem sido o fazer ocidental

¹⁰ Clifford, James. “Sobre autoridade etnográfica”. A experiência etnográfica. In: Antropologia e literatura no século XX. José R. Santos Gonçalves (org.). Rio de Janeiro, Ed. da UFRJ, 1998, pp. 17-62.

¹¹ Rabinow, Paul. Modernidade e Pós-modernidade na Antropologia. Relume Dumará, Rio de Janeiro, 1999, pp. 71-107.

da ciência. O debate entre os dois autores evidencia um desacordo entre as metanarrativas e as contranarrativas.

Por sua vez, Rabinow pretende em seu texto articular algumas questões que em sua concepção são problemas ainda não enfrentados. E, assim, traz a argumentação de Richard Rorty da epistemologia como objeto da filosofia e do tempo desta ciência que, segundo ele, está datado até o século XIX. Outro problema vem dos discursos sobre o “outro”. Além disso, Rabinow deseja fazer entrar duas posições nos debates contemporâneos sobre a produção de textos etnográficos e daí ver os embates entre a antropologia feminista e o feminismo antropológico e, por fim, verificar como a filosofia se tornou um espaço de resolução de todos esses problemas quando, na opinião dele, deveriam estar sendo preocupação no interior da própria Antropologia (pp.71-5).

Segundo Clifford, os problemas trazidos a público provocaram uma crise e estão relacionados com o processo de descolonização, o movimento da negritude e a crise de consciência que se abateu sobre os antropólogos pela colaboração com o imperialismo e pela quebra da hegemonia ocidental em relação ao conhecimento antropológico. Hoje, há no contexto mundial muitas vozes que se diferenciaram, possibilitando leituras heterogêneas sobre os outros, questionando o repertório epistemológico disponível para pensar as diferenças (p.19). A louvação de Rabinow a Michel Foucault apresenta sua discordância com Clifford de um lugar que começa na filosofia e termina no interior da própria Antropologia (Rabinow, p.76).

No momento, diz Clifford, é indispensável que os povos tenham olhares uns sobre os outros, formando “imagens complexas e concretas” e não reducionistas e dicotomizadas, visando com tal comportamento o equilíbrio de poder. Isto, observa Clifford, não se faz com um método, mas com esforço ético na construção das imagens, como ocorreu com os povos colonizados, que neste momento os pesquisadores liminares, ou seja, dos mesmos países, tomam posição no debate internacional sobre regiões como o continente africano, asiático e latino-americano e assumem a tarefa de escrever uma história dos povos sem intervenção na produção científica no ocidente e/ou para o ocidente.

Contrário à posição de Clifford, Rabinow observa que conhecimento como representação não pode mais ser teoria, idéia tomada como verdade. A forma de pensar, assevera o autor, é o que pode tornar uma idéia ou teoria falsa ou verdadeira. (p.74-77). E, em relação aos argumentos de Clifford sobre o poder do ocidente sobre os povos colonizados, Rabinow recorre a Foucault para afirmar que ao estudar o poder é preciso analisar não somente as dimensões da exploração e da dominação, mas também o que facilita a cultura da sujeição dos dominados. É assim que Rabinow tenta debater com Clifford e outros autores trazidos por ele no seu texto sobre discurso e poder, objetos centrais na crítica de Clifford, retomados por Rabinow (p.104)

Clifford anuncia que para tratar das representações pós-coloniais filia-se ao pensamento engajado aventado por Deleuze e Foucault. Mas, para isto, o esforço precisa ocorrer no campo de pesquisa. Passa por apreender corretamente, sem superficialidade, para traduzir que o pesquisador só se fará mediante a quebra das suas “expectativas pessoais e culturais”. Apesar da sua legitimidade, diz Clifford, a etnografia, observa limitações graves na discrição cultural e vem sofrendo mudanças.

Falar da trajetória da etnografia conduz à análise para “um debate político-etnográfico mais geral sobre a escrita e a representação da alteridade” (p.20). O fato de a discussão estar em torno da Antropologia profissional, que sofreu fortes mudanças entre 1900 e 1960, é um dos meios mais contundentes para a argumentação dos teóricos que disputam posições contra ou a favor da representação. Em mais de meio século teóricos se enfrentaram, em especial na Europa e nos Estados Unidos, e muito dessa mudança ocorreu no trabalho de campo. Os pioneiros, informa Clifford, foram Malinowski e Boas, mas esta tradição de trabalho de campo se tornou um modo de fazer Antropologia. (p.21), criando o que ele nomeia de “*consenso interacional*”. Enquanto Clifford segue a epistemologia para resolver os entraves por ele apresentados, Rabinow a considera um movimento que já cumpriu o seu papel em tempo e lugar, na Europa até o século XIX, e o “pensamento apenas um conjunto de práticas historicamente localizáveis”. (p.77). E a epistemologia é, para Rabinow, um

movimento no ocidente, vide o exemplo weberiano em relação ao capitalismo. Mas Clifford, assim como Geertz ainda não descobriu isto.

Uma questão é trazida por Clifford: “como uma experiência incontável se transforma num relato escrito e legítimo?” Aqui entra um debate sobre poder e interesses do pesquisador depois de observar, muito pertinente nos dias atuais, quando os relatos estão sendo não autorizados de forma loquaz. Considerando que a etnologia só existe pela escrita, e esta é a transformação do relato das experiências, é importante observar as dificuldades na produção científica por este método, pois a subjetividade está imersa, assim como observa Clifford, aos “constrangimentos políticos” que fogem ao controle de quem escreve, um problema para quem escreve e dá um sentido de verdade provida pelo autor do texto, que nem sempre segue a experiência e muitas vezes retiram conflitos observados durante o trabalho de campo. Alguns trabalhos etnográficos sofrem muitas críticas pela ausência de conflito.

Clifford oferece outros exemplos de textos em que a complexidade da experiência não se anuncia pelo texto – Margaret Mead em Samoa ou Evans-Pritchard sobre os Nuer. Num mesmo caminho ou parecido, Mariza Peirano (1996)¹² em “A Favor da Etnografia”, debate sobre como durante os séculos XIX e XX se fez etnografia conversando com dirigentes coloniais, viajantes, missionários ou colocando as pessoas do lugar enfileiradas, desrespeitando-as e tomando informações como interrogatórios. Este comportamento contribuiu e teve um efeito muito poderoso no ataque feito pelos opositores da etnografia aos seus autores.

A idéia apresentada por Clifford sobre o poder celestial dos relatos etnográficos é que estes perderam a hegemonia nos estudos das culturas, dando lugar a pensamentos mais diversos ou “vozes heteroglotas” (p.22). O grau de agressividade presente nos debates contra quem questionasse as autoridades – Malinowski, Radcliffe-Brown, por exemplo, atualmente não tem tanto terreno nos grandes centros, diz Clifford. Mas é o mesmo Clifford que observa o pioneirismo de Boas na tradição de fazer pesquisas de campo intensivas e transformá-las

¹² Peirano, Mariza. 1996 – A favor da etnografia. Rio de Janeiro. Relume Dumará.

em teorias, de forma, segundo o autor, responsável, diferente dos caminhos trilhados por grandes “scholars”, como Malinowski, Brown e Mead, que mais tentaram trazer o discurso do local através dos seus olhares de pesquisadores, ou seja, fizeram compilações ecléticas.

Bem ao estilo “men on the spot”, muitos dos trabalhos consagrados não têm o saber somente possível com o longo aprendizado da língua ou com uma década de trabalho de campo, mas sim tem muito do missionário, do administrador, do comerciante e do viajante. Esse modelo sofreu seus primeiros abalos com as formas trazidas por Boas, a partir de 1890, para profissionalizar a etnografia. Uma geração intermediária aprofundou essa perspectiva, no sentido de apreender as culturas e línguas locais assim como constituíam canais de comunicações mais fortes que seus antecessores (p.25).

Uma tensão nem sempre debatida entre Antropologia e Etnografia deixa patentes os conflitos que pareciam distantes, por mostrarem que se tratava de uma ciência dentro de outra, respectivamente. A idéia de um pesquisador que ouve, olha, anota em contraposição com a geração anterior que ouviu dos que foram lá e Malinowski fez a representação da pesquisa viva como nenhum outro antes dele, utilizando-se do “presente etnográfico”. Mas, o que isto ensina às novas gerações, fazendo ciência no século XXI, é que em todos os receituários houve desequilíbrios, mas ao mesmo tempo legitimam o trabalho de campo como o todo do objeto pesquisado, como observou MacCullam (2001)¹³, que difere atualmente a etnografia de todos os outros métodos que também vão a campo, mas que a experiência é apenas parte do trabalho (p.27).

Considero muito pertinente a crítica de Clifford aos erros e abusos cometidos no campo por grandes ícones da etnografia, como Mead e Malinowski. O autor observa que foi nos anos 20 que se deu a especialização da etnologia e que também naquele momento começou o olhar seletivo que criou os grandes problemas para Mauss e outros que seguiram o mesmo estilo de fazer ciência, estudando partes da estrutura social, selecionando alguns aspectos. Esta visão não apenas garantiu o desmantelamento de parte do modelo colonial, mas

¹³ McCallum, Cecília. “O saber antropológico e a totalidade dos fatos sociais”. Mimeo. Outubro/2001.

também trouxe uma outra questão, a do presente etnográfico. Assim, os estudiosos, além de passarem a estudar somente alguns fenômenos recorrentes em determinadas sociedades, fundamentalmente, costuram argumentos na tentativa de convencer o leitor de que se trata da verdade.

Trazendo como exemplo a experiência de Evans-Pritchard e suas observações profundas sobre os Nuers, Clifford mostra como a teoria bem articulada pode ajudar na resolução de problemas que surgem no campo. Diferente da experiência de Malinowski, que se apoiou na vasta documentação, Evans-Pritchard buscou outra alternativa. Ele buscou um caminho tentando dar uma lógica sobre os Nuers que deixa aparecer, na primeira leitura, que tudo ocorreu como o autor apresenta, quando na verdade o resultado foi feito com muitas construções teóricas, para dar conta dos fenômenos antes ignorados pelo autor (pp.32-4).

É neste contexto do trabalho desenvolvido por Evans-Pritchard que surge uma cultura acadêmica de trabalhos de campo, para servir como rito de passagem ou laboratório, que são os pilares da observação participante. Em que pesem as críticas atuais a este método, é ele que dá visibilidade à etnografia como campo autônomo de constituição de saber, ou seja, é o que alimenta a Antropologia profissional, observa Clifford.

A experiência interpretada, tão central em Geertz, atualmente está sendo questionada em muitos dos seus conceitos, antes com forte presença na obra do autor. A idéia da legitimação pelo “eu estava lá”, diz Clifford, deve ser amplamente discutida, pois não é somente a presença que valida o trabalho e, para tal, o autor oferece os exemplos de Mead e Malinowski: é preciso intuição e experiência. Historicamente, os pesquisadores têm sido tentados a transformar qualquer experiência em interpretação e, por isso, Clifford recorre a Dilthey, trabalhando com o conceito de “Verstehen”, observando que nem sempre é possível a interpretação de culturas estranhas ao pesquisador (p.35).

Para fazer a interpretação, o autor do texto precisa mergulhar e atuar ativamente, familiarizando-se com o universo do mundo pesquisado, captando significados. Meu povo ou minha experiência, eis o que deve ser resolvido por pesquisadores que julgam ter

apreendido tudo sobre uma determinada comunidade. As autoridades estão combalidas, é o que deixa evidenciado o texto de Clifford e seus interlocutores. (pp.36-8).

Paul Robinow, assim como Geertz e outros, tem se dedicado à ligação estabelecida pelos pesquisadores entre experiência e interpretação. A autoridade legitimada pela experiência, que sustentou a Antropologia por muito tempo, começa a ser substituída pela interpretação ou Antropologia interpretativa. É a visão que incorpora “cultura como um dos textos a serem interpretados”, para constituir as “expressões fixadas” (p.39). É isto que Geertz denomina de “descrição densa”; aquilo que é usual, o recorrente, o que a etnografia chama de cultura. A cultura, que é o todo da comunidade, não pode ser apreendida de uma só vez na sua totalidade, mas sim por partes, separadas por conceitos, observa Clifford. A interpretação se dá por meio de discurso que, posteriormente, é apresentado em forma de texto. Assim, segundo Clifford, só quem esteve lá pode fazer o discurso: os textos saem do campo com o pesquisador para, junto com outras memórias, depois serem revelados.

Quando os costumes são relatados por um informante, não é preciso produzir no texto o discurso como foi ouvido no campo, mas sim apresentá-lo sem a pretensão do intérprete literário. Nem tudo está no texto, os desafios do campo, e nem em todas as notas. Corre-se o risco da exclusão de muitas das fases interessantes de interação com informantes e situações pela natureza formal do trabalho transformado em texto. Há situações de um texto limpo, com o relato de campo sendo apresentado como documento anexo, que traz uma outra questão, que vincula-se a uma falsa realidade, qual seja, da posição de muitos acertos do pesquisador na sua ida a campo. Trata-se em geral de pessoas que não conhecem a cultura do lugar, mas que em seus textos finais aparece muito pouco dessa fragilidade de conhecimento. Um exemplo é dado por Clifford na confusão de Geertz em relação à “briga de galos” e ao “Status de não-pessoa” em Bali, onde o desentendimento do autor foi decisivo na produção textual.

Segundo Clifford, a interpretação não trouxe muitos ganhos para a Antropologia, em relação à cultura de povos não-ocidentais, e, ao contrário, tem dificultado o trabalho de autores que ousam olhar por cima dos ombros dos informantes, pois seus erros impõem

uma série de reações entre grupos pesquisados. A relação de uma gama de pesquisadores confundidos, que têm sido obrigados a debater com “os outros” os problemas das suas culturas, tem aumentado significativamente nos últimos anos (p.43). Outras formas de autoridade têm se realizado, em especial no contexto dos povos pós-coloniais, pois o que prevaleceu até os anos 80 foi um profundo controle colonial branco eurocêntrico sobre outros povos.

Os casos dos povos indígenas brasileiros e das comunidades negras rurais e urbanas são exemplos clássicos do poder científico, centrado no exercício da autoridade, que marcam as relações cotidianas entre brancos e não-brancos. Estas imposições históricas devem ser desconstruídas e relações refeitas, desde a forma de se chegar ao campo até a produção e publicação do texto e da sua linguagem, que vem “eu” sem um “você”, assevera Clifford. Mas as relações desiguais transforma o você em um “outro”, em que pese a apropriação da linguagem desse outro pelo pesquisador. Além disso, as palavras dizem mais do que pretendem, na medida em que são carregadas de sentidos, subjetividades. Elas comunicam mais, ou menos, a depender da posição do leitor.

O caminho dialógico, portanto, parece ser o mais recomendável para as novas gerações que, como Rabinow, têm se preocupado com seus papéis de representar em texto. Mas, mais que isto, é necessário diálogo com a cultura do outro, sem omitir a realidade do trabalho de campo. Assim, há uma profunda confusão entre dialogar e interpretar, a linha defendida por Clifford e outros, e o exemplo clássico em Malinowski que passa somente por interpretar. Kevin Dwyer e Vincent Crapanzano se integram à visão de Clifford e propõem trabalhar com o conceito de vulnerabilidade, evidenciando a necessidade de corrigir as desigualdades na relação pesquisador/pesquisados.

A quebra da autoridade não dialógica somente é possível com a percepção por parte do pesquisador de que a pesquisa etnográfica é uma negação, onde participa ele e o grupo em questão (pp.43-7). O caso de Marcel Grioule é exemplar, lembra Clifford, da possibilidade de etnografia de alta qualidade sem autoritarismo científico, que inibe acusações que colocam a etnografia como plágio, por exemplo. Aqui, entra uma importante discussão

sobre a autoria do texto e faz lembrar os cânones da Antropologia que, numa revisão, podem ser chamados de plagiadores de textos locais. Em verdade, nos textos dos clássicos, muitas vezes está falando gente local sem cara nos livros e que fala, mas, ao mesmo tempo, é silenciada (pp.48-9).

Como Clifford apresenta a cultura como diálogo aberto e as línguas como lutas de muitos dialetos regionais, o que se torna hegemônico é produto da violência e muito pouco de acordos entre dominadores e outros em situação de dominação. O pesquisador, por não informar onde está, corre o risco de assumir “a voz da cultura” (p.51), mesmo isto sendo um esforço de não “atribuir crenças sentimentais e pensamentos” aos sujeitos pesquisados. Um outro exemplo dado por Clifford é o de Turner, que pesquisou numa experiência a três mas, ao publicar, um dos seus parceiros resume-se a uma fotografia e, o terceiro, nem isto. (pp.50-52).

A lição deixada com o exemplo como Piman Xamanism é que o texto etnográfico precisa possibilitar um leque cada vez mais amplo de leitores (pp.55-7). Fora do esquema lógico do ocidente (branco e europeu), pois também há um ocidente não branco dentro da Europa sem ser europeu ou norte-americano, fazendo do texto realmente “a trama de citações retiradas de inumeráveis centros de cultura”, como observa Roland Barthes, parafraseado por Clifford (p.57). Enfim, só escreve quem lê. E busca pelos ícones é a tentativa de escrever reparando os ruídos do passado ou abrindo portas para novos. O texto, para Clifford, deve contar com “processo experiencial, interpretativo dialógico, polifônico e sem controle do pesquisador”. Contrapondo-se a esta posição de Clifford, Rabinow observa que há um cosmopolitismo crítico dos intelectuais ou a convivência de vários pensamentos nos anos 90 que coloca as comunidades científicas em “in-between”. Este movimento vai para além do estruturalismo e da hermenêutica. Rabinow tenta mostrar que uma terceira via, como já propunha Foucault, é possível (p.104), onde a representação não se limite a um “nós” sem sentido. Por outro lado Rabinow, segundo Clifford, se considera no campo do que é dialógico, mas há dúvidas em Clifford sobre se o seu estilo textual também não o torna mais um no ocidente, com seu estilo indireto livre, e o que é mais grave, na opinião

de Rabinow, Clifford, como os ícones da etnologia, fala da sua escrivãzinha na biblioteca do *campus*, sem travar lutas no campo de trabalho com os sujeitos. (pp.84-6).

O que Rabinow critica em Clifford centra-se no desejo deste último de que exista apenas um jeito de produção do texto, o modelo dialógico. O desejo de Rabinow é que se admita a diversidade dos anos 90 e junto com essa pluralidade que venham também suas vozes diferentes. Rabinow informa que as posições de Clifford e outros se fazem mais pelas políticas acadêmicas, com seus campos e *habitus* que pela política em geral. (p.94), pois são os campos de força que determinam a produção do texto desta ou daquela maneira. Depende da posição que o pesquisador ocupa e são estas questões que Clifford, segundo Rabinow, não discute ao longo do seu texto.

Em verdade, ainda que haja desacordo entre Rabinow e Clifford, enquanto mulher negra, vivendo na América Latina, não posso concordar com as posições de ambos. Nem aos cuidados de Clifford nem ao relaxamento do tudo é possível de Rabinow. Quero e preciso ser uma terceira via, que transita nos dois pólos sem ser refém de nenhum dos dois modelos. Nem o pós-modernismo de Rabinow nem o modelo dialógico de Clifford são suficientes para dar conta do autoritarismo acadêmico, que, dentro ou fora dos chamados celeiros centrais da produção de idéias, Europa e Estados Unidos, produz e legitima desigualdades e tenta calar mundos a partir de teorias sobre os outros do mundo. Eu sou parte de uma outra alternativa que não deseja ocupar o lugar de vítima, mas que pode e deve reagir para não ser reduzida pelo “centro” do Brasil, por isso é importante falar de uma terceira margem do rio teórico, que é a diáspora, que se produz como alternativa de fala e também se constitui numa narrativa.

1.3. As Posições dos Intelectuais Diaspóricos no Contexto do Pós-Estruturalismo

“Na base do fenômeno da ‘diáspora africana’ tem se desenvolvido ao longo de séculos um duplo movimento. Um constitui a nós negros como grupo em que a dimensão de raça extrapola qualquer outra condição. Ou seja, um negro é antes de tudo um negro, com todas as conotações de subordinação que isto implica, em qualquer parte do chamado Novo Mundo, e a despeito do variado vocabulário utilizado para denominar os descendentes de africanos. O outro tem a ver com o fato de que o racismo antinegro

estabelecido globalmente, nos permite incorporar experiências que dizem respeito não apenas a nossa realidade mais imediata, mas também a de outros negros, mesmo que nunca as tenhamos vivenciado diretamente ...”. Luíza Bairros (1996).

Para além do debate teórico feito por Paul Rabinow com James Clifford, nos últimos 40 anos as identidades se formaram a partir de muitas mudanças ocorridas no mundo, as quais estão informadas fundamentalmente sob influência do feminismo, de movimentos anti-racistas e movimentos de libertação nacional nos países da África, na Ásia e nas Américas¹⁴, movimentos anti-nucleares e ecológicos e pela afirmação dos direitos sexuais.

Para refletir sobre a movimentação intelectual nas Ciências Sociais e alguns dos seus principais embates a partir dos anos de 1960 e 70, inicialmente quero apresentar um conjunto de quatro textos, de mulheres do Brasil e dos Estados Unidos e de um autor jamaicano, Stuart Hall e, em seguida de outros autores diaspóricos, ou que se movimentam dentro do que tem sido reconhecido como movimento da descolonização, exemplares das disputas de novos sentidos resultantes dos questionamentos acerca das metanarrativas. São debates informados pelo que Luz (2005) define como *“a riqueza da episteme africana, a originalidade das abordagens que legitimam o universo socioexistencial das comunicações de matriz africana...”*, se contrapondo ao que a autora qualifica como *“...o déjà vu das produções acadêmico-científicas sobre a presença africana nas Américas que tendem ao historicismo linear, a ideologia do recalque e a perspectiva etnocêntrico-evolucionista da ciência totalitária.”*¹⁵

O primeiro texto é o da antropóloga e ativista negra brasileira Lélia Gonzalez (1983), apresentado em 1980, na ANPOCS e publicado em 1983 -, que produziu um pensamento em ruptura com as metanarrativas sobre negro e mulher negra no Brasil no período 70 – 90; o segundo é de Regina Austin (1996) debatendo sobre as várias comunidades negras existentes no interior da comunidade negra nos Estados Unidos, rejeitando as visões monolíticas; o terceiro é de Lisa Ikemoto (1996), uma mulher de origem asiática nos Estados Unidos, que trata dos conflitos internos às comunidades não-brancas,

¹⁴ Ver Abdias do Nascimento. O Brasil na Mira do Pan-Africanismo. Salvador, EDUFBA/CEAO, 2002.

¹⁵ Narcimária Correia do Patrocínio Luz. “Dez anos de Agadá”. A Tarde, Caderno Cultural, 30/07/2005.

fundamentalmente, negras e asiáticas abandonadas pelo poder político e econômico norte-americanos, sob controle do segmento branco.

As duas últimas autoras, Austin e Ikemoto, desenvolvem reflexões semelhantes às de Gonzalez, nos anos 90. Elas são três mulheres produzindo em novos territórios acadêmicos, intitulado de feminismo negro (Bairros, 1996) e de forma mais ampla, no campo da descolonização, e que se apresentam, portanto, como pensadoras dos eixos contra-hegemônicos que emergiram, respectivamente, nas Américas nos últimos 30 anos, num espaço onde ocorreram embates teóricos entre as narrativas orientadas por correntes hegemônicas, ou visões da “casa grande”, como indica Austin (1996) e Ikemoto (1996), com a idéia de *Master Narrative – Narrativa da Casa Grande*, em confrontos com novas narrativas, em geral, trazidas para os espaços acadêmicos por suas próprias vítimas históricas.

Ao me reportar ao texto de Gonzalez¹⁶, hoje um clássico para os estudos de gênero e relações raciais no Brasil, aos textos de Austin¹⁷ e Ikemoto¹⁸, e aos textos de Hall (1999 e 2003)¹⁹, desejo enfatizar que as três autoras e o autor se lançam na tarefa de avaliar como as narrativas da “casa grande” congelaram lugares para mulheres negras e para homens negros, respectivamente, no contexto diaspórico.

Gonzalez (1981), em seu texto, ao tratar de racismo e sexismo na cultura brasileira, ilustra as dificuldades de articular afirmativamente um novo discurso acadêmico sobre mulher negra na sociedade brasileira, capaz de romper com as imagens da mulata, da mucama e da mãe preta, que contemporaneamente se fazem representar pela imagem da empregada doméstica para identificar todas as mulheres negras, independente dos lugares diferentes que ocupem.

¹⁶ Lélia Gonzalez. “Racismo e sexismo na sociedade brasileira”. Texto apresentado na IV Reunião da ANPOCS, Rio de Janeiro, outubro de 1980. Revista do CNPq, Brasília, 1983.

¹⁷ Regina Austin. “The Black Community, Its Lawbreakers, and a Politics of Identification. In: Critical race theory. Richard Delgado (org.) Temple University Press – Philadelphia, 1996, pp.293-304.

¹⁸ Lisa C. Ikemoto. Traces of the Master Narrative in the Story of African American/Korean American Conflict: how we constructed “Los Angeles”. In: Critical race theory. Richard Delgado (org.) Temple University Press – Philadelphia, 1996, pp.305-315.

¹⁹ Stuart Hall. A Identidade Cultural na Pós-Modernidade. Rio de Janeiro, DP&A Editora, 1999.

Já Austin, ao tratar do problema da violência nas comunidades negras nos Estados Unidos, observa que há uma tendência hegemônica nas análises acadêmicas, que em geral visualizam uma única comunidade negra, no sentido de homogeneidade nos Estados Unidos e em outras partes da Diáspora africana. E, tratando deste problema, Ikemoto assevera que estas tendências não dão conta das diferenças, o que em seu texto é exemplificado com os acontecimentos de 1992 em Los Angeles²⁰, mostrando como a falta de distinção da maioria dos pesquisadores orientados pelas narrativas dominantes faz com que tornem essas comunidades como uma grande massa “preta” e “amarela – asiática”, homogeneizada.

Mantendo-me atenta a estas referências, apresentadas por estas três autoras, tento articular as questões de raça e violência com a emergência desses debates teóricos, que ocorreram entre os anos 70-90, sobre novos atores sociais, buscando entender como as discussões em torno dos novos sujeitos nas ciências sociais, em boa medida foram visibilizadas por conta da disputa entre visões diferentes sobre objetos semelhantes. Para isto, analiso as posições defendidas em algumas teorias e seus seguidores, tanto no campo das metanarrativas quanto das contranarrativas, mesmo aquelas que antes eram narrativas da contracorrente, mas, contemporaneamente, têm se tornado narrativas dominantes.

Estas disputas orientaram-se por regiões, a exemplo das visões de oriente e ocidente, como bem argumentou Edward Said (1990)²¹, por gênero, liderando a revolução intra e extra acadêmica, como observou Capra (1997)²², mas fundamentalmente por raça, pois, considerando que parte do embate no campo das idéias se deveu aos discursos acerca do outro, esse outro em geral é não-branco e está em regiões, posições e orientações que devem ser modificadas para caber no modelo desenhado pelas metanarrativas funcionalista, estruturalista ou sistêmica ocidentalizadas.

²⁰ Em 1992 um grupo de policiais brancos de Los Angeles espancaram um motorista de caminhão, negro, e em seguida os policiais foram absolvidos em julgamento, o que causou uma grande revolta na população negra residente e fomentou uma grande manifestação pública violenta que culminou com muitas pessoas presas, incêndios e saque do comércio local.

²¹ Edward Said. *O oriente como invenção do ocidente*. São Paulo, Companhia das Letras, 1990.

Seguindo o exercício feito por Foucault (1998), em torno dos temas que os seus desafetos consideravam “não nobres” ou “menores”, ao tratar da teoria social contemporânea, o esforço concentra-se na necessidade de entender de que lugar discursivo cada idéia em torno das questões de raça, gênero, violência, loucura e sexualidade, por exemplo, se posicionam. Em sentido distinto, mas que em muito colabora para o propósito que tem este ensaio, a idéia de Elias²³ sobre a civilização como um projeto hegemônico, que disputou e venceu enquanto força no ocidente, indica a necessidade de pensarmos que vários projetos civilizatórios existiram e continuam existindo, mas apenas um modelo se impôs. Esta imposição se articula pelo discurso e por ele se legitima.

É, portanto, a partir de uma análise dos discursos que se torna possível entender como mulheres, mulheres negras, negros, loucos, homossexuais, residentes no chamado bloco não desenvolvido do mundo – Índia, Caribe, Brasil e África, todos que fariam o debate acirrado sobre a descolonização no pós-guerra (1945-1975), se constituíram nos objetos de disputas científicas que, nem sempre com saldos positivos, possibilitaram a quebra de visões ou a coexistência com outras, discordantes, que estão para além da ruptura entre iluminismo e nova teoria crítica. É com o entendimento e enfrentamento de discursos hegemônicos, que desde os anos 50 a ciência desenhada no ocidente europeu está sendo criticada, dando lugar a novas narrativas, que contestam verdades ditas científicas.

As referências que orientam o debate na teoria social contemporânea, no eixo da questão de raça, de onde se produz o pensamento de Lélia Gozalez, Regina Austin e Lisa Ikemoto, não se limitam às indagações epistemológicas de Foucault e seus contemporâneos Derrida, Guatari, Deleuze, mas é essencialmente o movimento de negritude e, mais recentemente, os movimentos contestatórios de imigrantes, ou mesmo do sul pobre e expoliado, contra as

²²Fritjof Capra. O ponto de mutação – a ciência, a sociedade e a cultura emergente. São Paulo, editora Cultrix, 1989.

²³Norbert Elias. O Processo Civilizador – uma história dos costumes. Rio de Janeiro, JZE, V 1, 1994.

hegemonias do norte, rico e opulento, que pode ser referenciado em Hall (1999)²⁴, Gilroy (2001)²⁵, Bhabha (1990) e Wacquant (1995).

O debate sobre racionalidade, que se tornou o centro da crítica à modernidade, em especial pela Escola de Frankfurt, tendo em Habermas a mais notória e contundente voz, orientou todas as análises e sínteses da maioria dos autores, que romperam com a tradição estruturalista. Mas outras escolas iriam se erguer desde os anos 30, para colocar em cheque os modelos da estrutura, que somente em 70 chegariam realmente ao colapso. Assim, o movimento desencadeado por Theodor Adorno, Horkheimer e Marcuse e, em seguida, por Habermas, na Alemanha e nos Estados Unidos, também tomaria caminhos próprios na França, de Levi-Strauss a Michel Foucault. Este último, contribuindo, fundamentalmente, na construção de um pensamento para os descentramentos, que iriam ocorrer nas Ciências Sociais nos últimos 30 anos.

Do estruturalismo ao pós-estruturalismo, que faz a negação ou grandes mudanças no que, durante o auge da racionalidade, haviam sido os pensamentos de Durkheim, Marx e Weber para as Ciências Sociais, Bourdieu, Elias e Giddens são os três principais teóricos que vão, em seguida, tentar formular teses que garantam análises para além do capital e do trabalho, que antes assumiam hegemonicamente a centralidade das análises sociológicas, dando lugar para raça, gênero, geração, orientação sexual e outras identidades.

O que marca esse grande debate da modernidade é a tentativa exitosa de articular subjetividade com racionalidade, possibilitando o diálogo entre o sujeito e a razão, como bem observa Allain Touraine²⁶. Modernidade que, segundo alguns autores, está datada na história entre os séculos XVI e XIX, que segue as etapas pelas quais passou a própria ciência social, vista como processo que superou a razão natural pela razão coletiva. Mas esta razão entrou em declínio, porque os indivíduos se apossaram do mundo e não se deixaram dominar, por conta da sua consciência emancipatória.

²⁴ Stuart Hall. A Identidade em Questão. In: A identidade cultural na pós-modernidade. Rio de Janeiro, DP&A editora, 1999.

²⁵ Ver Paul Gilroy. O Atlântico Negro – Modernidade e dupla consciência. Rio de Janeiro, UCAM – Universidade Cândido Mendes/Editora 34, 2001.

²⁶ Ver Allain Touraine. A crítica da modernidade. Petrópolis/RJ, Vozes, 1994.

Assim, mais que uma tomada de consciência do ocidente, a modernidade é uma longa narrativa ocidental imperial, com seus tentáculos sobre o mundo. Marcadamente, no século XVII, se ergue uma verdade racionalizada/científica nas ciências sociais que somente será questionada no século XX com os movimentos feministas, de juventude, anti-racista, etnicidade, identidade e sexualidade. Nesse embate, Levi-Strauss e Sartre saíram na frente, foram os primeiros.

Todos os movimentos contestatórios da modernidade seguem uma linha de ação contra a ordem, que é a marca central da modernidade, por isso mesmo pensada por seus opositores, a exemplo de Bauman, como a sociedade do terror. Esse modelo da ordem pode ser bem apresentado com a obra de Durkehim, pois este autor a tornou emblemática e objeto de sua defesa teórica. A fundação de uma nova forma de pensar, rompendo com as regras da “casa grande”, enquanto uma forma de narrar a vida e a experiência dos sujeitos na vida, nos obriga a delinear os conceitos de raça, gênero, geração e classe, pois é a partir dessas e outras dimensões identitárias que se consolidaram as narrativas da “casa grande”.

1.4. As Representações Orientadas pela Hierarquia de Raça

Trato o conceito de raça tendo como falar de um lugar datado no sentido histórico, que passa pelo momento da descolonização das mentes dos povos negros na Diáspora, sob efeito dos danos resultantes da brutalidade escravista europeia, que durou cinco séculos (1500-2000), conforme já sistematizado por Munanga (1999), Bento e Carony (2003); e Schwarcz (1996). Trata, pois, com o conceito de raça, enquanto categoria analítica de bases histórica, cultural e política, e não no plano genético, natural, biologizante, pois isto deixo para a compreensão de que também compartilho: que a raça é humana²⁷, como bem observou Fanon (1983)²⁸, Santos (1990)²⁹ e Hall (1999 e 2003)³⁰. E, no mesmo sentido, o

²⁷ Ver Cheik Anta Diop. *The African Origin of Civilization – Myth or Reality*. Laurence Hill Books, California/USA, 2001.

²⁸ Franz Fanon. *Pele Negra, máscaras brancas*. Rio de Janeiro, Editora Fator, 1983.

²⁹ Ver Neusa Santos Souza. *Tornar-se Negro – Ou As Vicissitudes da Identidade do Negro Brasileiro em Ascensão Social*. Rio de Janeiro, Graal, 2ª ed. 1990.

³⁰ Idem Stuart Hall. *A identidade cultural na pós-modernidade*, DP & A editora, 5ª ed. 2001, e, “Da Diáspora – identidades e mediações culturais”, UFMG, 2003.

conceito de gênero, assim como sexualidade e raça, não deve ser naturalizado, e sim deve ser tratado pelo seu caráter histórico, cultural e político, constituído no processo de interação social, sem bases fixas, erguida nos discursos identitários de ser mulher e homem. Ao manejar gênero estou filiada à visão apresentada por Moita Lopes (2002)³¹ e Hall (1999), afirmando que a identidade está em movimento e se constrói a todo momento.

A ambivalência se delinea quando o medo e o consumo como elementos estruturantes da sociedade moderna ocupam o centro da vida, num contexto social que vende e reprime em nome da segurança, assevera Bauman (1999). Assim, as teorias da modernidade também estão em disputa com este mesmo modelo que Bauman intitula sociedade do consumo, assumindo uma outra face, a ordem.

Para articular os conceitos que anuncio no início deste ensaio, raça, gênero e violência, é importante entender o que ocorreu nos anos 1960, em relação à categoria raça. Um bom exercício pode ser visitar a obra de Elias, tendo como horizonte ver o ser branco para além da regra, da norma, do que o “ocidente” entende como humano. A luta de sentidos erguida a partir dos anos 1960, principalmente em relação às lutas anti-colonialistas nos países africanos, Caribe, Estados Unidos e Brasil, obriga a este esforço teórico: deixar de pensar no ser branco como norma humana exclusiva, pois esta matriz ideológica orientou gerações inteiras a inferiorizar as maiorias humanas africanas e diaspóricas, asiáticas e seus descendentes.

O enfrentamento teórico desse império racial obrigou os campos contrários às narrativas da casa grande (Ikemoto, 1996) ao engendramento de um arranjo conceitual que, a partir da Conferência de Durban, em 2001, Crenshaw (2002)³² e outras têm denominado de interseccionalidade, pois no que se refere à escravização negra, o tráfico de mais de 40 milhões em África não se limitou aos corpos, mas também incluiu-se o seqüestro da fala, da dignidade e da moral, por isso todo o processo de reparação deve ser também para reparar

³¹ Ver Luiz Paulo da Moita Lopes. *Identidades fragmentadas – a construção discursiva de raça, gênero e sexualidade em sala de aula*. São Paulo, Editora Mercado das Letras, 2002.

³² Ver Kimberlé Crenshaw. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos a gênero. Dossiê III Conferência Mundial Contra o Racismo. Luíza Bairos (org.), SC, Revista Estudos Feministas, CFH/CCE/UFSC, Vol. 10, N. 1/2002.

moralmente a população negra, difamada por conta de possuir um elemento que não controla, a cor da pele.

Por isso, penso que as principais questões num trabalho sobre violência, no contexto de uma sociedade multirracial como o Brasil, onde inúmeros jovens-homens-negros estão impedidos de envelhecer, encontram-se no esforço de articular raça e violência de um lugar que até agora não foi muito evidenciado, qual seja, observando a interseccionalidade entre raça-gênero-geração-classe, no intuito de manter o caráter indissociável destas dimensões identitárias, haja vista que a maioria dos estudos sobre violência³³ observam a importância da raça, mas poucos buscam entender como os elementos contidos na representação sócio-racial brasileira atingem, desigualmente, negros e não-negros. No contexto do Brasil, em geral no fenômeno da violência como a defino, trata-se de homens-jovens-negros potencialmente atingidos. Somente em Salvador, estes estão representados em 94%, e o quadro pouco se altera em outros centros urbanos multirraciais, com maior ou menor predominância negra, a exemplo de situações semelhantes narradas por Vron Ware em Joanesburgo, na África do Sul.

A interseccionalidade, que considera que, no contexto de duas ou três identidades, o sujeito pode sofrer maior ou menor pressão por conta de uma, duas ou três das dimensões identitárias que vivencia, oferece caminhos para pensar como jovens-homens-negros, se tratadas todas as dimensões identitárias que vivem ao mesmo tempo, evidenciam as diferenças que operam desfavoravelmente contra um jovem negro morador nos bairros populares de um grande centro urbano. O mesmo em relação à questão de gênero, que se potencializa no campo da violência institucional contra este mesmo grupo. Raça, portanto, é um dos fatores estruturantes da violência contra jovens-homens-negros, mesmo que historicamente este grupo tenha sido visto como protagonista da violência criminal urbana, da violência sexual e de outras modalidades próximas.

³³ Trato aqui de violência no contexto institucional das polícias Militar e Civil, enquanto parte do Estado que detém o monopólio legal da força e; por outro lado, trato dos grupos criminosos, que, em geral, agem como organizações toleradas pelo poder reconhecido. Esta violência atinge potencialmente homens e ocorre no espaço do mundo público.

O estigma desenvolvido contra os jovens-homens-negros, representados como exemplo de violentos, como analisam criticamente Gonzalez, Austin e Ikemoto, é resultante da imposição histórica de sentidos, á qual se refere Bourdieu³⁴. Trata-se de um conjunto de lutas que se desenvolveram no campo teórico, marcadamente a partir dos anos de 1960. Uma parte importante deste conflito, observa Austin, situa-se no trabalho bem sucedido de homogeneizar a comunidade negra, transformando-a em uma massa única e sem diversidade interna. Esta posição teórica, que Austin, Gonzalez e Ikemoto identificam como narrativas da casa grande, deixou como legado teórico as bases para a criminalização integral da comunidade negra.

O mesmo esforço de crítica e contradiscursos às narrativas da casa grande sobre a comunidade negra aparece nas reflexões de Aparecida Pinto (1994)³⁵. Esta autora argumenta que, muitas vezes, os estudiosos “neutros” têm tratado “seus objetos” de tal forma que estes ao ouvirem falar de suas vidas, não se reconhecem na maioria dos escritos. Pois, em mais de quarenta anos, a luta de sentidos, a que também se refere Bourdieu (1998), tomou proporções incomensuráveis, e isto obrigou a academia a se perguntar pelos discursos que coordenam os discursos. Parece, pois, que sem entender o discurso, ou lugar de onde falam os estudiosos, fica difícil perceber quem são e o porquê dos seus discursos teóricos ou das formas simbólicas que mobilizam para afirmar verdades científicas.

Nesse sentido, a contribuição de Bakhtin, com o conceito de polifonia discursiva, onde o autor considera a linguagem como fato social e produto da manifestação da ideologia, é de fundamental importância para compreender o questionamento a uma ciência social que se refere à violência no campo de raça, gênero e geração, de forma unilateral, sem a possibilidade de contestações. Contrário à unilateralidade, na visão polifônica, há o diálogo. E, para além disso, Barthes assevera que entre a língua e a fala está o discurso, o qual possibilita interação³⁶, onde, através das formas, se materializam os significados circunscritos de elementos ideológicos.

³⁴ Pierre Bourdieu. *Contrafogos: Táticas para enfrentar a invasão neoliberal*. Rio de Janeiro, V.1, JZE, 1998.

³⁵ Elizabete Aparecida Pinto. *Etnografia: Identidades Reflexivas*. In: *Seminário temático Antropologia e seus espelhos – A etnografia vista pelos observados*. Vagner Gonçalves da Silva et alli (orgs.) São Paulo, FFLCH-USP1994pp.15-20.

A linguagem homogênea usada pelos teóricos que se pautam nas metanarrativas da casa grande para tratar de raça e violência, como observam Gonzalez, Austin e Ikemoto, deve ser vista como o lugar de conflito e de confronto ideológico, interno à sociedade e aos sujeitos. Assim como as condições de produção do discurso, como assevera Austin, deve-se levar em conta posição e supremacia racial, historicamente privilégio dos grupos brancos.

Sobre isto, Aparecida Pinto, ao tratar das identidades reflexivas, observa que a força dos discursos dos pesquisadores na produção de verdades sobre os negros no Brasil, em mais de um século de ciências sociais, indicou as relações de poder na produção do saber, não apenas criando equívocos, a exemplo de “famílias negras como sinônimo de anomalia social”, como sentenciou Florestan Fernandes (1996), mas também questões para além do Brasil, como a ideologia da democracia racial, onde está assentada toda a força da linguagem, como instrumento transmissor do conhecimento como realidade (1996, pp. 15-16).

É a força desse mesmo discurso que, contemporaneamente, congela a vida de aproximadamente 80 milhões de pessoas todos os dias no Brasil³⁷, e constitui, segundo Munanga (1999)³⁸, o conceito da mestiçagem e da miscigenação, como uma verdade conceitual. Para além das preocupações de Munanga, onde o autor considera que o racismo como ideologia precisa ser reproduzido pelas suas vítimas, Schwarcz (1996)³⁹ centra sua crítica na inteligentzia brasileira, responsável pela manutenção dessa ideologia que, no século XIX, ergueu um discurso sobre raça, que por um longo período foi baseado no plano genético-biológico.

1.4.1. Articulando Raça e Gênero no Campo das Representações

Para alguns estudiosos/as, como Hall (2003), Gonzalez (1982) Sudbary (2003), Perry (2004), Davis (2000), Vron Ware (2004) e Amar (2005), muitas lutas foram importantes no

³⁶ Ver Helena H. Nagamine Brandão. Introdução à análise do discurso. Campinas/SP, Editora da Unicamp, 2002.

³⁷ Segundo o último censo do IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, a população de pretos e pardos, que aqui denomino de negra, no Brasil está representada em 45,3%, sendo quase 80 milhões de brasileiros/as.

³⁸ Ver Kabengele Munanga. Rediscutindo a Mestiçagem no Brasil – identidade nacional versus identidade negra. Petrópolis/RJ, Vozes, 1999.

período entre os anos 70 e 90, mas nada foi mais contundente que a luta empreendida pelos movimentos anti-racistas, pelo poder que tiveram de dar diretrizes às lutas de enfrentamento aos interesses imperialistas e coloniais, confrontando com Estado, que depositou na polícia a tarefa de conter essas lutas com medidas orientadas por racismo institucional. (Amar, 2005). E, neste contexto, se destaca a luta específica engendrada pelo movimento feminista negro, que teve influência determinante para as lutas ocorridas, fundamentalmente, na diáspora contra a criminalização da população negra e, por isso, a necessidade de tratar da construção e legado dessa experiência, que se deu no interior do movimento feminista, em embates que foram além das disputas de gênero, configurando-se como o *locus* privilegiado de produção do discurso negro mais empoderado e visibilizado, dando força política para uma agenda por direitos que envolve toda a comunidade negra.

O discurso negro por políticas de reparação, afirmação da identidade na diversidade e o seu empoderamento político não teria ganhado força de ser ouvido, sem a ação organizada das mulheres negras nos últimos 30 anos, tendo como exemplo mais emblemático a performance desse segmento na 3ª Conferência Mundial Contra o Racismo, liderada em todas as suas instâncias pelas mulheres negras. Mas, até a chegada a Durban, em 2001, essas mulheres fizeram uma longa jornada, que problematizou em seguida, fazendo uma revisão dos discursos de gênero, focando nas imagens de controle, ou seja, estereótipos, que interferem na vida de toda a comunidade negra, com resultados bastante diferentes para as mulheres e para os homens negros.

Qualquer entendimento dos discursos de criminalização de jovens-homens-negros passa pela leitura do que pensa a sociedade sobre as mulheres negras, pois são a elas que se imputa a culpa pelo nascimento, em grande medida, a responsabilidade legal de uma geração, que o conservadorismo considera de “indesejáveis”. No contexto diaspórico, a situação se complica quando a agenda histórica de políticas focadas em gênero não alcança as mulheres negras, ficando estas abaixo de quase todos os índices em relação às mulheres brancas. E mesmo que uma boa parte dos organismos que operam no campo das políticas públicas acenem para a necessidade de empoderamento desse segmento, como resposta

³⁹ Ver Lília Moritz Schwarcz. O espetáculo das raças. Cia das Letras, São Paulo, 1996.

eficaz para os problemas enfrentados pela comunidade negra, os relatórios de monitoramento têm mostrado que o debate de gênero, articulado com outras categorias como raça, ainda continua na ordem do dia.

Penso na categoria gênero, para além do campo binário das relações homem-mulher, representações muito determinadas pela diferença de sexo, e também desejo pensar a lógica hegemônica que costuma pulverizar os debates em torno de gênero, levando a sua explicação para o campo biologizante, a qual não considera que o gênero é construído nos territórios da vida social, política e cultural, como bem nos lembrou Hall (2003), ao narrar a sua experiência no Centro de Estudos Culturais, na Inglaterra, e seus primeiros embates com as feministas, que, nos anos 1970, lá chegaram com as narrativas trazidas das lutas concretas, das ruas, do mundo do trabalho e dos próprios embates que emergiam na academia, uma experiência que Rabinow (1999) denominou de feminismo antropológico. Nesse contexto político apresentado por Hall, gênero assume o lugar de uma categoria construída nos campos da cultura, da política e da história, refutando a naturalização biológica.

O desafio posto é operar a categoria gênero, assim como raça, no campo da construção discursiva, levando em conta o que Moita Lopes (2003) denomina de campo das identidades silenciadas, observando suas contínuas fragmentações, quebra de bases fixas e a costura cotidiana com outras identidades de um mesmo sujeito, fazendo emergir uma identidade social de ser mulher e ser homem, de quem não nasceu nem homem nem mulher, lembrando Simone de Beauvoir, (1990), onde o elemento da alteridade é a peça chave, pois há sempre um outro produzindo discursivamente identidades do ser mulher e ser homem, sendo estas percebidas e validadas nesse que é um ambiente de produção e reprodução histórica de desigualdades, baseadas no gênero (MIREYA SUAREZ, 2004)⁴⁰.

Enquanto o campo teórico da naturalização do lugar das mulheres se limita a pensar em gênero como sistema binário simplista, reduzindo seu entendimento às lutas entre homens e mulheres, de dominadores e dominadas, outras correntes vêem gênero como conceito

relacional, recorrendo a essa categoria para pensar em todas as relações construídas na sociedade. Admitindo, portanto, que não somente os homens oprimem as mulheres, mas também as mulheres, ao internalizarem a ideologia do sexismo, recorrem a suas outras identidades de serem, no contexto brasileiro, brancas, classe média, procedentes das regiões sul e sudeste, podem também ser reprodutoras da opressão contra outras mulheres negras, indígenas, pobres e nordestinas (CASTRO, 1998)⁴¹.

Assim como na luta clássica das feministas brancas, de classe média, foram essas que primeiro ocuparam espaços dentro e fora da academia, como porta-vozes da luta das mulheres, conquistando legitimidade para se firmarem como um pensamento contra as narrativas patriarcais ou marcadamente de representações masculinas sobre as mulheres no mundo acadêmico. Essas que seriam reconhecidas, mediante visibilidades positivas ou não, como as primeiras feministas, traziam uma categoria de gênero essencialista, posteriormente criticada por não levar em conta um conjunto de identidades que operam dentro do mundo diversificado das mulheres, marcadas por raça, classe, orientação sexual e outras dimensões identitárias ausentes nas primeiras teses dessas feministas.

Mas foi dentro do próprio olhar sob o viés do gênero essencializado, onde essas feministas brancas cometeram o grande equívoco de universalização e generalização, definindo todas as mulheres como portadoras de uma única identidade, fazendo vigorar o seguinte pensamento: somos todas mulheres e, por isso, devemos fazer uma só luta pela nossa emancipação, conforme observa Hooks (1996)⁴² e Bairos (1996)⁴³. Esse foi, digamos, um primeiro eixo dos embates de gênero, que teve como protagonistas mulheres brancas, que faziam parte dessa primeira geração visibilizada, e um segundo grupo constituído de mulheres negras, que, fundamentalmente no contexto afro-americano, fizeram uma disputa teórica e trouxeram uma nova linha de entendimento dentro do campo teórico de gênero, o feminismo negro, articulando raça, gênero e classe como uma necessidade para mostrar que o racismo, quando associado ao sexismo, cria novas e diferentes formas de dominação não

⁴⁰ Ver Parecer de especialistas em gênero no II Encontro de Intercâmbio de Experiências de Gênero no Mundo do Trabalho. FIG-CIDA, Brasília, 2004.

⁴¹ Ver Mary Garcia Castro e Miriam Abromoway, Engendrando um novo feminismo. UNESCO, 1998.

⁴² Ver bell hooks. Intelectuais Negras. In: Dossiê Mulheres Negras. Revista Estudos Feministas, 1996, pp464-478.

experimentadas pelas mulheres brancas. É em torno do resultado desse diálogo forçado pelas feministas negras em relação às feministas brancas que vão emergir as novas correntes do feminismo que irão operar gênero num sentido sempre relacional e articulado com outras identidades, inclusive o esforço pela desfeminilização de gênero (FIG-CIDA, 1999)⁴⁴.

Gênero como sistema de dominação, no entendimento relacional, precisa ser lido desde os esquemas tradicionais da teia secular da dominação masculina sobre as mulheres, até as relações hierárquicas marcadas por ser homem e ser mulher, mesmo sabendo o quanto foi importante para a história do feminismo clássico operar nesse campo binário homem-mulher, objetivando a sua desconstrução, para fazer surgir uma conjuntura que não inferiorizasse as mulheres pela sua condição no gênero.

Mas isso não significou a desconstrução do legado histórico e das permanências do sexismo, pois, como observou Bairros (2003), operar com essa política de reconhecimento do gênero marcado na diferença do corpo biológico foi muito importante para as primeiras feministas, mulheres brancas de classe média situadas nos países centrais do capitalismo, que exploram todas as mulheres, brancas e negras, mas deram às brancas o lugar de herdeiras das mulheres que historicamente conheceram a experiência do pedestal, do feminino puro e sagrado.

Nesse grupo das primeiras feministas visibilizadas, e as defino assim por serem parte de um segmento que entende que feministas são todas as mulheres que lutam pela emancipação política das mulheres, as mulheres negras, especialmente no contexto da diáspora africana, protagonizaram a luta pela liberdade muito antes que as mulheres brancas, nesse mesmo território. Mas foram as últimas que tiveram as manifestações de reconhecimento. Há neste grupo das feministas brancas uma outra identidade que marcou os estudos de gênero, que as diferenciou de muitos outros grupos identitários que galgaram espaços na vida acadêmica e nas lutas sociais a partir dos anos 1970. Qual seja, essas mulheres levaram a luta política

⁴³ Ver Luíza Bairros. Nossos Feminismos Revisitados. In: Dossiê Mulheres Negras. Revista Estudos Feministas, 1996, pp. 458-463.

das ruas para a academia e, nesse *campus* de força, criaram estratégias de afirmação bem sucedidas, mas ao tentar incorporar todas as mulheres, sem fazer a política da diversidade prática, deixaram a brecha teórica para a ação do feminismo negro, que também se manifesta na academia, para responder por muitas mulheres silenciadas em suas experiências.

Num debate mais interno ao Brasil, o pensamento de Gonzalez (1983) e de outras autoras que, no início deste capítulo, identifiquei numa corrente político-teórica intitulada de feminismo negro, Carneiro (1996)⁴⁵ e Bairros (1996)⁴⁶ argumentam que as imagens de controle em relação às mulheres negras, erguidas pelo discurso da supremacia branca, viva e existente no contexto do “*campus acadêmico*”, não levam em consideração este que é o eixo central da corrente negra-feminista, qual seja, de levar em consideração a experiência empírica das vivências das mulheres negras, o que as tornam portadoras de discursos de gênero tão legítimos quanto os das mulheres brancas. Para os segmentos de intelectuais identificados por Bourdieu como “a classe dominada da classe dominante”, conservadora do discurso da casa grande, as mulheres e os homens negros têm lugar reservado e naturalizado, que se acentuam nas imagens petrificadas da prostituta e da empregada doméstica, como argumentou Gonzalez (1983). Já os homens negros ocupam, neste mesmo imaginário, os lugares naturalizados de marginais e maníacos natos, sendo essas representações hegemônicas orientadas por identidades de gênero imediatamente articuladas com raça e classe. Essa perspectiva de uma suposta subalternidade das mulheres negras não deixou de contaminar o olhar das feministas brancas e seus textos estão eivados destas visões (Gonzalez, 1983; Bairros, 1996).

Na dificuldade de superar os lugares sociais políticos e econômicos controlados, destinados para as mulheres negras, representados em muitos textos feministas, estão muitos dos

⁴⁴ FIG: Fundo para a Igualdade de Gênero. Documento para operação da categoria de gênero em projetos sociais para equidade. Brasília, 1999.

⁴⁵ Ver Sueli Carneiro. Gênero, Raça e Ascensão Social. In: Dossiê Mulheres Negras. Revista Estudos Feministas, 1996.

⁴⁶ Trato de uma geração de intelectuais negras, baseada fundamentalmente nos Estados Unidos, Caribe e Brasil, que se organizou por dentro e por fora da academia, a partir dos anos 1970 e 80, para contestar teoricamente as metanarrativas ou os discursos da Casa Grande, imprimindo uma marca da não aceitação do cativeiro mental eurocêntrico em suas produções. Esse esforço levou essa geração a se voltar para obras de intelectuais como Cheik Anta Diop, Franz Fanon e muitos/as outros/as que iniciaram os caminhos da descolonização do conhecimento.

elementos do que nos une e do que nos separa, e são emblemáticos para entendermos o que Bairros (1995) identificou como o fenômeno da homogeneização, que nos leva a pensar que todas as mulheres são brancas e todos os negros são homens, dada a presença de representações de gênero dominadas por visões unilaterais das mulheres brancas da classe dominante nas narrativas sobre as experiências das mulheres e representações de raça dominadas por visões unilaterais de gênero. Isto é o que Sudbury (2004) identificou como racismo de gênero e sexismo racializado.

Nas narrativas da casa grande, observa Pinto (1996)⁴⁷, as mulheres negras são originárias de famílias desorganizadas, anômicas, separadas entre integradas e desintegradas, estando todas essas definições numa referência das famílias brancas e, por consequência, as famílias negras são discursivamente apresentadas como produtoras de futuras gerações de delinquentes, como também sinalizam criticamente Austin (1996), Wacquant (2001)⁴⁸ e Bauman (1998 e 1999)⁴⁹, ao falarem dos estigmas produzidos contra mães solteiras nos Estados Unidos. A construção desse discurso no contexto dos estudos sobre raça e violência, tanto no plano global quanto em relação ao Brasil, Caribe e Estados Unidos, este último bem ilustrado com o texto de Austin, nos força a voltar aos clássicos do discurso, como Bakhtin, para pensar nas possibilidades dialógicas, a fim de entendermos o que está entre a linguagem e a fala dos pesquisadores na produção dos seus discursos.

Para além de todas as construções de gênero influenciadas pelas imagens de controle sobre mulheres e homens negros, para os jovens-homens-negros, atores diretos do confronto com os policiais no contexto da violência urbana, as representações de gênero têm um significado muito importante, na medida em que estes são portadores de um corpo que, como argumentou Lemos-Nelson (2002), historicamente, tem sido alvo de controle e punição, sendo essa punição uma espécie de pedagogia do medo que serve de exemplo para toda a comunidade a qual pertence esse jovem. A autora observa que o corpo torturado é uma mensagem disseminada para toda a comunidade e se configura em medo, coerção e

⁴⁷ Elizabete Aparecida Pinto. Etnografia: Identidades reflexivas. In: Antropologia e seus Espelhos – a etnografia vista pelos observados. Seminário temático Antropologia e seus Espelhos. FFLCH – USP, São Paulo, maio de 1994. Edusp, 1996.

⁴⁸ Ver Loic Wacquant. As Prisões da Miséria. RJ, JZH, 2001.

⁴⁹ Zygmunt Bauman. O mal-estar da pós-modernidade. Rio de Janeiro, JZE, 1998.

ameaça real. (pp.27-29). E, para a polícia, os jovens-homens-negros se configuram como uma ameaça permanente, por isso são eles os alvos de suspeição baseada no filtro racial (Reis, 2003).

Alba Zaluar (1993), ao analisar os papéis de homens e mulheres nos mundos do crime, observou como a demarcação de gênero está posta como categoria que define quem vai para os confrontos de rua, quem tem as armas e quem vai dar as ordens assumindo sempre o lugar de chefe. Estes papéis, segundo a autora são sempre dos homens, cabendo às mulheres os lugares de poder a partir da cena privada, o que faz com que elas só se envolvam a partir dos lugares públicos, quando os seus companheiros estão presos ou foragidos.

Já Ribeiro (2000) asseverou sobre os perigos de sofrer a violência urbana, muitas vezes de caráter letal, a partir da condição de gênero, tornando-se os jovens-homens-negros muito mais vulneráveis, pelo fato de pertencerem ao mundo da rua, ficando muito mais expostos à ação da polícia e dos grupos de extermínio em Salvador e na RMS. MVBill (2005), ao narrar a experiência de gênero dos jovens-homens-negros envolvidos com o tráfico de drogas e a luta de suas mães para resgatá-los, traz uma das faces mais humanizadoras desses jovens para os debates sobre violência urbana e gênero, pois ele reconhece nos códigos internos entre os jovens dos sentidos de ser mãe que estão para além dos outros códigos de honra assumido pelos jovens. A mãe, segundo MVBill, pode entrar e sair em busca do seu filho, buscas que muitas vezes as levam a varar as madrugadas. O autor observa que, ao chegarem nos lugares considerados mais perigosos, as mães têm uma espécie de indulto para entrarem e este não pode ser violado por nenhum membro do grupo.

Taparelli e Paes Machado (1996) e Kally (1999), ao tratarem dos grupos de jovens organizados em quadrilhas juvenis e na condição de moradores nas ruas em Salvador, trataram da divisão de gênero que estava posta para meninas e meninos, com maior destaque para as relações afetivas, na definição ainda muito precoce entre os jovens casais que se formam com suas fronteiras consolidadas em bases bastante rígidas e com regras de

punição conhecidas e acordadas por todos e, quando são violadas, a punição é vista como regra de coerção, mas também de coesão de cada grupo. Um exemplo é a condenação da violência sexual ou o acesso à mulher, pois, mesmo morando na rua, toda a noção de família é construída, assim como as fronteiras do que é ou não permitido. Isso não significa que as práticas de violência sexual fora do grupo não sejam consideradas legítimas.

Ramos e Musumeci (2005), ao tratarem de abordagem policial e discriminação na cidade do Rio de Janeiro, perguntaram aos policiais e às vítimas qual era o perfil do suspeito padrão e concluíram que as mulheres são muito menos abordadas do que os homens. Sendo a revista às mulheres fato que ocorre com menor frequência, principalmente pelo fato de o Código de Processo Penal impedir que homens revistem mulheres e, nas blitz, em geral, há muito mais homens atuando. Além disso, as autoras analisaram o fenômeno da baixa incidência de mulheres serem abordadas e revistadas, como fato que representa mais do que está na lei, artigo 249 do Código de Processo Penal, que diz que mulheres não podem ser revistadas por policiais homens e afirmam que este aspecto ainda precisa ser estudado de forma mais detalhada, pois outras autoras estudadas por elas encontraram situações de desrespeito de policiais em relação a mulheres jovens, assim como são conhecidas as situações de constrangimentos de mulheres, inclusive idosas, no sistema prisional, quando vão visitar seus filhos e companheiros encarcerados. Nos relatos de policiais, na pesquisa das autoras, os homens continuam sendo os grandes merecedores de suspeição, por representarem perigo e ameaça. (pp. 41-43).

1.4.2. A Força das Representações Sobre Geração no Contexto das Políticas de Segurança Pública

A juventude, enquanto identidade geracional é transitória e desafiadora, representando a fase de muitas descobertas e, também, momento de passagens para o mundo adulto. Mas não é igual ser jovem para mulheres e homens; pobres e ricos ou negros e brancos. E são as representações sobre juventude marcadas pelo cruzamento com as identidades de gênero, classe e raça que informam as condições de diferentes sujeitos nesta mesma geração.

Geração, assim como raça e gênero, tem sido uma categoria muito importante para entender a morte violenta como solução política do Estado na vida de milhões de jovens-homens-negros, desde o surgimento de corporações policiais no contexto americano, a exemplo da polícia no Brasil⁵⁰, às estratégias contemporâneas de controle da população negra jovem, exposta ao constrangimento cotidiano, como uma forma de “aprendam o seu lugar” (GONZALEZ, 1983), enquanto por outro lado, a juventude branca é celebrada como símbolo de sucesso e futuro (JACOBO, 2003).

Como bem ilustrou Wrigth (1940), em seu livro *Native Sun* (Filho Nativo), trata-se de uma faixa da juventude que está sempre sendo vigiada e punida com rigor. Nos anos 1990, Austin observou o mesmo grau de vigilância em relação à juventude negra em Los Angeles, e, mais recentemente, o cineasta Spike Lee, em seus filmes *Clockers* (Irmãos de Sangue, 1996) e *Jungle Fever* (Febre na Selva, 1986). Em todos esses tempos históricos, a morte violenta tem sido decisivamente marcada pelo corte geracional. Zaluar (1998) tomou a categoria geração como estruturante para exemplificar como ser jovem-homem-negro coloca-se como uma das saídas de sobrevivência nos grandes centros urbanos brasileiros para a juventude que vive em suas periferias controladas pelo tráfico, sendo importante considerar que somente 6% das vítimas da violência letal no Brasil estão em situação de conflito com a lei.

Nas duas últimas décadas, 1980-2000, as agências da ONU – UNESCO (1998, 2001 e 2003, 2005), UNICEF (2003) e outras, assim como parte considerável dos estudos realizados em centros universitários brasileiros, com destaque para o NEV – Núcleo de Estudos da Violência, da USP/SP, o FCCV – Fórum Comunitário de Combate a Violência, da UFBA/BA e CESEC - Centro de Estudos de Segurança e Cidadania, da UCAM/RJ, todos têm confirmado em suas pesquisas que a violência letal atinge em maior grau o grupo de jovens-homens-negros. E essa violência tem afetado de forma quase irreversível a expectativa de vida de todas as pessoas que participam da vida desses jovens que morrem vítimas da violência. (ARAÚJO, 2005).

⁵⁰ Ver Bento e Carony. *Psicologia Social do Racismo*. Vozes, Petrópolis, 2003.

No Brasil, as taxas de pessoas vitimizadas pelas mortes violentas giram em torno de uma população de 50 mil pessoas por ano, segundo a UNESCO (2005), e 32 mil são jovens-homens-negros. Entre 1979 e 2003, somente por arma de fogo morreram 205 mil jovens na faixa de 15 a 24 anos de idade, mas, mesmo de posse desses dados, as instituições governamentais responsáveis pela gestão de políticas de segurança não têm conseguido desconstruir os imaginários capazes de colocar jovens-homens-negros na condição de vítimas da violência, ao contrário, aprofunda-se no contexto Brasil a visão sobre esse segmento da juventude como protagonista da violência. Por isso, alguns autores têm observado a necessidade de enfrentamento dessa contradição mediante políticas públicas específicas, conforme enfatizam Castro e Abromovay (UNESCO, 2004) e Souza Santos (2005).

Como em todos os contextos de populações multirraciais, o Brasil não está livre de uma das marcas mais brutais da colonização, que passa pela naturalização de imagens sobre homens negros como os mais violentos, selvagens e sexualmente mais agressivos. E essas imagens afetam em cheio os jovens negros que, ao terem suas imagens congeladas e controladas por essas representações, não conseguem ser fator de alteração para mudança individual e coletiva do seu grupo racial. A outra implicação grave incide nas perdas que a família desse jovem se vê implicada, quando a expectativa de vida no Brasil já ultrapassa os 65, e muitos jovens-homens-negros têm morrido dentro da faixa de 15 a 24 (ARAÚJO, 2005).

1.4.3. As Representações e a Simultaneidade das Identidades Definindo Lugares de Classe

Classe, como conceito, historicamente, pouco tem sido visto como parte de uma grande narrativa, fundamentalmente pelo caráter objetivo que, desde o século XIX, assumiu, a partir da teoria marxista, pois ao contrário de ter sido entendida enquanto um fato objetivo, como observa Sudbury (2003)⁵¹, ao revisitar o pensamento de Lyotard e Spivak, que classe

⁵¹ Ver Julia Sudbury. Articulando “raça”, classe e gênero. In: Outros Tipos de Sonhos – Organização de Mulheres Negras e Políticas de Transformação. SP, Selo Negro edições/SUMMUS. 2003, pp.191-230.

“não pode ser entendida fora das práticas discursivas que a criaram”, onde este conceito foi tomado como uma realidade objetiva, dada no destino dos sujeitos como elemento de enfrentamento, que quando não se organizaram dentro da narrativa sobre o “homem trabalhador europeu”, foram ao longo da história considerados em estágio de alienação.

A munição para esse debate da desconstrução de classe como fato objetivo foi, inicialmente, oferecida pelos pós-estruturalistas e, mais recentemente, pelos teóricos que se ancoram nos estudos culturais, como Hall (2003) que, mesmo sendo um marxista confesso, ao tentar entender as classes dentro da classe, horizontaliza este conceito com outros conceitos como raça, gênero, geração e a condição histórica dos povos que vivenciaram a colonização moderna, dentro de África e na Diáspora, para refazer o entendimento de classe, quebrando os dogmas, validando o conceito e o colocando em posição estratégica para explicar as próprias condições de classe dos negros/as, que estavam ausentes da objetividade marxista e seu universalismo.

Ao ver as contradições do capitalismo exclusivamente a partir da experiência da classe trabalhadora europeia, os marxistas não deram conta da complexidade e das formas diversas de lutar para o aumento da consciência, dado ausente das narrativas que consideram a “classe trabalhadora como um agente unitário útil”, diz Sudbury (p.193), parafraseando Gilroy (1987), ao tratar da *simplificação* teórica feita pelo marxismo, trabalhando com as idéias de “classe em si mesma ... e a classe por ela mesma”, onde a ideologia do racismo e do sexismo controla as representações de classe.

Assim, sem o enfrentamento dessas formas de opressão não é possível pensar em uma classe trabalhadora e, muito menos, em luta de classe, mas na existência de classes divididas pelo racismo, pois as experiências dos/das trabalhadores/as negros/as são particulares, são moldadas pelo racismo. Sudbury retoma o pensamento de Hall, para afirmar que: “raça pode sob condições determinantes, tornar-se interiorizada na luta de classe”, mas esta não é uma regularidade, mas ao contrário existem sempre são “barreiras na participação negra no movimento dos trabalhadores”. (p.194). E as experiências das mulheres negras assumem particularidades ainda mais profundas.

Contra os discursos unilaterais sobre classe e outras dimensões identitárias, é do próprio Hall (2001) que vem uma contribuição muito refinada, ao observar que “as paisagens culturais como classe, gênero, sexualidade, etnia, raça e nacionalidade” (pp. 09-14), que no passado nos forneciam sólidas localizações, no contexto atual estão em transformação, que em muito tem fugido à compreensão das leituras sistêmicas integradoras dos sujeitos, ou seja, há uma perda do sentido do “sujeito em si”. Portanto, a idéia do fixo e estável passou a ser contestado pela dúvida, pela incerteza, quebrando a força de essencialismos, que Hall identifica como fruto do “sujeito do iluminismo” (2001, p.10).

Um segundo sujeito apresentado por Hall é o sujeito sociológico, fruto da produção interacionista simbólica, de Mead, por exemplo, materializando a interação do sujeito com a sociedade, onde a compreensão das dimensões de subjetividade e objetividade são centrais para informar tal concepção. Mas, tanto o sujeito do iluminismo quanto o sujeito sociológico, assevera Hall, entraram em colapso, enquanto modelo explicativo, e emergiu um terceiro, o sujeito pós-moderno, que não tem identidade fixa, essencial ou permanente (p.12). Ao contrário, este novo sujeito é móvel e suas identidades são formadas e transformadas continuamente em relação às interpretações nos sistemas culturais.

Portanto, o modelo oferecido por Hall contesta o congelamento e a naturalização biológica, para o que é cultural, político e histórico, a exemplo de mulher-negra-pobre-mãe-solteira, ou jovens-homens-negros, porque todas estas identidades são construções datadas na história. Além disso, as identidades mulher-negra ou jovens-homens-negros não são unificadas para sempre, podendo haver em um mesmo sujeito identidades contraditórias. Isto provoca deslocamentos, que não comportam um sujeito centrado ou fixo e seguro.

Os sistemas de significações e representação cultural, ao se multiplicarem, confrontam os sujeitos com várias identidades. Para fortalecer seu argumento, Hall (p.14) volta ao pensamento de Marx, com a afirmação da contemporaneidade da construção teórica “tudo que é sólido desmancha no ar”. Então, o autor, parafraseando Giddens, observa que se trata de uma sociedade onde “as práticas sociais são constantemente examinadas à luz das

informações recebidas sobre aquelas próprias práticas, alterando, assim constitutivamente, seu caráter” (p. 16).

Por isso, é importante pensar que a ordem social que controlava a vida foi submetida, com as mudanças da modernidade, a constantes rupturas e fragmentações, antes inaceitáveis, quando da vigência da ordem centrada. Agora, há uma pluralidade de centros. Estas idéias apresentadas por Hall não seguem o aspecto do poder centralizador econômico, mas sim, tratam do debate em torno da diferença, que posiciona sujeitos, a partir das suas identidades. Essas identidades são provisórias, possibilitando a existência do sentido histórico que lhes informam.

Ainda ao tratar do nascimento e da morte do sujeito moderno, Hall concorre com as idéias sobre a racionalidade científica do sujeito iluminista. Era o primeiro deslocamento, observa Hall, pois haviam tirado Deus do centro do universo e esse lugar foi ocupado pelo sujeito, fundando o “sujeito cartesiano”. O sujeito da modernidade era o sujeito da razão e, mais que isto, era sujeitado à razão, como teoriza Foucault, ao observar as dificuldades para um sujeito a partir da noção de indivíduo.

É no questionamento deste indivíduo que nasce, de forma invisibilizada, a contestação de metadiscursos da sociedade de categorias coletivas, homogêneas (Durkheim/Marx), ou da ação dos sujeitos centrados em categorias individuais (Weber). No campo em que se movem Gonzalez, Austin, Ikemoto, Gilroy, Sudbury e Hall, por exemplo, estão sendo travadas lutas de sentidos ou disputas hermenêuticas, onde não há dicotomia entre estas duas grandes bases narrativas, mas sim a contestação das totalizações produzidas nas zonas de saber e poder que não admitem as vozes dos supostos perdedores.

As representações e a simultaneidade das identidades de raça, gênero e geração têm definido os lugares de classes da população negra e, para além disso, as estratificações de classe presentes dentro desta comunidade que, como afirma Austin (1996), comportam tantas outras comunidades dentro dela, e tem sido ponto de partida para explicar a condição

de classe movida pelas representações de raça que determinam barreiras econômicas e políticas.

Sendo assim, é na leitura das condições de classe da população negra que devemos contar com os efeitos das narrativas sobre ser negro, ser mulher negra, ser jovem-homem-negro, e nos caminhos teóricos que precisamos compreender com base em uma contranarrativa ancorada na descolonização da teoria social e da história. A situação de simultaneidade de identidades de raça, gênero, geração e classe gera algo que as representações focadas no sujeito das metanarrativas e do estruturalismo, não dão conta para explicar a morte, que chega cedo na vida de jovens-homens-negros, moradores dos bairros populares, de uma grande cidade como Salvador, multirracial e extremamente desigual. Cabe, por isso mesmo, ao próprio protagonismo negro, particular de cada lugar na Diáspora, responder às representações negativas, motivadas pelo racismo.

CAPÍTULO 2: POLÍTICAS DE SEGURANÇA PÚBLICA

2.1. As Políticas de Segurança Pública: o global influenciando o local

Pretendo, neste capítulo, apresentar um panorama dos estudos e debates sobre políticas de segurança pública, observando as implicações que as temáticas tolerância zero e criminalização racial, que alguns autores, como Amar (2005), denominam de filtro racial, têm na implementação e gestão destas políticas pelo Estado e, ao mesmo tempo, desejo realizar um esforço para pensar em temas que ocupam a agenda dos governos e da sociedade civil organizada e que se entrecruzam com políticas de segurança pública, a exemplo de garantia dos direitos humanos e controle social da ação da polícia, como mecanismos de controle civil da conduta policial.

Esta abordagem me parece central, na medida em que há um debate sobre violação dos direitos humanos da população negra e de outros grupos não-brancos, que têm emergido em alguns estudos sobre segurança pública, realizados em importantes sociedades multirraciais, a exemplo de Brasil, Estados Unidos, Inglaterra e África do Sul, que dão fortes pistas de unilateralidade e ação padronizada do Estado, o que se configura como políticas orientadas por padrões de racismo institucional, filtro e criminalização racial e cegueira racial, criando a política de Tolerância Zero (Gonzalez, 2005),⁵² como elemento de enfrentamento à criminalidade, conforme ficou demonstrado nos trabalhos de alguns autores como Amar, (2005); Wacquant (1995 e 2001); Soares (2000); Ramos e Musumeci (2005).

Segurança pública é entendida nesta pesquisa como o conjunto de ações elaboradas e aplicadas pelo Estado, instância legalmente constituída, que detém o monopólio da força, garantidora da segurança pública, através do controle do aparelho policial, e que tem como finalidade proteger a vida. Em outra dimensão entendo que “segurança não se resume à ausência de atos criminosos, mas significa o acesso de diferentes grupos sociais às condições de exercício pleno da cidadania” (CESEC, 2005). A segurança pública, enquanto

gestão sócio-organizacional para o controle social e manutenção da ordem pública, deve ser resguardada de todos os atos de desordem, mediante a garantia dos direitos humanos, das vítimas e de quem protagoniza a violência.

A gestão da organização estatal de controle e prevenção da criminalidade, em muitos países, como o Brasil, está direcionada para resguardar o patrimônio, em detrimento da proteção das pessoas, da vida. Contestando esse modelo, Soares (2005)⁵³ observa que segurança pública está intrinsecamente ligada à educação e à cultura, na medida em que opera com *interpretação, valor e emoção*, e, por isso mesmo, agindo no campo da subjetividade, colocando a ordem social, conceito muito caro à criminalística e à sociologia das organizações, como elemento muito frágil quando se debate com estereótipos e outras cicatrizes históricas, como o racismo, e outros filtros, como pobreza; para Soares, a ordem social é uma instituição e como tal só existe porque os indivíduos seguem rotinas e a reafirma todos os dias através dos procedimentos e relações regulares, como reza o clássico weberiano. Portanto, considerando a multiplicidade nas matrizes de pensamento, o que para as elites pode ser anomia, desvio e desordem, para as classes populares e a população negra, pode ter outros sentidos, que representam conflito.

Como bem observam Adorno (1995) e Wacquant (1995 e 2001), essa ordem pública e a quebra das regras sociais pode ser praticada por membros de todos os grupos raciais, econômicos e culturais, no entanto a juventude negra e pobre, residente nos “bairros sensíveis, nos guetos e em outras modalidades de bairros segregados”, assevera Wacquant (1995), são os alvos das políticas de controle mais severas e discriminatórias, fazendo com que a cor da pele ou a condição de classe, transforme raça, classe, local de moradia e outras dimensões identitárias desses grupos alvo, em capital simbólico negativo, através da ação do próprio Estado, que tem como marca das suas políticas de segurança a prática do racismo institucional. Para Adorno (1995), a cultura de criminalização enraizada nas

⁵² Juan Gonzalez. *New York Police Department Arrest 181 black men in Queens after cop shot in the leg*. Times On-line, Friday, July 1st, 2005.

⁵³ Ver Soares. *Invisibilidade e Reconhecimento - Expectativa e Ordem Social*. In: Cabeça de Porco. MVBill, Celso Athayde e Luiz Eduardo Soares (org.). Rio de Janeiro, Objetiva, 2005.

agências de controle e a elite política aprofunda o imaginário negativo sobre o tipo de pessoa que forma a “classe perigosa”.

Além disso, na constatação de Pinheiro et alli (1994), junto com esse imaginário ocorre a violação dos direitos econômicos e sociais, o que faz aprofundar ainda mais os obstáculos para a afirmação dos direitos civis e políticos que, conjugados, são a representação dos direitos humanos, que devem ser resguardados através de boas políticas de segurança pública, como rezam os protocolos, declarações e tratados assinados pelo Brasil nos fóruns, conferências e cúpulas internacionais, conforme também enfatiza Villaveces Izquierdo. (2002)

A despeito de muitos territórios e países estarem em guerra ou em qualquer outra situação de conflito armado, reconhecido pelas Nações Unidas, o Brasil, oficialmente, não está em guerra, mas os números de pessoas vítimas de mortes violentas, colocando o país em 2º lugar numa lista dos 57 países mais violentos do mundo (Mapa da Violência - UNESCO, 2005), deixando-o abaixo somente da Venezuela, tem chamado a atenção internacional, especialmente no envolvimento do Estado em relação a esta liderança, o que os observadores internacionais classificam de negativa (GLOBAL JUSTICE, 2003); e (HUMAN RIGHTS WATCH, 2004). Sendo assim, interessa o caso brasileiro, e fundamentalmente, a capital baiana, Salvador, onde raça parece ter um forte impacto na implementação das políticas de segurança pública, uma vez que a maioria das vítimas das ações violentas do Estado e de grupos tolerados pelo Estado, denominados em alguns estudos internacionais de para-militares, tem sido jovens-homens-negros (PINHEIRO et al, 1998).

Em paralelo aos debates sobre políticas de segurança pública, a ausência de um conjunto de políticas sociais, que têm sido substituídas por políticas de segurança ou penitenciais, ocupa o centro das reflexões sobre/e no contexto das sociedades multirraciais, as mesmas que serão os alvos das discussões que seguem. Isto é importante para facilitar a compreensão sobre os desdobramentos de um conjunto de políticas de segurança pública que, entre 1991 a 2001, foram implementadas nos bairros populares de Salvador e da sua região

metropolitana que, como entendo, são orientadas pelo modelo de tolerância zero e por estigma e filtro racial em relação a jovens-homens-negros.

Estas políticas carregam as marcas das políticas de governo local, mas são também informadas por agendas internacionais de segurança pública, que envolvem questões muito mais complexas, a exemplo da redefinição do Estado, modelo econômico de desenvolvimento mais viável para a ordem capitalista, na sua era de capital sem fronteira e contenção dos pobres em seus territórios, dentro ou fora dos países centrais do norte.

No âmbito internacional, as políticas de segurança estão sendo influenciadas, fundamentalmente, por projetos conservadores dos países capitalistas centrais, liderados pelos Estados Unidos⁵⁴, que mantêm sob vigilância todos os consumidores falhos, como afirma Bauman (1998 e 1999b)⁵⁵. Mas, a existência de projetos conservadores de segurança pública, tem assumido lugar de destaque também em outros lugares, com tradição de práticas pacíficas e ampla garantia dos direitos humanos, como a França, Inglaterra e Canadá; segundo os observadores, muitas violações motivadas pela presença de estrangeiros negros e pobres. Outros países, como Brasil e África do Sul, pela longa tradição fundada pela colonização que, historicamente, jogou com dois elementos principais, a desumanização e criminalização dos negros.

Como elemento transnacional, as políticas de segurança pública estão historicamente imbricadas com as identidades racial, de classe, gênero e geração e é desse lugar que é preciso ler as outras identidades que se forjam no contexto da cultura global, constituída com os símbolos do consumo e das performances de jovens-homens-negros, em diferentes partes do mundo, como Salvador, Londres, Joanesburgo, New York. Concordando com Vron Ware (2004), o que torna as pessoas negras são os direitos que elas não têm, a forma e os espaços como são confinadas e a experiência coletiva da exclusão e violação dos seus direitos. Outro pensamento próximo a este vem dos Estados Unidos, quando Paul Amar (2003, 2004) observa o que são as políticas de segurança pública em New York pautadas na tolerância zero e criminalização racial ou filtragem racial (*Zero Tolerance e Racial*

⁵⁴ Ver Bauman. Lei global, ordens locais. In: Globalização – as consequências humanas. RJ., JZH 1999a.

Profiling), que têm sido exportadas como modelo para outras partes do mundo, com destaque para Brasil e México, Colômbia e Venezuela⁵⁶.

Globalmente, as políticas de segurança pública, quando vistas pelo viés do confronto planetário entre o norte rico e o sul pobre, segundo Wacquant (1995), têm tido um papel de conter os pobres em seus territórios e, internamente, nos próprios países do norte, de conter a pobreza de cada um dos países ricos sob vigilância permanente. Daí o endurecimento das regras jurídicas nacionais, assim como a rigidez nas políticas internacionais de imigração, especialmente nos países onde “a pobreza e as clivagens raciais estão fortemente relacionadas”, como observa Pinheiro et alli (1994), a exemplo de Brasil, Estados Unidos e África do Sul.

2.1.2. O Racismo Institucional na Segurança Pública

As políticas de segurança pública, internacionalmente, seguem uma receita que envolve o braço armado do Estado contra pobres, negros, imigrantes e outros incômodos, impondo o medo e a repressão em lugar de um conceito de segurança em que a população confia às instituições do Estado (Soares, 2005). Autores como Bauman (1998), Wacquant (2001) e Amar (2005) trazem exemplos de como ocorreu a substituição do estado de bem-estar social pelas prisões, ou o estado de bem-estar sendo substituído pelo estado penitenciar. Estes três autores enfatizam que a realidade dos bairros de maioria negra e de imigrantes é a absoluta ausência de políticas sociais direcionadas à superação de desigualdades. Em geral, o que sinaliza a existência de um poder estatal é a presença da polícia. Seguindo o argumento de Bauman, Wacquant e Amar, é como se no lugar das outras políticas públicas, a que a população negra não tem acesso por conta do *racismo institucional* (Sampaio,

⁵⁵ Ver Bauman. Os estranhos da era do consumo. In: O mal-estar da pós-modernidade. Rio de Janeiro, JZH, 1998.

⁵⁶ Sobre Institucional Racism, Racial Profiling and Race Blindness, ver Paul Amar. Tactics and Terms of Struggle against Institutional Racism in the Police and Security Sectors: Outlining the Political Histories, Urban Geographies, and International Relations of “Racial Profiling and Race Blindness” in the United States, for Brazil. New York/USA, 23 May, 2004, publicado no Brasil com o título, “Táticas e termos da luta contra o racismo institucional nos setores de polícia e de segurança. In: Elemento Suspeito. Abordagem policial e discriminação na cidade do Rio de Janeiro. Silvia Ramos e Leonarda Musumeci (Coord.). CESeC/UCAM, RJ, Civilização Brasileira, 2005. (Coleção Segurança e Cidadania).

2001)⁵⁷, se faça presente a polícia, operando sob orientação da tolerância zero, justamente como resposta à ausência das outras políticas.

Segundo Sampaio (2005), o racismo institucional se configura como “o fracasso coletivo de uma organização em prover um serviço apropriado e profissional para as pessoas por causa de sua cor, cultura ou origem étnica. Ele pode ser visto ou detectado em processos, atitudes e comportamentos que totalizam em discriminação por preconceito involuntário, ignorância, negligência e estereótipos racista, que causa desvantagem a pessoas de minorias étnicas” (p.5).

A noção de racismo institucional faz parte da literatura sociológica desde os anos 1960, mas somente começou a ser utilizada pelos movimentos anti-racistas da Inglaterra em 1993, quando um grupo de policiais britânicos espancou um garoto negro até a morte. O inquérito policial, que ficou conhecido pelo nome da vítima, Stephen Lawrence, abriu uma fratura na reputação da sociedade inglesa. No entendimento dos ativistas, era o Estado inglês se manifestando em relação a um membro de uma comunidade com um tratamento discriminatório. Sampaio (2001) utilizou a noção de racismo institucional, em seu trabalho sobre políticas públicas no Brasil, para evidenciar como as políticas universalistas implementadas no país têm, historicamente, privilegiado pessoas brancas e ampliado os mecanismos para a violação dos direitos da população negra.

Na mesma direção, Guimarães (1996) utilizou a noção de Racismo Institucional, para mostrar a responsabilidade do Estado brasileiro frente à ação sistêmica do racismo. Buscando num exemplo trabalhado por Walter Silvério, sobre as várias formas de manifestação do racismo, Sampaio (2005) também observa a força diferenciada do racismo institucional em relação ao racismo enquanto ação individual, observando os danos

⁵⁷ Sampaio, Elias (2001). Contribuição ao Grupo de Trabalho do Projeto DFID/PNUD para o Combate ao Racismo Institucional no Nordeste do Brasil.

Ver ainda de Sampaio, Elias. Racismo Institucional: Desenvolvimento Social e Políticas Públicas de Caráter Afirmativo no Brasil. Revista Internacional de Desenvolvimento Local – Interações, 2003.

Sampaio, Elias. Racismo Institucional: uma reflexão conceitual para contribuição à agenda de trabalho do DFID/PNUD no Brasil. Salvador, Seminário da SEMUR, fev. 2005.

coletivos que este pode causar. Portanto, no caso da violência institucional que se manifesta através das ações dos agentes do Estado, a questão passa por ações de desconstrução do racismo na esfera pública que, controlado pela elite política, influencia o comportamento de diferentes segmentos da sociedade, deixando caminho aberto para a naturalização da imagem estereotipada da pessoa negra na vida cotidiana.

Assim, o debate fica bem exemplificado na fala da população civil no mundo cotidiano, ou no mundo da vida Habermas (1997) dos que vencem por terem entendido as regras da comunicação e do diálogo; e, talvez, para o tema da segurança pública, seja mais apropriado o sentido trazido por Bourdieu (1990) da forma como os oprimidos defendem a opressão a partir de um convencimento da sua legitimidade, mediante a ação dos “sistemas de disposições duráveis”, ou seja “*os habitus*” que orientam os “*modus operandi*” da polícia. Sendo assim, quando um jovem-homem-negro é assassinado, quase sempre a sua morte é atribuída ao envolvimento com o tráfico ou consumo de drogas, o que comunica uma regra seguinte, qual seja, esta morte não precisa ser investigada. E, no imaginário coletivo, o mesmo assassinato se resolve com o sentido de que morreu “porque devia” ou “bandido tem mesmo é que morrer”, como pude ouvir de mães de jovens assassinados pela polícia ou por grupo tolerados, durante a pesquisa sobre a Operação Beiru⁵⁸. Trata-se da representação sobre esses próprios jovens, no imaginário da população. Isto é o que Kolker (2005) denomina de exclusão moral.

A quase totalidade dos estudos sobre violência evidencia que há uma população negra, masculina, jovem e pobre sendo disputada pelo tráfico e por outras formas de atividades criminosas, diante da impossibilidade das famílias de crianças e adolescentes de promover sua inserção, principalmente no atraente mundo do consumo (Zaluar, 1998). Aliado a isto, a ausência de políticas públicas direcionadas para viabilizar o primeiro emprego para este segmento é uma realidade concreta, e é também esta população que frequenta uma escola “organizada” para chegar a lugar nenhum. Esta situação tem facilitado a vantagem do crime organizado em relação às famílias. Em Salvador, segundo o FCCV (2002), “o mapa das

⁵⁸ Ver Vilma Reis. Sobrevivendo à Flor da Pele Negra: falam as mães dos que tombaram. Sobre os resultados da Operação Beirú na vida de jovens-homens-negros. FFCH-FUBA, Monografia de conclusão de Curso. Salvador, 2001, Mimeo.

desigualdades sociais” (p.37) tem contribuído para um desfecho, em geral, muito violento, que atinge letalmente jovens-homens-negros.

Muitos dos jovens que são assassinados por ações envolvendo o Estado, como bem observa Wacquant (1995), vivem em bairros segregados e somente saem e têm contato com pessoas diferentes deles, brancas e ricas, por exemplo, nos tribunais (p.75). Portanto, a tarefa do poder público a que se refere Bauman (1999, pp.49-50), de treiná-los para a inserção social e econômica, no contexto do Estado mínimo, não se realiza.

Além da venda do medo por parte do Estado moderno, sobre o perigo dos pobres, dos negros, dos imigrantes pobres da parte sul do planeta, como exemplos do mal-estar da pós-modernidade (Bauman, 1998), esse mesmo Estado cria uma situação que os colocam na contramão dos interesses dos que lidam de forma privada com a ordem. A indústria carcerária, a qual se referem Bauman, Wacquant e Davis (2000), precisa de clientes, pois seu sistema deve ser alimentado ininterruptamente – a polícia, os advogados, os fornecedores de equipamentos carcerários. É a mesma indústria que Davis denomina de “*complexo prisional produtor de uma nova forma de trabalhadores escravos*” (2000, pp.69-71) e Wacquant identifica como “*sistema de globalização da tolerância zero*” (2001, p.30). Localmente, os estudos demonstram que estas políticas têm impacto direto na vida dos negros; a diferença é que em Salvador as vítimas das “políticas penitenciais”, de que fala Wacquant, não estão indo em massa para as prisões, mas para o IMLNR – Instituto Médico Legal Nina Rodrigues (FCCV, 2002)⁵⁹.

Entre o Estado moderno e o Estado situado numa nova ordem, a diferença está na redefinição de papéis. A ordem que era tarefa do Estado para “generalizar, classificar, definir e separar categorias, que protegia os que temiam os revolucionários” (Bauman, p.53), como também já havia observado Foucault (1998), no contexto contemporâneo, passa para o controle das forças de mercado em absoluta desregulamentação (Bauman, 1998). Olhando para esse fenômeno em um plano mais doméstico, do caso de Salvador, a

⁵⁹ Fonte: Observatório da Violência em Salvador, Série 1997 a 2001. Salvador, Fórum Comunitário de Combate à Violência - FCCV (2002)/UNICEF. A média de mortes violentas em Salvador, segundo este relatório, é de 1550 por ano, e mais de 04 por dia.

proliferação de grupos de chacina nos bairros populares, alguns dos quais compostos por policiais, dá uma medida das respostas de comerciantes no cotidiano no enfrentamento da criminalidade que envolve a juventude residente nos bairros populares. Os grupos de matadores surgem para “limpar a área ou fazer a faxina”, em geral como medida adotada por comerciantes que não encontram na ação do Estado soluções para os casos de roubos e outros delitos. É neste contexto que ganha força a associação de polícias para as atuações criminosas, até mesmo contra os mesmos comerciantes que os contratam (NORONHA e PAES MACHADO, 1997).

A quebra do Estado moderno clássico pela nova ordem configurada na substituição dos modelos coletivos pelo individual, que se traduz pelo consumo, facilita toda a tecnologia engenhosa da ordem pós-moderna, criticada por Bauman. O choque entre processo produtivo e ações coletivas versus consumo e indivíduos tornou-se uma difícil equação a ser resolvida pelo Estado mínimo. Mas esta nova ordem conta com um potente instrumento de legitimação: a publicização midiática dos seus efeitos positivos contra a velha ordem de perdedores. Os mesmos jovens, pobres, residentes na periferia dos grandes centros urbanos, como Salvador, estimulados a consumir, têm todos os dias a negação dos seus desejos.

Como no contexto da masculinidade, do mundo público dos fortes, esses jovens-homens-negros, em geral, só dispõem da sua força física; a única forma de conter o desejo de consumir é mobilizando as forças de repressão (WACQUANT, 1995). Estas forças, por conta da representação midiática e do imaginário impregnado na população da sua imagem como potencial transgressora da ordem, estão liberadas para eliminá-los, para livrar a sociedade da sua incômoda presença. Este processo se dá tanto no plano legal, com o aumento de mecanismos de controle da movimentação desses sujeitos (diminuir a idade penal ou mantê-los em sistemas de controle e liberdade vigiada), quanto com a destruição simbólica da imagem desses jovens, por meio das mídias e outros meios, e disseminação do medo para cada jovem-homem-negro. O investimento da polícia contra jovens com este perfil no Centro Histórico de Salvador é um exemplo emblemático dessa representação, o que contribui para o seu estigma no cotidiano da cidade, mediante a manipulação dos dados

e a propagação institucional do medo, o mesmo medo que está disseminado sobre os jovens negros nos guetos de Chicago e nas ruas de Johannesburgo (AITCHISON, 1998).

No Brasil, o medo como um exemplo de manipulação nos casos da violência urbana, se dá através da discussão sobre a diminuição da idade penal e adoção de outras medidas pelos governos para conter a “desordem imposta pelo crime”. Mas, essa visão se legitima, não por uma ação direta das elites conservadoras, mas sim, pelo convencimento cauteloso e diário, através das mídias e das pesquisas, enquanto na França, as pesquisas de opinião são orientadas pelos veículos de comunicação e pelos setores da sociedade a favor de um maior rigor bélico para frear, fundamentalmente, pobres, negros e outros não-brancos.

Essa forma de percepção da violência já era observada por Adorno (1993, 1995, 1996 e 1998)⁶⁰ e pela CJP (2000). Isto é o que Champagne (2001)⁶¹ chama de “A visão midiática”: “os mal-estares sociais não têm uma existência visível senão quando se fala deles na mídia, isto é, quando são reconhecidos pelos jornalistas”. Tratamento similar à ação da mídia e ao problema da violência tem dado Wacquant (2001)⁶², quando evidencia como a agenda internacional de novas políticas públicas de segurança se legitimou pelos meios de comunicação, antes de serem apresentadas nos parlamentos nacionais, denominando-a de “a globalização da tolerância zero”.

Um exemplo emblemático dessa auto-imagem científica dos institutos de pesquisa é oferecido por Wacquant (2001), quando trata da forma como os dados estatísticos da violência foram utilizados para disseminar o medo, e como este trabalho foi assumido por pseudocientistas que, em verdade, não passavam de executivos *yuppies*, representantes de

⁶⁰ Ver Adorno, Sérgio. A Criminalidade Urbana Violenta no Brasil: Um Recorte Temático. BIB: Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais. Rio de Janeiro, nº 35, p. 3-24, 1993.

Adorno, Sérgio. Discriminação racial e justiça criminal em São Paulo. In: Revista Novos Estudos CEBRAP, n. 43, São Paulo, nov. 1995, pp.45-63.

Adorno, Sérgio. Violência e Racismo: discriminação no acesso à justiça penal. In: Raça e Diversidade. Lilia Moritz Schwarcz e Renato da Silva Queiroz (Orgs.). São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Estação Ciência: Edusp, 1996, pp. 255-276.

⁶¹ Ver Patrick Champagne. A Miséria do Mundo. Petrópolis, RJ, Vozes, 2001. A ruptura com as pré-construções espontâneas ou eruditas. In: Iniciação á prática sociológica. Patrick Champagne, Dominique Merllié e Louis Pinto (org.). Petrópolis/RJ, Vozes, 1998, pp.171-227.

⁶² Ver Loic Wacquant, As Prisões da Miséria. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed., 2001.

grandes jornais e empresas especializadas em segurança, com enormes somas de investimentos nas bolsas de Wall Street/Nova Iorque, Londres, Paris e Amsterdã. Eles tinham um produto a vender aos países ricos e em desenvolvimento - o medo - transfigurado no Sistema de Tolerância Zero, concebido e implantado pela polícia da cidade de Nova Iorque. Junto com o medo, elenca este autor, está a ampliação do parque prisional em escala internacional, a ampliação dos lucros das empresas que vendem equipamentos de segurança residencial, das empresas de segurança privada e, num plano mais ideológico, a resolução diante da ausência de respostas sociais aos graves problemas produzidos pela pobreza, que se agigantou no contexto do neoliberalismo.

2.1.3. A violência no cotidiano da vida moderna

A violência é entendida nesta pesquisa como todas as formas de violação dos direitos de pessoas ou grupos humanos, que, mediante uma força superior, não têm mecanismos de defesa e/ou de autodefesa. Um dos aspectos de manifestação da violência, que se dá através da ação violenta ou negligente do Estado, é o que nos interessa, mediante o entendimento do papel das agências de controle da criminalidade e da violência. A segurança pública e sua necessidade advém da situação de ser o Estado moderno e a violência elementos inerentes, sendo o primeiro fruto do segundo (BAUMAN, 1998)⁶³.

A pilhagem de outros povos pelos europeus, a colonização, a ampliação de fronteiras, a própria criação do Estado nacional e o surgimento dos instrumentos legais em substituição aos antigos, para alguns autores, são as fontes de explicação para a emergência e aprimoramento contínuo de mecanismos de segurança (FOUCAULT, 1998; BAUMAN, 1998; NASCIMENTO, 2002). A guerra atravessou todos os momentos de construção do Estado moderno, e um conjunto de países do bloco ocidental buscaram, ao longo do século XX, instituir meios democráticos para a contenção, controle e prevenção de conflitos a partir das leis, como relata Nascimento (2002), ao avaliar o problema da violência urbana e da segurança pública no Brasil e na América Latina. Contemporaneamente, o Estado se

⁶³ Ver Bauman. O mal-estar da pós-modernidade. JZH editor, 1998.

Ver Bauman. A agenda política pós-moderna. In: Modernidade e Ambivalência. Rio de Janeiro, JZH, 1999b.

debate com a contradição de garantir segurança pública diante de um cenário em que a pobreza e o racismo aliados à ausência de políticas sociais para os segmentos atingidos são as âncoras de muitos governos.

2.1.4. Em que consiste a política de Tolerância Zero no âmbito da segurança pública

A tolerância zero está sendo concebida nesta pesquisa enquanto: 1) Um projeto planetário de segurança pública contra pobres, negros, pessoas com baixo capital educacional, imigrantes e desempregados, que provavelmente não mais irão recuperar seus postos de trabalho, tendo em Nova Iorque o marco de fundação, a partir do início dos anos noventa. 2) Uma política de segurança pública assumida pelo Estado brasileiro e outros países que assumem agenda semelhante de segurança pública, com efeitos negativos sobre grupos historicamente em desvantagem no interior dos países. 3) E uma política intimamente conectada aos interesses de grupos locais que ultrapassa as fronteiras nacionais, com sérias conseqüências nas dimensões de raça, gênero, geração e classe (ELIAS, 2000; WACQUANT, 2001; AMAR, 2005).

A ambivalência se delinea quando o medo e o consumo como elementos estruturantes da sociedade moderna ocupam o centro da vida, num contexto social que vende e reprime em nome da segurança, como observa Bauman (1998). Assim, as teorias da modernidade também estão em disputa com este mesmo modelo que Bauman intitula sociedade do consumo, assumindo uma outra face, a ordem, que considera “consumidores falhos” como a parte da sociedade que só representa um peso para o Estado (WACQUANT, 1999).

A sociedade da ordem, foi edificada pelo pensamento funcional-positivista, direcionado para um mal-estar, pois tudo que estava muito bem definido, centrado e territorialmente definido, “agora” está deslocado, sem centro e tornou-se arriscado, estranho, anormal e alardeia o medo pelos que temem as mudanças. Eis “agora” a emergência dos sujeitos, que para Foucault foram os loucos, os criminalizados, os sexualmente reprimidos, em corpos que não aceitam pacificamente os esquadrinhamentos. Enfim, são os que ousam estar no

mundo sendo perdedores. Pois, como argumenta este autor, a história é feita de rupturas e não de continuidades.

Então, o reordenamento do mundo entre consumidores X produtores substitui a idéia de uma ordem produtiva que conta com a “regulamentação normativa”. Nesta ordem, é digno quem pode consumir produtos e estilos de vida (BAUMAN, 1999). Nesse contexto, os que antes eram parte das classes perigosas, agora são parte das classes criminosas. Trata-se dos que não tinham cartas para entrar no jogo do consumo, a que se refere Bauman, ao dizer que o crime não vem de outro lugar, de fora da sociedade (ou da imigração, das raças e das culturas diferentes ou dos estranhos, como querem os conservadores), mas da própria sociedade de consumidores.

Neste sentido, o que orienta a política de tolerância zero em nível internacional é o pensamento de segmentos sociais profundamente conservadores da extrema direita norte-americana, que espalhou seus tentáculos pelo mundo, desde a era Reagan, nos anos 80, com o dismantelamento do estado de bem-estar social, chegando ao ápice com Bill Clinton, com os executivos do governo afirmando publicamente que o que a Europa e o resto do mundo protegem com a seguridade social nos Estados Unidos “nós mandamos para a prisão” (WACQUANT, 2001, p.80). Para esse segmento, segundo Bauman e Wacquant, a pobreza tornou-se uma espécie de crime e assim deve ser tratada, com o devido manejo dos instrumentos judiciais. E como historicamente (nos últimos 470 anos), a pobreza nas Américas é notoriamente não-branca e sobremaneira negra, este pode ser um símbolo para entender por que 52% dos que se encontram no corredor da morte nos Estados Unidos são afro-americanos (BAUMAN, 1999). Trata-se de incriminar a pobreza dos que perderam o jogo, por não decifrarem “o mapa cognitivo, moral e estético” do mercado e assumirem seus papéis de medrosos consumidores.

Na nova ordem, assevera Bauman, não cabe a presença de estranhos, portanto, na visão dos seguidores deste ponto de vista, eles devem ser eliminados, até fisicamente, pois constituem uma espécie de sujeira que impede o avanço da nova sociedade. Para isto, nada é mais legítimo que o sistema judicial, para puni-los pelo crime da pobreza. Estas, segundo

Bauman, são as receitas do liberalismo e do sistema racial-nacionalista (1998). O dispositivo legal para realizar esta tarefa está agora sob o controle de uma ordem privada que opera o Estado mínimo.

2.1.5. A situação na América Latina – o Brasil como uma esperança na região

Na região latino-americana, contraditoriamente, quanto mais se aprofunda a criação de instrumentos para conter a violência política, que se manifestou através dos longos anos de regimes ditatoriais, mais se aprofunda a violação de direitos de civis no contexto do estado democrático de direito. A contenção dessas duas dimensões de violação é fundamental para garantir a consolidação das instituições democráticas e desmilitarização das polícias, que, em países como o Brasil, durante longos períodos, serviram como um exército armado contra seu próprio povo, materializado pela existência de dois governos ditatoriais em um século - 1930 a 1937 e de 1964 a 1985.

Por outro lado, aumenta a violência social, e os gestores da segurança e os formuladores das políticas de segurança tentam dar respostas a toda a sociedade, que se sente insegura, com medo e impotente diante da violência e da criminalidade, que existem e são reais na vida concreta das pessoas. Mesmo assim, há uma grande esperança na América Latina em relação às mudanças que possam ocorrer a partir do Brasil (VILLAVECES IZQUERDO, 2002).

As polícias militar e civil, encarregadas de garantir a segurança de todos os cidadãos, têm profundas dificuldades de assumir o seu papel institucional, pelo fato de ter sido sua função desviada e, por conseguinte, deformada, estando por muito tempo a serviço das ditaduras militares (BICUDO, 1997; SOARES, 2000; NASCIMENTO, 2002 e; VILLAVECES IZQUERDO, 2002). Este quadro torna quase impossível a confiança dos cidadãos nas polícias na região latino-americana, com especial atenção para os casos de Brasil, Venezuela e Colômbia – com uma situação de violência definida pela OMS – Organização Mundial de Saúde, como epidêmica, ou seja, um problema a ser enfrentado como de saúde

pública, tanto no campo institucional quanto na contenção da violação de direitos entre civis.⁶⁴

Nesta mesma linha de entendimento, a base filosófica que ergueu as sociedades multirraciais, a exemplo da brasileira, foi o discurso dos seus ideólogos, que não conta, na gênese da sua teoria com o elemento conflito, mas sim com a tese, a antítese e a síntese, que, no caso do Brasil, é a solução da miscigenação e do embranquecimento. Neste modelo só cabe quem tem histórico de acesso e não os deserdados, hoje identificados como consumidores falhos, e estas são as bases fundamentais do conflito que se espalha por toda a América Latina, conforme Saywer (2003) observou em muitos países da região e com maior ênfase em Cuba. Isto é o que os historiadores e cientistas sociais da América Latina têm denominado de *o particularismo do racismo latino americano* (SAYWER, 2003; MOORE, 1988 e 2005; MIR, 2004).

Na América Latina, controlar legalmente a violência e dar segurança a todos os cidadãos são apenas parte dos papéis que as políticas de segurança, engendradas pelo Estado, reservam para as polícias. Villaveces-Izquierdo (2002) conclui que nas “culturas institucionais” a polícia também *tem assumido o papel de colonizar o pensamento humano em termos locais e globais e assegurar lugar de destaque nas agendas políticas de todas as sociedades, a ponto de ser objeto acadêmico*. Para este autor, há várias percepções falsas, que têm imperado nos estudos sobre a polícia, enquanto violenta e fruto de ditaduras, pois, na sua compreensão, a prática da tortura e outras violações de direitos não se configuram como fenômenos dos períodos ditatoriais, mas sim como *modus operandi* policial e não em exceção. O autor assevera que esses são processos que se preservam anteriores e posteriores às ditaduras, marcados pelo autoritarismo como matriz cultural da América Latina que, destacadamente no Brasil, Peru, Chile e Colômbia, se mantêm quase que inalterados, em mais de trinta anos de esforço por mudanças no campo institucional.

⁶⁴ Ver Violência e Segurança Pública no Brasil e na América Latina. In: Políticas de Segurança Pública: dimensão da formação e impactos sociais. Jorge Zaverucha e Maria do Rosário N. Barros (org.). Recife, Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2002, pp.07-11. Série Gestão Pública e Cidadania.

Por isso a necessidade de desmilitarizar o conceito de segurança pública e a construção da relação polícia-cidadania, diz Villaveces-Izquierdo, é urgente na redefinição das relações de países como o Brasil com organismos da ONU e de direitos humanos, assim como de organismos bilaterais, que vão desde reformas no sistema judiciário até as reformas no sistema de segurança pública. E este aspecto envolve controle de armas e reformas institucionais.

Como as grandes reformas ainda estão em andamento, a exemplo da reforma e controle do poder judiciário e a internalização dos novos dispositivos legais, como o controle na venda de armas⁶⁵, o que fazem os responsáveis pela segurança pública para conter a violência é recorrer a um conjunto de medidas com graves conseqüências para a democracia, como colocar o exército nas ruas ou militarizar as corporações policiais, liberando-as para toda ordem de violação dos direitos humanos, em nome do controle da violência e da segurança de todos (SOARES, 2000; VILLAVECES-IZQUERDO, 2002). A alternativa a esse modelo tem sido a implantação da polícia comunitária e o entendimento da cultura policial, conforme Villaveces-Izquierdo. É nesta conjuntura, de instituições de controle frágeis e de políticas de segurança sendo modificadas, que o autor anuncia o caráter político e translocal das polícias, como instituições que falam muitas linguagens em diferentes “campos de força”, com muitos interesses diversificados, que “legitimam práticas mais ou menos repressivas”. Esses campos de forças são compostos por ONG – organizações não governamentais de direitos humanos, organizações multilaterais e universidades.

Apontando a alteridade como mecanismo de delegar o problema da violência como responsabilidade exclusiva da polícia, Villaveces-Izquierdo recorre ao pensamento de Bhabha e Said, no que diz respeito à produção do outro, asseverando que há um “Eles”, os desumanos, os matadores, que deve ser analisado com mais cuidado, pois talvez “Eles” não estejam tão longe de “Nós”, quando vencidos os fetiches e exotizações em torno da morte e do terror. O autor alerta que talvez a quebra do sentimento da violação de direitos como anomia possa nos ajudar a ver o sentido culturalmente aceito de naturalização “sistemática dos direitos do outro – direitos civis, laborais, políticos ou quaisquer outros...” (pp.82-4).

⁶⁵ Ver Estatuto Brasileiro de Desarmamento. Brasília, Ministério da Justiça, 2003.

O problema da compreensão do Estado como superestrutura, trazida por Philip Abrams, lembra Villaveces-Izquierdo, talvez seja uma porta de diálogo para a desmistificação daquele papel fundador: dar segurança, isto porque a junção entre instrumentos de repressão e a própria idéia de Estado, segundo o autor, impedem qualquer possibilidade de reação da sociedade diante da violação de direitos. Tal situação configura-se como se o Estado sempre fosse isento e tivesse o direito de abusar ostensivamente dos direitos humanos dos seus cidadãos, pois o Estado é tomado como objeto.

A mistificação se dá na separação entre sociedade e Estado, sendo este último dotado de vontade própria ou uma abstração, pois o Estado existe como máscara que filtra a possibilidade de vermos as práticas políticas como elas são: máscara e práticas políticas violentas e institucionalizadas, o que leva o autor a afirmar que o Estado comete violências sancionadas, pela sociedade, que se protege na brutalidade desse outro.

Criar instrumentos para ler essas violências sancionadas, seria, ainda segundo o autor, uma das formas de manejar o conceito de cultura institucional, para pensar o caso da polícia num plano dinâmico, móvel e multifacetado, com direito a deslocamentos e realinhamento. Assim, é possível observar as contradições internas onde nem tudo é simbólico, fechado e auto-referente. Há tensões, discursos e negociações que nem sempre são aparentes. Por isso, é tão importante a leitura não exotizada das práticas dos crimes. Este esforço, segundo Villaveces-Izquierdo, é muito importante para aproximar cidadãos e polícia na garantia dos direitos. As classes perigosas, que o autor identifica como “negros, homossexuais e pobres”, são vigiadas pelos círculos de poder – políticos, intelectuais, culturais e morais.

2.2. Segurança pública nas agendas nacionais - O caso brasileiro

A situação de insegurança e medo que vive a sociedade brasileira é real e presente no cotidiano. Ricos e pobres, negros e brancos temem os efeitos da violência e da criminalidade, chegando a 63% os que declararam ao DataFolha, em 1996, o medo de

serem assassinados (ADORNO, 1998). Daí a segurança pública ser um dos temas mais importantes para os brasileiros. Mas, as políticas de segurança pública no Brasil, segundo Mir (2005), segue um padrão de “guerra civil interna, de cunho etnicista”, o que está em conformidade com o mito fundante da sociedade brasileira, que se fez historicamente pela violência racial, e segundo Mir, orientada por um projeto de nação fundada pelo paradigma da tensão e do terror contra pobres, negros e todos que não forem iguais aos padrão político, cultural dos descendentes dos indo-europeus.⁶⁶

Segundo Pinheiro (1994 e 1998), as políticas de segurança pública, no contexto do pós-regime militar de 1964-1985, se realizam dando um passo para a democracia e dois passos para a manutenção das “zonas de terror” e, no plano local, como observa LEMOS-NELSON (2002), boa parte dos programas acordados pelos secretários de segurança dos estados, no plano do governo federal, são engavetados, dando lugar à ordem dos poderes locais, que fazem da segurança pública uma combinação entre lei da impunidade e disseminação do medo na população.

No Brasil, tanto para a direita conservadora, como para a esquerda progressista, quando se trata de políticas de segurança pública, o debate ainda está carregado de incompreensões, mas as chances de a esquerda seguir um caminho pela garantia dos direitos humanos não estão descartadas (SOARES, 2000 e 2005). Mas, enquanto esta possibilidade não faz parte da agenda política da direita, no sentido de ampliação das políticas sociais direcionadas aos grupos mais vulneráveis à violência, mas sim da ampliação do sistema de segurança militarizado, objetivando o cuidado com o estranho, ou com o viscoso, como denominou Bauman (1999), as mudanças têm vindo pelas ações intermitentes de algumas administrações nos estados e na administração federal (SOARES, 2005).

Quando buscamos informações sobre a situação das políticas de segurança pública no início dos anos 1990, no Brasil, é corrente encontrarmos depoimentos e análises dando conta da sua quase inexistência, como política planejada e debatida na sociedade, antes dos anos 90, assim como é possível perceber uma forte relação com os interesses políticos de cada

⁶⁶ Ver Luiz Mir. Guerra Civil: Estado e Trauma. São Paulo, Geração Editorial, 2004.

governo nos 27 estados da federação. Pois era assim mesmo na maioria dos estados antes do Programa Nacional de Direitos Humanos, debatido e aprovado pela sociedade brasileira em 1996 e com o Plano Nacional de Segurança Pública, lançado em 2000.

São estes os principais instrumentos em vigência no país, além do ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente, lançado em 1990, como a Lei de regulamentação do Artigo 227 da Constituição Cidadã de 1988, que precisou destes dispositivos para que fosse cumprida. Com o ECA foram criadas as medidas sócio-educativas para adolescentes em conflito com a lei, com idade abaixo da punibilidade penal, as medidas envolvem processo educacional e reinserção (CESEC, 2004; MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, 2005).

Mesmo com a operação destes marcos legais, a sociedade brasileira, tida como cordial, em mais de um século de abolição, não dividiu a riqueza com o conjunto da nação, e somente os brancos têm história de acesso sem dor. Assim, para além do imaginário, um outro elemento presente, o conflito, não cabe no modelo de nação, embora deva ser observado com toda atenção, pois aí pode estar um caminho para entender alguns desdobramentos violentos e, por conseguinte, o engendramento das políticas de segurança pública no interior do país. Penso que essa questão do conflito não chega aqui por acaso, mas, ao contrário, ela se apresenta como uma necessidade dentro dos temas que estamos discutindo – violência e políticas de segurança pública e as faces correlatas das violações de direitos, motivadas por raça, em uma situação de hegemonia de uma elite que não admite ser contestada e, assim, mantém seus privilégios intocáveis, promovendo o discurso da harmonia e do não conflito como um traço da sociedade brasileira.

Enquanto isso, os dados do Banco Mundial, da Sessão Regional para o Brasil, demonstram que todos os anos o país tem uma demanda de 1,5 milhões de jovens para entrar no mercado de trabalho, mas neste universo 700 mil não encontram qualquer tipo de posição, ficando, portanto, à disposição para todas as possibilidades, uma delas é a sedução exercida pelo crime organizado. Mas, é importante salientar que apesar de a maioria estar vulnerável e exposta, somente uma pequena parcela da juventude se envolve, e muitos dos que entram na criminalidade têm vida bastante curta (UNESCO, 2003).

Trata-se de um universo representado por 61 milhões de crianças e adolescentes, sendo os jovens 34,6 milhões desse contingente, onde apenas uma minoria tem chance de viver longe da linha de pobreza, sem riscos e vulnerabilidades, produzidas por diferenças de raça, gênero, regionalidade, local de moradia, escolaridade, renda, deficiência e outras identidades correlatas, que impulsionam as iniquidades, fruto dos efeitos das discriminações cumulativas que a juventude negra carrega nos contextos multirraciais, onde se coloca o Brasil (UNICEF, 2003)⁶⁷.

2.2.1. As políticas de segurança pública em vigência no Brasil

Entre o final dos anos 80 e início dos anos 90, do século XX, conforme Pinheiro (1998), Soares (2000) e Musumeci (2004), o Brasil ainda se encontrava como uma das sociedade civil se reorganizando dos anos de silêncio, repressão e terror militar, que não tinha uma política nacional de segurança pública. Foi uma longa caminhada, iniciada na Constituinte, que deu ao país uma Constituição Cidadã, em 1988. Depois foi a vez de pautar os direitos das crianças e adolescentes, que, em 1990 se materializaram com a criação do ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente. E, no mesmo ano, como resposta ao crime organizado, que envolve agentes do Estado e grupos tolerados pelas agências de segurança, foi votada a Lei de Delação Premiada para incentivar a quebra de silêncio.

Em 1996, como resposta à violação dos direitos humanos, e fruto de longo debate entre o governo federal e a sociedade civil, tornou-se uma realidade a política nacional de direitos humanos, com o Programa Nacional de Direitos Humanos; mesmo com profundas reações negativas, por parte da chamada “bancada da bala”, do congresso nacional que alimenta a ala conservadora da segurança pública nacional, que se manifestou nacionalmente afirmando que direitos humanos era defender bandidos (SOARES, 2000).

⁶⁷ Ver Relatório da Situação da Infância e Adolescência Brasileiras. Diversidade e Equidade – pela garantia dos direitos de cada criança e adolescente. Seminário Igualdade na Diversidade. UNICEF: Fundo das Nações Unidas para a Infância e

Em 1997, o governo brasileiro, pressionado pelas denúncias de práticas de tortura, que Pinheiro et alli (1994) qualificou de “tolerância de zonas de terror no estado democrático de direito”, buscou criar mecanismos legais de controle da tortura, que atinge principalmente presos sob custódia do Estado, através da criação da Lei 9.445/1997. Pois a tortura é uma prática corrente nas delegacias, por parte de agentes da Polícia Civil, que abandonam as ferramentas da investigação e recorrem à tortura, na busca de confissões de crimes e na delação de grupos criminosos (KOLKER, 2005).

Ao correr de dois anos, em 1999, foi preciso que o país criasse mecanismos de proteção às testemunhas de crimes, principalmente pessoas que presenciaram os crimes de chacina, com a participação de agentes de segurança pública. Junto com o Programa de Proteção a Testemunhas e Vítimas de Crimes, foram criados os Programas de Proteção, que tem a missão de guardar as testemunhas e as vítimas que, muitas vezes, precisam mudar de casa, de cidade, de nome e se separar até mesmo da família, dado o risco que representa ser uma testemunha contra policiais ou grupos criminosos tolerados pelo Estado.

Antes de ter uma política nacional de segurança pública, a brutalidade policial em âmbito nacional, com destaque para os estados de São Paulo, com os casos de Diadema e do Rio de Janeiro, em 2000, os crimes cometidos por policiais que eram julgados por tribunais militares, passaram a ser julgados pela justiça comum, fora dos tribunais militares. Neste aspecto, o papel do Ministério Público e das Ouvidorias, que têm o papel de controlar as ações das polícias, foi imprescindível para “premiação por ato de bravura”, para os policiais que, quando em confronto com a população civil, atiram para matar, fosse fundamental para dar início à quebra da cultura de impunidade que historicamente tem facilitado a violação de direitos (BARCELOS, 1997).

A decisão mais emblemática, no entanto, se materializou com a criação do Plano Nacional de Segurança Pública - PNSP, editado em 2000, como a política de segurança pública para todo o país. Essa política representou um esforço de quase 20 anos, pois os debates foram iniciados ainda no período militar, diante do uso que foi feito das polícias, no confronto

interno contra a população civil que, em alguns momentos, tentou preservar e tirar o exército do foco. Por isso, o Plano Nacional, para além de instrumento legal, e o enfrentamento aos graves problemas de segurança pública que o Brasil atravessa, significou uma tentativa de quebrar a falta de confiança da sociedade brasileira em relação às polícias Militar e Civil.

O Plano Nacional de Segurança Pública - PNSP, em vigor no período de 2000 a 2002, conta com as seguintes diretrizes, que no documento é denominado de Compromissos, representados por quinze grandes eixos:

I - Medidas no Âmbito do Governo Federal

Compromisso 1 - *Combate ao narcotráfico e ao crime organizado;*

Compromisso 2 - *Desarmamento e controle de armas;*

Compromisso 3 - *Repressão ao roubo de cargas e melhoria da segurança nas estradas;*

Compromisso 4 - *Implantação do subsistema de inteligência de segurança pública;*

Compromisso 5 - *Ampliação do Programa de Proteção a Testemunhas e Vítimas de Crime;*

Compromisso 6 - *Mídia e Violência: regulamentação.*

II - Medidas no Âmbito da Cooperação do Governo Federal com os Governos Estaduais

Compromisso 7 - *Redução da violência urbana;*

Compromisso 8 - *Inibição de gangues e combate à desordem social;*

Compromisso 9 - *Eliminação de chacinas e execuções sumárias;*

Compromisso 10 - *Combate à violência rural;*

Compromisso 11 - *Intensificação das ações do Programa Nacional de Direitos Humanos*

Compromisso 12 - *Capacitação profissional e reaparelhamento das polícias*

Compromisso 13 - *Aperfeiçoamento do Sistema Penitenciário.*

III - Medidas de Natureza Normativa

Compromisso 14 - *Aperfeiçoamento Legislativo*

IV - Medidas de Natureza Institucional

Compromisso 15 - *Implantação do Sistema Nacional de Segurança Pública*

diferenças de raça, gênero, etnia, deficiências e de viver no meio urbano ou rural transformam-se em desigualdades.

Estas são as diretrizes que o Ministério da Justiça denominou de compromissos, com a sociedade civil organizada, o setor privado e os governos estaduais, entre medidas de natureza normativa e institucional, o que envolve promover mudanças no campo legislativo e no sistema nacional de segurança pública, movimentando desde a esfera federal até o sistema na ponta, ou seja, a política que tem seus desdobramentos na vida diária dos cidadãos em cada um dos 5.517 municípios do país.

O PNSP, que o governo apresentou, seguindo o argumento de trabalhar em parceria com as sociedades privada e civil organizadas, se orienta pela interconexão entre segurança, políticas sociais e comunitárias. O desencontro entre as orientações do PNSP e a atuação da polícia produziu dados mostrando que o número de pessoas que morrem de acidente no trânsito é muito próximo ao número de homicídios (PNSP, p.11). Mas, para além das políticas de segurança engendradas pelo Estado brasileiro, marcadas pelo não enfrentamento da violência institucional, que atinge majoritariamente jovens-homens-negros, é importante observar como essa violência se manifesta localmente, sob orientação dos poderes constituídos, processo como veremos a seguir, pautado pela agenda das políticas de segurança pública em Salvador na década de 90.

Uma das principais recomendações do PNSP situa-se na intensificação do policiamento onde há maior risco de pessoas serem assassinadas ou molestadas. Para os poderes municipais, há indicativo de investimento social pela redução de danos e recrutamento para a organização criminal. O Plano traz, ainda, uma proposta que trata do diálogo e ação entre polícia e sociedade, indicando a necessidade de parceria com a comunidade, assim como prevê a redução de conflitos entre policiais e moradores de áreas de ocupação e o restabelecimento da confiança da população civil na polícia. Os indicativos do Observatório da Violência em Salvador não apontam para essa possibilidade de convivência parceira entre as polícias e a população residente nas áreas mais vulneráveis e de maior risco social (FCCV, 2003).

Uma possível contradição aparece no Plano em relação à juventude, pessoas na faixa de 15 a 24 anos, quanto ao possível conflito com a lei. Este segmento aparece no Plano mais como protagonista da violência e menos na condição de pessoas atingidas. No mesmo sentido, existem as políticas voltadas para prevenir e controlar a violência, a exemplo dos NAF: Núcleos de Apoio à Família⁶⁸, que visam à redução de danos causados pela violência. Neste aspecto, vale ressaltar que é nesta faixa de idade onde se inscreve o maior nível de vulnerabilidade social e riscos de vitimização (PIQUET CARNEIRO e FAJNZYLBER, 2001)⁶⁹. Analisando os estudos de Paim (1996), Zaluar (1998), CJP (2000) e FCCV (2002), conclui-se que a maioria dos homens-jovens-negros, na faixa dos 15 a 24, nos grandes centros urbanos do Brasil, podem ser considerados sobreviventes. Em Salvador, a primeira causa-mortis nesta faixa de idade é por morte violenta, provocada por arma de fogo (FCCV, 2003; CJP, 2000; UNESCO, 2005).

Com o PNSP, não é mais por falta de instrumentos nacionais que a segurança pública no Brasil não se encontra em atuação nos Estados e nos Municípios. Com tantas posições acerca das políticas de segurança em coexistência, com a violação de direitos, no Brasil, são poucas as que têm se apresentado em relação à busca de soluções, predominando o envolvimento dos policiais em situações de não cumprimento das políticas, sendo estes os executores na ponta do atendimento à população. E é somente a partir do compromisso n.9 do Plano Nacional de Segurança Pública que as autoridades governamentais, na esfera federal, se ocupam das estratégias pela eliminação de chacinas e execuções sumárias, envolvendo agentes públicos de segurança, na prática de violação de direitos humanos, que fez a ONU voltar os olhos para as políticas de segurança pública que têm prevalecido na Bahia, Pernambuco, Rio de Janeiro e São Paulo, obrigando o governo brasileiro a se posicionar dentro e fora do país (KOLKER, 2005).

⁶⁸ Segundo dados divulgados no relatório da PMS – Prefeitura Municipal de Salvador, desde 1996, Salvador já dispõe desta política em diversos bairros, através de parceria com a SETRAS: Secretaria do Trabalho e Ação Social do Estado da Bahia. Mas a falta de investimento público local não tem colaborado para alterar os indicadores de violência entre jovens e mulheres, que são os públicos beneficiários.

⁶⁹ Leandro Piquet Carneiro e Fajnzylber, “La criminalidad en regiones metropolitanas de Rio de Janeiro y São Paulo: Factores determinantes de la victimización e política pública”. In: Crimen y Violencia en America Latina. Washington, D.C. Banco Mundial e Alfaomega, 2001.

E é neste contexto que aparecem as preocupações dos formuladores destas políticas com a possível participação das polícias num modelo de segurança que ignora a prática de assegurar os direitos humanos a toda a população civil, se orientando pelos velhos modelos militarizados. A política de segurança que se desenhou a partir do PNSP, fruto da discussão entre gestores, especialistas, organizações não governamentais e sociedade civil na década de 90, tem uma visível preocupação de desvencilhar a imagem dos agentes públicos de segurança de um antigo modelo policial, entendido como violento e marcadamente deslocado dos modelos de gestão que primam pela qualidade do serviço prestado à sociedade.

2.2.2. Os entraves para a implementação das políticas de segurança

Considerando que o importante é trabalhar com os conceitos oferecidos pelos nossos objetos, como os conhecemos, para então irmos em busca de teorias que se adequem a esses conceitos, e não o contrário, não sei o quanto será possível fazer este caminho, ou se ele é o melhor para o que estou fazendo. Mesmo assim, tenho prestado atenção nas categorias que encontro no campo e confronto-as com as pré-estabelecidas, pois sei que não sigo sem estas para campo.

Os conceitos de tolerância zero e estigma racial, como elementos orientadores das políticas de segurança pública, somente no final dos anos 90 e no novo milênio tornaram-se conceitos operatórios nas análises da violência no Brasil, segundo Sales (2000) e Amar (2005). Também a falta de uma *reparação* moral e econômica, conceito que começou a circular durante e após o processo da 3ª Conferência Mundial Contra o Racismo, em 2001, na África do Sul, como uma exigência da comunidade negra internacional, muito ainda para fora do Brasil, tem como função explicar a violação dos direitos humanos dos negros no contexto africano e diaspórico. Todos esses conceitos são manejados no sentido de facilitar o entendimento das políticas de segurança que se desenvolveram em Salvador, especialmente nos anos 90, quando mais se produziram reflexões sobre esta temática.

Segundo Nascimento (2002), quatro grandes fenômenos estão ligados ao advento da violência urbana no Brasil e precisam ser amplamente entendidos pelos gestores das políticas de segurança pública. São os seguintes: a urbanização acelerada entre 1950-1970, hoje 83% dos brasileiros vivem na cidade, e os sistemas de controle, segundo o autor, não se prepararam para uma mudança tão radical. Assevera Nascimento que o Brasil, uma sociedade que tinha parte considerável da sua população na zona rural, em vinte anos se tornou uma sociedade urbana, tendo atualmente 83% dos seus cidadãos vivendo nas cidades. Para este autor, o sistema moral de uma educação para a não transgressão perdeu sua força, no trajeto entre o campo e a cidade.

Um terceiro fenômeno refere-se ao advento dos movimentos sociais, a partir dos anos 60, de estudantes, feministas, de afirmação sexual e outros, que possibilitou um outro fenômeno: o aumento da visibilidade das desigualdades gritantes existentes na sociedade. Um quarto e último fenômeno observado pelo autor é proporcionado pelo terceiro, e refere-se à quase impossibilidade de mobilidade social para os pobres. Para Nascimento, quem era pobre em 1980, continua pobre no ano 2000, e os mecanismos para a mudança são quase inatingíveis.

Segundo este autor, ao mesmo tempo em que se concretizou a sociedade de consumo, decisiva para a definição das relações sociais, sendo o sucesso e a competência contrapostos ao fracasso e à impossibilidade de atravessar fronteiras, que se tornam cada vez mais intransponíveis, reflexão também feita por Bauman (1998)⁷⁰, acirram-se as contradições próprias da ambivalência protagonizada pela sociedade do medo.

As desigualdades sociais, portanto, marcam as relações sociais, que têm como recurso dialógico o conflito, aqui entendido como elemento oriundo da contraposição entre campos de forças opostos. Disputa que ocorre em paralelo a um contexto de ser o Brasil o segundo país em concentração de renda do planeta (CÁRDIA, 1998); o primeiro país são os Estados Unidos, ou, como denomina Nascimento, o que somente facilita “a fossilização da estrutura

⁷⁰ Ver Bauman, 1999. Idem.

social”, cristalizando a dificuldade de deixar de ser pobre no Brasil, condição que segundo o autor se tornou quase impossível nos últimos vinte anos”.

O conflito se apresenta tanto no plano legal, dando-se no conjunto das lutas sociais por mudanças, quanto no plano ilegal, por meio da ação criminosa e do recrutamento de parcela significativa da juventude, em situação de profunda injustiça social, pelo chamado crime organizado. É a criminalidade se manifestando violentamente para ser incluída como uma face legítima, coexistente na sociedade e em substituição a outras formas de estar e socializar da juventude, como a escola, por exemplo.

Pensando como a violência urbana atinge, fundamentalmente, a juventude, sendo esta mais vítima que protagonista, um indicador chave que comparece para entender a pobreza no cenário de uma sociedade de massa centralizada pelo consumo é a educação, como elemento de mobilidade social, que durante quase todo o século XX foi manejada como elemento central de mudança da condição sócio-econômica de pobre para extratos ascendentes. A escola pública freqüentada pela grande maioria dos pobres, à medida que foi oferecendo o maior número de vagas foi também sendo devastada, a ponto de o fato de concluí-la não significar muita coisa na mudança de vida dos seus concluintes. Quem freqüenta a escola pública no Brasil são os negros, em sua quase totalidade, segundo o IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (2001), representantes majoritários na linha de pobreza crônica ou extrema pobreza, compreendendo 67% dos que vivem abaixo da linha de todos os níveis aceitáveis.⁷¹

E outro problema se apresenta como desafio aos gestores das políticas de segurança: a falta de instrumentos confiáveis, para que a solução não estacione em medidas conservadoras, como baixar a idade penal, conter a pobreza em suas áreas e coisas semelhantes. A pesquisadora Ana Teresa Lemos-Nelson (2002), observando os problemas metodológicos da pesquisa em violência, segurança pública e direitos humanos, assevera que a “quebra das instituições tradicionais de controle e a impunidade” têm sérias implicações na implementação das políticas de segurança pública, pois são necessários diagnósticos sobre

⁷¹ Ver Relatório do IPEA – Desigualdades Raciais no Brasil, Brasília, 2001.

as várias faces da violência urbana, contra a pessoa e contra a propriedade alheia ou o tráfico de drogas, que os gestores não dispõem e quando os têm não são confiáveis. Segundo Lemos-Nelson não há unificação nos procedimentos de coletas e sistematização, a base científica está ausente na elaboração das políticas, pois há “insuficiência técnica, subnotificação, deturpação, conflitos internos, ambições políticas, encobrimento e omissão institucional” (pp.68-9).

Para a autora, parte considerável das dificuldades na implementação das políticas de segurança pública reside na dissociação entre saber técnico-científico e profissionalização, pois somente assim criam-se mecanismos de controle da impunidade, do descaso, abusos e violação dos direitos humanos. Estes processos ocorrem a partir das pressões políticas da sociedade organizada. Para Lemos-Nelson, enquanto as polícias estiverem sob o controle das políticas locais, haverá campo fértil para a corrupção, a tortura e a brutalidade policial, ficando a violência urbana fora de controle. Por isso, as políticas de segurança devem ser políticas de Estado. A autora assevera que é preciso instaurar os rituais jurídicos em vigor para impor padrões aos poderes locais.

Neste aspecto, o controle dos poderes locais conta com quatro elementos fundamentais para o aprofundamento do processo democrático: “o estabelecimento de métodos de controle da fraude eleitoral; o fortalecimento de mecanismos federais impondo padrões ao poder local; a rejeição das confissões obtidas sob tortura pelo judiciário, e o crescimento da organização social e do fortalecimento do Estado de bem-estar social” (p.70). Sem isto, afirma a autora, ocorre, no plano local, o que Hannah Arendt qualificou como “a banalização do mal”, por conta de uma política de segurança refém da burocracia (p.72).

Visto de um outro ângulo, é pertinente perguntar em que áreas as políticas de segurança pública têm deixado historicamente de atuar no Brasil? Segundo a autora, uma dessas áreas tem sido a da polícia técnica dos órgãos periciais, fazendo referência à falta de independência desse órgão de inteligência e a sua existência ligada ao poder executivo e não ao judiciário.

Esta é uma compreensão fundamental para o enfrentamento de problemas graves, como a tortura, pois é na estrutura das polícias responsáveis pela investigação que sobrevivem as formas de destruição de provas que incriminem os participantes da tortura que, no Brasil, tem praticamente sido sinônimo de técnica de interrogatório⁷². Um outro elemento muito importante na implementação das políticas de segurança pública é o controle ou as possibilidades reais de controle dessas políticas pela sociedade civil (pp.72-3).

Lemos-Nelson, parafraseando Hannah Arendt, enfatiza a semelhança da burocracia nazista, enviando trens e mais trens para os campos, com a indiferença dos órgãos de investigação no Brasil, em relação à prática da tortura. Se, para os nazistas, matar significava prestígio na hierarquia, no Brasil, não investigar, apagar provas, para além de contrariar o suposto histórico de cordialidade, significa não mexer com muitos interesses, numa estrutura podre, em que pese a vergonha diante da ONU – Organização das Nações Unidas⁷³, que tem tentado influenciar nas políticas de segurança pública do Estado Brasileiro (p.73).

A situação de desacordo entre as políticas de segurança previstas no Plano Nacional de Segurança Pública, criado em 2000, e as práticas locais junto à população, demonstra a falta de controle dos órgãos de segurança, até mesmo pelas instâncias internas, onde os policiais resolvem entre eles mesmos os casos de violação de direitos de civis, a exemplo das corregedorias militar e civil. Ao contrário, nestes espaços, os processos são ilegalmente arquivados, e o policial sob investigação é liberado para continuar na função, por falta de provas, afirma Lemos-Nelson (p.73).

A polícia investigativa e a polícia técnica-científica, num segmento teórico conhecido como “nova polícia”⁷⁴, são vistas como uma só e, neste mesmo setor, há uma longa investida pela profissionalização como caminho mais favorável para conter a violação dos direitos

⁷² Ver Relatório da Justiça Global, sobre a tortura de presos comuns e a situação dos direitos humanos no Brasil. São Paulo, 2002.

⁷³ Dado o alto grau de violação dos direitos humanos, e por ser um dos países com maior índice de tortura de civis sob custódia, o Brasil está sendo observado pela ONU, que tem feito recomendações rigorosas ao Estado, no sentido de controlar essa prática criminosa no interior do país. Por isso a ONU destacou a observadora internacional, Asma Jahangir, para acompanhar de perto a performance do Brasil, o que envolve, fundamentalmente, o controle das ações do poder judiciário, que tem se mantido quase inoperante no controle das ações das polícias e no controle de outras políticas de segurança.

⁷⁴ Ver Nova Polícia. Série Polícia e Sociedade, Vol. 03. NEV/USP. 2002.

humanos por parte das polícias militar e civil. Daí a necessidade de que a Polícia Civil fique sob responsabilidade do judiciário. No Brasil, desde 1979, há leis obrigando o vínculo da Polícia Investigativa Técnica ao judiciário, entretanto, com a redemocratização do país a lei ainda está esquecida pelos gestores.

2.3.1. Violência institucional e as implicações com raça, gênero, geração e classe

A violência tem atingido de forma racialmente desigual a população civil, e a marca que os negros carregam, a da cor da pele, tem decidido quantos deste grupo racial vão morrer e quantos vão viver no Brasil, e o caso de Salvador no contexto do país tem ganho notoriedade (FCCV, 2002). O legado da escravidão negra, em lugar de ter produzido uma consciência nacional de reparação moral e econômica, tem reforçado um quadro cotidiano de estigma e de violação dos direitos de boa parte da população negra no contexto do país. Esta foi a principal observação de Abdias do Nascimento (2001), durante a III Conferência Mundial Contra o Racismo⁷⁵. E, entre os negros, os jovens-homens-negros têm sido os mais atingidos e continuam sendo os alvos preferenciais das políticas de segurança pública, na medida em que são tidos mais como protagonistas da violência e menos como parte da população vitimizada (SOARES, 2000).

No final dos anos 90 e nesse início de terceiro milênio é notória a importância que tem o problema das políticas de segurança pública nas agendas governamentais em nível global e nacional - de estados e cidades, - e seus imbricamentos com as questões de raça, gênero, geração e empobrecimento, onde os jovens-homens-negros são as vítimas diretas da violência letal, dado que o perfil em Salvador é de homem, negro, com idade de 15 a 24 anos, trabalhador, morador de bairro pobre e sem antecedentes criminais. E Salvador ainda comparece com 23% da sua PEA – População Economicamente Ativa desempregada, sendo a situação mais agonizante para a juventude masculina, negra e moradora das áreas populares, que são também as que oferecem maior risco (UNICEF, 2003).

⁷⁵ 3ª Conferência Mundial Contra o Racismo, Xenofobia e outras Formas Correlatas de Intolerância (III WCAR), realizada pelas Nações Unidas, entre 28/08 a 08/09/2001, na cidade de Durban/África do Sul. Ver depoimento de Abdias do Nascimento. In: www.afirma.inf.br – Revista Negra on-line.

Ao mesmo tempo, a segurança é um direito assegurado legalmente e afirmado num conjunto de resoluções que vigoram tanto na esfera internacional como na dimensão interna da maioria dos países membros da ONU. O Brasil está entre as nações que assinaram protocolos internacionais, a exemplo do protocolo da Conferência Mundial de Direitos Humanos de Viena, em 1993, e que tem, fundamentalmente, depois do Regime Militar (1964-1985), realizado um esforço pela gestão de políticas de segurança pública visando às garantias de proteção para todos os cidadãos e promovido o controle da violência no interior do país; no entanto, o esforço continua apenas nos documentos legitimados pelo Estado brasileiro.

O processo de construção da 3ª Conferência Mundial Contra o Racismo, a sua realização e os seus desdobramentos no Brasil têm sinalizado (IBASE, 2003)⁷⁶ para as autoridades brasileiras a violação dos direitos humanos de quase metade da população, que é negra, pois trata-se de 45,3% de todo o país (IBGE, Censo 2000), estando entre os negros 96% das vítimas letais, com a ausência de políticas de segurança pública no país que sejam capazes de provocar rupturas com o modelo policial vigente há mais de dois séculos.⁷⁷

Os organismos internacionais de controle da violação dos direitos humanos, a exemplo da Global Justice; da OEA - Organização dos Estados Americanos, do Alto Comissariado da ONU – Organização das Nações Unidas, dada a pressão internacional, têm buscado compreender e, no caso do sistema ONU, responder institucionalmente, por que o Brasil perde mais de 50 mil vidas anualmente por conta das mortes violentas⁷⁸, sendo esse número de mortes associado às altas taxas de homicídios. Ou seja, são 50 mil óbitos, e o assassinato é a causa predominante.

⁷⁶ Ver IBASE. *Sonhar o futuro, mudar o presente: diálogos contra o racismo, por uma estratégia de inclusão racial no Brasil*. IBASE, Rio de Janeiro, 2003.

⁷⁷ A criação da Polícia Militar, datada em 1825, por decreto imperial – Estatuto da Polícia Militar da Bahia, Salvador, tem versão reformulada em 1998. Esta instituição tem desde o seu nascedouro uma formação doutrinária de orientação guerreira e de separação com a população civil, em geral encarada como os que devem ser combatidos e não protegidos. E desde o seu nascedouro a polícia tinha como missão controlar negros e não brancos. Sobre este tema ver Hélio Bicudo. In: *Jornal do Brasil*, p. 09, Caderno 01, 07/05/1997. Ver também Maria Aparecida da Silva Bento, *Psicologia Social do Racismo*. Vozes, Petrópolis, 2003.

⁷⁸ Mortes violentas para a OMS – Organização Mundial de Saúde vai além dos homicídios, incluindo-se também acidentes no trânsito, suicídios, e outras formas não identificadas, mas a maioria das vítimas no Brasil está na categoria morbi-mortalidade homicídio por arma de fogo.

Um outro aspecto que chama a atenção mundial, no campo da violência que se delineia no Brasil, está relacionado com a tortura de presos comuns em delegacias⁷⁹, portanto presos que estão sob a custódia do Estado. O resultado do conjunto dessas análises tem convergido para o campo das políticas de segurança, implementadas em paralelo com a retirada de outras políticas fundamentais para o conjunto da nação brasileira. Essas políticas de segurança têm forte inspiração no chamado modelo de tolerância zero, de acordo com Wacquant (2001).

2.3.2. Direitos humanos e relações raciais

Nas reflexões acerca de direitos humanos e relações raciais encontram-se as organizações e movimentos anti-racistas, e isto se deve ao perfil de quem está morrendo, a partir das ações de modelos policiais baseados na tolerância zero e criminalização racial, pois trata-se de homens-jovens-negros⁸⁰. No entanto, mesmo com a visibilidade da agenda anti-racista, após a realização da 3ª Conferência Mundial Contra o Racismo, os programas de segurança, quando desdobrados em níveis locais, mesmo em contexto de maioria racial negra, objeto dos debates daquela conferência, ou o *modus operandi* das polícias, não incidem sobre os impactos e não têm refletido o esforço da interlocução entre as instituições formuladoras, as executoras – polícias e seus comandos, e a sociedade civil organizada.

Por outro lado, o protagonismo do movimento negro, pela garantia dos direitos humanos da população negra, sinaliza para a concretização do que enfatiza Angela Davis (2000)⁸¹, no seu ativismo acadêmico contra a ampliação do complexo prisional norte-americano. A autora adverte que as mulheres negras, ao se tornarem as estigmatizadas “mães solteiras”, estão sendo acusadas de serem “*as reprodutoras do crime e da pobreza*”. Por isso, Davis

⁷⁹ Ver relatório de Direitos Humanos do Brasil. Justiça Global, São Paulo, 2002.

⁸⁰ Estas três dimensões são inseparáveis quando se trata do estudo da violência e, fundamentalmente, das mortes violentas no Brasil.

⁸¹ Ver Angela Davis. Viver e Continuar Lutando. In: O livro da Saúde das mulheres negras: Nossos Passos Vêm de Longe. Rio de Janeiro, Ed. Pallas. Jurema Werneck e Maisa Mendonça (org). 2000, pp.68-74.

destaca que a principal função do complexo prisional nos Estados Unidos e em outras partes do mundo é controlar a população negra e outros grupos não-brancos. No Brasil, a barreira racial erguida em 355 anos de escravização de pessoas negras (1533-1888) e mais 115 anos de abandono institucional pós-abolição (1888-2003) ajudaram a construir uma imagem moralmente abalada dos mesmos jovens-homens-negros que morrem assassinados todos os dias.

Então, uma questão é: como são articuladas as políticas globalizadas de segurança pública e quais seus impactos nos países? E, ainda, como ocorre a adesão de países como o Brasil a estas políticas? Afinal, trata-se de modelos que não chegaram ao país por acaso; tiveram o seu caminho pavimentado pelo convencimento de diversas autoridades locais no plano internacional⁸². Isto pode ser analisado vendo-se como se manifesta a tolerância zero; apesar das legislações nacionais e internacionais, o Brasil continua, por exemplo, liderando no campo da tortura. Enquanto isso, nos estudos sobre violência, há um segmento que defende um estado de bem-estar social forte e ampliado e outro que defende uma maior rigidez e ampliação da força policial (SOARES, 2000).

A primeira posição registra a presença hegemônica de pesquisadores e membros de organizações da sociedade civil de direitos humanos (ADORNO, 1993; 1998; PINHEIRO, 1998; ZALUAR, 1998). A outra posição é basicamente formada por quadros internos da polícia e por organizações da sociedade civil de orientação conservadora, defensoras de um modelo policial que BICUDO (1997) e BARCELLOS (1997) denominam de “esgotado”, dado que favorece a continuidade de uma polícia “*sectária, guerreira e patrimonialista*” (BICUDO, 1997) que não inspira um sentimento de confiança na população civil, do ponto de vista de garantir a sua segurança.

Entre as políticas de segurança pública em vigor no Brasil, que visam à quebra do antigo modelo de polícia criticado por esses autores, destacam-se: O Programa Permanente de Combate à Tortura, do Ministério da Justiça, em parceria com o Movimento Nacional de

⁸² Ver Loic Wacquant. JZE, 2001.

Direitos Humanos (MNDH). Trata-se do S.O.S. Tortura⁸³, criado em 2001. Mas, mesmo com esta política, os números da tortura não têm diminuído no país (JUSTIÇA GLOBAL, 2002). A Bahia comparece em terceiro lugar no ranking nacional de tortura, com 9,25% de todos os registros nacionais, ficando atrás somente de São Paulo e Minas Gerais, tendo como principais protagonistas desta prática criminosa, policiais militares e civis (QUEIROZ e SANTANA, 2002).

O principal instrumento de controle das políticas de segurança pública em vigência no país, o Programa Nacional de Direitos Humanos, que teve sua primeira edição em 1996, como resultante das resoluções da Conferência de Viena e do esforço das organizações de direitos humanos, quando reavaliada a sua implementação em 2000, ainda lançava desafios para o próprio governo e para novos ativistas dos direitos humanos. Esses ativistas ampliaram suas atuações para além dos presos políticos e, nos últimos dez anos, se aproximaram do debate sobre a violação cotidiana dos direitos humanos da maioria, que é negra, empobrecida e sem acesso a mecanismos de defesa (IBASE, 2003), conforme amplamente denunciado por intelectuais e ativistas negros e negras, desde a década de 30, a exemplo de Abdias do NASCIMENTO (2001 e 2004) e CUTI (1986).

Dessa maneira, com o fim do regime militar, um conjunto de pessoas oriundas das organizações que se dedicavam aos direitos humanos dos presos políticos redefinem suas agendas de ações, começando a participar de outras lutas que consideram legítimas no contexto da redemocratização do país. E quando o tema dos direitos humanos é retomado por esse segmento com toda força nos anos 90, incluindo na pauta a violência contra a maioria do país, o que envolve o enfrentamento da tortura de presos comuns sob custódia do Estado; ações organizadas contra as chacinas e as execuções sumárias; enfrentamento da violência no campo por conta da reivindicação por reforma agrária ou demarcação de terras indígenas ou quilombolas; enfrentamento do trabalho escravo, principalmente na zona rural.

⁸³ Relatório de Direitos Humanos Brasil 2002. Rede de Justiça e Ação Social - Justiça Global, SP, 2002.

Em mais de 400 anos de violação dos direitos humanos dos não-brancos no Brasil, ou seja, Direitos humanos e diversidade racial, a sua defesa tornou-se tarefa quase exclusiva da resistência negra e indígena.⁸⁴ Assim, é possível dizer que o cruzamento entre raça e direitos humanos fez emergir categorias como estigma racial e violência, que somente na metade da década de 90 se tornou objeto de pesquisa com visibilidade nos estudos de violência no Brasil (PRUDENTE, 1989; RIBEIRO, 1995; MORAES, 1992).

Este novo entendimento, no contexto dos anos 90, mudou a percepção dos ativistas de direitos humanos, com alguns destes tornando-se secretários e assessores de governos estaduais ou participando da esfera federal, mas a mudança ainda não é uma realidade para as corporações policiais, exatamente aqueles que detêm o monopólio legal da força.

Além de todas as políticas de segurança pública aqui apresentadas e os desafios postos pela relação entre direitos humanos e relações raciais, o Sistema Único de Segurança Pública se configura como a resposta mais coerente para resolver os graves problemas de comunicação, base de dados, informação entre as polícias, controle interno e externo da polícia. Além disso, a criação da SENASP – Secretaria Nacional de Segurança Pública, dentro do Ministério da Justiça, tem jogado um papel fundamental para impulsionar o fortalecimento das novas políticas. Mas, tudo isto não muda a segurança pública no Brasil, se todo o marco legal não chegar no local onde vivem as pessoas, e isto ocorre mediante o cumprimento desses rituais nas Secretarias de Segurança Pública de cada estado.

O tema da segurança pública, abordado em diferentes dimensões neste capítulo, não tem a pretensão de esgotar os estudos, mas buscou fazer um levantamento das políticas de segurança pública em vigência no Brasil, observando as influências externas, mostrando quais são as políticas e os modelos que têm orientado os gestores, especialistas e a sociedade civil organizada no país, a partir das experiências internacionais, com destaque para os modelos vigentes nos Estados Unidos, assim como mostrar o esforço empreendido no Brasil na busca de um modelo próprio, dialogado com as instituições brasileiras recém-democratizadas.

⁸⁴ Ver Dossiê III Conferência Mundial Contra o Racismo. Luíza Bairos (org.). In: Revista Estudos Feministas, Florianópolis/SC, CFH/CCE/UFSC, VOL 10 N. 1, 2002, pp.169-235.

CAPÍTULO 3 - AS POLÍTICAS DE SEGURANÇA PÚBLICA EM SALVADOR

3.1. Os estudos realizados em Salvador

Com um tiro de “*confere*” – um tiro fatal na testa ou na nuca, depois jogado em um *campo de desova*, longe do bairro onde mora, de preferência sem os documentos para não ser imediatamente identificado por familiares, que saem à procura de um rapaz que não tem envolvimento com a criminalidade, estuda num curso de ensino fundamental à noite e, durante o dia, trabalha para ajudar nas despesas em casa, com idade entre 15 e 24 anos. É assim que são abatidos os jovens-homens-negros de Salvador, e foi assim que eles apareceram em vários relatos dos estudiosos, das autoridades que deviam impedir as mortes e na dor das suas famílias, que os buscam para ter ao menos o direito de enterrar o ente querido.

As pesquisas realizadas na Bahia nos anos 1990 sobre violências enfocam os resultados ou desdobramentos parciais das políticas de segurança pública (CJP, 2000; PAIM, 1996 E 1998; FCCV, 1998 E 2003; TAPARELLI e PAES MACHADO, 1996; RAMALHO, 2002; SILVA, 2004; COSTA, 2005), mas poucas foram as que se ocuparam de entender estas políticas a partir da criação e implementação de modelos inspirados na tolerância zero e na criminalização racial, bem como a sua elaboração, aplicação e monitoramento, observando, principalmente, qual o impacto simultâneo sob os aspectos de raça, gênero, geração e classe na sua implementação, a partir dos discursos e programas do Estado.

Segundo dados publicados pelo Observatório da Violência de Salvador (2003), das pesquisas realizadas pelo FCCV – Fórum Comunitário de Combate à Violência, da UFBA, em parceria com o IMLNR - Instituto Médico Legal Nina Rodrigues e o UNICEF, foram mortas violentamente em Salvador, entre 1997 e 2001, 7.749 pessoas por causas externas⁸⁵, representando uma média de 1550 casos por ano e 04 por dia, sendo os homicídios mais de 50% dos casos registrados. Entre as vítimas, 01 em cada 05 mortos era criança ou

⁸⁵ Mortes violentas por causas externas, segundo a OMS – Organização Mundial de Saúde, são homicídios, mortes no trânsito e outros acidentes e suicídio.

adolescente com idade até 19 anos, e entre estes, 61% tinham até 18 anos de idade. (FCCV, 2002).

Pensando pelo índice *APVP – Anos Potenciais de Vida Perdida*, esses números têm impacto direto na vida dos jovens, que estão morrendo em plena idade produtiva, e na vida das suas famílias, pois mesmo que o drama da morte prematura e violenta não compareça nem na maioria das pesquisas e nem nas sangrentas páginas dos jornais, todos os jovens-homens-negros que *tombam* têm famílias, que depois de perderem seus filhos, dessa forma dramática, muitas vezes ficam esfaceladas, e algumas nunca se recuperam (PAIM, 1996; REIS, 2001; ARAÚJO, 2005)⁸⁶.

Os trabalhos de Reis (2001a e 2003)⁸⁷; CJP (2000); Noronha e Paes Andrade (1997) e Noronha et alli (1999) são os exemplos de estudos que tomaram como eixo central a preocupação com as questões da violência e da segurança pública e atuação de seus agentes baseada na condição racial dos suspeitos. No entanto, também estes trabalhos não se detiveram nos programas, modelos institucionalizados e se dedicaram muito mais nas narrativas dos policiais e na denúncia da mídia e de civis atingidos por essas políticas.

A regularidade da aplicação destas políticas, no entanto, estavam disseminadas por todos os bairros populares da cidade do Salvador, durante os anos 90, conforme ficou explicitado nos estudos realizados, a partir de olhar específico que estou dando, ao reler os resultados das pesquisas de campo empreendidas nos trabalhos já citados, que não tinham como centro desvendar o filtro racial nas ações policiais, que resultaram nos números levantadas nos diferentes estudos.

Assim, somente para ilustrar o padrão estabelecido pelas agências de segurança do Estado e pelos grupos tolerados pelo Estado, que se materializam nos grupos responsáveis por chacinas e execuções sumárias, ressalto o trabalho empreendido pelo FCCV (1997), que

⁸⁶ Edna Maria de Araújo. *Mortalidade por Causas Externas e Raça/Cor: Uma Expressão das Desigualdades Sociais em Salvador, Bahia, Brasil, 1998 a 2003*. Projeto de Tese em andamento, ISC-UFBA, 2005.

⁸⁷ Ver Dyane Brito Reis. *O Racismo na Determinação da Suspeição Policial. A construção social do suspeito*. Dissertação de Mestrado, FFCH-UFBA, 2001.

cobriu a situação da violação de direitos em 28 bairros, do Distrito Sanitário Barra-Rio Vermelho, com destaques para a situação dos bairros de Nordeste de Amaralina e Engenho Velho da Federação; os estudos realizados pela CJP, entre 1996 a 2002, que junto com o MNDH – Movimento Nacional de Direitos Humanos, montou e monitorou um banco de dados, onde em 214 áreas de Salvador citadas pelos jornais, somente em relação à ocorrência de homicídios, chegou a um total de 4.284 entre janeiro de 1996 até dezembro de 1999.

Nessa mesma linha, a região do Subúrbio Ferroviário, parte da cidade que agrega 22 bairros onde vivem cerca de 500 mil habitantes, nos estudos de Noronha e Paes Machado (1997), apresenta o mesmo padrão de ação e omissão institucional, em relação à segurança da população ali residente. Semelhante situação ocorreu na RA XI - Região Administrativa que compreende as áreas do Cabula, Beiru, Mata Escura, Engomadeira, Pernambués, Saboeiro, Santo Inácio, Arenoso, pesquisada por REIS (2001) e TAPARELLI (1996), na região da Liberdade, formada por seis grandes bairros, com uma população de aproximadamente 800 mil habitantes, estudada por (COSTA, 2005). E, por fim, a Região Metropolitana de Salvador, estudada por RAMALHO (2002), onde a omissão do Estado, em relação aos casos de extermínio, comparece como elemento tão agravante quanto a ação.

Neste conjunto de estudos, as políticas de segurança pública na forma como têm sido implementadas têm assumido um papel decisivo nas mortes de jovens-homens-negros, e é com destaque para esses sujeitos que tem sido os alvos preferenciais dos assassinados na cidade do Salvador, representando 96% das vítimas, que me dedico a pensar neste capítulo sobre as implicações com a política local, as políticas implementadas e a configuração dos lugares onde vivem a maioria desses sujeitos, demarcando o período entre 1991 a 2001.

3.2. As políticas locais de segurança pública e as implicações governamentais

Ao abrir a Primeira Conferência Estadual de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Bahia, em 23 de maio de 2005, o governador Paulo Souto - PFL, assumiu pela primeira vez o que os estudos documentaram durante os anos 90 na Bahia, afirmando a existência dos grupos de extermínio e o alvo desses grupos, jovens-homens-negros. O governador fez aquela declaração em meio ao fogo cruzado que vinha tendo que responder pelas mortes de 13 jovens no bairro de Paripe, seis de uma mesma família, todos os 13 assassinatos com as marcas dos crimes do extermínio (RAMALHO, 2002), o que obrigou o governo a criar o Grupo Especial de Repressão a Crimes de Extermínio - GERCE⁸⁸, sob coordenação do Delegado Walter Seixas (*A Tarde*, 14/06/2005).

“As ações do Gerce, segundo Seixas, atendem a uma das mais contundentes determinações do governador Paulo Souto, que instaurou uma política especial para combater o crime de extermínio na Bahia. Dentro dessa proposta, foi criado o Gerce, cuja força-tarefa é integrada pelas polícias Militar e Civil, com apoio da Superintendência de Inteligência (SI), da SSP, em articulação com o Ministério Público e o Poder Judiciário.(...)”

(...) Segundo declaração do governador, é inadmissível que grupos como esses (de extermínio) atuem no estado. “Vamos intensificar a investigação e a repressão a essas quadrilhas”, afirmou, ao decidir pelo combate sistemático a esse tipo de crime, numa ação pioneira no estado, pois até então nunca havia sido reconhecida a existência de grupos de extermínio na Bahia” (AGECOM – Agência de Comunicação do Governo da Bahia, 2004).

A Bahia, um estado com 13,37 milhões de habitantes, e com uma taxa média de mortalidade por homicídios de 15,8 para cada 100 mil habitantes, superando algumas taxas de países como Alemanha, e Salvador e a Região Metropolitana, com taxa de 40,2 homicídios para cada 100 mil habitantes, superando as marcas de países em situação de conflito armado, dá notícias de uma situação que pode ser qualificada de “Guerra Civil” (MIR, 2004). Nos últimos 15 anos, é um dos poucos estados brasileiros em que um mesmo grupo político teve o comando local, e este período foi acompanhado por profundas mudanças no campo de todas as políticas públicas nacionalmente, principalmente pela

FIB, 2003, pp.108-114.

⁸⁸ Governo da Bahia, SSP – BA, AGEKOM, Notícias On-Line. Polícia baiana prende dois grupos de extermínio em menos de dois meses. Salvador, 19 de outubro de 2004.

mobilização do governo federal, sendo que as políticas na área de segurança pública foram as que mais tiveram impactos, no cenário pós-regime ditatorial e localmente assumiu uma performance considerada muito violenta pelos especialistas da área de segurança (NORONHA et al, 1999).

A falta de alternância do poder local e, portanto, de mudança da mentalidade na gestão sócio-organizacional da segurança, fez ser sedimentada uma forma de trato com a questão da segurança pública que, segundo alguns membros da própria estrutura governamental, tem colocado a Bahia como um dos estados mais atrasados em relação a questões-chaves em processo de mudança em outros estados, a exemplo da implantação de Ouvidorias com representação civil, fortalecimento de mecanismos de controle externo das ações das polícias, quebra da cultura da impunidade, controle dos métodos ilegais amplamente utilizados pela Polícia Judiciária, conhecida como Polícia Civil e controle do policiamento ostensivo, sob cargo da Polícia Militar, diante dos abusos cometidos por agentes de segurança do Estado. Essa situação foi observada por Lemos-Nelson na seguinte direção:

“Na Bahia, os governadores ainda hoje se referem às autoridades judiciárias e policiais como ‘meu juiz’ e ‘meu chefe de polícia’(...). A existência dessa estrutura de poder dominada pelo executivo não corrompia apenas o sistema eleitoral, como também o combate ao crime e às demais funções de controle social pela maneira através da qual afetava o próprio conceito de legalidade, uma vez que eram as autoridades mais próximas ao topo do executivo que se apoiavam em prerrogativas ilegais e livremente manipulavam a lei em seu próprio favor. É importante reter que, enquanto a polícia é uma burocracia legal no tipo ideal weberiano, aqui ela tem a tradição de ser uma burocracia política, pessoal e personalista, particularizada e despida de universalidade” (2002, p.16).

Estas medidas, para quebra do uso privado das forças de segurança e da parcialidade estatal, tem sido recomendadas pelas organizações da sociedade civil, organismos internacionais e especialistas, pois parece haver uma espécie de congelamento diante de um conjunto de mudanças que estão ocorrendo. No entanto, foi por dentro desta mesma estrutura governamental que gestores da segurança pública local foram incentivados e tiveram acesso, através de formação, a modelos de segurança externos que reformularam

velhos modelos e fizeram emergir um conceito de segurança pública que teve a cidade do Salvador como uma espécie de laboratório.

A marca registrada das políticas implementadas reproduz as políticas de segurança já em curso em diversos contextos multirraciais e são abertamente de confronto com negros, pobres, moradores de bairros populares que, em Salvador, em geral, são condições sinônimas para a maioria dos seus habitantes. Além disso, frases de gestores da segurança que publicamente afirmaram frases como “bandido na Bahia não faz carreira” ou “bandido bom é bandido morto”, e isto fortaleceu a situação de banalização da vida de civis por agentes do estados e por grupos tolerados, estimulando a impunidade em casos intoleráveis como a execução sumária de pessoas sem qualquer condição de defesa, a tortura de presos sob a custódia do Estado, a extorsão, a ameaça e a imposição do silêncio, assim como facilitou a vulnerabilidade de testemunhas e vítimas de crime.

O Estado provoca essa situação de insegurança, e é grave o fato de ter sido construída uma idéia de absoluta isenção do próprio Estado, quando isso a própria ação da SSP-Ba e das organizações de direitos humanos, assim como pesquisas, junto ao IMLNR, têm mostrado empiricamente a participação do Estado através da presença de policiais nos grupos de extermínio, conforme matéria do Jornal Correio da Bahia de 20/10/2004⁸⁹.

Nos anos 90, no governo baiano, sob as gestões de 1990-1994, último mandato de Antônio Carlos Magalhães, primeira gestão de Paulo Souto, 1994-1998 e, sob o governo de César Borges, entre 1998-2002, com a Secretaria de Segurança Pública - SSP sob o comando da Delegada da Polícia Civil da Bahia, Kátia Alves, período em que os próprios responsáveis pela segurança na Polícia Militar do Estado da Bahia - PMBA, Polícia Civil – PC, Departamento de Polícia Técnica - DPT e da SSP dão conta de que passou a existir uma política de segurança pública no estado da Bahia, como política de Estado, pensada dentro dos parâmetros nacionais do Ministério da Justiça, a exemplo da Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP, o que impulsionou a existência de políticas locais, a partir

⁸⁹Jornal Correio da Bahia. “Grupo de extermínio formado por PMs é desarticulado”. Caderno Aqui Salvador, Sessão: Segurança, 20/10/2004.

da ação dos governos estaduais, posto que no Brasil a segurança pública ainda está sob controle do poder executivo.

Na Bahia, antes de 1998, a situação era bastante complexa, principalmente por conta da falta de uma gestão integrada das polícias, pela ausência de um planejamento pautado na qualidade, descentralização e diálogo com a comunidade. A partir de 1998, segundo o setor de gestão da qualidade, foram criadas as Companhias Independentes da Polícia Militar, para implementar a Polícia Cidadã ou Comunitária. Este modelo de policiamento, conceitualmente, intenciona estabelecer contato e respeito com a população civil, além de um novo modelo gerencial das ações no policiamento ostensivo⁹⁰, principalmente em Salvador e na sua Região Metropolitana. O novo modelo começou a ser concebido pela PMBA, a partir de 1995, como uma ruptura com a militarização para um modelo comunitário⁹¹.

A partir daquele modelo apresentado e sendo implantado, a princípio nos bairros do chamado “miolo” de Salvador (PMS, 1996), estavam dadas as condições “técnicas” vide o que consta no documento Projeto Polícia Cidadã para o enfrentamento da violência na cidade, pois sua implementação passava por uma discussão feita na mídia local, envolvendo diversos atores, a exemplo das lideranças comunitárias.⁹²

Neste aspecto, uma discussão importante precisa ser feita, em torno da legitimidade da ação da polícia pela população, numa reflexão centrada no que Bourdieu denomina *modus operandi* (1990), das polícias Militar e Civil, nos bairros de maioria negra e empobrecida, e em outros bairros, habitados pelas classes sociais médias e altas que, no contexto da cidade de Salvador, é rigidamente definido por raça. (REIS, 2001a e 2003). Há uma nítida linha entre pobreza, condição racial e investimento governamental em políticas públicas para além da presença precária da polícia nos bairros populares com um alto grau de

⁹⁰ Ver Jerome H. Skolnick & David H. Bayley. Policiamento Comunitário: questões e práticas através do mundo. Série Polícia e Sociedade, n.6. NEV/EDUSP, São Paulo, 2002, 125p.

⁹¹ Ver o documento “PM Comunidade – Projeto Polícia Cidadã.”, Salvador, 1999.

⁹² A Tarde. “Centenas de policiais cercam o Beirú à procura de assaltantes”. Sessão Polícia, 23 de julho de 1996, p.20. Tribuna da Bahia. “PM faz operação no Beirú para combater o crime. Policiais prendem menor no Beirú, o bairro mais violento”. Salvador, 23 de julho de 1996, sessão cidade, p.10.

autoritarismo.⁹³ Para a maioria dos jovens residentes nos bairros populares de Salvador, em geral a noção de existência de Estado somente se realiza pela presença da polícia (NORONHA e MACHADO, 1998; TAPARELLI, 1996).

No que tange à redução da violência urbana, Salvador comparece em todas as políticas nacionais como uma das cidades a serem priorizadas para o desenvolvimento do projeto de “Intensificação do Policiamento Integrado”, que tem como pilares a ação conjunta das polícias Militar e Civil e a atuação dos poderes públicos locais, com ênfase no controle do executivo e do judiciário (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, PNSP, 2000).

Portanto, as ações concretas, como medidas adotadas no âmbito das políticas de segurança pública, em que pese uma parte da polícia que delega nos bairros populares ser oriunda da Polícia Civil, bem como parte considerável das mudanças ocorridas ou visibilizadas na década de 90, tomaram como modelo as reformas no interior da Polícia Militar: Polícia Comunitária, Operações Especiais de Combate ao Crime Organizado, criação dos Conselhos Comunitários de Segurança Pública. Mas, a atuação conjunta com as Circunscrições Policiais, as CP, nos bairros, foi um exemplo da participação da Polícia Civil nessas políticas, que tentou atuar sob as recomendações das quinze diretrizes do Plano Nacional de Segurança Pública (Ministério da Justiça, 2000).

A violência urbana que observo no contexto dos grandes centros urbanos é a mesma no contexto em que se situa Salvador: uma cidade urbana e multirracial mantida com distribuição desigual de recursos e com zonas definidas de ocupação territorial, tendo espaços reservados para pobres e ricos, para brancos e negros, precária quanto à atividade laboral da maioria, e inserida na rota das cidades de entretenimento das metrópoles mundiais. Portanto, Salvador possui os signos das metrópoles sem ser a metrópole, mas sim uma “colônia contemporânea” dos valores e costumes tanto dos Estados Unidos e da Europa, quanto do eixo Rio de Janeiro – São Paulo. Dito de outra forma, na economia do

⁹³ Salvador é composta por uma população de 82% de pretos e pardos (negros), e parte considerável desta população vive nos mais baixos níveis de pobreza. Ver Relatório do FCCV – Fórum Comunitário de Combate à Violência. Salvador, UFBA-UNICEF, 2002.

entretenimento, Salvador é mais um lugar para o prazer dos ricos e não para ser um centro⁹⁴.

Um caminho que considere importante para compreender as políticas de segurança pública implementadas nos bairros populares de Salvador na década 1991/2001, foi avaliar como estas ocorreram no aspecto global e em contextos semelhantes à cidade do Salvador. Refiro-me à segurança pública em um país multirracial que foi colonizado e que ainda hoje sofre os impactos da criminalização histórica dos negros, a exemplo do que também ocorre nos Estados Unidos e na África do Sul, guardadas as especificidades.⁹⁵ Neste sentido, retomo as reflexões de estudiosos da violência nesses outros contextos para evidenciar a recorrência do fenômeno associado a raça, em suas implicações com o sistema jurídico e o aparelho policial, enquanto parte do sistema de segurança.

Ao analisar as políticas de segurança pública na cidade do Salvador, implementadas entre 1991 e 2001, busco compreender como as práticas adotadas em operações especiais nos bairros populares da cidade se constituem em padrão da ação policial, informado por mecanismos discriminatórios, dado que onde ele ocorre se concentra uma população majoritariamente negra (IBGE, CENSO, 2000). Mas, de onde vem o filtro racial, que naturaliza a suspeição da polícia em relação a maioria da população de Salvador?

Esse modelo de segurança pública baseado na suspeição policial por filtro racial, em nome da manutenção da ordem pública, tem ceifado a vida de milhares de pessoas, configurando uma desordem social patrocinada pelo Estado, e seus impactos se espalham por todos os contextos multirraciais, e Salvador como parte da Diáspora Africana não ficou imune aos resultados históricos e contemporâneos.

3.2.1. A tradição baiana na criminalização negra desde Nina Rodrigues

⁹⁴ Ver Stuart Hall por ele mesmo. In: Da Diáspora. Editora da UFMG, 2003.

⁹⁵ Ver Paulo Sérgio Pinheiro. São Paulo Sem Medo. São Paulo, NEV/USP, 1998.

A Bahia, historicamente, tem servido como abrigo das teorias sobre uma suposta “delinqüência negro-africana”, afirmando a patologia do criminoso nato. Segundo Schwarcz (1993)⁹⁶, foi aqui o lugar que serviu de laboratório para as teorias de criminologia de Cesare Lombroso, que arrebanhou muitos discípulos, com destaque para Nina Rodrigues⁹⁷, que deu nome a uma Escola de Medicina Legal, a “Escola Nina Rodrigues” (SCHWARCZ, p.191), a qual iria ser o centro do debate médico durante toda a primeira metade do século XX no Brasil.

Além de Nina Rodrigues, Arthur Ramos, Juliano Moreira e outros iriam seguir as teorias de Lombroso, acerca da criminalização, mediante o recurso da *Frenologia*, que envolve a medição de crânios como prova para a definição da grau de demência e delinqüência dos grupos humanos. Essas teorias tiveram como objetivo provar que os africanos e seus descendentes tinham maior disposição para o crime, a loucura e as piores doenças de que padecia a sociedade. Essas teses, segundo Schwarcz, foram imortalizadas em um dos livros de Nina Rodrigues.⁹⁸

Mesmo já estando o poder militar organizado no Brasil desde 1549, com as *milícias privadas* chamadas de *ordenanças*, o nascimento da Polícia Militar da Bahia – PMBA data de 1825, quando foi criada com a denominação de *Corpo de Polícia*. Esta instituição, que nasceu com a missão de “*debelar a rebelião escrava, destruindo os Quilombos e os Candomblés, que se proliferavam nos arredores de Salvador*”(João José Reis, 2003)⁹⁹, no final do século XIX, amparou-se nas teorias da “Escola de Nina Rodrigues”, e em quase toda a sua história formou seus quadros dirigentes nas escolas de direito e medicina sob o paradigma das teorias eugenistas e do criminoso nato, criando no imaginário médico penal e médico-legal, a imagem de um sujeito historicamente definido pelo biotipo do homem negro como exemplo do criminoso. Ai está a marca de fundação da criminalização pela

⁹⁶ Lilian Moritz Schwarcz. As Faculdades de Medicina ou Como sanar um país doente. In: O Espetáculo das Raças. São Paulo, Cia das Letras, 1993, pp.189-238.

⁹⁷ Nina Rodrigues. A Sobrevivência Psíquica na Criminalidade dos Negros no Brasil. In: Os Africanos no Brasil. Editora da UnB, 8ª edição, 2004, pp.305-308.

⁹⁸ Ver Nina Rodrigues. As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil. Bahia, Progresso, 1ª Edição 1894.

⁹⁹ Ver João José Reis. Rebelião Escrava no Brasil – A História do Levante dos Malês em 1835. São Paulo, Cia das Letras, 2003, pp.94-121.

raça, visão que se fez presente no Estado e atravessou todo o século XX como uma verdade científica (RIBEIRO, 1995)¹⁰⁰.

O crime tratado como doença foi o primeiro objeto de debate público científico na Bahia sobre a humanidade negra, assevera Schwarcz (1993), tendo como centro as imagens de controle sobre homens negros que tinham seus corpos, *elemento sagrado na cosmovisão africana*, dissecados na Faculdade de Medicina, para que os jovens estudantes pudessem ter as experiências, que ainda não eram possíveis em várias instituições européias. Na Bahia, o cruzamento racial explicava a criminalidade, a loucura, a degeneração. Desde a fundação, a Faculdade de Medicina da Bahia assumiu o estudo da criminalização como uma espécie de vocação regional. Diferente da Escola do Rio de Janeiro, que assumiu como tarefa de destaque o combate às doenças tropicais.

A primeira escola de Medicina do Brasil nasceu em 1808, no Hospital Militar da Bahia, no antigo Colégio dos Jesuítas, lugar onde policiais, magistrados e juizes baianos seguiram seus primeiros mestres. A arte de vigiar e punir, como observa Foucault (1998), se legitimou pelo saber médico e jurídico desde o século XIX e, no século XX, dominou o Novo Mundo. Ribeiro (1995), analisando a situação de condenação de homens negros concluiu que a condenação era com regularidade baseada em raça, um mecanismo em que quem está sendo julgado não tem qualquer controle, expondo assim o drama cruel vivenciado pela população negra num jogo que envolve um tripé institucional entre policiais, magistrados e juizes secularmente no Brasil. São, segundo o autor, as vítimas da Escola do Direito Penal Positivista.

Conforme Silva (2004)¹⁰¹, em 1646, foi erguida a primeira cadeia pública de Salvador, localizada na Praça Municipal. Com a chegada da Família Real, criou-se também o Corpo da Guarda Real de Polícia da Corte que, com o advento da República, assumiu o lugar do que hoje conhecemos como Polícia Civil. A dicotomia entre os sistemas militar e civil vem desde essa época. Uma polícia judiciária, representada pela Civil, e uma polícia ostensiva,

¹⁰⁰ Ver Carlos Antônio Costa Ribeiro. *Cor e Criminalidade – estudo e análise da justiça no Rio de Janeiro (1900-1930)*. RJ, Editora da UFRJ, 1995.

representada pela Militar, a antiga PM, que antes do Império acumulava as duas funções. Vale ressaltar que como a capital do Brasil colônia teve a sua sede na Bahia, até 1776, as primeiras políticas de manutenção da ordem pública também foram originadas em território baiano.

Os primeiros momentos da antiga capital brasileira, foram marcados pelos movimentos de libertação liderados por negros nascidos no Brasil, com destaque para a *Revolta dos Búzios*, também conhecida como *Revolta dos Alfaiates* ou *Movimento dos Argolinhas*, que eclodiu com um manifesto pela liberdade para todos os brasileiros em 12 de agosto de 1798, sendo comandada por dois soldados, um alfaiate e um aprendiz de alfaiate, todos quatro decapitados a mando do poder colonial em 08 de novembro de 1799, na Praça da Piedade. A morte do aprendiz de alfaiate, Manuel Faustino, enforcado com apenas 16 anos de idade, é um marco para a ação da polícia contra a resistência negra. Decapitar era a forma mais violenta de mostrar aos negros africanos ou aos seus descendentes nascidos no Brasil que o poder colonial não aceitaria qualquer insurgência dos que não tinham *status* de cidadão.

Em 1835, ano da *Revolta dos Malês*, seria criada a Guarda Policial e a segurança pública local ficou sendo da responsabilidade do Chefe de Polícia, o dirigente da força pública e da Guarda Policial, hoje Polícia Militar e Polícia Civil. No início do século XX, a Bahia seguiu o país criando a Guarda Civil, sob controle do poder executivo, quando foi modelo executado em outras cidades, iniciando um esforço para se aproximar a polícia da população, negra e pobre, que se encontrava em estágio bastante hostil, especialmente, por conta dos adventos como o de Canudos, em 1897, e pela naturalização do emprego da força contra civis, com destaque para as invasões aos terreiros de candomblé, perseguição às manifestações culturais negras nas ruas da cidade do Salvador (GODI, 1998; SANTOS, 1998)¹⁰², criminalização da Capoeira como argumentou Viera e Assunção (1998) e outros

¹⁰¹ Ver João Apolinário da Silva. Transformação urbana, socioeconômica e da criminalidade em Salvador (1980-2000). Dissertação de Mestrado, UNIFACS, Salvador, 2004.

¹⁰² Ver Antônio Jorge V. dos Santos Godi. Música Afro-carnavalesca: das multidões para o sucesso das massas elétricas. In: Ritmos em trânsito – sócio-anthropologia da música baiana. Santos ET alli. (orgs.). SP, Dynamis Editorial; Salvador, Programa a Cor da Bahia e Projeto S.A.MB.A. 1997, pp.73-96.

Ver Jocélio Teles dos Santos. “Divertimentos estrondosos: batuques e sambas no século XIX”. In: Ritmos em trânsito – sócio-anthropologia da música baiana. Jocélio Teles dos Santos ET alli. (orgs.). SP, Dynamis Editorial; Salvador, Programa A Cor da Bahia e Projeto S.A.MB.A. 1997, pp. 15-38.

¹⁰³, por meio da Lei de Vadiagem, impressa no Código Penal Republicano, de 1890, que, segundo Líbano Soares (1999), foi o marco de transformação da capoeira de delito para crime.

O Brasil, ao sair do Império para a República, em 1889, se tornou um caso de destaque na história de formação das suas legislações para se firmar uma nação livre, pois foi um dos países que antes de votar uma Constituição Federal, pós República, votou um Código Penal. Em 1890, o país já tinha feito o Código Penal Republicano, com a nítida intenção de conter as revoltas populares, em sua maioria, lideradas pela população negra. Somente em 1891, o país iria ter uma Constituição Federal.

O candomblé, assim como a capoeira, foi secularmente criminalizado pelo Estado Brasileiro, deixando de ser agredido por esse mecanismo institucional somente em 1976, durante o governo de Roberto Santos, quando muitos terreiros pequenos e médios deixaram de ser invadidos por representantes da segurança pública, sob alegação da prática de contravenção, curandeirismo, fetichismo, feitiçaria, outro termo também historicamente demonizado e criminalizado. Antes desse marco legal, a maioria das casas só abria para as festas, ao cumprir com a obrigação de tirar licença de funcionamento na Delegacia de Jogos e Costumes.

Esse modelo policial, criado ainda no império, só foi modificado no final dos anos 1960. A politização dos quadros dirigentes e a tentativa de aproximar a polícia da população, no entanto, terminaria em 1968, quando começou a face mais violenta da ditadura militar, que mobilizou as polícias para reprimir os movimentos contrários ao regime. Os governos nos estados, ao acabar com a Guarda Civil e recolher a polícia aos quartéis, a treinou contra “os inimigos internos do regime” (BICUDO, 1997), e, então, predominou a militarização, com o Decreto Lei de 1969, que deixou toda a segurança pública do estado a cargo da PMBA, quando predominou o sectarismo, as atitudes guerreiras (CASTRO, 1990)¹⁰⁴ e o

¹⁰³ Ver Muniz Sodré. *Cultura Negra*. In: *A verdade Seduzida – por um conceito de cultura no Brasil*. Francisco Alves, RJ, 1988, pp.118-185.

¹⁰⁴ Ver Celso Castro. *O Espírito Militar: Um estudo de Antropologia Social na Academia Militar das Agulhas Negras*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1990.

fortalecimento do racismo institucional (SANTOS et alli, 1998)¹⁰⁵, em lugar de um compromisso com a prestação de um serviço público de segurança (SILVA, 2004).

A reforma da segurança pública durante a ditadura militar incorporou todas as mulheres da Guarda Civil na Polícia Civil, e os homens foram distribuídos entre a Polícia Civil e a Polícia Militar. É somente a partir de 70 que a PMBA, assim como outras polícias de outros estados, tentam novamente se aproximar da população assumindo o atendimento público direto. Em 1974, com a “Reforma Administrativa do Estado”, a segurança pública da cidade do Salvador foi dividida em quatro áreas sob a responsabilidade dos 5º, 6º, 7º e 8º Batalhões. A Polícia Civil foi dividida em 10 áreas de atuação do policiamento judiciário, e a segurança pública, responsável pela controle da violência da criminalidade, está organizada em PM, Civil e Departamento Estadual de Trânsito – DETRAN. Esse foi o modelo que predominou até os anos 1990, com a criação da Projeto Polícia Cidadã, que teve início em 1991 como projeto piloto e, somente em 1999, se tornou uma política de segurança pública (SILVA, 2004).

Foi nesse mesmo contexto que as mulheres voltaram a compor os quadros da segurança pública, através da admissão feminina na PMBA, a partir de 1989, com a criação da Companhia de Polícia Feminina, que incorporou à instituição a missão de executar o “Policiamento Ostensivo geral e de trânsito, tanto na RMS, quanto no restante do Estado, destina-se a promover ações que visem a proteção de crianças, mulheres e idosos, além de missões outras de apoio em operações de defesa civil, assuntos civis e/ou ação cívica de interesse da Corporação” (SILVA, 2004, p.90).

O modelo de gestão de segurança pública, conhecido hoje como “Policiamento Ostensivo Integrado - POI”, teve seu primeiro momento no bairro da Liberdade, no início dos anos 1980, empreendido pelo comandante do 7º Batalhão da PMBA, Coronel Paraíso¹⁰⁶.

¹⁰⁵ Sales Augusto dos Santos, Dijaci David de Oliveira, Elen Cristina Geraldês e Ricardo Barbosa de Lima (orgs.). *A Cor do Medo - Homicídios e relações raciais no Brasil*. Brasília, Ed. UnB; Goiânia: Ed. UFG, 1998.

¹⁰⁶ Ver Alberto Sales Paraíso Borges e Pedro Nascimento Boaventura. *Policiamento Ostensivo Integrado: o que fizemos, como estamos, para onde vamos*. Salvador, Polícia Militar da Bahia, 1991, 73p.

Iniciado em 1985, representou para uma geração de gestores da segurança pública a semente do que depois se tornou o modelo de Polícia Comunitária de Salvador. O novo modelo dava mais autonomia aos comandantes, facilitando as diretrizes de segurança local e a relação entre os policiais e a comunidade. A experiência piloto do bairro da Liberdade seria, posteriormente, implantada em toda a cidade, com a chegada do Coronel Paraíso ao Comando da PMBA, em janeiro de 1991, início do governo de Antônio Carlos Magalhães, após o idealizador do POI deixar o comando depois de nove meses.

O POI, além de ter representado um novo modelo de segurança pública para Salvador, também colocou em visibilidade um Programa de Valorização Policial, dentro e fora dos quartéis, e com isso desafiou velhos costumes baseados na hierarquia vazia, simbolizados pelas situações de abusos trabalhistas, que eleva o nível de *stress* nos policiais, provocado pela atividade que exercem os soldados. Os problemas com o abuso da hierarquia vão desde as humilhações aos servidores de baixa patente até os desvios de função para agradar os superiores. O modelo POI afirmava o que Paraíso e Boaventura (1991) chamaram de “Policial Cidadão”.

Entre 1991 e 1995, os gestores da segurança pública, como aparece em vários relatos, viveram uma espécie de “parada”, em relação ao que fazer com a cidade de Salvador, o que os levou a encomendar uma pesquisa de opinião à empresa P&A sobre a polícia, e somente em 1996, num convênio firmado entre a PMBA e o CETEAD-ADM/UFBA, se materializou o embrião do Projeto Polícia Cidadã, orientando a PMBA para o Policiamento Comunitário. Além disso, a parceria institucional teve o papel de levar os dirigentes da PMBA a pensar na gestão, a partir do investimento na carreira policial e na mudança da estrutura administrativa da corporação (SILVA, 2004). Também o trabalho desenvolvido pelo CETEAD junto à PMBA, resultou na criação do Programa de Pós-Graduação de Gestão em Segurança Pública (Costa, 1998 e 2005), que serviu para fortalecer os instrumentos de qualidade do serviço policial. (PMBA, 1999¹⁰⁷ e 2004) .

¹⁰⁷ Polícia Militar da Bahia – Departamento de Qualidade e Desenvolvimento Tecnológico/Serviço de Gestão da Qualidade. *Projeto Polícia Cidadã – um referencial básico para gestão moderna de serviço de policiamento ostensivo*. Salvador, 1999, 109p.

Como o POI, implementado pelo comando da Liberdade nos início dos anos 90, o Projeto Polícia Cidadã partiu de uma experiência piloto, o modelo de “Operações Especiais” (REIS, 2001), e, em seguida, implantou as Companhias Independentes da Polícia Militar – CIPM (ver estrutura em anexo), compostas em suas unidades por um Batalhão Gestor, responsável para cuidar da administração e fiscalização de todas as ações de cada unidade, formado por “microunidades” e responsável pela gestão da segurança local. Dito de outra forma, um comandante de uma CIPM, dispõe de 7 a 8 policiais que cuidam da administração, finanças e outras questões de base operacional. Este modelo gerencial tirou muitos policiais militares da sua função “fim”, que é fazer segurança ostensiva, atuando na rua, para atuarem na administração interna das CIPM. Esse aspecto é uma das bases de crítica ao modelo.

Os primeiros debates sobre a implantação do Projeto Polícia Cidadã tiveram lugar em 1995, em Periperi, no Subúrbio Ferroviário, e a implantação do projeto piloto ocorreu em 1996, no bairro do Beiru, área da cidade identificada à época, pelos gestores de segurança e pela mídia, como a mais violenta da cidade do Salvador. A primeira CIPM foi implantada no bairro de Pernambués, ainda em 1996, e em seguida na Barra. Hoje, esse modelo, que ficou praticamente interdito durante os quatro anos do governo de César Borges, tenta se consolidar e já existem 27 CIPM implantadas em Salvador e na RMS (ver mapa das CIPM em anexo).

3.2.2. A participação da Polícia Civil na criminalização e morte de jovens-homens-negros

Já a Polícia Judiciária baiana, mais conhecida como Polícia Civil, aparentemente, tem uma pequena participação nas políticas de segurança pública e segue o modelo nacional híbrido, herdado dos modelos francês e inglês, recorrendo aos métodos de *suspeito e não de acusado*, operando, portanto, com os inquéritos policiais que buscam a confissão nos processos investigatórios, para subsidiar o Ministério Público na constituição dos processos judiciais.

A principal reforma da Polícia Civil da Bahia, segundo Lemos-Nelson (2002), ocorreu em 1976, quando foi chefiada pelo coronel Luís Artur de Carvalho, à época delegado de Polícia Federal. Nessa reforma, a Polícia Civil assumiu boa parte do formato que tem ainda hoje, sendo definidas as suas funções: apuração das infrações penais, Polícia judiciária para o cumprimento das ordens judiciais e prevenção criminal especializada.

Quanto à categoria, foi organizada na seguinte ordem: Delegados/as, Agentes, Escrivães e Peritos criminalistas, médico legal, odonto legal e peritos de nível médio. Entre os/as delegados/as: classe 3, classe 2, classe 1 e classe especial. Com as mudanças ocorridas na Constituição de 1988, a Polícia Civil também ficou responsável pela apuração, estando todas as suas atividades subordinadas às seguintes instâncias: internamente, ao Delegado Chefe, cargo de confiança da Secretaria de Segurança Pública – SSP-BA, e às Corregedorias da Polícia Civil e da própria SSP-BA; externamente, ao Ministério Público, que no estado da Bahia, em 2000, só dispunha de 05 promotores públicos para cuidar de todas as ações de controle externo da atividade policial e o setor de atendimento ao público (SANCHES FILHO, 2000, p.123)¹⁰⁸. Segundo Sanches Filho, o pequeno número de promotores públicos para o controle das ações da polícia é um dos exemplos da manobra do poder executivo local para dificultar uma mudança de comportamento da polícia nos serviços de segurança oferecidos à população mais pobre e sem acesso aos canais da justiça, inclusive para se proteger dos abusos.

Os agentes da Polícia Civil são preparados na ACADEPOL – Academia de Polícia, tendo hoje um contingente de 5.400 servidores, sendo a maioria constituída de agentes de polícia. Em 2001, eram 722 delegados de polícia, deste total, as mulheres já eram 322, que só começaram a entrar a partir da reforma de 1976, que instituiu o concurso. Em Salvador, esses servidores estão atuando em 27 delegacias, das quais 08 são especializadas, dentre as quais, a DEAM – Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher, a DERCA – Delegacia Especializada de Repressão a Crimes Contra Crianças e Adolescentes, DRTE – Delegacia de Repressão aos Tóxicos e Entorpecentes, DH – Delegacia de Homicídios,

¹⁰⁸ Alvinio Oliveira Sanches Filho. Incentivos e Constrangimentos Institucionais. O Ministério Público Estadual da Bahia e o Controle Externo da Atividade Policial. In: A Outra Face da Moeda – Violência na Bahia. Salvador, CJP, 2000, pp.119-134.

DEIC – Delegacia Especializada na Investigação Criminal e a DRR – Delegacia de Repressão ao Roubo. Mesmo tendo um caráter de atuação estadual, todas as delegacias especializadas estão em Salvador, com exceção da DEAM que, por força de legislação, deveria ser implantada em todos os municípios com mais de 50 mil habitantes, mas só têm mais três especializadas na proteção à mulher instaladas na Bahia.

As delegacias situadas em Salvador e no RMS são coordenadas pelo DEPOM – Departamento de Polícia Metropolitana (ver abrangência e localização espacial em anexo III), que se divide em dois outros departamentos, os DIRPOM – Divisões Regionais de Polícia Metropolitana, onde está o DPT – Departamento de Polícia Técnica, responsável pela atuação do IMLNR – Instituto Médico Legal Nina Rodrigues. Todo esse conjunto responde ao Gabinete do Delegado Chefe, que também é responsável pelo DEPIN – Departamento de Polícia do Interior, sendo o Delegado Chefe o controlador de mais de 10 mil servidores, estando diretamente subordinado à SSP-Ba. Cada delegacia tem em média 05 delegados, um titular e quatro plantonistas, e cerca de 40 agentes e escrivãos que se revezam por plantão.

O trabalho mais visível da Polícia Civil está nas delegacias, localizadas nos bairros, da 1^a à 13^a CP – Circunscrição Policial, e boa parte dos problemas da segurança pública dentro da Polícia Civil, segundo Lemos-Nelson (2002), começam neste momento, que envolve a investigação para a busca de provas para subsidiar o trabalho do Ministério Público, pois para além das provas “plantadas”, quando se trata de jovens-homens-negros, inocentes ou não, que são investigados, a tortura com métodos como choque elétrico e o uso do pau-de-arara e da palmatória são recorrentes. Isso sem falar no arrolamento de testemunhas fraudulentas ou de pessoas que são mobilizadas para falar sob forte sistema de coação, inclusive sob ameaça de morte e às vezes com a sua concretização (MUSUMECI, 2002; RAMOS e MUSUMECI 2005; KOLKER, 2005; LEMOS-NELSON, 2002; REIS, 2003).

As denúncias de culpabilização falsa contra os jovens-homens-negros e o uso da violência em detrimento dos métodos científicos, não recorrendo à tecnologia, que segue a passos

largos na Polícia Civil da Bahia, têm dificultado e, em muitos casos, impedido o desenvolvimento de técnicas de investigação, o que fragiliza bastante a Polícia Civil em suas reivindicações por um maior número de agentes e mais investimento na sua estruturação, além de afastar seus servidores da população, diante dos desencontros da instituição com essa mesma população que busca na polícia um serviço público de segurança e, muitas vezes, encontra o medo e a violência. Após a sua pesquisa na Corregedoria da Polícia Civil da Bahia, Lemos-Nelson (2002) argumentou que o nível de violência deste segmento da segurança na Bahia com a população, quando denunciada, pode ser uma das chaves para entendermos por que essa é uma das polícias com menor índice de reclamações registradas nacionalmente e em comparação com outras cidades do mundo.

Além disso, está posto no imaginário da população que a Polícia Civil recorre ao trabalho de P2, uma das modalidades de informante policial, que atua sem identificação, e ao X9 – informante não policial, em geral uma pessoa que, sob ameaça ou por ganho de proteção, cumpre o trabalho de alcagüete de criminosos para auxiliar as polícias nas investigações como informantes. A Polícia Civil, mesmo sendo a que está mais próxima da população nos bairros, conhecendo parte dos seus moradores, é vista pela população como violenta e que, em geral, pode estar em colaboração com a criminalidade existente na área, atuando quase sempre com muita violência e deixando os criminosos e os matadores atuarem abertamente (NORONHA et alli, 1997).

Essa percepção da população poupa apenas as atuações das delegacias especializadas para o atendimento das mulheres e das crianças e adolescentes, que no imaginário da população seriam mais sociais que policiais, a exemplo da Delegacia Especial de Atendimento a Mulher - DEAM e da Delegacia Especializada de Repressão aos Crimes Contra Crianças e Adolescentes - DERCA. A DEAM de Salvador, fundada em 1986, como resultado da pressão dos movimentos de mulheres em todo o país, teve a sua implantação muito criticada por ter sido instalada dentro do complexo policial dos Barris, onde as mulheres, ao procurarem o serviço, eram expostas a toda sorte de ocorrências. A DEAM foi transferida para o bairro Engenho Velho de Brotas, em 2002. Numa cidade com altas taxas de

ocorrências de violência doméstica e onde morre um número significativo de mulheres vítimas de crime passionai, só existe uma DEAM, quando a legislação diz que deve haver uma Delegacia Especializada para cada 50 mil habitantes. E há, no estado da Bahia apenas 04 DEAM implantadas (DEAM, 2004).

Já a DERCA – Delegacia Especial de Repressão aos Crimes contra Crianças e Adolescentes, em Salvador, assume um papel importante na defesa dos Direitos, com destaque para o trabalho que desenvolveu junto ao CEDECA, durante a década de 90, no enfrentamento à violência e ao turismo sexual. No entanto, a DERCA ainda não conseguiu reunir os meios para responder institucionalmente a violência letal que, em Salvador, atinge a infância e juventude negra, sobretudo para os jovens a partir dos 15 anos. Em 2001, todos os casos reunidos eram mais de 1.200, com apenas duas condenações e um réu cumprindo pena.

As gestões da DEAM e da DERCA têm marcado suas atuações em Salvador, pela trajetória de afirmação dos direitos humanos e permanente diálogo com os movimentos sociais locais, chegando as suas delegadas titulares a fazerem parte de diversos fóruns e articulações da sociedade civil organizada, a exemplo dos assentos que a DEAM ocupa no Conselho Municipal da Mulher e no Fórum de Mulheres de Salvador, e os que a DERCA ocupa no Programa Sentinela, ação do governo federal de enfrentamento à exploração sexual contra crianças e adolescentes, que nasceu como resultado da pressão dos movimentos sociais dentro do chamado Sistema de Garantia de Direitos da Criança e Adolescente. Nestes espaços de conselhos e fóruns, a DEAM e a DERCA atuam como representantes do segmento governamental. Este parece ser um modelo de gestão mais próximo do policiamento de referência.

Além disso, essas duas delegacias não são vistas como delegacias, na visão popular clássica, como lugar de uma polícia que não resolve conflitos, mas elas são vistas como lugar para a defesa social, e foi isto que ouvi de muitas mulheres durante os seis anos em que estive no Fórum de Mulheres de Salvador, e depois por mais quatro anos como técnica de acompanhamento pedagógico do Programa CEAFFRO/CEAO, quando tive que

encaminhar vários casos de adolescentes em situação de violência. Nas delegacias comuns elas não eram vistas ou ouvidas, assim como não havia aparato policial preparado para as demandas levadas às delegacias comuns por mulheres e adolescentes.

Salvo esses dois exemplos, da DERCA e da DEAM, a população pobre, negra e residente nos bairros populares têm muito medo das duas polícias, não confia, e sempre as associam com o crime e a corrupção. Em busca de uma nova aproximação e mudança de avaliação da polícia pela população de Salvador, em 1995, a SSP encomendou uma pesquisa a P&A. Os resultados foram os piores possíveis, e 70% da população não aprovava a atuação das duas polícias, classificando como “ruim”. Para alterar a avaliação de desempenho na gestão da segurança pública, além das mudanças e busca de respostas na PMBA, a SSP, criou em 1999, na Polícia Civil, o SAP – Serviço de Atendimento Policial, um modelo semelhante à *Delegacia Legal*, criada no Rio de Janeiro no mesmo ano (SOARES, 2000). Um dos objetivos do SAP foi mudar a imagem negativa das Polícias diante da opinião pública.

Para isto, a SSP equipou as delegacias, principalmente as que estavam nos bairros de classe média e de classe alta, a exemplo das CP – Circunscrição Policial dos bairros da Barra e do Rio Vermelho. Mas, como já havia dito o próprio idealizador das Delegacias Legais do Rio de Janeiro, Luiz Eduardo Soares, então coordenador de segurança pública daquele estado (SOARES, 2000), e Lemos-Nelson (2002), ao pesquisar a Polícia Civil do Estado da Bahia, não se trata apenas de mudar nas aparências físicas, ampliando o número de policiais e fortalecer o arsenal na busca de mostrar para a sociedade que o policial está em situação melhor que os sujeitos em conflito com a lei, e sim, segundo esses dois autores observam, é necessário promover mudanças nas entranhas das instituições policiais, a ponto de alterar a cultura de guerra contra os criminosos, argumento oficioso que legitima a adoção de toda natureza de métodos ilegais por parte dos agentes de segurança, visto que essa guerra tem tido desdobramentos com impactos muito negativos para muitos civis inocentes, e aos sujeitos em situação de conflito com a lei, dada a aplicação dos métodos ilegais de investigação, a tortura, as prisões ilegais, sequestro e execução sumária como *modus operandi* da polícia. Assim, não tem sido dada a chance da defesa a uma ampla parcela da

população civil, aumentando, segundo Lemos-Nelson (2002), a distância entre o Brasil legal e o Brasil ilegal.

3.3. Os bairros de referência – Beiru e Periperi – Uma guerra civil no “miolo” da Cidade

Muitas das hipóteses neste trabalho acerca de tolerância zero e criminalização racial resultam de um conjunto de evidências que levantei na minha monografia de bacharelado em Sociologia - *Operação Beiru: A ação policial no combate à violência em uma comunidade da periferia de Salvador - Falam as Mães dos que “Tombaram”* - concluída em maio de 2001, analisei as ações e investimentos policiais direcionados à população dos bairros populares, confrontando as representações sobre violência e sobre políticas de segurança pública das autoridades e agentes policiais com as representações de membros da sociedade civil organizada e das mães das vítimas da ação violenta do Estado, acerca dessas mesmas políticas.

A monografia consistiu numa abordagem sobre a ação da polícia durante a Operação Beiru, realizada de 23 de julho a 23 de agosto de 1996, a qual contou com 250 policiais do 5º Batalhão da Polícia Militar. A Operação pretendia reprimir grupos considerados criminosos no bairro do Beiru e provocou a morte de vinte pessoas, todas negras, do sexo masculino, com idade entre 15 e 35 anos. Naquele momento de ocupação do Beirú, a PMBA recorreu ao modelo das Operações Espaciais, que se caracterizam por uma atuação policial de alta intensidade bélica, tecnicamente denominada policiamento ostensivo preventivo e repressivo, na qual os policiais militares utilizam armamentos pesados e podem averiguar qualquer pessoa considerada suspeita, atuando em conjunto com as delegacias dos bairros, o que, em geral, resulta em confrontos entre a população e os policiais, e onde a morte de civis é uma marca.

O Beiru, assim como outros bairros do chamado “Miolo de Salvador” (PMS, 1996), desde a chegada dos primeiros moradores em 1969 (TORRES E SAMPAIO, 1983) até 1996, quando ocorreu a ocupação policial no formato de Operação Especial, já se constituía como

uma das áreas mais populosas da cidade, com aproximadamente 155 mil habitantes, e era muito estigmatizado. Durante os anos 80, o bairro era considerado um dos mais violentos nos jornais e no imaginário da cidade e de seus moradores. Portanto, a ação da polícia, em 1996, tinha como base de legitimação a imagem do Beiru, construída na mídia durante mais de 30 anos como lugar muito perigoso, a ponto de ser identificado pelos veículos de comunicação como a “Baixada Fluminense de Salvador”¹⁰⁹.

No estudo que realizei, através dos depoimentos das mães de dez homens-jovens-negros mortos pela polícia naquele período, procurei situar como a população do bairro convive com a ação da polícia e dos grupos por ela tolerados, os chamados “justiceiros”¹¹⁰, chacinadores ou membros de esquadrões da morte. Em grande parte dos depoimentos, pude perceber que a Operação Beiru não se constituía num momento isolado, mas sintetizava, de forma mais dramática, uma prática comum da política de segurança pública que se estendia como um modelo policial para os bairros populares da cidade de Salvador.

Desta forma, partindo das evidências apontadas por aquela investigação, me interessa saber se o modelo de ação policial desenvolvido durante aquele período, enquanto política de segurança pública continua vigente não apenas no Beiru, como também em outros bairros populares, a exemplo de Periperi, onde ocorreu operação semelhante,¹¹¹ e que, desde 1995, tem sido o bairro de referência para a implementação das políticas de segurança pública.

O estudo sobre a Operação Beirú deixou fortes indícios de que existem padrões diferenciados na formulação e implementação de políticas de segurança pública para os bairros populares, onde vive a população negra, e para os bairros ricos, onde vivem os

¹⁰⁹ Em matéria com a submanchete “Reduto de Várias Gangues”, A Tarde, 23/07/1996, afirmava: “O bairro de Tancredo Neves surgiu com o nome de Beiru na década de 70, com as invasões que foram aparecendo entre a Avenida Paralela e o Hospital Roberto Santos. Com o crescimento do bairro, ele se expandiu até a área onde funciona o Hospital Juliano Moreira e ao mesmo tempo em direção ao Cabula VI, com várias invasões, dando origem ao primeiro desmembramento, que se chamou Arenoso, hoje tanto ou mais perigoso que o próprio Beiru. O nome Tancredo Neves surgiu em uma homenagem ao ex-senador...” (A Tarde, 11/08/96, p. 29).

¹¹⁰ “Justiceiro” estará sempre entre parêntese nesta dissertação para marcar que os matadores não são justiceiros, pois eles violam a justiça, como bem sinalizou Soares (2000).

¹¹¹ No período estudado, nos bairros Liberdade, Itinga, Cajazeiras, Saramandaia, Pau da Lima e parte de Brotas, também ocorreram operações semelhantes.

brancos, pois quando se trata de bairros populares, parece haver uma ação policial baseada no perfil racial da população¹¹², configurada pela suspeição racial. Nestes espaços, essas operações parecem ser: orientadas pela criminalização¹¹³ de jovens-homens-negros; abertamente influenciadas pelo modelo de tolerância zero¹¹⁴; e auxiliadas por grupos criminosos, identificados pelos moradores, pela imprensa e pelos próprios policiais¹¹⁵ como “justiceiros”, membros de esquadrões da morte e praticantes de chacinas.

Essa situação se apresenta como um modelo em cada bairro popular de Salvador, à medida que vai além dos bairros onde a polícia já realizou “Operações Especiais”, a exemplo das que ocorreram nos bairros do Beiru, Saramandaia, Pernambués, Cajazeiras, Liberdade, Brotas, e em várias localidades do Subúrbio Ferroviário e Itinga em Lauro de Freitas, na Região Metropolitana. Durante a pesquisa sobre a “Operação Beirú”, entre 1999 e 2001, quando comecei a buscar as famílias das vítimas da polícia, estas se encontravam espalhadas em quinze bairros diferentes; de um conjunto de 20 famílias, somente 10 deram os seus depoimentos, e quando entrevistei as mães quase todas relataram que os seus filhos foram mortos dentro de casa, ou foram retirados de casa durante a madrugada, em situações limites como a de ter a casa totalmente destelhada, porta arrombada e outras relataram casos de sequestro, para ser morto longe do bairro, fora das vistas da comunidade.

¹¹² **O conceito de perfil racial (*racial profiling*)** foi desenvolvido nos Estados Unidos, pelos dirigentes do Departamento de Polícia da cidade de Nova Iorque, e aparece a partir de estudos de casos que mostraram que a polícia se baseia na aparência física dos indivíduos como motivo para constrangimento e prisão. O assassinato de Amadou Diallo, com 41 tiros, é o exemplo mais extremo deste modelo adotado pela polícia de Nova York, exportado para outros países como o Brasil, nos últimos oito anos. (Wacquant, 2001).

¹¹³ Foucault, Michel (1998, pp.129-143). *Criminalização* significa considerar uma pessoa culpada antes de um julgamento ou, se uma vez culpada, para sempre culpada, isto é o que o autor chama de “Delinqüência infamante”.

¹¹⁴ **O termo tolerância zero** passou a ser utilizado a partir de 1993, por William Breton, chefe da polícia da cidade de Nova York, Estados Unidos, para caracterizar um novo modelo de segurança pública que adota a punição legal/prisional mesmo em casos de pequenos delitos (Dimenstein, 1996). Nos Estados Unidos, esta política atingiu e continua atingindo, principalmente, homens e jovens afro-americanos (aproximadamente 19% dos jovens entre 18 e 28 anos de idade estão encarcerados), africanos, latinos e asiáticos. Segundo Wacquant (2001), o modelo de *tolerância zero*, desde meados dos anos 90 tem sido exportado para países constituídos por populações racialmente diversificadas e consideradas pelas autoridades nacionais como “racialmente sensíveis”. Entre estes figuram o Brasil, a França, a Holanda e a Inglaterra, todos marcados por profundas desigualdades de oportunidades entre brancos e negros.

¹¹⁵ Segundo dados do Jornal A Tarde, em 01/09/96, o estado da Bahia possuía, em 1996, um contingente de 24 mil soldados da PM. Em Salvador, apontada pelo jornal como a terceira cidade mais violenta do Brasil, existem 8.439 soldados, masculinos e femininos, responsáveis pelo policiamento da capital. Entre estes, 1.809 não estão no policiamento das ruas e sim nos prédios públicos. O Comando da Polícia considera este contingente como insuficiente e que seria necessário um número de 16 mil para dar a cobertura total e promover a segurança da população de Salvador. Por outro lado, a polícia civil tem cerca de 5.400 policiais, dos quais 2.300 estão lotados na região metropolitana de Salvador.

Como essas situações não se repetem nos bairros ricos e brancos da cidade, onde a polícia tolera muitas situações que superam todas as infrações cometidas por jovens negros, pobres, residentes nos cinturões de miséria, isso me faz pensar que a ação da polícia nos bairros populares é a representação da ação mais ampla do Estado em relação a jovens-homens-negros, que se manifesta em nada oferecer e mantê-los sob a lógica de vigiar e punir. Além da 11^a Delegacia de Polícia, o 5^o Batalhão da Polícia Militar – 5^o BPM, respondia pelo policiamento ostensivo no Beirú e em quase toda a região do “Miolo da Cidade”. Atuando com 999 homens, o 5^o BPM também estava nos bairros de Pau da Lima, Centro Administrativo, Cabula, Sussuarana, Mata Escura, Engomadeira, e em todas as 11 áreas de Cajazeiras e Saramandaia.

Como no bairro do Beirú, o bairro de Periperi foi o ponto de partida da PMBA, em 1995, para a implementação das políticas de segurança. Em Periperi estão quase todos os equipamentos e serviços existentes no Subúrbio. Lá estão os bancos, as grandes escolas de ensino médio, os postos de atendimento da EMBASA, Companhia de Água e Esgoto, a COELBA, Companhia de Distribuição de Energia, os postos das empresas telefônicas, funcionando, assim, o bairro, como uma espécie de centro da cidade para toda aquela região, na distante região do Subúrbio, antigamente, era vista pelos moradores de Salvador como uma espécie de interior dentro da capital, estando perto dali, em São Tomé de Paripe, um dos lugares de veraneio dos moradores de Salvador.

Em Periperi também já estava instalada em 1995 a 5^a Delegacia de Polícia, e era uma das regiões sob responsabilidade do 5^o Batalhão da Polícia Militar (5^o BPM), que respondia pelo policiamento ostensivo de todo o Subúrbio Ferroviário e em quase toda a outra parte, a região do “Miolo da Cidade”. Atuando com 919 homens, o 8^o BPM, em 1995, era responsável pelos bairros de São Caetano, Pirajá, Fazenda Grande e Península de Itapagipe. Nas duas regiões que completavam o Miolo da Cidade, sob responsabilidade do 5^o e do 8^o BPM, eram previstos, na época, 1.178 policiais para o bom desempenho do trabalho. Em 1996, a PMBA, sob o comando do coronel Antônio José Souza Filho, ao terminar a “Operação Beirú”, em agosto daquele ano, instalou no bairro a 3^a CIPM – Companhia

Independente da Polícia Militar e anunciou que o mesmo modelo seria seguido para o Subúrbio Ferroviário (CPC, 15/08/1996).

Foi em Periperi que, em 1996, a Polícia Militar começou a fazer as primeiras reuniões envolvendo a comunidade para pensar os graves problemas de segurança que assolavam todo o subúrbio ferroviário e outras áreas da cidade. A primeira de uma série de discussões ocorreu no Conselho de Moradores da comunidade de Bate Coração, em Paripe, e reuniu cerca de 40 comunidade do Subúrbio Ferroviário, momento em que o Major Gautier apresentou para as comunidades o Major José Enéas dos Santos como o comandante da CIPM do Subúrbio, um modelo de policiamento dito avançado, envolvendo a polícia e a comunidade.

Por isso, o centro do debate sobre a nova segurança pública de Salvador no primeiro mandato do governo Paulo Souto estava em Periperi. Em 1996 a região já apresentava um grande número de homicídios, semelhantes às taxas registradas no Alto da Santa Cruz e Itinga. Por conta disso, a PMBA, segundo o Major Gautier, à época chefe de relações públicas da PMBA, apresentou a possibilidade de a PMBA começar o seu trabalho pelo bairro de Periperi, mas de fato as ações começaram pelo bairro do Beiru, dada a pressão da mídia com o grande número de assaltos a ônibus que estava ocorrendo, atribuídos a grupos criminosos moradores no Beiru.

Por isso, para entender as políticas de segurança pública implementadas nos anos 90 é preciso compreender os caminhos desenhados entre Beirú e Periperi, pois eles serviram de orientação para o modelo aplicado no resto dos bairros populares da cidade durante a segunda metade da década. Além dos problemas de insegurança enfrentados pela população do “Miolo da Cidade”, durante os anos 90, a maioria dos casos envolvendo mortes violentas de jovens-homens-negros, em geral, tem a presença dos 5^o e 8^o BPM, e da 5^a e da 11^a Delegacias de Polícia, o que deu conta da existência de uma verdadeira “guerra civil” situada no “Miolo da Cidade”. Nessa “Guerra” a população ficou entre o crime e a polícia, e as maiores baixas foram entre os civis inocentes.

Então, foi no período 1996 – 2004 que a cidade estava em posição mais vulnerável, sendo que entre 1996 a 1999 ela carregava a marca de 4.248 cadáveres, tendo como origem somente os homicídios ocorridos em quase quatro anos em Salvador e na Região Metropolitana, mais 177 que não tiveram identificada a localidade, fazendo com que o próprio delegado da Delegacia de Homicídios, em 1998, declarasse que mais de 70% dos casos tinha a participação de policiais, identificando que a Bahia tem uma polícia que atira pra matar. Segundo Silva (2004), Salvador foi a principal cidade a ver a sua juventude ser tragada pelo drama que tem destruído famílias pelo país afora, já que tanto o tráfico quanto o alto consumo, até então eram visibilizados como elementos da atuação criminosa nas cidades do Rio de Janeiro e de São Paulo. As atividades criminosas e as mortes de jovens envolvidos com drogas dentro da modalidade carioca, por exemplo, chegaram à cena criminosa de Salvador nos anos 90, conforme FCCV (2002) e Ribeiro e Zanetti (2000). E este tem sido um dos fortes argumentos para matar jovens-homens-negros sem direito a julgamento. É a polícia e os grupos de matadores tolerados pelo Estado que julgam e sentenciam.

3.3.1. O que é um bairro popular? (03.11.2010)

A maioria dos bairros populares de Salvador é constituída por uma arquitetura que chamaremos de usina do terror neo-escravista. Essa triste arte de construir para sobreviver, além das casas, com seu formato particular, nos lembrando uma espécie de prisão, com muitas grades, tem ainda quatro elementos pilares que formam o presente dos bairros populares: bares, Igrejas Evangélicas, lojas de cremes de cabelo e casas comerciais varejistas (os mercadinhos), localizadas nas ruas centrais dos bairros, as chamadas *Rua Direta* e, atrás de quase tudo, estão as moradias da maioria das famílias negras, que somente tiveram o direito de morar nas “ruas da frente” quando ocuparam as áreas, chamadas de invasões, depois a pobreza as fez vender as suas casas na frente das ruas e voltar a morar nas baixadas, sem qualquer infra-estrutura.

Nestes “lugares” constituídos de casas amontoadas, esgoto a céu aberto, sem política de saneamento, sem educação e sem saúde, e com muitas crianças sem direito a futuro,

chamado de muitos nomes como *invasão* em Salvador e de “*favela*”, no Rio de Janeiro, é o lugar onde muitos homens deixaram de ser vistos como o provedor da família e os jovens crescem sem espelhos positivos. No Subúrbio Ferroviário, o desemprego que em Salvador é de 28% da PEA (Oliveira, 2000), chega a 60% da sua população e, por conta disso, passa a fazer parte do perverso mundo do trabalho informal, como observou Castro e Sá Barreto (1998). O cenário de um bairro popular dá o tom do abandono do Estado aos seus moradores.

São lugares onde os bares estão repletos de homens negros velhos, jovens e meninos que, de variadas formas, lutam contra o vazio que a política da eliminação física tem lhes imposto. Esses bares do esquecimento e do congelar de identidades estão em todas as esquinas dos bairros populares. E, nos finais de semana, os bares se constituem num dos principais cenários das brigas depois das bebedeiras dos homens e dos jovens, e também são os lugares onde ocorrem as blitz policiais com maior frequência, que se materializam em cenas de humilhação, afrontam a masculinidade, e, por conta de tudo isso, muitas vezes se tornam palco de muitas tragédias. Por isso mesmo, em muitas cidades brasileiras como Diadema, na grande São Paulo, há um conjunto de recomendações para a imposição da lei seca em relação à venda de álcool para jovens, e mesmo em outras que implicam no fechamento dos bares mais cedo, para obrigar que essa população masculina se recolha, evitando os confrontos.

Nos bairros populares também estão as Igrejas evangélicas neo-pentecostais, cheias de mulheres negras, que choram os seus filhos que tombam todos os dias com as balas da polícia e dos grupos tolerados pelo Estado. Lugar de profundas contradições, visto que muitas pessoas em conflito com a lei têm se refugiado nessas igrejas, onde muitos jovens que se envolvem com a religião evangélica têm escapado de morrer, alguns, inclusive, já fazendo parte do sistema carcerário (KALLY, 2005). Mas é também nessas igrejas onde as lideranças religiosas têm recorrido a um amplo repertório simbólico, bastante presente no imaginário da população negra, de onde vêm os jovens-homens-negros e, a partir do seu manuseio, estão tentando quebrar a espinha dorsal dessa mesma população, centrando-se num ataque ao tripé ancestralidade-identidade-resistência, pois, é nestas igrejas, instaladas

nos bairros populares, que, muitas vezes, as pessoas têm tido chance de experimentar a mobilização, pois num lugar onde a ausência do Estado quase só se manifesta pela presença da polícia, funciona como uma espécie de *status* pertencer a estas congregações.

O mundo racialmente segregado de Salvador, não muito diferente de todo o Brasil (PAIXÃO, 2005), deu força a uma forma de autonegação, que se dá pela adesão dos mais pobres e, em sua maioria, os negros às religiões neo-pentecostais, a partir de um acordo objetivo por sucesso profissional e financeiro, por saúde e outras buscas, mesmo quando isto implica no ataque aos símbolos mais caros da memória e herança cultural e civilizatória negra, guardados pelas mulheres e homens negros que, num passado de menos de 20 anos, não narraram suas vidas com bíblias, mas com folhas e outros meios, que recorreram para sobreviver na Diáspora negra, afirmando Áfricas. Para um/uma descendente de africano, negar a identidade, a memória e o legado dos ancestrais é uma forma dramática de morrer, mesmo os que continuam caminhando, pois significa a morte simbólica. Assim, muitas mulheres que perdem seus filhos assassinados têm recorrido às igrejas neo-pentecostais, em busca de paz e, muitas vezes, para evitar que os seus outros filhos também sejam assassinados.

É também nos bairros populares, repletos de salões de beleza, que nos é possível debater como a humanidade questionada da população negra facilita a mortandade de jovens-homens-negros, pois é nesses lugares que muitas mulheres-negras, diariamente, sob pressão da TV, das revistas e da escola, aprendem desde cedo a se autonegar, a se mutilar, a não gostar de si mesmas, realidade que se materializa no imenso número de lojas de creme para alisar os cabelos. Neste aspecto, morre-se pela negação estética. Então, pessoas que são socializadas para naturalizar todas essas formas de violência simbólica, protagonizadas pela escola, pela TV e outros atores e instituições sociais, não conseguem ver resultados dessa violência na ação letal da polícia contra os jovens-homens-negros, pois estas pessoas estão sendo preparadas para não reagir e não buscar seus direitos como cidadãs. O mecanismo passa por desumanizar, através da criminalização, depreciação estética e outros aspectos que têm como função naturalizar qualquer tipo de violação de seus próprios direitos (WACQUANT, 2001; VRON WARE, 2004).

As moradias das famílias negras, que é o aspecto mais importante dos bairros populares, por abrigar quase todos que lá vivem, estão quase sempre nos becos, vielas, escadarias, ladeiras de barro, onde às vezes não há espaço para passar uma geladeira. Estas casas, sem direito a reboco e, menos ainda, a pintura, formam um triste espetáculo e denunciam a situação de *apartheid* vigente, mesmo dentro do próprio bairro. Próximo a estas casas não há creches, escolas, postos de saúde ou qualquer outro sinal que nos lembre a presença do Estado, a não ser a polícia quando invade, espanca e, muitas vezes, mata. Por isso, a presença das grades nas portas e nas janelas faz com que os bairros pareçam mais como grandes prisões, ocupando quarteirões disformes, denunciando o medo e a insegurança de todos que ali vivem.

A arquitetura do terror conta ainda com uma forma mais perversa, que se materializa no ato de tomada das ruas de frente dos bairros pelos brancos pobres e outros grupos de pele clara, às vezes chamados de mestiços e/ou morenos que, como sabiamente mostrou Spike Lee, em seu filme *Faça a Coisa Certa*, em menos de cinco anos se transformam em uma classe de destaque no bairro, e em Salvador, nesse sentido não é diferente da cidade de Nova Iorque, apenas aqui não são os asiáticos, são os “morenos e/ou mestiços de pele clara”, nos bairros mais afastados e nos bairros mais próximos do centro; são os descendentes de espanhóis (D’ALMEIDA, 2005). São esses mesmos comerciantes que controlam os Conselhos Comunitários de Segurança, contratam os grupos de extermínio, geralmente formados por policiais, e assim impõem o silêncio nos bairros negros de Salvador. Esses comerciantes ocuparam o lugar que historicamente eram das *quitandas* de mulheres e homens negros, que se proliferavam em todos os bairros da cidade (NORONHA et alli, 1997; TAPARELLI e PAES MACHADO, 1996).

3.3.2. As políticas destinadas aos bairros populares de Salvador

Salvador, uma cidade com 2.440.886 habitantes, é marcada pelo grande número de “invasões”, como a “invasão do Corta-Braço, nos anos 1940, na região da Liberdade; a “invasão do Pinto”, nos anos 1960, no bairro da Ondina; a mais conhecida das ocupações

urbanas nos anos 1980, a “invasão das Malvinas”. Todas elas combatidas com forte repressão policial, mas, nem por isso, durante o século XX, deixaram de ser erguidas, chegando, na atualidade, a representar 60% do solo ocupado da cidade, sempre nas encostas e despenhadeiros ou ao redor dos bairros de classe média (SOUZA, 2000).

Durante os anos 1990, segundo dados do PDDU – Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (2004), a cidade do Salvador mudou completamente a sua organização socioeconômica, fruto das intervenções dos últimos 40 anos, movimentando-se em três direções:

- a) Houve uma grande movimentação em direção ao norte, na região da Orla, com rápida ocupação das Regiões Administrativas – RA VIII - Pituba, IX – Boca do Rio e X – Itapoan, a partir dos anos 70;
- b) Um rápido crescimento no Miolo, com a densa ocupação durante os anos 70, RA, XI – Cabula; XII – Beirú; XIII – Pau da Lima; XIV - Cajazeiras e XV – Valéria, durante os anos 70;
- c) O Subúrbio Ferroviário, que também faz parte do Miolo, e que nos anos 90 se tornou uma espécie de “Cidade dormitório”.

Essa cidade “esquecida” viu os velhos centros econômicos de Salvador, o Centro Histórico, o Comércio e a Calçada, fenecerem por falta de investimentos públicos e privados, o que ajudou a tragar boa parte dos empregos que proporcionavam a sobrevivência dos habitantes da *cidade baixa*, assim como a cidade viu as indústrias organizadas no mesmo perímetro urbano serem fechadas, a exemplo das de Itapagipe, sem qualquer reação do poder local.

Na nova cidade, que organizou o seu “*Novo Centro*” financeiro e comercial na Avenida Tancredo Neves – Iguatemi, e depois se estendeu para a Região do Itaigara e Caminho das Árvores, não havia lugar para a maioria da população negra que, por imposição do racismo

institucional, estava desprovida de oportunidades para apreender os novos saberes e competir com os filhos da classe média e que, por isso, não controlou os novos códigos de competitividade, que passam pela cultura, pela identidade e pela desmobilização do racismo¹¹⁶.

Leandro Piquet Carneiro (2000) avalia que a falta de políticas de desenvolvimento para as grandes cidades brasileiras é um dos enormes entraves para os gestores da segurança pública, e Salvador não é uma exceção, pois as cidades que cresceram sem políticas sociais urbanas tiveram graves problemas com segurança, incluindo o crescimento da criminalidade. Por isso pensar no enfrentamento da violência e do crime significa pensar a inclusão de todos os seus habitantes.

As dez áreas consideradas por alguns pesquisadores como as mais violentas de Salvador, são os lugares desprovidos de todas as necessidades mínimas para a sobrevivência dos seus habitantes: Estrada Cia-Aeroporto, Parque São Bartolomeu, Sussuarana, Nordeste de Amaralina, Lobato, Uruguai/Alagados II, Paripe/Base Naval, Coutos e Pau da Lima (SILVA, 2004), e se localizam no chamado “Miolo da cidade”. Estas são as áreas com os maiores índices de homicídio na cidade. São bairros que crescem sem qualquer política de planejamento urbano, aprofundando as desigualdades sócio-raciais.

Assim como crescem as “invasões”, se acelera o deslocamento da classe média dos bairros tradicionais, no centro, em direção à orla marítima e à Região Metropolitana, como Vilas do Atlântico, em Lauro de Freitas, e outras áreas de condomínios “super protegidos”, a exemplo de Stella Maris, Cidade Jardim e Alphaville. Pois, numa cidade com aproximadamente 500 mil desempregados, com 41% dos lares sendo chefiados por mulheres que não chegam a ganhar mais de 02 salários mínimos (DIEESE, 2003), as propriedades e as outras marcas da opulência da classe média são fortes apelos para o crescimento da criminalidade, sendo o ataque a esse patrimônio por parte menos

¹¹⁶ Ver o documento Cartilha de Políticas Públicas de Inclusão e Promoção da Igualdade Racial para o Povo Negro da Cidade de Salvador. Elias Sampaio, Luíza Bairros e Vanda Sá Barreto (Orgs.) Salvador, Instituto Búzios, 2004.

explicativo da violência letal, que atinge majoritariamente jovens-homens-negros, visto que a situação de segregação não os deixa sequer atravessar as linhas de classe e de consumo que se erguem como barreiras na cidade.

Mas como criminalizar a população de um bairro inteiro para depois expulsá-la, com a concordância da mídia, dos poderes públicos e mesmo dos pobres de outras comunidades? A “invasão do Costa Azul” foi um dos últimos embates entre a classe média e os pobres daquele bairro, mediado pela Prefeitura, que, em 1997, remanejou a comunidade. Enquanto isso, mesmo com toda a visibilidade, continua o assédio da indústria imobiliária para ocupar comunidades como a Gamboa de Baixo. A receita é simples: as autoridades usam o argumento da violência e da criminalidade para expulsar os negros do centro da cidade, vide o “conflito” da CONDER/Polícia Militar com os moradores da Gamboa de Baixo. Localizada em frente à Baía de Todos os Santos, na avenida do Contorno, onde fica um milionário projeto da Marina de Salvador, em nenhum momento os empresários apareciam na cena, mas somente o poder público local, na tentativa de convencer os moradores a se mudar. Como isso não foi possível, a polícia veio fazer o trabalho de criminalizar a população para justificar a necessidade da sua retirada daquela região da cidade. O mesmo ocorreu com os bairros Nordeste de Amaralina, Santa Cruz e Vale das Pedrinhas, vizinhos dos ricos bairros do Itaigara, Pituba e Caminho das Árvores; e os bairros do Calabar e Alto das Pombas, cercados pelo Apipema e a Graça.

A situação de “linchamento social” feito pela mídia e pela polícia aos moradores de bairros populares fez de lugares como Calabar e Alto das Pombas, durante os anos 80, os exemplos mais contundentes de bairros negros no centro da cidade que tiveram que ir às ruas para defender o direito de existir; isto sinaliza algo muito além do que o direito à moradia, mas amplia para uma luta pelo direito de dizer onde mora numa “blitz policial” e continuar vivo, de informar onde mora e ter o direito de continuar na fila de uma empresa para conseguir um emprego; está ligado ao direito de ir e vir, muitos vezes bloqueado por políticas públicas

de segurança (CONCEIÇÃO, 1986 e 1988).¹¹⁷ Atualmente, os moradores dos bairros Beiru, Bairro da Paz e Nordeste de Amaralina ocupam a cena, enfrentando a visão policial-midiática, mediante a desconstrução da criminalização dos seus moradores (FCCV, 2003).

Mas foi no Pelourinho que a criminalização da população negra foi manejada como exemplo emblemático de reforço ideológico para expulsar a comunidade moradora do chamado “Centro Histórico”, marco de fundação da cidade do Salvador. A ação do poder público foi garantir os interesses do poder econômico que, na Bahia, se mantém entre os espaços públicos e privados. Esse processo teve seu início nos anos 80 (BACELAR, 1982),¹¹⁸ e até hoje está em curso, transformando Salvador em um dos exemplos de lugares onde o processo da reforma do seu centro histórico significou o deslocamento da população para os bairros periféricos, do ponto de vista dos projetos de revitalização de centros históricos ocorridos no mundo. Salvador guarda essa particularidade, pois cidades como Barcelona, Lisboa, Veneza, New Orleans e outras preservaram os moradores como mecanismo de garantia da vitalidade e originalidade, muitos inclusive atestados pelo UNESCO; mas, como em Salvador, a “limpeza étnico-espacial” estava em jogo, o poder local fez opção pela artificialidade. História contada no “teatro indignado do Bando de Teatro Olodum” (OLODUM, 2003; UZEL, 2003)¹¹⁹.

O “Miolo de Salvador” é formado pelos subdistritos de Pirajá, que agrega as Cajazeiras de I a XI, onde residem 22% da população da cidade; o subdistrito de São Caetano; o subdistrito de Valéria e São Cristóvão, onde se localizam as novas Fazenda Grande, de I a IV; o subdistrito de Periperi, que agrega o Subúrbio Ferroviário, com as palafitas do bairro de Novos Alagados que, durante os anos 90, foi um dos grandes desafios do desenvolvimento urbano de Salvador e um dos retratos da omissão do Estado; os subdistritos de Paripe e Ilha de Maré.

¹¹⁷ Ver, de Fernando Conceição. *Cala a Boca Calabar: A Luta Política dos Favelados*. (Petrópolis: Editora Vozes, 1986) e *Negritude Favelada: A Questão Racial na "Democracia Racial" Brasileira*. (Salvador: Editora do Autor, 1988).

¹¹⁸ Jeferson Afonso Bacelar. *A Família da Prostituta*. Salvador: Editora Ática 1982.

Os estigmas que carregam os moradores do Miolo de Salvador, eivado de “invasões”, ajudam a transformar essa parte da cidade em lugar de “medo e desassossego” (J. SANTOS, 2003). E, assim, as grades que “decoram as portas e as janelas das casas”, dando a semelhança de casa-prisão, dão o triste testemunho da realidade vivida pela maioria da população. “Entre a casa e a rua”, o espaço da violência, que tem ceifado a vida de milhares de jovens-homens-negros, é a rua, território com leis próprias, dominado pela masculinidade manifesta, no público, quase sempre de forma violenta.

Nos bairros populares, a “invasão” é a parte mais estigmatizada, e os jovens que lá vivem não têm muitos laços com o mundo de fora; eles têm medo quando estão em contato com o mundo que os marginaliza, e não têm os caminhos de infância que a maioria das outras crianças e jovens criam, na escola e no clube, e mantendo até a vida adulta, o que facilita o acesso ao emprego, aos relacionamentos afetivos e à vida social mais abrangente (SOARES, 2005; ZALUAR, 1998; MUSUMECI, 2004; WACQUANT, 1995 e 2001). Esse isolamento social, imposto aos “proscritos da cidade”, motivado por raça e classe, quebra a possibilidade de comunicação dentro da cidade, fazendo surgir uma segregação entre jovens negros e brancos, que tem sérios efeitos na vida da cidade. Esta é a situação da “*underclass*”, que vive nos “*bairros de desterro*” em situação de “*exílio interno*”, como observou WACQUANT (1995), ao analisar a situação nos guetos de Chicago e nas periferias de Paris (1995).

O isolamento territorial e a baixa interação entre jovens de grupos raciais diferentes evidencia que Salvador, como o resto do Brasil, é uma sociedade dividida por raça e todas as esferas da vida estão codificadas pela cor, onde as pessoas negras aprendem desde muito cedo, a conviver com o estigma de possuir um capital simbólico negativo. Os jovens dos bairros populares quando dizem o seu nome e endereço correm sérios riscos de perder a chance de conseguir uma vaga para trabalhar, de estabelecer um laço afetivo com uma garota, às vezes moradora de um outro bairro popular, tão estigmatizado quanto o seu. Além disso, ao seu abordado pela polícia, dizer o nome do bairro em que reside pode ser a

¹¹⁹ Ver Marcos Uzel. O Teatro do Bando – Negro, Baiano e Popular. Salvador, P555 Editora e Teatro Vila Velha, 2003.

senha para um espancamento, conforme os depoimentos que Noronha et alli (1997) ouviram de muitos jovens de Novos Alagados. Também nas pesquisas da CJP (2000) do FCCV (2003) e de Taparelli (1996), ser morador de bairro popular foi um dos principais agravantes para o estigma e a conseqüente morte violenta dos jovens aí residentes.

A mesma situação foi encontrada por Costa (2005), ao pesquisar o bairro da Liberdade, confrontando as representações dos seus moradores com as dos policiais, especialmente na Avenida Peixe. Ele constatou que o local de moradia é um elemento decisivo para a ocorrência de irregularidades na ação dos agentes públicos de segurança, quando 51% dos entrevistados no bairro da Liberdade disseram já ter sofrido algum tipo de violência.

Nos bairros populares, muitos jovens-homens-negros deixam a escola por motivo de trabalho precoce, desavenças com colegas e mesmo por conta do assédio de policiais, com destaque para a forma como fazem a “Ronda Escolar”, marcando estudantes mais rebeldes e o assédio por parte de criminosos tolerados pelo Estado. Muitos jovens deixam a escola porque essa instituição não se comunica com eles/elas; as escolas instaladas nos bairros populares estão em péssimas condições físicas e material e com professores de fora da comunidade que, em geral, vêem os estudantes como “marginais” e “gente que não vai muito longe”. Nesta cena, a professora muitas vezes é tão vítima do racismo quanto esses jovens.

O bairro popular, local de moradia de pobres, negros e “invasores”, com estigma de marginais, é um lugar abandonado pelo poder público. No bairro da Pituba, habitado pela classe média de Salvador, ao final de 2002, havia 16 praças públicas, enquanto no Miolo da cidade é possível andar por dezenas de bairros sem ver qualquer equipamento semelhante, o mesmo ocorrendo com a pré-escola, que só existem 29 para toda a cidade, as creches, quase todas mantidas por iniciativas dos movimentos comunitários; os postos de saúde, a maioria sem equipes e medicamentos básicos. As ruas são esburacadas, o esgoto é visto a céu aberto, especialmente nas baixadas, onde moram os mais estigmatizados. Por isso, tudo que ocorre de “errado” em um bairro popular, o primeiro lugar a ser invadido é a “invasão”.

A “cara da invasão” está representada nas sinaleiras da cidade por crianças e jovens negros, limpando os pára-brisas dos carros, vendendo frutas, tabocas e flanelas, numa situação de naturalização da violência e invisibilidade da infância negra presentes nos corpos desses pequenos sujeitos, sem políticas de proteção e sem qualquer gesto de afeto. É nesse momento que a cidade também aprende a pensar nos jovens-homens-negros como um “outro” marginal nato. Esse comportamento facilita a ação violenta da polícia no cotidiano da cidade contra esses jovens. Pois “ninguém se mete” quando são constrangidos pela polícia, dado que está no imaginário social que “eles devem”.

A regularidade de cenas violentas protagonizadas pela polícia nas “*blitzs*” de ônibus, nas invasões de domicílios, sem mandato legal; sequestro de pessoas; torturas de presos comuns em delegacias, portanto sob custódia do Estado, e nos “baculejos”¹²⁰, que quase sempre tomam como suspeitos homens-jovens-negros, portando sacolas ou camisas folgadas, em vários pontos da cidade e, em especial, nas “Terças-feiras da Benção”¹²¹, têm provocado indignação em setores organizados da população, que não aceitam a naturalização da violação dos direitos humanos por parte dos agentes públicos de segurança (FCCV, 2003).

Segundo Serpa (2001),¹²² as praças de Salvador revelam a face violenta e de abandono institucional dos bairros mais pobres da cidade, pois a maioria dos equipamentos de lazer e diversão estão nos bairros nobres e do centro, são vigiados e com horários de circulação determinado, onde as crianças e os jovens negros são monitorados pela polícia e outros meios de controle, como estranhos no ninho. Sob o dogma do marginal nato, desde cedo são tratados como suspeitos.

¹²⁰ Formas de abordagem policial normalmente de natureza violenta e discriminatória, que consiste em revistar um suspeito, sem as prerrogativas legais.

¹²¹ Manifestação cultural-religiosa-popular que ocorre todas as Terças-feiras no Centro Histórico de Salvador, momento em que a polícia tem colocado várias barreiras de averiguações, com detectores de metais.

¹²² Ângelo Serpa. Fala Periferia! Uma reflexão sobre a produção do espaço periférico metropolitano. Salvador, IGC/UFBA, 2001.

O estudo feito por Costa (2005), no bairro da Liberdade, mostrou que as principais razões para a insegurança nos bairros populares são a “violência do poder dos traficantes, o uso de drogas, o desemprego e medo social, a ineficácia da polícia e a insuficiência de policiais e do patrulhamento para garantir a segurança” (p.128). Mas, a atribuição da violência à presença dos traficantes nos bairros populares e o uso de drogas pelos jovens residentes nestas localidades se tornou uma faca de dois gumes. De um lado, pela constatação de um drama social real que destrói famílias inteiras e, de outro lado, pelo alibi do discurso policial, que se fortalece para justificar os números de assassinatos de jovens-homens-negros nos bairros, naturalizando, banalizando a vida como uma espécie de acordo moral com as “pessoas de bem” e os comerciantes, que financiam o sumiço dos jovens que estão em conflito com a lei ou são simplesmente suspeitos.

Nos bairros populares é comum, ao falar com uma mulher mais velha, ouvir relatos sobre várias mães que já perderam um ou mais filho nessa “guerra”, e todas terminam dizendo que o caso não foi apurado, ou que o “*caso não anda*” lá na delegacia do bairro, porque normalmente foi atribuído ao envolvimento do jovem com o tráfico, mesmo que as pesquisas venham mostrando que a maioria das vítimas não tem qualquer nível de conflito com a lei (CJP, 2000).

Esta situação nos obriga a refletir sobre a ação institucional da polícia em Salvador que, enquanto instituição responsável pela segurança de toda a população civil, não está desempenhando seu papel institucional, mas, ao contrário, tem considerado a maioria negra, empobrecida e residente em bairros populares como um corpo inimigo (BARCELOS, 1997 e OUVIDORIA DA POLÍCIA DE SÃO PAULO, 1997), tratando os jovens-homens-negros como suspeitos padrões. A atitude de atirar para matar, incriminar sem provas e o uso corrente de métodos ilegais para a descoberta de crimes instalam um estado de medo entre os segmentos cotidianamente atingidos. Além disto, o envolvimento de policiais com grupos criminosos é uma das principais causas da descrença de boa parte da população na instituição policial. Esses modos de agir da polícia violam os direitos

humanos da maioria da população, orientam os setores economicamente privilegiados a constituir suas milícias particulares e não garantem a segurança pública.

A existência de políticas de segurança pública diferenciadas, implementadas pelos órgãos de segurança na cidade de Salvador, parece ser pouco eficiente no que diz respeito ao controle da violência urbana. A ineficiência destas políticas, apesar de se voltar para os bairros populares, se materializa pelo não recuo da violência em toda a cidade (NORONHA e PAES MACHADO, 1997), e os resultados negativos podem ser entendidos, também, a partir das dificuldades do governo estadual em dialogar com a sociedade civil, com vistas à construção de políticas sociais mais participativas para a população.

Em Salvador, a realidade não é diferente do resto do país; a maior incidência de casos de violação dos direitos humanos pelas polícias militar e civil continua sendo contra a população negra (MACHADO e TAPARELLI, 1996). De acordo com os estudos realizados pela CJP (1998 e 2000)¹²³, pelo Projeto UNI-Bahia (1998) e FCCV (2002), a idéia de jovens-homens-negros como sinônimo de perigo tem causado danos morais e físicos a muitas pessoas sem histórico de passagem pela polícia. E a representação estigmatizada desse segmento da população, em Salvador, envolve 21,25% da população entre 15 e 24 anos, segundo dados da PNAD/IBGE (1999).

Situação semelhante contra jovens-homens-negros está retratada no estudo da UNESCO (WEISIFCZ, 2003)¹²⁴, intitulado IDJ – Índice de Desenvolvimento da Juventude, que pesquisou a situação da juventude brasileira nos 27 estados e no Distrito Federal, levando em conta três indicadores: escolaridade, mortalidade por causas externas e violentas, renda *per capita* das pessoas com idade entre 15 e 24 anos, faixa que a UNESCO considera jovem. O Estado da Bahia, nos três indicadores, ocupa a 16ª posição. Nos indicadores renda *per capita* a Bahia teve uma das piores performances, ficando em 23º lugar. Um jovem

¹²³ Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de Salvador. De acordo com a CJP, 2000: 74, no período entre 1996 e 1999, os jornais da capital noticiaram 4.248 assassinatos na Região Metropolitana de Salvador.

¹²⁴ Ver UNESCO. IDJ - Índice de Desenvolvimento da Juventude. Brasília, 2003.

negro na Bahia tem 3% da renda de um jovem branco de Santa Catarina e do Distrito Federal, 1º e 2º lugares no estudo da UNESCO.

Como o modelo de atuação da polícia foi iniciado em dois bairros populares, houve a necessidade metodológica de realizar a pesquisa partindo das duas áreas, Beirú e Periperi, no sentido de conjunto que estas possibilitariam, pois no bairro de Periperi ocorreram as primeiras investidas do comando da PM para a implementação das políticas de segurança pública, desde 1995, reunindo o Conselho de Moradores do bairro, e único no formato participativo constituído até então na cidade do Salvador. Já no bairro de Beiru, um ano depois de iniciadas as discussões em Periperi, em 1996, o modelo policial proposto começou a ser implementado. Como já afirmei, o marco foi a Operação Beiru, um tipo de ação policial nova na cidade, amplamente divulgada pela mídia local e com cobertura durante todo o seu desenvolvimento neste bairro.

Aquele novo modelo de policiamento, enquanto política de segurança pública, levada a cabo pelo comando da PM, inclusive com um esforço de interlocução com a comunidade, feito pela assessoria de comunicação da PMBA¹²⁵, foi disseminado com a mesma ênfase no combate à criminalidade em outros bairros da cidade e da RM, considerados muito perigosos e com graves problemas na atuação policial, segundo observações da própria Polícia Militar. Isto ocorreu sem a PMBA responder ao que se publicizava, em 1997, quando começaram a ser divulgados os primeiros relatórios de pesquisa dos principais estudos em curso, a exemplo do Projeto UNI/UFBA/UNICEF(1997), as pesquisas do professor Jairnilson Paim, em 1996, e o monitoramento do banco de dados do Movimento Nacional de Direitos Humanos, através da CJP – Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de Salvador, no ano de 1998 e, no âmbito da sociedade civil, o relatório da Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa, em 1997. Todos os relatórios consideravam que as políticas iniciadas sob o guarda-chuva do modelo de polícia comunitária se orientavam por uma ação diferenciada entre os bairros habitados por ricos e pobres, respectivamente ocupados por brancos e negros.

¹²⁵ Ver no Jornal A Tarde, 23 de julho de 1996, as declarações do Major Gautier, Chefe de Relações Públicas da PMBA.

3.4. O dragão adormecido – A greve da polícia em 2001

A greve das polícias da Bahia, em julho de 2001 (CEAS, 2001)¹²⁶, em pleno governo de César Borges (1998-2001), colocou em dúvida parte considerável dos discursos dos dirigentes da segurança pública na Bahia, com amplo destaque para Salvador, sobre as mudanças perseguidas durante toda a década de 90, principalmente a tão propagada Polícia Cidadã, que teve a sua construção durante a segunda metade dos anos 90, tendo como ponto de partida o Conselho Comunitário de Segurança do Subúrbio Ferroviário, realizando as primeiras reuniões no Conselho de Moradores da comunidade de Bate Coração, em Paripe (A TARDE, julho/96).

Na greve, que teve início em julho de 2001, a cidade “protegida”, a Orla Marítima, o Centro Histórico e a área do Iguatemi – Avenida Tancredo Neves, entraram em colapso, com medo e insegurança. Para o resto da cidade, encravada no chamado “Miolo de Salvador”, composta de quase 240 localidades, onde a população vive um cotidiano de insegurança e toque de recolher (COSTA, 2005) por parte dos policiais e dos grupos tolerados pelo Estado, o que estava ocorrendo em 13 dias de greve não era totalmente novo. Em doses homeopáticas e, às vezes, com mais dramaticidade, a maioria da população vive o terror que a classe média viveu durante a greve.

A greve serviu para trazer à tona a situação de insegurança pública de Salvador. A cidade que sofreu os impactos mais diretos do movimento paredista dos agentes públicos da segurança foi a mesma que chegou ao ponto de recorrer ao Exército, que se fez presente depois de muitas disputas políticas entre os governantes locais com o governo federal. Houve inabilidade dos comandos da segurança para negociar com todas as forças de segurança, as quais, depois de 20 anos, faziam uma greve na Bahia.¹²⁷

¹²⁶ CEAS: Centro de Estudos e Ação Social. EDITORIAL: *CONSCIÊNCIA DO DESGOVERNO*. Salvador, Cadernos do CEAS. N. 195 - Setembro/Outubro 2001.

¹²⁷ Ver George Ocohama d’Almeida Archanjo. O Movimento de 1981 na Polícia Militar da Bahia. Dissertação de Mestrado, FFCH-UFBA, Salvador, 1983.

Enquanto isso, nos bairros populares, a greve apenas ampliou a lente da situação vivida todos os dias com graves problemas de insegurança e ameaça pelo poder estatal, agora transfigurado, vivendo a contradição interna de ver, os que historicamente são arrebanhados para conter os conflitos, estarem em conflito e se rebelando contra o *establishment*. O coronelato assistia em pavorosa à rebeldia dos agentes e à intransigência do governo César Borges(CEAS, 2001), criticado nacionalmente pela forma como conduziu a greve, deixando a área da classe média entrar em colapso. Conforme documentou o editorial do CEAS:

Na Bahia, tais dificuldades foram agravadas pela filosofia autoritária de governar vigente a partir do regime militar. Justo no Estado que se gaba de possuir um dos menores percentuais de gasto com o funcionalismo (da ordem de 44,3%, somente superior ao do Maranhão e Tocantins), o governo vinha recusando-se a receber e negociar com os sindicatos representantes dos servidores desde o retorno de Antônio Carlos Magalhães como governador, em 1991. Antes do episódio dos policiais, os serventuários da Justiça fizeram uma greve que durou 52 dias porque o governo ameaçava retirar a gratificação concedida há quase 5 anos (e correspondente à maior parte dos seus vencimentos). Durante a paralisação dos policiais, os serventuários retornaram à greve e continuaram nela até fim de julho, uma vez que o Presidente do Tribunal (aliás, irmão de deputado do Partido da Frente Liberal/PFL) não cumpria o acordo (encaminhar proposta à Assembléia incorporando as gratificações aos salários) que encerrara o movimento anterior (CEAS, 2001).

O medo permanente da classe média de ter os seus bairros, historicamente segregados, invadidos pelos incômodos da pobreza, foi ampliado com a greve; por isso, passado o primeiro momento ocorreu muita correria nas ruas, com todos os telefones públicos congestionados, sendo disputados por todas as pessoas que tentavam mandar notícias para casa, saber de parentes para dar notícias e dizer se estavam bem ou não, pois com a notícia da greve a cidade visível entrou em desordem¹²⁸. Conforme relatos, cobertura da mídia local (A TARDE, 13 a 17 de julho 2001) e o Caderno Editorial do CEAS, que apresento a seguir:

¹²⁸ CMI Brasil – Centro de Mídia Independente. Greve da Polícia em Salvador - Relato pessoal sobre a greve da polícia em Salvador. Por André e Luana, 12/07/2001. www.midiaindependente.org.br

“Falhando na tentativa de dobrar a greve, o governador transfere, por decreto de 11 de julho, a responsabilidade da situação para o Exército. Mas o envio de tropas dependia de avaliação do governo federal, o que levou o governador a Brasília para expor o caso e pedir a autorização do Presidente, no que Fernando Henrique Cardoso (que dias depois se diria horrorizado com a situação baiana) acedeu. No mesmo dia 11, os vigilantes, há meses tentando negociar com seus patrões, também entraram em greve. Sem polícia e sem vigilância, os bancos passaram a funcionar precariamente, até encerrar suas atividades, autorizados pelo Banco Central (CEAS, 2001).

(...). Os arrastões e os saques, reais ou amplificadas pelos boatos, levaram lojistas a fecharem as portas e estimularam não só bandidos como muita gente do povo a aproveitar a oportunidade. Em 17 de julho se anuncia que 2 lojas haviam sido incendiadas e 80 outras casas comerciais invadidas em Salvador, dentre as quais 19 lojas da Cesta do Povo (rede de supermercados mantidos pelo governo Estadual). Informações extra-oficiais afirmavam ter aumentado o número de assassinatos. O trânsito na cidade semideserta (os fiscais de trânsito da prefeitura estavam igualmente em greve) ficou sem controle.(...)”. (CEAS, 2001)

Nos quartéis, com destaque para o de São Joaquim, muitos encontros foram realizados durante todo o mês de junho, mesmo que os coronéis tentassem manter a “prontidão” para impedir o movimento, que se intensificou publicamente nas manifestações do 02 de Julho, data da Independência da Bahia. Para algumas lideranças do movimento, foi um momento de parar para acertar e pensar em saídas a partir do “baixo clero”. Tratou-se de momento histórico em que a polícia estava conversando com a polícia, sem manipulação política e sem bajulação, e assim corporações inteiras tomaram conta de se aquartelar, onde não entrava e nem saía nenhuma pessoa. São Joaquim foi como uma espécie de quartel general da greve, entre os dias 03 e 19 de julho de 2001.

“No dia 12, uma quinta-feira, a cidade amanheceu em grande parte paralisada e o sistema telefônico entrou em colapso, por conta do excesso de ligações (justificou a companhia no dia seguinte, desfazendo os boatos de invasão e depredação das centrais). Na "agourenta" sexta-feira 13, quando a cidade continuava totalmente parada e as repartições fechadas (devido ao ponto facultativo), a exposição da crise baiana, ocorrida em pleno período turístico, ganhou maior visibilidade: começava a 53ª reunião da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), que reuniu em meados de julho mais de 12.000 cientistas e amigos da ciência de todo o Brasil. E as tropas do Exército, vindas de vários lugares do país (já que as tropas locais não foram utilizadas), começaram a desfilar e patrulhar as ruas quase desertas. (...). No dia 14, o governador, que se recusara a negociar antes do fim

da greve, iniciou as negociações, estendidas até 19, quando o movimento foi suspenso, (...)".(CEAS, 2001)

A greve revelou uma das novidades da polícia nos anos 90. Sendo uma categoria dominada por homens, com 79% de representação entre os 32 mil PM, foram as mulheres, que assumiram lugar de destaque, liderando o movimento, algumas de forma discreta e outras de forma muito contundente, como a Soldado Andréia. Muito recentes na corporação militar, elas só tinham 10 anos de presença na instituição¹²⁹, e em 2001 já eram 3.300, representando 21% da PMBA. Além das mulheres da PFEM, os soldados, cabos e tenentes mais jovens foi o segundo grupo de destaque. As razões para a liderança daqueles dois grupos estava ligado a alguns fatores, relacionados à própria política de segurança pública do estado da Bahia.

O primeiro fator foi a busca da qualificação dos servidores públicos de segurança, militar e civil, a partir dos anos 90, por parte dos gestores, o que implicou a presença de pessoal com maior capital educacional, com uma expressiva maioria com ensino médio e uma parte menor já no ensino superior, que busca a carreira policial e militar, pela estabilidade e pela falta de outras oportunidades locais. O segundo fator tem a ver com a recusa da nova geração, principalmente as mulheres¹³⁰, de se calar diante da histórica cultura da humilhação, maus tratos e autoritarismo do oficialato, sob o segmento das patentes iniciais.

Aceitar as regras do sofrimento físico era parte de uma cultura em que os homens se calavam em nome da masculinidade, mas, na era das mulheres vieram à tona, tanto o desconforto com os baixos salários e o trabalho estressante para ambos os grupos, assim como a negação do cumprimento de alguns papéis que revelam o histórico uso político da polícia pelo poder. E, nesse sentido, a ousadia das mulheres foi o destaque, como aparece no texto abaixo:

¹²⁹ Correio da Bahia. *Mulheres da lei - Delegadas concursadas e policiais femininas ganham espaço num mercado historicamente masculino*. Salvador, 02/12/2002.

¹³⁰ Ver a denúncia feita pelas Policiais Femininas, que foram obrigadas a desfilar vestidas de baianas na Lavagem do Bonfim em companhia de político local, mesmo algumas professando fé religiosa que não festeja o santo católico.

“Na capital baiana, tentaram internar o sargento, como louco, no Manicômio Juliano Moreira, o que só foi obstado por laudo de corajoso psiquiatra (Luiz Leal) atestando sua sanidade. Para abafar a participação de policiais no dia 2 de julho - a grande manifestação popular que comemora a guerra pela independência da Bahia -, os mesmos foram colocados em prontidão nos quartéis. Para esvaziar a assembleia conjunta, marcada para 5 de julho, anunciou-se nova "prontidão" para esta data. E, para esmagar o movimento, no dia 3 o Comando divulgou a exclusão desonrosa de 68 policiais militares, entre os quais várias mulheres, pelo "crime" de terem participado da assembleia de 19 de junho. Neste clima, os policiais de prontidão decidiram permanecer nos quartéis até decisão da Assembleia, que deflagrou a greve, exigindo a libertação dos presos, a reintegração dos excluídos (a foto de uma policial feminina despiando a farda, colocada sobre roupa à paisana, e entregando-a ao comando de greve foi destaque na primeira página no jornal A Tarde, o de maior circulação no Estado) e o atendimento da pauta de reivindicações” (CEAS, 2001).

O movimento grevista, portanto, deixou expostas as “feridas” institucionais que somente poderiam vir à tona na mobilização de um instrumento legítimo de manifestação trabalhista e na emergência do estado democrático de direito. As polícias civil e militar da Bahia reagiram à ausência de mecanismos institucionais de regulação das políticas salariais, que se manifesta em políticas como o GAP – Gratificação de Atividade Policial, que autoriza a diferenciação salarial para os policiamentos especiais, destinados a quem está em atividade em lugares como Pelourinho, segundo depoimento do comandante do CPC – Comando de Policiamento da Capital, a “área mais policiada da América Latina”, mas, o movimento também questionava a presença da titular da secretaria de segurança pública, a delegada Kátia Alves, pelos métodos de negociação e por ter sido promovida ao maior posto e ter se tornado secretária de segurança pública antes de ser uma delegada da Classe Especial, maior titulação na carreira de delegado/a.

Na Polícia Civil da Bahia, desde que ocorreu a reforma em 1976, quando foi instituído o concurso público para o ingresso de delegados/as, agentes, escrivãos/as e peritos, existe plano de carreira, com mecanismos definidos para ascensão. Por isso, para ser Delegado/a Chefe, por exemplo, sempre são delegados/as de Classe Especial os/as escolhidos/as para o cargo. O mesmo ritual tem sido, em geral, seguido na escolha do cargo de Secretário/a Estadual de Segurança Pública, quando são das fileiras da Polícia Civil. A Bahia, em 2002, depois de 16 anos de processo de redemocratização do país, voltou a ter um representante

do Exército no cargo, o General Edson Sá Rocha, que ocupou o cargo substituindo a delegada Kátia Alves, gestão 1998-2002.

Mas, ao chegar no governo em janeiro de 1999, o então governador César Borges escolheu como secretária de segurança pública, Kátia Alves, uma delegada que ainda não tinha alcançado a classificação especial, mesmo tendo entrado na instituição em 1984, como delegada concursada. A escolha desagradou os delegados de carreira, assim como o alto escalão da PMBA. Ali estava instalado um conflito de várias ordens, com destaque para as questões políticas de gênero, já que a delegada era a primeira mulher a assumir o posto no estado da Bahia, e as conotações de natureza da política local, onde ficou explícito o critério político em lugar do mérito, tão valorizado dentro das duas instituições, em que pese o histórico uso político de ambas pelos chefes do governo.

A nova secretária, vista pela maioria dos colegas como alguém que não responderia aos problemas relacionados à segurança, veio, segundo depoimentos, como uma estrela da 12ª CP de Itapoan, onde ficou bastante conhecida pelo episódio da prisão de um casal que assaltou a casa do Senador Antônio Carlos Magalhães e, a partir de então, teria se tornado uma figura de destaque. Sua gestão, como titular da 12ª CP, era identificada como uma delegada dura no tratamento aos “bandidos”, com métodos que denotavam pouco zelo com os direitos humanos no enfrentamento da violência e da criminalidade, quando se tratava de atuações nos bairros populares da região, a exemplo do Bairro da Paz e Nova Brasília de Itapoan.

Com esses referenciais, a nova secretária, responsável por conduzir uma pasta com 46 mil servidores e muitos problemas na gestão da segurança pública, foi a figura central para a importação do modelo de tolerância zero, em pleno momento de maior destaque de Willian Breton, em New York, no cargo de chefe do departamento da polícia. Para isto, seguiu para os Estados Unidos com a sua equipe, para “beber direto na fonte”, como observa Wacquant (2001), em relação à ida de representantes de vários países para serem “capacitados em segurança pública pelo chefe de polícia de Nova Iorque”. Esse fato foi amplamente divulgada na TV Bahia e em outras mídias locais. Para a secretária, o modelo para o

enfrentamento da violência em Salvador e na Região Metropolitana estava no norte da América.¹³¹

No retorno da equipe de gestores de Nova Iorque, que tiveram a chance de beber do “saber de Willan Breton e Rudolph Giuliani”, como assevera Wacquant (2001), seguidores da “*Teoria das Janelas Quebradas – Fixing Broken Windows*”, de George Kelling e Catherine M. Colles, (WACQUANT, 2001; SOARES, 2000; SANTOS, 1998), foram feitas exposições ao vivo na TV Bahia com policiais manuseando armamento pesado, momento em que a secretária fez questão de dizer que seria dado tratamento de tolerância zero para o crime, pois “*na Bahia bandido não faz carreira*” (CJP, 1999)¹³², uma alusão que significa cortar o mal pela raiz ou cortar a cabeça, ou seja, matar em lugar de prender e dar direito a um julgamento, o que, no direito penal, se qualifica como execução sumária.

O modelo adotado por Kátia Alves fluiu até que, no final de 1999, a Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa da Bahia, após a realização de um seminário em parceria com o SINDPOC – Sindicato da Polícia Civil da Bahia, solicitou que uma comissão de deputados federais viesse à Bahia para investigar a ação dos grupos de extermínio, pois havia fortes indícios de participação e omissão do poder público em relação aos números de assassinatos de jovens-homens-negros em Salvador e nos nove municípios da Região Metropolitana, com destaque para o bairro de Itinga, em Lauro de Freitas, e Pedreiras, em Simões Filho. Esse pedido e mais um conjunto de fatos que tratarei a seguir resultou na criação da *CPI – Comissão Parlamentar de Inquérito do Extermínio no Nordeste*, para investigar a ação criminosa das milícias privadas e dos grupos de extermínio em toda a região nordeste, em setembro de 2003, conforme o regimento n.19/2003 (CONGRESSO NACIONAL, 2004).

No início de 2001, a Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa da Bahia tentou instalar uma CPI para apurar as ações dos grupos de extermínio no estado mas, como nenhum deputado da base de apoio ao governo estadual assinou o requerimento, o pedido

¹³¹ Governo da Bahia. AGECON, Notícias On-Line. Salvador não é capital com índice preocupante de criminalidade. *Quinta-feira, 26 de Junho de 2003.*

¹³² Dossiê: Violência Policial e a Relação com os Homicídios em Salvador (1996 a outubro de 1998). Salvador, CJP, 2000, 27p.

foi arquivado por falta de interesse e relevância social, segundo manifestação dos deputados que não assinaram e não apresentaram qualquer nome para participar das apurações, conforme depoimento do deputado baiano Yulo Oiticica, presidente da Comissão de Direitos Humanos a CPI do Extermínio no Nordeste. A sorte da ainda secretária de segurança começou a mudar depois que uma promotora de justiça, Dra. Olga Regina de Souza Santiago, juíza de direito da vara crime de Juazeiro, apurou o envolvimento de policiais militares na morte de 181 jovens naquela cidade, todos com idade entre 14 e 19 de idade, e com fortes sinais de crime de extermínio. O caso veio a público através da Revista Isto É, edição de 04 de julho de 2001, com o título “*Cangaço Chapa Branca*”, momento em que também foram denunciados vários outros crimes, envolvendo inclusive o irmão da então secretária de segurança pública da Bahia, por roubo de carga e tráfico de drogas.

Já em 2000, a publicação do relatório de pesquisa do MNDH – Movimento Nacional de Direitos Humanos, com resultados do Estado da Bahia, feito em parceria com a CJP, resultado do monitoramento pelos jornais locais dos homicídios ocorridos em Salvador e na Região Metropolitana, no período de janeiro de 1996 a dezembro de 1999, trouxe à tona os números do drama vivido cotidianamente pela população negra, jovem e masculina, residente nos bairros populares. Eram 4.284 mortos que o Estado tinha que explicar, não para a classe média que não se scandaliza e já naturalizou a morte negra e de pobres, mas para os movimentos sociais anti-racistas e para as famílias desses jovens, já que essas pessoas não morreram em conflito com a polícia, na conhecida troca de tiros, que comparece oficialmente como “altos de resistência à prisão”, pois a maioria das vítimas não estava em conflito com a lei. Cabe dizer que mesmo que os jovens-homens-negros estivessem em conflito com a lei, a polícia não está acima da lei (TAPARELLI e PAES MACHADO, 1996).

No entanto, o *modus operandi* da polícia baiana, marcado pela violação aberta dos direitos humanos, teria outro encontro trágico com a juventude negra na cidade de Santo Antônio de Jesus, cidade entroncamento que liga a Bahia a vários outros estados, próximo a Nazaré das Farinhas. Naquela cidade, um tenente da PMBA, conhecido como Pamponet, foi

indiciado como mentor da criação de um grupo de extermínio, que culminou com a morte de 47 jovens pobres, negros e moradores dos bairros periféricos da cidade. Esse foi o episódio que provocou a vinda da Relatora da ONU para casos de Execuções Extrajudiciais, Tortura e outras Violação de Direitos Humanos à Bahia, Asma Jahangir, entre os seis estados que visitou no Brasil, entre 16 de setembro e 08 de outubro de 2003. Vinte dias após a visita da Relatora à cidade de Santo Antônio de Jesus, uma das testemunhas que lhe deu depoimento, o mecânico Gerson de Jesus Bispo, foi assassinado.

A vinda da Relatora à Bahia quebrou o silêncio imposto aos jornalistas, principalmente nas cidades do interior, sobre a situação de violação dos direitos humanos no estado. A situação de Santo Antônio de Jesus é emblemática, não só pela questão da visibilidade que a Bahia ganhou no cenário nacional, mas também porque fortaleceu os processos de investigação que, ao chegar em Salvador, eram automaticamente engavetados pela SSP e pelo próprio Ministério Público. Antes da Relatora, em 2001, a Promotora de Justiça da Comarca de Santo Antônio de Jesus, Dra. Ana Rita Cerqueira Nascimento, tomando por base os desmandos na segurança pública, propôs entrar com um processo contra a secretária Kátia Alves, por improbidade administrativa.

Por toda essa situação, a secretária Kátia Alves, após a sua gestão, foi convocada pela CPI do Extermínio, instalada com muitas dificuldades no Congresso Nacional, em setembro de 2003. Por conta da pressão exercida pela bancada do PFL baiano no Congresso Nacional, a ex-secretária não foi obrigada a depor na condição de gestora que quebrou as regras da administração na pasta da segurança pública. Durante a CPI, a ex-secretária foi blindada pela bancada do PFL baiano e conseguiu não ser obrigada a responder a nenhuma das perguntas dos membros da CPI. Já o seu sucessor, o general Edson Sá Rocha, ao ser interrogado pelos parlamentares, disse à CPI, *que o passado tinha que ser deixado para trás, pois, para ele o importante é o futuro, a medida que ao assumir a pasta de secretário encontrou uma situação de caos tão grande que teve que se comportar como um médico que ao local de um acidente de avião ou de ônibus precisa salvar os que ainda têm esperança de vida* (CONGRESSO NACIONAL, 2004, p.349).

Com o “escândalo dos grampos” (A TARDE, maio, 2003), em 2002, final da gestão de Kátia Alves, novamente a delegada foi convocada por uma CPI no Congresso, dessa vez, porque a SSP-Ba era responsabilizada por ter grampeado mais de 200 desafetos do Senador Antônio Carlos Magalhães na Bahia. Com esse novo escândalo, foi encerrada a passagem da delegada Kátia Alves pela SSP-Ba, e hoje a mesma ocupa o cargo de dirigente na EMBASA.

3.5. A vontade de pertencer

O Jornal Hoje, da TV Globo, em agosto de 2004, no Rio de Janeiro, realizou uma matéria com um menino em situação de rua, negro, onde se verificaram as desigualdades raciais que levam crianças à condição de trabalhadores precoces nas sinaleiras, limpando os carros ou a outras naturalizadas interrupções da infância. Dizia à repórter Sandra Annenberg, que, no vai e vem dos carros, ele parou perto de um dos carros que estava cuidando, onde tocava uma música que depois ele ficou sabendo que era clássica. Ele começou a chorar com a mão no coração e o dono do carro, um homem branco, de classe média, vendo aquela cena, se aproximou e viu que o menino parecia sentir muita dor. Quando ele perguntou o que era, o menino respondeu que era aquela música, aquele tipo de música, que quando ele ouvia doía tão forte que o seu coração parecia que ia explodir. O dono do carro, depois de um tempo, não teve dúvidas, o menino tinha “ouvido absoluto”, pois é isso que ocorre com pessoas como aquele menino, com a sensibilidade a flor da pele. A música clássica, o jazz e as outras canções irrompem por dentro das suas entranhas, como dor, desde a infância e se eles/elas não são recepcionados às vezes enlouquecem.

E, como aquele menino, há o cantor Edson Cordeiro e como eles, só nasce um/uma no meio de milhões; eles padecem da mesma dor que padeciam Mozart e Johann Sebastian Bach, são os ouvidos absolutos, mostrados nos filmes *Bagdá Café*, *O Violino Vermelho* e *O Piano*. Segundo noticiou a Rede Globo, por iniciativa daquele homem que encontrou o menino nas ruas do Rio, no momento da reportagem, ele já tinha promessa de sair para estudar música clássica num conservatório e estancar aquela dor. No entanto, ele poderia ser apenas mais um dos que tombam todas as noites sem direito ao próximo amanhecer,

como refletiu Malcolm X, ao ser entrevistado por Alex Harley, e como nos alertam os professores Hélio Santos e Milton Santos, afirmando que a inteligência do Brasil está morrendo.

Esses jovens-homens-negros que tombam todos os dias são vítimas do que Florestan Fernandes denominou de constrangimento estrutural, mazela que afeta a todos os negros na sociedade de classe, que discrimina e tem vergonha de admitir-se discriminatória. Mesmo assim, em cada menino assassinado nas regiões metropolitanas do Brasil, como Salvador, há uma longa história de família – avós, mães, irmãs, namoradas, amigos, amigas, colegas de escola que sofrem e choram a sua morte. Quase todos, como retratou Souza e Silva (UNICEF, 2005), mesmo sendo muito cedo expulsos da escola pelo racismo, insistem em nela ter um pertencimento. Para crianças e jovens negros, a escola tem esse sentido de ser, às vezes, para toda a vida, o único lugar que entraram além da sua casa e foram acolhidos.

Para além de tudo isso, esses jovens, que são invisibilizados e passam a vida segregados em seus bairros, têm sonhos, desejos, muita criatividade e facilidade para lidar com o diverso, de dentro dos seus próprios mundos e com as realidades distantes, que só conhecem pela TV.

Entre janeiro de 2002 até agosto de 2005 visitei mais de 30 desses bairros populares de Salvador, a convite dos próprios jovens, das pastorais, dos quilombos educacionais¹³³, grupos de mulheres negras, associação de moradores/as, comunidades de terreiros, e, às vezes, fui por conta própria, andar e observar a vida cotidiana.

Em 28 de novembro de 2004, no Bairro da Paz, antigo bairro das Malvinas, durante uma dessas sessões de reação da juventude negra, eu estava numa mesa organizada no meio da rua, com a presença de Nelson Triunfo, uma lenda viva do Rapper Nacional, que vive em São Paulo; estávamos discutindo com jovens de diversas posses de Hip-Hop - da Mussurunga, Itinga (bairro do município de Lauro de Freitas), Pernambués, Beirú, Sete de

¹³³ Quilombos Educacionais são Cursos Pré-vestibulares destinados a pessoas negras. Em Salvador e na RMS existem 16 organizações negras dessa modalidade, sendo a mais conhecida o Instituto Educacional Steve Biko, primeira organização negra do Brasil a lutar para inserir jovens negros/as no ensino superior, fundada em 1992.

Abril, Fazenda Coutos, Calabar, Alto das Pombas – o Grupo Panteras Negras e mais 42 grupos do próprio Bairro da Paz, a exemplo do Grupo Clã Periférico. De repente, tivemos que parar o som e acabar a conversa, pois um jovem morador do bairro acabava de ser morto por um grupo tolerado pela polícia dentro do bairro. No mesmo ano de 2004, segundo depoimento público de lideranças jovens locais, 33 jovens foram mortos no Bairro da Paz. E a “guerra civil”, entre jovens-homens-negros, policiais e grupos de matadores tolerados pela polícia apenas segue o seu curso nos bairros populares de Salvador.

3.6. Como morrem os jovens-homens-negros de Salvador: O impacto das armas de fogo

Por conta do grande número de assassinatos provocados por arma de fogo, é importante trabalhar esse aspecto da morte no contexto da violência urbana, pois se trata do meio em que mais se mata no Brasil. Segundo Júlio Jacobo Waiselfisz (2005), em estudos realizados para a UNESCO, entre 1979 e 2003, os confrontos com as armas de fogo resultaram na morte de 550 mil pessoas, desse total 205.722, ou seja, 44,1%, eram jovens com idade entre 15 a 24 anos. Essa faixa etária representa uma parcela de 20% da população brasileira e 40,2% da população de Salvador. E são esses milhares de jovens que se vêem envolvidos em confrontos com policiais, no centro histórico, no seu bairro, nas festas populares e em outros espaços, sem qualquer chance de ruptura com a violência urbana, que tem como principais atores jovens-homens-negros, de um lado, e policiais, do outro.

O centro do debate em torno das políticas de segurança pública, para pesquisadores como Ignácio Cano, Silvia Ramos, estão no que chamam de polícia em estado permanente de guerra, haja vista que a polícia “mata mais do que fere”, o que a define como “muito ruim” dentro de uma situação de estado democrático de direito, situação também rejeitada por Jailson de Souza e Silva (UNICEF, 2005), do Observatório de Favelas do Rio de Janeiro, ao argumentar que está nas formas de atuação das polícias no Brasil a explicação para ser essa a polícia que mais mata no mundo. Esta polícia, em confronto aberto com a população negra e pobre, em geral, provoca um maior número de baixas com mortes, do que ferindo

de forma não mortal “seus inimigos”. Em Salvador, a situação não é diferente; segundo dados publicados no Dossiê “Violência Policial e a Relação com os Homicídios em Salvador”, 78,1% de todas as vítimas de homicídios na capital baiana e no seu entorno foram mortas com arma de fogo, entre 1996 a 2000 (CJP, 2000). Nos estudos do FCCV, esse índice sobe para 83%, no período de 1997 a 2000.

Num embate com a polícia um civil, em geral não tem qualquer chance de defesa, mesmo já estando imobilizado. Além disso, na maioria das vezes, a polícia recorre ao elemento surpresa e embosca as suas vítimas. Em entrevistas com oficiais, envolvidos no policiamento ostensivo, alguns admitiram que em geral não há confronto e sim “arrombar a porta e/ou destelhar a casa e pegar o suspeito dormindo”, sem qualquer possibilidade de reação. Esse modelo é bastante conhecido dos moradores dos bairros populares. Entre maio e agosto de 1999, passei muitas horas no IMLNR lendo as guias policiais e os laudos de exame cadavérico de muitos jovens de Salvador, e não é tarefa emocionalmente fácil para quem pesquisa e, pior, ainda, para as mães, quando saem à procura dos seus filhos pelos hospitais da cidade, busca que às vezes dura dias, semanas, meses.

3.7. “Prisão para Averiguação” e “Auto de Resistência à Prisão”

Os chamados “Autos de Resistência à Prisão”, assim como o ato ilegal de “Prisão para Averiguação”, constituem, para peritos, médicos legistas e, principalmente, para os policiais civis as provas para o encaminhamento dos processos, facilitando os caminhos para a investigação das mortes violentas. Como bem chamou atenção Ramos e Musumeci (2005), Lemos-Nelson (2002) e Cano et alli (2004) é preciso ter muito cuidado com essas “provas”, pois parte considerável delas vêm de territórios violados da investigação. O uso pela polícia, especialmente a Polícia Civil, do termo “Auto de Resistência à Prisão” tem sido uma senha de legitimação de assassinatos, cometidos em geral por policiais de todas as polícias, seguindo como argumento legal na Guia Policial, primeiro documento da polícia liberado por um delegado, que permite retirar o corpo do local do crime e conduzi-lo para o IML.

Nas pesquisas dos autores acima citados, o uso desta expressão deve ser sempre tratado com cautela, pois os policiais levam o corpo e conseguem que um delegado conceda a Guia que, em geral, só tem a sua assinatura. Os detalhes são preenchidos pelos policiais envolvidos na operação que, mediante uma situação de “confronto”, em geral, resulta na morte ou ferimento grave de um civil. Este documento tem servido como uma espécie de *habeas corpus* prévio para os policiais (LEMOS-NELSON, 2002).

Se os locais das ocorrências não fossem sumariamente alterados, adulterados, assegurando principalmente a posição em que as vítimas têm sido mortas nestes “confrontos” entre policiais e civis, nos exames de balísticas, observando os locais afetados pelos tiros, seria imediata a confirmação de que muitas das vítimas têm morrido sem qualquer chance de defesa. Vendo as imagens a seguir é mais fácil observar as três questões centrais presentes no Laudo de Exame Cadavérico - LEC, sobre socorro, condição de defesa e possibilidade de ter imobilizado a pessoa atingida sem que isso custasse a sua vida, como os peritos têm condição de desmontar, algo que o estudo de Cano et alli (2004) e de Mir (2004) qualificam como uma máquina de matar nas ações das polícias que atuam nas regiões metropolitanas do Brasil, onde a cidade do Salvador e a sua RMS figuram com um perfil bastante preocupante, como também mostrou o Relatório da CPI do Extermínio no Nordeste.

Em seu relato sobre as ações da polícia carioca e de outras capitais brasileiras, Cano (2005)¹³⁴, observa que a polícia no Brasil atira para matar, pois ela atinge em geral as regiões mortais do corpo da vítima, não deixando qualquer chance de sobrevivência, por isso o autor qualifica essa ação da polícia como guerreira, o mesmo entendimento que tem Mir (2004) de ser a polícia brasileira uma das que mais matam no mundo. E, neste cenário nacional, Salvador tem dado uma contribuição bastante elevada num saldo anual de 32 mil mortes somente de jovens com idade entre 15 e 24 dentro do país, conforme dados divulgados pela UNESCO (2005) e pelo UNICEF (2005). É importante ressaltar que essas duas últimas pesquisas dessas agências da ONU, assim como boa parte dos estudos, utilizaram como base de dados as cifras estatísticas do DataSUS produzidas por órgãos governamentais. Esses estudos têm tido como foco o mapeamento de todas as mortes

¹³⁴ Ver Documentário “Até Quando”. Observatório de Favelas do Rio de Janeiro e UNICEF, 2005.

violentas registradas e, dentre estas, as mortes por arma de fogo e as mortes resultantes do “confronto” entre polícia e sociedade civil.

Atirar na cabeça, na nuca, no coração ou no centro da coluna, dizem pesquisadores como Cano, Ramos e Musumeci, não podem continuar sendo tratados como resultado de “confrontos” entre civis e policiais. Por isso que Ramos e Musumeci classificam a expressão “Auto de Resistência à Prisão” como algo que parece até romântico, mas que significa “assassinatos” cometidos a sangue frio, sem dar qualquer chance à vítima. Em muitos bairros de Salvador, ouvi de amigos e parentes de vítimas da polícia que o jovem ao sair ferido da comunidade ainda estava vivo, mas depois de uma volta da polícia na cidade com o mesmo, esse jovem já chegou morto ao hospital. Muitas vezes os próprios policiais simulam estar correndo para salvar a vítima, mas eles já estão há horas com aquele mesmo jovem ferido a circular pela cidade, até que ele venha a morrer. Nada disso é novidade para os comandantes das CIPM e, muito menos, para os Delegados que liberam o corpo para ser levado para o IML, foi o que ouvi de um dos entrevistados da PM. O mesmo padrão de comportamento institucional foi observado por Lemos-Nelson (2002) em relação à Polícia Civil, durante os anos 1990.

Em um depoimento ao Relator Especial da ONU para os casos de violação e crimes raciais, Doudou Diene, um jovem de um bairro popular de Salvador relatou que em uma dessas ações da polícia a situação chegou a tal ponto que depois de um capitão autorizar que seus comandados atirassem, ele também impediu que a própria irmã da vítima, que era enfermeira, desse qualquer tipo de socorro, assim como impediu que o jovem fosse socorrido por terceiros e fosse levado a um hospital e, por isso, os membros da comunidade viram o jovem sagrar até a morte; inclusive a sua mãe e irmãos foram obrigados a assistir a PMBA cometer crime contra a humanidade, somente passível de absolvição em situação de guerra. Nas fotos que seguem, temos as três posições gráficas do exame de balística do IML e, em seguida, como anexo, apresento como os jovens-homens-negros amanhecem metralhados, nas imagens dos jornais em Salvador e na RMS.

Imagens do modelo gráfico para exame de balística da Polícia Técnica - IML

Imagem – 1 – face anterior do corpo:

Imagem – 2 – lateral esquerda e direita do corpo:

Imagem – 3 – face posterior do corpo:

CAPÍTULO 4 - DISCURSOS SOBRE SEGURANÇA PÚBLICA E REPRESENTAÇÕES RACIAIS

4.1. Os gestores da segurança e suas representações:

Na dissertação, busquei analisar as políticas de segurança pública implementadas na cidade do Salvador, entre 1991 e 2001, buscando compreender como as práticas adotadas, no contexto das ações nacionais e locais, que na Bahia se materializaram na criação do Projeto de Polícia Cidadã, foram sendo gestadas a partir de 1996 nas Operações Especiais nos bairros de Beirú e Periperi, no Miolo de Salvador. Essas ações se constituíram, em uma década, em padrão da ação policial direcionada aos bairros populares da cidade e na Região Metropolitana - RMS, onde se concentra uma população majoritariamente negra, pobre e com altos índices de violência urbana, que tem tido os desdobramentos mais negativos, de forma bastante visível na vida de jovens-homens-negros (IBGE, CENSO 2000).

As hipóteses que sustentei, inicialmente, foram que as políticas de segurança implementadas nos bairros populares de Salvador, entre 1991 a 2001, foram marcadamente (I) orientadas pela criminalização¹³⁵ de jovens-homens-negros; (II) mais abertamente influenciadas pelo modelo de tolerância zero, e que as ações das polícias nos bairros são (III) auxiliadas por grupos criminosos de matadores, identificados pelos moradores, pela imprensa e pelos próprios policiais, como justiceiros, membros de esquadrões da morte e praticantes de chacinas. Conjunto de hipóteses que apenas parte se sustentou no trabalho de campo, pois ao ouvir os gestores das políticas de segurança responsáveis pela sua implementação em Salvador, pude perceber que as questões eram muito além das hipóteses que levantei inicialmente.

Segundo dados divulgados no Jornal A Tarde, em 01/09/96, o estado da Bahia possuía, em 1996, um contingente de 24 mil soldados da PM. Em Salvador, apontada pelo jornal como a terceira cidade mais violenta do Brasil, existiam 8.439 soldados, masculinos e femininos,

¹³⁵ Para Michel Foucault (1998), *Criminalização* significa considerar uma pessoa culpada antes de um julgamento ou, se uma vez culpada, para sempre culpada; isto é o que o autor chama de “delinquência infamante”.

responsáveis pelo policiamento da capital. Entre estes, 1.809 não estavam no policiamento das ruas e, sim, cuidando da segurança dos prédios públicos. O Comando da Polícia considerava este contingente insuficiente e afirmava que seria necessário um número de mais 16 mil para dar a cobertura total e promover a segurança da população de Salvador e do interior da Bahia. Por outro lado, a Polícia Civil tem cerca de 5.400 policiais, dos quais 2.300 estão lotados na região metropolitana de Salvador.

Atualmente, conforme apurei com o CPC – Comando de Policiamento da Capital, são 32 mil o efetivo da PMBA, mas a demanda prevista é de 43.960 mil servidores. Com esses números, a cobertura na segurança chega a 367 municípios, dos 417 existentes no estado. Nas ruas de Salvador, há 4.650 policiais atuando com 135 viaturas, espalhados em 27 Companhias Independentes da PM – CIPM, tendo o alto comando a tarefa de promover a integração entre as polícias Militar e Civil, mesmo a Bahia sendo um dos poucos estados que não tem o Gabinete de Gestão Integrada, como recomenda o Plano Nacional de Segurança Pública. Esse efetivo cobre toda Salvador e mais a RMS, exceto Lauro de Freitas e Candeias, que estão sob outro comando.

Os objetivos da pesquisa realizada centraram-se em analisar como as políticas de segurança pública são implementadas em Salvador, de modo a possibilitar uma análise acerca do modelo de ação policial desenvolvido pela SSP/Ba¹³⁶ e pelos Comandos, em relação aos bairros populares desta cidade. Isto porque, ao ter como modelo o Projeto Polícia Cidadã, a polícia militar liderou um plano de atuação direcionado a toda a cidade que, de acordo com a própria SSP-Ba e o Comando da PM, buscou estabelecer um novo padrão de segurança pública na cidade, inspirado em alguns modelos em curso no mundo, como políticas locais, mas que dialogam com uma agenda globalizada de segurança pública, voltadas para contextos multirracionalizados como Salvador.

Sobre a orientação das políticas de segurança política pelo modelo de tolerância zero, tão propagada pela gestão da Secretária Kátia Alves, janeiro de 1999 a dezembro de 2002, aventei que fosse uma realidade, mas depois de ouvir os meus informantes, elas foram

¹³⁶ Secretaria de Segurança Pública do Estado da Bahia.

quase todas “por água abaixo”, pois não passou de jogo midiático, o que não quer dizer que o *modus operandi* da polícia local tenha sido melhor ou pior que o da polícia de Nova Iorque, para onde seguiram em 1998, segundo depoimentos, 22 oficiais da PMBA.

O mesmo ocorreu com uma das minhas últimas hipóteses sobre a Polícia Comunitária ou Projeto Polícia Cidadã e a forma como esse modelo de policiamento, que já inspirou as polícias de diversos países como Canadá, Japão, Inglaterra, Austrália e algumas cidades dentro dos Estados Unidos, estava sendo implantado na Bahia. A minha hipótese antes de ir a campo era que, quando em bairros populares, o projeto local não assumiu as diretrizes do policiamento comunitário, por conta do nível de conflito e autoritarismo ainda presente na relação polícia e moradores dessas áreas na cidade.

Um modelo muito próximo ao de polícia comunitária começou a ser pensado, desde 1991, quando a PMBA foi comandada pelo Coronel Paraíso, que nos nove meses de gestão implementou o POI – Policiamento Ostensivo Integrado, modelo que trouxe da experiência como comandante da companhia do bairro da Liberdade, entre 1983 a 1987, controlando mais de 1000 homens e responsável por mais de 20 bairros daquela parte da cidade entre Nazaré, e a Liberdade. Essa região tem uma histórica participação negra nos movimentos de ocupação e manifestações culturais de rua, e sua população é de mais de 600 mil habitantes. Era um modelo policial com treinamento para atuação sistêmica, ou seja, o mesmo policial que cuida da patrulha do espaço, cuida do trânsito e sabe responder sobre qualquer outra demanda que ocorrer em seu espaço de trabalho.

Os bairros populares de Salvador foram utilizados como laboratório durante toda a segunda metade da década de 1990, com destaque para as localidades de Beirú e Periperi, áreas do 5º e 8º Batalhão que abrigaram as unidades piloto, mas os impactos positivos do Projeto Polícia Cidadã - PPC ficaram concentrados em regiões como Barra onde, segundo o Comando da PM, houve a primeira CIPM, dentro de modelo mais próximo de Polícia Comunitária, sendo depois seguido por implantações nos bairros do Rio Vermelho, Graça e Itapoan-Flamengo/Stela Maris, locais onde se concentram residências da classe média, com forte poder de pressão sobre os poderes locais, através dos Conselhos Comunitários de

Segurança, que já somavam 124 na Bahia, em julho de 2004, em geral controlados por associações de moradores e comerciantes.

O PPC ainda não deu seus resultados na diminuição de conflitos, tendo a polícia como mediadora, nos bairros populares, foi o que me disse um capitão da PMBA, um dos últimos entrevistados na pesquisa. As experiências com PPC na Austrália e outros países contam com o elemento chave que é o equilíbrio de forças entre os interesses dos diferentes segmentos da cidade que, por princípio democrático, deve contemplar a todos. Segundo a percepção de alguns informantes, o fundamental ainda não está sendo assegurado, e esses críticos internos da PM consideram que há muito deslumbramento dos setores que levam a cabo o PPC em Salvador, pois seus dirigentes não incorporam as posições dos tenentes, sargentos e soldados que fazem críticas ao modelo e têm reivindicações trabalhistas para aderirem ao mesmo, além de demandarem treinamento para o novo desenho institucional que a própria polícia necessita para implementar o seu novo modelo, experimentado durante os anos 1990. Esse entrevistado da PMBA, durante a pesquisa enfatizou:

“Poxa, e a polícia Baiana escreve muito pouco, escreve muito pouco sobre a polícia né? O modelo nosso é a reprodução de Minas Gerais e São Paulo e lá a proposta não deu certo aqui se reproduz, não vamos reproduzir, mas Kátia Alves ela queria reproduzir New York com tolerância zero, loucura, sem fazer a transição cultural, sem fazer uma avaliação.”

Por mais de dois anos, escolhi o método qualitativo e a observação participante e fui em busca dos depoimentos dos “homens de dentro”, os “homens da lei”, através de procedimentos metodológicos como identificação de entrevistados, caracterização das instituições, por meio de visita e leitura dos documentos produzidos e aplicação de questionários, em uma coleta de dados que, muitas vezes, pareceu que não seria uma tarefa realizável. O que eu fui buscar na fala e no silêncio dos meus informantes, foi o que eles pensam sobre eles mesmos, o que eles leram dos olhares de fora, especialmente a mídia e as instituições de controle externo – Ministério Público, organizações sociais, já que a polícia é uma das instituições mais abertamente em confronto com a população, por isso o interesse pelo que eles têm aprendido dessa experiência, pois quase todos os entrevistados falam de uma luta para se livrarem do infame papel que assumiram na ditadura e do esforço empreendido para ter a confiança da população.

Portando quase sempre um roteiro estruturado, primeiro com 16 perguntas abertas que, ao longo da pesquisa, chegaram a 23 questões, fui tentando “entrar nos mundos dos coronéis e seus subordinados”, homens que têm rejeitado com veemência a presença do que eles chamam de policiólogos, “pessoas que falam da polícia sem entender de polícia”, e eu, de certa forma, era mais uma dessas pessoas de fora da polícia, os chamados por eles “intelectuais de segurança pública”, a quem aprendi que os oficiais de alta patente não são muito receptivos. Mas eu queria falar com as pessoas que estão à frente da difícil tarefa de mudar a imagem da polícia que, segundo os próprios, somente no final dos anos oitenta começaram a sair dos quartéis, a falar com a população, se sentirem e se comportarem como servidores públicos. Com esta pesquisa, eu queria quebrar uma longa tradição dentro dos estudos sobre a violência urbana, cuja maioria tem se concentrado nos resultados, e fiz isto ouvindo os responsáveis pela segurança pública, inclusive considerando que a ausência de políticas é uma forma de atuação do Estado no campo da segurança.

Para entender um pouco a baixa receptividade dos oficiais a pesquisadores de fora da polícia, uso trechos de uma entrevista feita com o secretário de segurança pública e o coronel assessor da SSP-Ba.

Pesquisadora – Dentro desse quadro eu, desde 1991, eu tô com muita dificuldade por exemplo de perceber o que ocorreu entre 1991 até 1995. Quem os senhores indicariam? Eu acho que uma das pessoas é o Coronel Walter. O senhor tem quantos anos nessa função ...

Coronel Assessor da SSP-BA – *tenho 34 anos na PMBA*

Pesquisadora – (...) então, assim, se o senhor tiver disposição depois a gente puder falar um pouco desse período anterior ao General eu perguntaria ao senhor: quem mais o senhor indicaria que fosse entrevistado?

Secretário de Segurança Pública – *Aí, eu vou pedir a senhora que me permita declinar pro nosso Coronel Walter, ele conhece as pessoas.*

Coronel Assessor da SSP-BA – *A gente tem o Major Lázaro, que pode falar sobre policiamento comunitário.*

Secretário de Segurança Pública – *É que a professora quer informações sobre o período de 91 a 95.*

Pesquisadora – Também eu acho que eu vou sim, porque eu tô tentando ler as coisas nos jornais, não vejo muitas informações sobre uma política de segurança de 95 pra trás e, como eu tô fechando a década, pra mim seria importante.

Secretário de Segurança Pública – *Na verdade aconteceu não na Bahia mas no Brasil, e eu diria até que na América Latina isso foi generalizado uma falta de percepção das autoridades responsáveis pela segurança pública e que não propiciaram os meios pra que a segurança evoluísse de acordo com a globalização do mundo inteiro. Ai criou-se um fosso muito grande, talvez uma década total, e que a tecnologia avançou a uma velocidade muito grande e a segurança pública ficou pra trás.*

Pesquisadora – O que tem a ver?

Secretário de Segurança Pública – *A criminalidade acompanhou muito mais essa evolução do que os órgãos de segurança pública.*

Pesquisadora – E quando é que o senhor sente que isso começa a mudar, mais ou menos?

Secretário de Segurança Pública – *Eu acho que começou mudar ainda no governo anterior ao 2º mandato de Fernando Henrique.*

Pesquisadora – em 1998?

Secretário de Segurança Pública – *A partir daí é que houve uma conscientização de que nos estávamos diante de um fenômeno que teria que ser.*

Coronel Assessor da SSP-BA – *E coincide no período que a Universidade começa a escutar a segurança pública, ou seja, a segurança pública começa a fazer parte da agenda.*

Coronel Assessor da SSP-BA – *Ninguém escrevia, você não tinha policiólogos, você não tinha sociólogos.*

Pesquisadora – Mas a própria academia não refletia sobre isso?

Secretário de Segurança Pública – *A academia, a nossa, sim, mas ainda presa a certos dogmas e não tinha nada a ver com a realidade lá fora. A formação do policial continua, sendo assim aquela formação ortodoxa que vinha do Governo militar.*

Pesquisadora – E está fazendo o que pra mudar, o senhor falou dessa formação

Secretário de Segurança Pública – *Agora todo mundo despertou o problema e estamos tentando recuperar o tempo perdido e às vezes saltando por etapas, mas, a conscientização, ela tá aí*

Coronel Assessor da SSP-BA – *A segurança toca no pobre, não chegava na classe média. Não era perturbar, não chegava mesmo, quando começou a chegar, ai as coisas começaram a tomar o rumo natural e isso e em qualquer segmento não e só na segurança*

pública, é no campo da saúde, da educação etc e tal. Ai começa a acontecer há bem pouco tempo, nesse período a gente tinha o ensino privado, ensino particular como uma coisa desqualificada

Pesquisadora – Menor?

Coronel Assessor da SSP-BA – *Ou seja, pagou passou o ensino público que era de top. e inverteu de lá pra cá inverteu, na educação, na saúde também, e por ai vai; também na segurança pública, então a gente passa a viver uma revolução e uma revolução muito seria que por incrível que a Bahia foi mais fácil que a gente sempre até na própria natureza nossa do baiano a gente tem uma maior flexibilidade, até por causa do sentimento do baiano, então a gente se adapta mais rápido essas etapas por exemplo, nós trocamos uma reforma estrutural com eliminação de cargos postos e etc. e tal e que era vertical foi achatado uma coisa que só a gente tem .*

Pesquisadora – E essa hierarquia?

Coronel Assessor da SSP-BA – *Eliminamos alguns postos intermediários pra que as coisas fluíssem com maior rapidez, muito mais horizontalizada.*

O ritual de busca dos informantes em seus locais de trabalho era quase sempre o mesmo. Chegar na entrada do QGC ou dos batalhões, corregedorias e delegacias, falar com o soldado na sentinela, que me dirigia a uma recepção, dizer onde eu ia e com quem gostaria de falar. No início, a palavra *pesquisa*, em geral, suscitava um certo agito, mas só no primeiro contato, depois já passavam a me tratar de professora – “Coronel, a professora já está aqui para entrevistar o senhor”. Nestas visitas, era quando eu entrava em ambientes visivelmente demarcados por gênero, raça, classe e outras manifestações de poder; havia sempre mulheres, policiais femininas, negras e brancas, em funções administrativas – digitando, atendendo o telefone, atendendo quem chega, preparando ofícios, distribuindo material para soldados, em geral negros, que circulam para todos os lados. As mulheres só têm 10 anos na PMBA e desde 1976, na PC, supostamente por isso ainda não chegaram aos lugares de poder na PMBA, como já lograram na PC, pois isto passa por atravessar as fronteiras naturalizadas de gênero. O certo é que elas estão em funções que não as colocam no caminho da ascensão na carreira, o que não ocorreu na mesma proporção com os homens negros que, mesmo em menor quantidade, tiveram na carreira militar, um lugar de inserção positiva.

Há uma riqueza de informações nestas ante-salas dos coronéis onde poderes e sub-poderes circulam e fazem a vida girar. Na ante-sala sempre havia muitos/as negros/as, mas ao adentrar os gabinetes, em geral, não me deparei com muitos negros, como é o desenho dos de média e baixa patente, soldados, tenentes e sargentos, mas sim encontrei em geral com brancos e “brancos baianos”, aqueles que só depois de uma certa idade aparecem as marcas de negritude. Somente os oficiais com patente de capitão não dispunham de uma equipe trabalhando dentro e fora das suas salas.

Antes, ouvi dos oficiais, na maioria dos depoimentos, que as polícias, em especial a PM, foram usadas para confrontar, vigiar e punir o povo, mas que eles estavam se recusando a essa situação e, com muita dificuldade, tentando fazer com que a polícia se sinta parte da sociedade, que a sociedade confie na polícia e se aproxime dela, e que a polícia seja defensora dos direitos humanos, foi o que ouvi ao entrevistar os quadros do comando da PMBA, segmento formado por coronéis, os homens que pensam a instituição, todos com muitos anos de investimento do Estado em seus estudos, a partir da carreira militar, e todos, com exceção dos 03 com patente de capitão, tinham mais de 20 anos dentro da PMBA.

Os mais jovens, ainda com a patente de capitão para baixo, falaram durante as entrevistas na vontade que têm de sair e fazer outras coisas, dar novos rumos possíveis em suas vidas e, “mesmo ficando”, no desejo de estarem em lugares possíveis de promover mudanças, a exemplo de estarem na Academia da Polícia Militar e mudar o currículo, incluindo o que realmente possa trazer a polícia para ser uma polícia cidadã, entre os coronéis, grupo severamente criticado pelos novatos, por não darem espaço para que a instituição respire e incorpore, inclusive, as mudanças que eles mesmo estão falando desde meados dos anos 1990. Não há falas reflexivas sobre o papel deles na implementação das polícias e sua influência no *modus operandi* dos de baixa patente, sendo os veteranos como uma espécie de norma institucional, que vai ficar até o fim, pois só poderiam ficar na ativa até 30 anos e depois seguirem para a reserva, mas a saída para a reserva implica na perda de muitos privilégios disponíveis para um coronel na ativa. Parece, pois, ser com esses homens mais velhos que se encontram os discursos nativos mais emblemáticos, que resultam num modelo de alta letalidade de jovens-homens-negros em Salvador.

Por isso, a linguagem como *habitus*, foi o centro das minhas buscas, pois eu queria encontrar a partir dos discursos de cada informante o que se manifesta, muitas vezes, em silêncio acerca das representações sobre os jovens que têm tombado como resultado das ações que se desdobram por meio das políticas de segurança pública, o que eles pensavam e defendiam como política de segurança. Em muitos dos depoimentos, a fala foi usada para não dizer, e então eu tive que ler no silêncio dos meus entrevistados, e fiz isto espreitando pelas decorações de suas salas e ante-salas de trabalho, pela cor dos sujeitos que falavam e seus gabinetes. Uns pequenos, outros bastante arejados, alguns barulhentos e movimentados, outros em silêncio, como as coisas que aqueles homens não podiam verbalizar na frente do gravador.

Além dos lugares de poder, também tive que entender o que os informantes diziam sobre gênero, raça e geração, já que todos os entrevistados desta pesquisa foram homens, com idade acima de 40 anos, o que define os lugares que já ocupam na hierarquia, pois todos detêm cargo de chefia. Todos os membros da Polícia Militar e da Polícia Civil entrevistados estão em lugares de comando. E fui percebendo que cada um dos gestores tinha um modelo de política de segurança, o que a princípio pode parecer significativo, mas, de fato, mostra a falta de conexão entre os oficiais, fazendo com que os impactos mais difíceis tenham seus desdobramentos diretos na vida da população, em que pese que durante as entrevistas quase todos tenham feito referência ao Projeto Polícia Cidadã, à ausência de políticas de segurança, antes e depois do governo de Paulo Souto, ou à interrupção dessas políticas que começaram a ser implementadas em parceria com o CETEAD – UFBA, entre 1997 e 1998, quando terminou o primeiro mandato do governador. Poucos foram os entrevistados que fizeram uma reflexão capaz de confrontar com o que está posto e afirmar pensamentos como a necessidade de mudanças culturais, que mudem o imaginário do policial que atua nos bairros populares e tem um tipo ideal formado de criminoso que, invariavelmente, tem sido jovens-homens-negros.

Entre os entrevistados, por todos os desafios encontrados, a maioria é da Polícia Militar, não apenas pelo peso numérico que representam, entre os 46 mil servidores da segurança

pública na Bahia, somando 32 mil desse universo, mas também pela receptividade e nova cultura que perseguem por uma mudança de lugar no imaginário da população, o que faz com que mobilizem vários mecanismos de divulgação e contato.

Durante o trabalho de campo foram entrevistadas um total de 18 pessoas: 02 delegados da Polícia Civil; 15 da Polícia Militar - PM, 14 na ativa e 01 na reserva, 03 com patente de capitão, 01 major e 12 coronéis e 01 general do Exército Brasileiro, o atual secretário de segurança pública do Estado da Bahia.

4.2. A Polícia Civil – uma instituição a ser desvendada

Por esses números que trago do campo fico pensando se posso dizer algo sobre a Polícia Civil - PC, nesta dissertação, haja vista que a PC se mostrou bastante refratária e contida para dar acesso aos seus dados e falar do seu trabalho nos bairros, dificuldades já sinalizadas por outros pesquisadores a exemplo de Lemos-Nelson (2003) e Sanches Filho (2000). E, não por coincidência, depois de uma experiência de muitas tentativas, foi somente com as duas pessoas da PC que não obtive permissão para gravar a entrevista. O Delegado Chefe, que responde pela ação de segurança em todas as Delegacias de Polícia, 28 somente em Salvador, recebeu quatro ofícios somente do orientador e mais uns 08 telefonemas, quando tentei marcar diretamente com a sua assessoria que, por fim, permitiu-me falar com um delegado da classe especial, que atua junto ao delegado chefe, em 21 de agosto de 2005.

Bem antes, em 2004, fui até a Corregedoria da Polícia Civil para entrevistar o Delegado Corregedor, responsável pelo controle interno das ações dos 5.600 servidores da segurança pública que atuam na investigação, cumprimento de mandato de prisão e mais os que cumprem a função de Polícia Técnica no âmbito do IML. Ao chegar na Corregedoria, deparei-me com a seguinte situação. O delegado corregedor não estava, e sim o seu assessor mais próximo, com quem tive uma conversa prazerosa, pois se tratava de uma pessoa que transita na ACADEPOL – Academia de Ensino da Polícia Civil, e demonstrava ser um homem preocupado com o fortalecimento da formação dos novos agentes e a

inclusão das temáticas referentes a direitos humanos. Ao solicitar que a entrevista fosse gravada, ele me disse que era melhor que eu entrevistasse primeiro o seu superior para depois gravar com ele e, por isso, segui anotando o que pude da nossa conversa. O fato que considerei mais importante dessa entrevista foi a quantidade de informações que o informante me ofereceu sobre outros lugares que eu deveria ir, mas com a ressalva que eu não ficasse focando apenas na polícia civil, mas também na polícia militar, pois os pesquisadores, segundo ele, em geral só conseguem ver o que está mais evidente, que é a atuação da PC e os desdobramentos que a sua atuação tem nos bairros, a partir das delegacias.

A outra pessoa que considerei muito importante entrevistar da polícia Civil foi a delegada Titular da DERCA. Por várias vezes, tentei marcar uma conversa para tratarmos principalmente dos casos referentes às mortes de crianças e adolescentes em Salvador e na RMS, pelo fato de Salvador figurar numa posição muito ruim em relação aos casos de assassinatos de pessoas com menos de 18 anos de idade, envolvendo a polícia e grupos criminosos tolerados pelo Estado. Depois de muitas tentativas, eu desisti de realizar a entrevista, mas continuo afirmando a postura de diálogo da delegada titular da DERCA com os movimentos sociais durante os anos 1990 em Salvador, o que considero muito positivo. E, por fim, tentei entrevistar a Ouvidoria da Polícia Civil que, depois de muitos ofícios, não aconteceu. Portanto, a pesquisa termina com esse dilema, de contar com fontes documentais mas sem os depoimentos de um número maior de informantes da Polícia Civil, o que daria um cunho mais equilibrado em relação aos informantes da PMBA. Além disso, dificuldades semelhantes com a Polícia Civil do Estado da Bahia já foram encontradas por outros pesquisadores que tentaram adentrar a instituição, a exemplo de Lemos-Nelson (2002), que realizou sua pesquisa de doutorado investigando a Corregedoria da Polícia Civil nos anos 1990, e Sanchez Filho (2000), que investigou a instituição a partir do controle do Ministério Público.

4.3. As entrevistas com os gestores da segurança – a busca do discurso nativo

Nas entrevistas e nos documentos pesquisados eu buscava o que, na Antropologia, se costuma chamar de discurso nativo, ou seja, as percepções dos gestores sobre as políticas de segurança e seus impactos, vendo até que ponto as resultantes que têm tido efeitos tão negativos na vida da população, como consta em todas as pesquisas locais e nacionais, estão sendo compartilhadas ou negadas por esses gestores, ou se existiam outras posições além da cultura de contemplar o comportamento da polícia em contato com os moradores dos bairros populares, onde os soldados apresentam um costumeiro “estou apenas cumprindo ordens”.

Para sistematizar tudo que os gestores diziam sobre segurança e não me perder em um mar de “possibilidades”, centrei o meu interesse em cinco grandes questões e, assim, tentei colocar suas representações em cinco blocos: 01- segurança pública; 02 – criminalização e filtro racial em relação aos moradores dos bairros populares, com destaque para jovens-homens-negros; 03 - racismo institucional; 04- tolerância zero, raça, pobreza e vulnerabilidade e 05- as novas políticas em curso em Salvador e o policial que está nas ruas. Para tal, eu precisei confrontar os discursos, priorizando o que vinha da SSP-Ba, sob comando de um general do Exército, com o que foi dito pelos quadros do Comando da PM, com a voz de um coronel da reserva, pois ali estava a voz de um veterano, que já está na reserva, mas que continua atento e atuante no sentido de influenciar as políticas de segurança tanto em Salvador quanto no interior, enfim, um oficial com *status* de liderança dentro e fora da corporação; e, por fim, busquei levar em conta a voz dos novatos, com patente de capitão, que se apresentaram durante a pesquisa como o setor mais incomodado e crítico para com a situação atual, no que diz respeito à imagem e papel social da polícia diante da população.

Questão 01. Segurança pública: o que disseram os quatro segmentos escolhidos para o confronto de idéias e percepções sobre a segurança pública em Salvador:

Legenda para compreender a inserção no campo

a) As falas da SSP-Ba. Envolve as respostas de um general do Exército, atual secretário de segurança pública do estado da Bahia, e um coronel da PMBA, que ocupa o cargo de assessor do secretário, num conjunto de 03 entrevistas, uma primeira sem permissão de gravação, uma gravada e um roteiro de perguntas respondido pela assessoria da SSP – Ba;

b) As falas do CPM – Comando da PMBA envolve dois coronéis em 03 entrevistas, sendo a 01 com o comandante geral da PMBA, que fez duas entrevistas: uma no início da pesquisa e a outra no final, a 02, com o responsável pelo comando de policiamento da capital e sua RMS.

c) As falas do veterano – compreendem 02 entrevistas realizadas com um coronel reformado da PMBA, ex-comandante geral da PMBA.

d) As falas dos novatos - 02 entrevistas realizadas com dois capitães da PMBA, que estão em posição de comando, e em espaços muito distintos dentro da instituição, o capitão 01 nos serviços sociais de atendimento direto aos soldados, e o capitão 02, no setor de planejamento das novas políticas de segurança.

Ao total foram trabalhados os conteúdos de dez entrevistas realizadas com 07 sujeitos que vivem o dia-a-dia da segurança pública em Salvador, os quais vivenciaram as mudanças ocorridas durante os anos 1990, e que, com exceção apenas do coronel reformado, neste momento estão podendo, a partir dos lugares que ocupam, propor mudanças ou manter o modelo em curso desde meados da década passada. Portanto, a seguir veremos o que disse cada um desses sujeitos em relação a cada uma das cinco questões escolhidas.

Questão 01. Segurança Pública

O que diz a SSP- Ba. sobre segurança pública:

SSP-Ba. Secretário - *“O Governo da Bahia, com vistas à promoção e aperfeiçoamento da ordem pública, em consonância com os anseios da sociedade contemporânea, define como compromissos governamentais: melhorar a gestão, avançando na área tecnológica, sobretudo em informação e comunicação, de modo a permitir um diagnóstico científico das ações criminosas e um planejamento eficaz; capacitação dos policiais para o policiamento comunitário, aumentando a eficiência mediante articulação com a comunidade; avançar na área de Inteligência, buscando a identificação antecipada de ameaças à segurança pública; integração das polícias, buscando a melhoria na prestação do serviço ao cidadão e valorização do policial e das condições de trabalho, fortalecendo a motivação para o exercício das suas funções”.*

a) *Segurança Pública é o conjunto de meios, medidas e ações capazes de garantir a preservação da ordem e da incolumidade das pessoas e do patrimônio público e particular, assegurando a todos um convívio social pacífico e ordeiro” (conceito doutrinário).*

b) *A segurança pública é uma atividade pertinente aos órgãos estatais e à comunidade como um todo, realizada com o fito de proteger a cidadania, prevenindo e controlando manifestações da criminalidade e da violência, efetivas ou potenciais, garantindo o exercício pleno da cidadania nos limites da lei (Conceito doutrinário da SENASP).*

Ainda a SSP-Ba. Diz o secretário:

SSP-Ba. *–...Em termos estruturais eu diria que a segurança pública □a Bahia ela já chegou a um ponto ótimo e de organização. Nós temos a parte de assessoria direta do secretário, composto pela superintendência do Coronel Walter mas, no mesmo nível dele, está o superintendente de inteligência, o superintendente de telecomunicação, o setor de comunicação social, repousando em tudo isso o suporte dos quatros pilares, as quatro estrelas da secretaria: polícia militar, policia civil, policia técnica e departamento de trânsito a experiência em outros estados, até em outros países, mostra que essa é uma estrutura eficiente pra enfrentar o problema(...).*

(...). Para nós, Segurança Pública vai muito mais além do conceito doutrinário, segue pelas realizações do Estado, principalmente naquelas onde são evidenciados os fatores de desenvolvimento humano, chegando no seu produto final que é a harmonia, a paz social e um verdadeiro estado democrático de direito, onde reside o respeito, a moral, a ética e a dignidade humana.

O que diz o COM – Comando da PMBA sobre segurança pública:

Comando da PMBA 1: *“Eu acho que não podemos restringir o conceito de segurança pública apenas para a parte policial, temos que ter um conceito de segurança pública mais amplo, segurança pública seria a paz que está na comunidade, e para esta paz chegar não dependemos apenas do serviço policial, mas de uma série de serviços públicos, mas não só de serviços públicos, também da participação, na preocupação da comunidade com*

sua própria paz, no seu ambiente de trabalho, no seu ambiente familiar, na sua vizinhança na sua rua, na sua cidade; então, a preocupação da comunidade é que faz com que todos os outros órgãos comecem a trabalhar e fluir aquela energia positiva que vai fazer com que o cidadão se sinta, né, realmente confiante. Acho que a segurança pública teria este conceito bem abrangente onde até uma... Não, com certeza que não é apenas responsabilidade da polícia, claro que ela tem um papel fundamental, sem a polícia, para que possa fazer esse papel de mediadora dos conflitos, com certeza não haveria a paz social, sem um trabalho em conjunto...

... Nós estamos ainda preocupados com a polícia comunitária porque eu, não só como a maioria dos oficiais do comando entende que não existe outro mecanismo que possibilite uma segurança efetiva da comunidade, sem que ela interaja, troque informações com a PM... então não existe outra forma sem ser a Polícia comunitária, então todos os nossos esforços estão voltados para isso, é claro que isso envolve aquisição de viaturas, equipamentos que possibilite o próprio policial a se sentir motivado a trabalhar... a prefeitura também tá envolvida, nesse projeto do Nordeste de Amaralina a prefeitura está com todos os seus órgãos que podem prestar serviços, a secretaria de educação está envolvida, a de saúde, a secretaria do trabalho, governo e município, secretaria da pobreza, porque já existe uma concepção do governo de que se prestarmos todos os serviços que a comunidade precisa isso vai ter um reflexo muito positivo na questão da paz social; esse é o intuito do governador, ele me encomendou esse projeto, estamos trabalhando nele, já fizemos levantamento na comunidade do que está precisando no momento.

Comando da PMBA 2. *O conceito que eu diria que é o conceito mais atual é o conceito do policiamento comunitário. Hoje nós estamos trabalhando e uma das metas do comandante geral e nós atingirmos na prática o policiamento comunitário, porque é o policiamento que hoje dá mais resultado, é aquela convivência mútua entre o soldado, o policial militar e a pessoa que habita, o morador. Nós já tivemos sucesso em 1997, quando foi criado o policiamento comunitário, e hoje é uma das metas prioritárias do comandante geral e eu diria do governo do estado, é de nós atingirmos, mantermos esse policiamento comunitário e esse é o que dá certo, através do policiamento comunitário através, através dos conselhos de segurança pública, dos conselhos nos bairros, que nós já estamos com... .*

... veja bem, num patamar técnico está razoável, comparado a cidades do porte de Salvador, nós estamos muito bem, mas quanto à sensação de segurança da população, essa é diferente, porque ela não está se sentindo segura, em função também da mídia televisiva e do que acontece nos outros estados...

O que pensa o Veterano sobre segurança pública

“Você come, você dorme, você namora, você vai ao teatro, eu tenho um trabalho a fazer numa época.... todo dia, direto, direto, soldado não tem vontade, não tem pensamento, não tem desejo, tem que se preocupar com se vai mandar pro serviço da alimentação a ele bem alimentado bem satisfeito né? E não fosse isso deixar lá a noite toda sozinho, toda vida sem atenção fazer reuniões com diferentes ciclos de ofícios e praças constantemente

e reunir sempre pra saber como e que está o serviço o posto, um bom-dia, o coronel, muito bom-dia, coronel bom-dia, respeitar, né, acreditar nos serviços dos psicólogos e assistentes sociais proporcionar atendimento médico e odontológico também para os familiares do policial militar, eu tinha médico e tinha dentista (...).

... Mas ampliar a família e dar mais condição ao policial, o objetivo do policial é ficar satisfeito, ele tá satisfeito com sua unidade, ele realiza um bom trabalho, ele realiza bem o que é nosso objetivo com a comunidade; essa e que é a meta, é trabalhar bem com o cidadão que paga nossos serviços e pago pelo cidadão vocês têm um retorno bastante bom, e esse é o nosso compromisso para que junto, a creche, oferta de vagas para os filhos dos PMS”

... Então o cara tá trabalhando demais, chega em casa, tá sem tempo então pra família e uma coisa sempre ruim ameniza essa relação familiar, realizar para geral às sextas feiras por qualquer outro dia da semana visando manter os kits com as outras tropas bem como enaltecer esses símbolos círculos militares. Sexta-feira de manhã, 8:00hs da manhã, parada geral, reunir todo mundo de folga disponível dentro do quartel, cantar o hino nacional, o hino da PM, hastear a bandeira faz a pregação, depois da um mingau “eu gosto muito de dar um mingau”, é uma coisa gostosa e boa e depois do mingau conversar ali, a gente conversa se intera, se integra por que se as pessoas não me conhece, trabalha na rua não me conhece, se tiver uma briga pode até dar um tapa em mim, próprio colega.”

O que dizem os Novatos sobre segurança pública

Novato 1 – *“Eu acho que existe uma, eu tenho visto assim, na academia, o discurso dessas políticas; eu acho que é uma teoria muito vicejante, que é da polícia cidadã, da comunidade estar participando dessas decisões, na teoria, na parte discursiva, eu acho que é perfeito, eu ouço muito esse discurso, porque comunidade organizada nas sedes, guias comunitários participam dessas situações de estar se integrando com a comunidade, e junto com os comandos e as companhias estarem ajudando decidir as coisas, isso seria um bom começo.(...)”*

(...) eu acho que isso não existe, porque eu trabalhei em Simões Filho, que é uma cidade pequena e fica mais fácil de você verificar, tem a Companhia aqui, tem lá o líder comunitário que trabalha junto com o comandante, mas o que a gente percebe é que geralmente o comandante, ele investe forte para que o seu amigo, o seu próximo, seu colega seja líder comunitário, que seja representante da comunidade.”

Novato 2 – *“Veja bem, eu vejo o conceito de segurança pública algo muito indefinido, certo? principalmente pelo cenário brasileiro, eu vejo que a sintonia com o conceito de segurança nacional vem criando certos problemas para dar definição do que é segurança pública com algo público, como um direito social dos cidadãos; então, a segurança pública como direito social, então, dentro do Brasil, ele acabou sendo, é visto como algo mais próximo de um conceito de segurança nacional ou um conceito muito mais dentro de defesa social, onde há um privilegio com relação a determinadas classes sociais em detrimento de outras classes sociais. Então, eu observo que essa sintonia entre segurança pública e segurança nacional,*

que vem desde a década de 20 no Brasil, influenciado posteriormente muito pela ideologia norte-americana de segurança nacional, trazido para o país mais especificamente no período da ditadura militar pelo general Golbery e a Escola Superior de Guerra, acabou por justamente tirar do nosso âmbito a idéia do conceito mais próprio de segurança pública como algo que estaria dentro, que abrangeria a todos, a gente não observa, justamente, a segurança pública abrangendo a todos né, eu já trabalhei em diversos lugares, a gente observa as diferenças quando se refere à ação policial dentro desses contextos, com locais diferentes, como por ex: a Pituba. Eu não tive a oportunidade de trabalhar em nenhuma área do subúrbio, sempre trabalhei na orla, parte da ... mas a gente observa justamente que há uma diferença no que se refere à ação policial de bairros dito nobres e de bairros mais estruturados em detrimento de bairros menos estruturados, por exemplo bairros mais periféricos; eu observo que há uma diferenciação, e dentro dessa diferenciação não cabe o conceito de segurança pública, porque há justamente essa diferenciação e acaba sendo algo restrito a alguns, né, em detrimento de outros; então eu vejo justamente essa questão”.

Análise das falas de cada segmento em relação a segurança pública

Considerando os meus informantes como sujeitos que operam com a linguagem como elemento técnico-profissional, tive a missão de deixá-los falar sobre o que pensam acerca da segurança pública e as outras questões que tratarei mais à frente; como é presente nas falas, entre os quatro segmentos escolhidos existem fissuras de cunho ideológico, geracional e sob influência da instituição de origem, que vão ter impacto direto na vida das pessoas que vivem no contexto onde se desenrolam essas políticas. Assim, da Secretaria de Segurança pública, que ocupa um lugar de direcionamento das políticas pensadas a partir do Ministério da Justiça, pela SENASP – Secretaria Nacional de Segurança Pública, subordinada a este ministério, que pensa junto aos secretários/as e delegados/as as políticas para todas as unidades da federação, a SSP-Ba. traz uma fala extremamente oficiosa sobre a segurança, erguendo, inclusive, os anseios do governador. No Comando da PM, os dois gestores colocam uma visão de quem está no “olho do furacão” e falam das realizações e das políticas que tentam implementar desde 1997, pautando o Projeto Polícia Cidadã.

Já na voz do veterano, como aquelas pessoas que já “viram de tudo”, é recorrente a situação do policial que está nas ruas, que vai realizar os planos, observando a necessidade de humanizar as relações entre população e polícia por um viés que não deixe brecha para a corrupção, mas aproxime os dois grupos. O grupo mais crítico sobre as políticas e as relações que tentam estabelecer entre povo e polícia é o dos novatos, pois eles chegaram na polícia no

momento em que esta instituição iniciava sua tentativa de sair do enclausuramento. Como os próprios novatos reconhecem, fica patente na fala dos diferentes segmentos que não há conexão entre o que está sendo elaborado nas esferas do poder e o cotidiano de trabalho de cada Companhia, onde, segundo depoimento do Novato 1, cada comandante precisa fazer a sua própria política e garantir, a partir de relações muito próximas com as lideranças locais, a concordância com a sua política e os seus caminhos de manutenção da ordem.

O novato 2 é mais incisivo, ao afirmar que a polícia ainda não saiu do quartel, ainda não criou mecanismos de sair de um paradigma de segurança nacional para o de segurança pública e, por isso mesmo, ainda trata o povo como inimigo, pois estaria ainda sob influência do seu passado militarista e fortemente hegemônico pelas doutrinas implementadas pelos generais da ditadura e também pelas doutrinas norte-americanas, marcadas pelo sectarismo militar de impor a ordem pela força, sem nada levar em conta. A mesma observação foi feita por quase todos os entrevistados, mas poucos se mostravam dispostos a romper ou apresentar novas estratégias para reelaborar novas relações com a população. E isto ficou patente quando perguntei para o mais alto escalão da segurança no estado qual era a situação da Bahia e, mais particularmente de Salvador, e o mesmo respondeu-me que “em relação a outros estados, a situação da Bahia era confortável”. Um segundo oficial, com posição estratégica, disse-me que aqui a situação era melhor, porque ainda não tem lugares da cidade que a polícia não tenha acesso, como é o caso de diversas áreas no Rio de Janeiro. E essa fala foi recorrente em diferentes construções.

Sob uma ótica de segurança pública, que não leva em conta parte considerável da população, é fato o que disseram os dois gestores da SSP e do comando geral da PMBA; realmente, a situação de Salvador é particular, pois aqui a polícia entra em todas as comunidades, e também, de fato, a população tem muito medo dos mecanismos que a polícia usa para garantir a sua entrada em todos os bairros de Salvador e da RMS. E os exemplos ficaram patentes nos estudos de Taparelli (1996), que comparou o seu *modus operandi* com o dos soldados de Nuremberg; nos estudos de Noronha, Paes Machado e outros (1997) ao estudarem o fenômeno da violência urbana e do conflito entre a polícia e a população. Ainda são emblemáticos os resultados do FCCV (1998 e 2003), ao avaliar a situação de discrepância entre a atuação da

polícia nos bairros da Orla Marítima e nos bairros populares de Salvador, com destaque para a situação do Nordeste de Amaralina, citado pela SSP como lugar prioritário para o controle do conflito que envolve a juventude e a polícia.

Questão 02. Criminalização e filtro racial em relação aos moradores dos bairros populares, com destaque para jovens-homens-negros, o que pensam os homens da segurança Pública

A idéia nesta pergunta foi problematizar o conceito de “raça”, posto que Salvador é a segunda maior cidade negra fora do continente africano. Isto posto, a primeira pergunta foi: se o senhor considera que existem, e nós observamos a situação de quem tem morrido mais na questão da violência, o próprio relatório fala dessa situação, de jovens com menos de 25 anos, eu queria perguntar, o que é que o senhor pensa disso?¹³⁷

SSP-Ba. Secretário de segurança pública – *Eu considero essa questão muito complexa pra ser abordada, mas também muito lógica pra ser respondida. Se há uma maioria acentuada de negros é natural que a maioria de vítimas da violência também sejam negras; se sobrepondo a isso a população negra, historicamente, no Brasil, de menor poder aquisitivo, vive em condições sócio-econômica mais baixa do que o restante da população, o que é um convite a descambar para a violência. Nós sabemos que o narcotráfico está dissipado em todas as áreas e que tem no jovem o seu alvo, como elemento que vai servir para recrutar para a distribuição; e quem seriam esses jovens? São os negros porque são a maioria, porque estão em piores condições, então, eu vejo isso como uma realidade que tem que ser combatida, mas que esse combate tem reflexos muito lentos e faz parte de um processo e estará em permanente evolução.*

SSP-Ba. Secretário de segurança pública – *Entre os vários projetos de trabalhos pra afastar ou limitar a questão da violência atingindo o jovem negro, esclarecendo a questão do narcotráfico consumo de drogas, não permitido na área educacional, mas também temos feito o trabalho no universo policial para que ele enxergue naquele jovem negro apenas mais um jovem que tá atravessando uma fase difícil na sua formação como indivíduo e não como um suposto marginal. Este é o combate que nós temos que fazer mudar a visão que o policial possa ter historicamente do jovem negro que é tratado com discriminação, vamos dizer assim isso nós já observamos grandes avanços, mudança de postura dos policiais constantemente nós estamos mostrando para ele que aquele bairro da periferia, a marcação de pai de família, mãe de família, irmão, rapazes que tem uma minoria insignificante, mas cuja atuação tem efeito teleféricos que provoca essa questão das drogas.*

¹³⁷ Usei como método de entrevista a transcrição das minhas perguntas intercalando com as respostas. Minha intenção foi valorizar os discursos dos informantes e demonstrar o contexto das minhas perguntas.

Pesquisadora - E cria um estereótipo sobre uma comunidade inteira?

SSP-Ba. Secretário de segurança pública – *Exatamente, e tenho a certeza de que o caminho e por aí, mudança de enfoque do policial no trato com os jovens*

Pesquisadora – Isto tá incluído na formação dos policiais sobre a coordenação do senhor?

Secretário de segurança pública – *O policial hoje ele tem uma orientação bastante forte na questão dos direitos humanos, na questão de eliminar a discriminação que, por acaso, pudesse estar existindo com as minorias raciais e outras que se dizem discriminadas; a formação do policial está evoluindo e a nossa impressão é que é uma evolução que está acontecendo com bastante velocidade.*

O que disse o Comando da PM sobre filtro racial e vulnerabilidade de jovens-homens-negros: Comando Geral e CPC.

Comando Geral - *A população mais sujeita é a população pobre porque ela se expõe mais, é em maior número e está muito mais exposta, tem que se deslocar de transporte, em ruas mal iluminadas, sem garantia de que está sendo vista por um policial.*

Pesquisadora: Como o senhor identifica esta população, como é ela?

Comando Geral: *A população é da periferia, não só da periferia porque as favelas também estão entranhadas na cidade, em outras cidades nem tanto, mas em Salvador as favelas estão no centro da cidade; esta população está mais exposta.*

Pesquisadora: Que cara tem esta população?

Comando Geral: *Você queria que eu dissesse que é preta, mas não é, é preta porque é maioria na Bahia, mas poderia ser de qualquer cor, desde que fosse pobre.*

Pesquisadora: É preta porque é maioria, humm...

Comando Geral: *É porque estão mais expostas, em barzinhos freqüentados por marginais, se bem que existem marginais freqüentando boates, mas a maioria dos marginais pé de chinelo estão nas favelas, naqueles bares tipo barraco que tomam cachaça branquinha, fumam maconha, crack; estas pessoas têm que estar mais sujeitas à violência*

Pesquisadora: Como o senhor acha que a polícia se comunica com a população, o senhor antes avaliou que era mais difícil, não é?

Comando Geral: *A policia está mais em contato com a população desde o ambiente de moradia, porque a maioria dos PMs moram em locais inadequados, ele teria que estar num local onde ele também estivesse protegido da sanha de marginais; a maioria mora em lugares onde eles não podem estender a farda para não serem identificados, e não ser uma vítima, porque ali ele está só, fora da corporação, está sem arma, está vulnerável.*

Pesquisadora: Eu, para terminar, perguntaria ao senhor o seguinte: voltando para essa questão da juventude que mora nos bairros populares, o senhor acompanha como gestor. Eles [os jovens] aparecem como as pessoas mais atingidas, tanto quando estão em situação de conflito com a lei, no caso quando estão em conflito com a polícia, quanto em relação a conflitos entre grupos criminosos, e têm morrido muito cedo; é, o que o senhor pensa em relação a essa situação, e como isso bate na corporação? Porque, em geral, quer dizer, sempre aparece o nome da polícia no meio ou porque não estava presente pra contornar aquela situação que já vinha para mim, o caso de Paripe ele foi emblemático, seis pessoas de uma mesma família, isso é uma coisa que tem ocorrido na cidade e são sempre jovens, claro, eles estão na situação, tem a situação da droga, tem a situação da própria idade, qual é a resposta, que o comando tem buscado para isso, porque não envelhecer é uma coisa dramática.

Coronel Comandante do CPC: *É uma preocupação nossa porque, geralmente, eu diria um exemplo a você, é um adolescente que está delinquindo.*

Pesquisadora: É aquela que o senhor falou, é aquele que está na Avenida Peixe, sem ter nada para fazer?

Coronel Comandante do CPC: *É o jovem que está cozinhando, infelizmente eu diria um exemplo a você assalto a ônibus todos são jovens, todos, na sua maioria, e todos eles são pegos e são levados para a delegacia da gente e eles voltam a delinquir novamente; então a polícia militar não orienta.*

Pesquisadora: Eles têm menos de dezoito?

Coronel Comandante do CPC: *Todos têm menos de dezoito, todos são adolescentes, na sua maioria eles têm de 14 a 17 anos, todos, principalmente assaltantes de ônibus, porque é aquele jovem que quer a droga.*

Pesquisadora: Eles podem estar sendo usados?

Coronel Comandante do CPC: *Podem, e outra coisa, é pra droga; então, a orientação do comando nosso, não existe orientação para matar, nunca houve, e nós não podemos fazer mais, pelo menos para inibir. E muitas vezes, esse próprio adolescente, ele troca tiros com a guarnição, e esse revide é que leva o jovem a falecer. A orientação nossa é, pelo contrário, nós temos o máximo de cuidado, eu por ex., tenho uma tropa de reação, que é a RONDESP, que o que nós mais orientamos e já tiramos gente de lá, para não andar cometendo injustiça, principalmente no adolescente, haja vista que nunca mais tivemos casos de chegar nos bairros eliminando, como o caso lá do Calabetão, que a mãe passou quase um mês aqui no quartel clamando por justiça; eu tenho o máximo de cuidado nesses confrontos.*

Pesquisadora: E isso é a coisa que mais expõe a corporação?

Coronel Comandante do CPC: *É, mas expõe, porque ele sai com a arma na mão, ele sai de um ônibus correndo com uma arma na mão atira na guarnição, a guarnição quer pegá-lo e, geralmente, acontece esses fatos, agora por quê? Porque o delinquente, ele começa jovem; aquele menino que está na sinaleira brincando hoje, amanhã ele não está mais brincando ali, ele está tomando relógio, ele está assaltando mercadinho, ele quer o dinheiro, e quando ele faz isso(...) é quando ele está sendo usado para comprar a droga e aí fica mais difícil para a polícia militar; e aí a nossa política é de uma política de repressão de pegar, conduzir, mas essa de confrontar, na minha ótica, não existe isso não. Nós tiramos do seio das nossas unidades aquele elemento violento, ele demonstra violência, não é só através de matar, é através de um espancamento, é através de uma agressão de um soco que ele dá no nariz de uma pessoa; aí já é uma forma de manifestar, ele já não pode, aí tem que tirar ele do seio daquela tropa, porque ele é uma molécula disseminadora.*

Pesquisadora: O que é feito com esse policial, se ele não sai da corporação?

Coronel Comandante do CPC: *Ele é retirado, a gente coloca ele numa unidade, por exemplo, a gente coloca num módulo que seja mais próximo, ou num local que tenha um acompanhamento de um oficial, que seja visto logo na viatura, por exemplo a gente tira, logo ele, está com a força, além da movimentação(...); então, a política nossa é essa, estamos atentos estamos atentos e pedimos até que denuncie, então existe um acompanhamento nosso se denunciarem.*

Pesquisadora: Eu conversei um pouco com o corregedor, ele é uma pessoa muito preocupada com isso, ele foi uma das pessoas que me pediu muito que eu entrevistasse o senhor, quando eu conversei com ele, ele falou, tem uma política para não manchar o nome da corporação.

Coronel Comandante do CPC: *O maior problema das corporações é a injustiça, é eliminar, por exemplo, é eliminar qualquer marginal, qualquer elemento, não tem nada a ver, está entendendo? Essa disputa da corporação, das organizações não só a nossa da polícia militar como da polícia civil, de matar, não existe isso; a sociedade em si, ela é violenta (...) que o cara assaltou por que não matou, por que não jogou do navio? E a gente, nós, como gestores, como orientadores, que temos homens na mão, a nossa política é conduzir à delegacia, problema do delegado, se ele vai autuar, se ele vai ficar preso, problema dele, a nossa parte está sendo feita.*

Pesquisadora: A polícia civil hoje tem 5.000 homens?

Coronel Comandante do CPC: *Mas tem a Corregedoria, e agora vamos ter também a Ouvidoria.*

Pesquisadora: Como é a participação da sociedade civil, participando ou só uma Ouvidoria?

Coronel Comandante do CPC: *Com a sociedade civil participando, também*

Pesquisadora: Porque tem a Corregedoria, capitão Flávio?

Coronel Comandante do CPC: *É um órgão de correção com o coronel Flávio, que é a nossa [Corregedoria], mas a policia civil tem a Corregedoria dela.*

Pesquisadora: E essa que vai ter, ela tem a participação da sociedade civil?

Coronel Comandante do CPC: *Tem, sim.*

Pesquisadora: Isso é um bom sinal?

Coronel Comandante do CPC: *É um bom sinal, a gente está tendo acompanhamento, porque o programa de segurança pública, hoje, ele tem uma força-tarefa que ela é composta de gente nossa e deles [policia civil], que trabalha em cima disso aí, dos grupos de extermínio, dos grupos de desovas, que geralmente são feitos por policiais civis e militares; então, a gente hoje tem um trabalho de acompanhamento, inclusive de prisões de gente nossa, que está aí respondendo na justiça.*

Pesquisadora: Na semana passada tinha dezoito.

Coronel Comandante do CPC: *Então é uma prova que o Comando e o governo do estado estão atentos, nós estamos atentos, não queremos deixar que isso cresça.*

Pesquisadora: Isso quer dizer que não existe qualquer tolerância?

Coronel Comandante do CPC: *Não admitimos de forma alguma, inclusive, o Ministério cobra e nós temos que dar respostas ao público; hoje, nós não admitimos mais que guarnições nossas saiam em bairros como Liberdade fazendo matanças, tirando vidas de adolescentes porque é marginal, porque é delinqüente; quando existe o confronto é diferente, são três ou quatro, a policia militar não vai recuar, mas fora disso é negativo, a gente hoje tem um política mais de prevenção, de acompanhamento mesmo, o comandante geral tem uma linha, e as tropas, por exemplo, que estão subordinadas a ele, a RONDESP e GÊMEOS.*

Pesquisadora: Gêmeos, o que é que o senhor chama de gêmeos?

Coronel Comandante do CPC: *Gêmeos, é porque essa operação é da policia militar e a policia civil; aí, foi quando foi criada, é uma operação de combate a assaltos a ônibus, que quando foi criada trabalhavam as duas juntas, mas hoje trabalhamos ainda juntos com a gêmeos; por que gêmeos? Polícia militar e policia civil juntos, dois irmãos; então hoje nós temos a GERG, que é a delegacia de combate a assalto a Ônibus, com Dra. Marilda; seria bom até você conversar com ela.*

O que pensa o veterano sobre filtro racial e vulnerabilidade de jovens-homens-negros

O veterano - *Nós tínhamos 1000 policiais pra fazer o trabalho numa área que tinha 500 mil habitantes. Meu primeiro impacto foi numa festa na Liberdade, a partir de julho,*

agosto, começam as lavagens; numa festa dessas, no domingo de tarde, acabou um pessoal descendo ali a Lima e Silva num arrastão, e a polícia foi e reagiu de maneira agreste.

Pesquisadora: Ainda em 83?

O veterano - ... em 83; *ai, nesse dia, saiu no jornal e nas comunidades da Liberdade que o batalhão era racista, contra preto, ai tomei um susto, que eu tinha visto um grupo de pessoas fazendo baderna, ai convoquei os líderes da Liberdade, naquela época Popó, Apôlonio, Vovô, Macário, o pessoal do Muzenza, os estudantes pra conversar.*

Pesquisadora: O que eles disseram na reunião ao senhor?

O Veterano – *A polícia olha pra o negro e rastafari como bandido, vocês olham pra polícia como arbitrária, violenta; então, essa é uma relação que a gente tinha que estudar, então, comecei a fazer no quartel reuniões, a comunidade tudo que se tem de dizer tem que ser de maneira calma e civilizada, não precisa nem agredir nem ofender, ai, fomos conversando nessa direção, ai foi melhorando, porque o quartel, que era fechado, abriu pra receber as pessoas, as pessoas era muito boas, Vovô, Macário, por ser negro, por ser rastafári, não quer dizer que era marginal; então, essa era uma questão que com o tempo conseguimos vencer com, até vim o nosso querido Muzenza, do que era Barabadá, andava atrás dele porque era envolvido com (...), ai ele gritava, o que é que eu sou, maconheiro, estuprador, então tava numa fase difícil, mas foi superando.*

Ainda conversando com o veterano

Pesquisadora: Coronel, quando nós temos um perfil ao mesmo tempo e uma ocupação que coloca em risco a vida do policial, por outro lado temos uma situação de uma população de jovens de 15 a 24 anos, são jovens negros, olhando para o quadro de 100%, apenas 4% deles estão em conflito com a lei, e os custos disso, eles estão morrendo muito cedo, há uma geração que está literalmente impedida de envelhecer. Eu observo que a luta do senhor, pelo menos nos últimos 21 anos, foi centrada nisso, e com maior intensidade de 1983 a 1991, e eu pergunto ao senhor, para além de não chegar esse modelo de policial, quais os entraves?

Mesmo que haja uma formação tão consolidada desse policial, se tem tanta disciplina há um controle interno da ação do policial? Porque esses estudos apontam o movimento da polícia em parte desse desastre, que é um desastre, não é bom pra polícia, não é bom para os grupos criminosos que atuam na cidade nesse nível de liberação e, por outro lado, também a Bahia vive uma outra situação nítida, que é a questão do extermínio. Este último mês foi uma coisa tenebrosa, esse caso de Coutos, mas olhando para essa década, de 1991 a 2001, os estudos do ISC e do projeto UNI/FCCV, claro a CJP também fez, mas eu estou olhando os trabalhos dentro da Universidade, que não têm movimento social, um trabalho como o de Paim, Noronha, que não tem essa coisa do movimento social; são intelectuais que estão ali no trabalho acadêmico. Então, eu pergunto ao senhor; quais os entraves quando é oferecido um modelo desse de não agressão e também de conter esses outros grupos liberados na cidade para promoção desse drama social que atinge fundamentalmente jovens de 15 a 24 anos negros, pobres moradores da periferia?

O veterano – *Eu olho isso mais com profunda tristeza, ultrapassa os limites da nossa instituição, mostrando a essência da banalização da vida humana; você pega um jornal, morreu 20 pessoas, 30 pessoas, meu Deus do Céu, matar as pessoas, eu acho uma coisa tão dolorosa, outro dia eu tava aí na polícia, soube de um fato que me deixou profundamente triste, houve um acidente numa farmácia no Lobato, morreu (sic) cinco jovens, a comunidade tava no bar bebendo, aquilo ali, os corpos no chão e as pessoas festejando aquela morte.*

O veterano – *Nunca esqueci, ultrapassa nosso bem querer, nosso país esta precisando de valores.*

Pesquisadora: O resultado disso são 40 mil mortes por ano. A ONU decreta estado de guerra quando morre 15 mil, o Brasil perde 40 mil ...

O veterano – *E no Brasil*

Pesquisadora: O Rio de Janeiro superou a Colômbia em guerra aberta; trazendo mais pra Salvador, quando a gente observa, por exemplo, essa questão da polícia, a polícia teve um modelo, teve uma escola?

O veterano – *Como também a PM, não passam de 4% apoiado por pessoas, o sistema, o controle, todo ele, os maus exemplos, o cara mata você viu aquele governador, o cara deu um tiro na boca do governador e ele está aí imune, o outro se elegeu e ele foi solto.*

Pesquisadora: Porque também tem uma coisa de uma resposta da segurança pública numa cidade dessa onde a parte da corporação que luta pra não criminalização da maioria da cidade, que é negra, isso é notório, eu tenho conversado com uma série dessas pessoas que estão à frente da polícia, elas manifestam que vão punir, se o policial seguir outra orientação, que tá dando 20h lá de direitos humanos, que tenta fazer formação continuada; o que faz com que haja a continuidade da violação de direitos?

O veterano – *Esses maus policiais também compram e ameaçam essas pessoas.*

O que disseram os Novatos

Novato 1 – *“Engraçado, a cidade de Salvador, engraçado, na época de Imbassai [Prefeito de Salvador, 1996 a 2004] havia toda uma relação próxima, o governo e estado, as pessoas tinham uma preocupação maior em mostrar a segurança da cidade, momento turístico, hoje eu sinto uma outra compreensão, uma outra. Não é nada planejado não (...) militar, pense nisso, mas se começa a construir isso que não é uma ordem, ninguém assinou nenhum documento, mas os movimentos que se vêem hoje (...) não estão talvez tão preocupados com o Pelourinho, agora saiu de moda, não é? Não tem por que mexer tanto assim, se tem que mostrar o governo, não a cidade, eu sinto isso, hoje você quer mostrar governo funcionando, a prática, mostrar o Pelourinho sob outra forma.”*

Pesquisadora: E como foi isso nos anos 90?

Novato 1 - *Há uma (...), terrível eu trabalhei no Pelourinho na época de Lídice [Ex-prefeita de Salvador] que teve aquela, na prefeitura, no sistema de grandes conquistas, conquista da Castro Alves (...)*

Pesquisadora: Durante o governo de Imbassay também?

Novato 1 - *Havia uma proibição tácita, não se podia passar na Castro Alves, eu lembro.*

Pesquisadora: As manifestações não podiam passar para evitar o confronto com a prefeitura. O que é que resultou, de onde partiu aquele ato de cortar o cabelo de Paulo Anunciação? [Ex-Vereador do PT em Salvador, Rastafari, que teve os cabelos cortados a faca pela Polícia Militar, na Praça Castro Alves, durante uma manifestação dos trabalhadores da LIMPURB, em 1997].

Novato 1 - *Pessoal, (...) o dia, um homem psicótico.*

VILMA: Não foi uma ordem?

Novato 1 - *Não, não, eu conheço ele, é um dos problemas que nós temos na polícia (...); de alguma forma ele (...) tem problemas diversos, eu estava presente naquele dia, participei afastado um pouco, mas porque eu nunca sou chamado para ir para frente, eu sempre tive uma aura assim, graças a Deus, nunca tive confronto assim direto, nunca bati em ninguém, já tomei tiro, já baleei pessoas. Então, eu estava presente, eu acredito, o que eu vi antes, durante e depois foi um ato de canibalismo, escalpo, mas (...) pessoal, tem algumas pessoas que fazem isso à noite, pegam pessoas, pegam uns rastafaris, e diz, hoje eu cortei com uma faca, o que fizeram com ele me parece, não sei se foi o capitão L., mas foi ele que fez a prisão lá, depois foi transferido e tal, o que fizeram com ele, não foi algo (...).*

Pesquisadora: Algo superior?

Novato 1 - *Não, questões (...) mesmo, sadismo, algo que foi uma opção (...) não seria (...)*

Pesquisadora: Mas, tirando essa coisa da proibição às manifestações de chegar à Prefeitura, o que foi essa política nos anos 90, que estava tão próximo do governo e município, as pessoas criticavam, algumas diziam que era uma espécie de secretaria, de tão acintoso que era.

Novato 1 – *Engraçado que nesse período passei lá no Batalhão, nos anos 90.*

Pesquisadora: Então, você estava no olho do furacão?

Novato 1 – *Furacão? Batalhão é um status, sim? Batalhão (...) mais usado de, tem gratificação, ticket refeição, já tinha toda uma, de (...) da casa militar, e aí o que é que acontece? Um coronel da casa militar, da confiança de ACM vai comandar uma (...), veja o investimento que eles fizeram, entendeu? Viaturas novas, as novas viaturas para o Pelourinho, devido às normas de acordo a (...), policiais novos, recém-formados, melhores*

estruturas, até todo investimento naquele (...) turístico e também da prefeitura, para dar destaque.

Pesquisadora: Quando você fez concurso já tinha a disciplina direitos humanos?

Novato 1 – *Engraçado, em 1988, quando eu saí da academia, existia uma guerra revolucionária (...) a mudança havia (...) militar, mesmo, mas não tinha direitos humanos, existia em outras palavras, a uma (...), antiga de EPB, lendo, é mais focado em direito, porque, para a polícia militar, tem uma (...) do militarismo (...), jurídica, que é ser judiciário, mesmo, ser legalista, que é uma legalidade para ensinar ao policial a não se queimar, é que escuto isso nas aulas, que é uma legalidade que diz assim, olha, você pode bater, mas não bata aqui, nem ali, para não gerar hematomas, você vai ter que ter um cuidado na prisão, cuidado com o conflito, para você não gerar lesões, que lhe comprometam muito, era uma assessoria jurídica que dava, não uma percepção de direitos humanos, mas de autodefesa pessoal, para não se complicar, direito penal um, dois, três, direito civil, administrativo(...) penal, tinha todo um arcabofê que eles davam a visão do aluno, que era todo não se envolver em problemas, é como se diz hoje, pegar uma vela e não deixar sinais, não deixar vestígios, não sei se era uma autodefesa, mas a idéia era construir isso, na hora de operar o direito.*

Novato 2 – *Ela (a cidade) é pensada sim, ela é pensada de forma bastante dentro daquilo que eu considero, entendo, mais adequada. É discriminatória, isso é verdade, a forma de pensar a polícia, por exemplo, em bairros como a Barra/Pituba é diferente de pensar a polícia em bairros como Lobato, Paripe, Periperi. A forma de atuação você vai encontrar por exemplo, abordagens a ônibus, blitz com tanta constância em bairros como a Barra e a Pituba, como por exemplo você vai encontrar em bairros mais periféricos, você vai encontrar o mesmo número de policiais em bairros Barra/Pituba e em bairros como Lobato, Periperi, em bairros mais afastados, então, eu vejo como aquela questão da justiça distributiva, é onde os iguais e os diferentes são diferentes.*

Questão 2. Análise das falas de cada segmento sobre filtro racial e vulnerabilidade de jovens-homens-negros

Quando os gestores dizem eles morrem mais porque são a maioria, essa equação precisa ser problematizada por uma outra fórmula, que passa pela banalização da vida desses jovens que se materializa no ato da não investigação, da delinquência infamante a que se referia Foucault ao tratar da criminalização, como mecanismo para naturalizar o aniquilamento dos indesejáveis. Por isso, o que se afirma é a morte motivada pela condição da racial da vítima. Morre-se porque é negro, pobre, e sem acesso aos meios de defesa; isso libera a polícia para atirar mais para matar que para ferir e imobilizar o seu confrontante, conforme me disse um oficial: “O policial teme que se ele apenas ferir, ao sair da prisão o marginal volte e mate ele,

então, para ele, é mais seguro matar”. Neste aspecto, analisando os depoimentos, não é exagero pensar que somente os novatos estão em posição de provocar uma mudança no interior da instituição policial, e os frutos só poderão ser colhidos por outras gerações, para dentro e para fora da polícia.

A posição de quase todos os entrevistados, com exceção do novato 01, no sentido de tratar os casos de violação de direitos dos jovens-homens-negros dentro de um padrão de atuação que somente admite ser a posição de classe das vítimas o fator que determina a sua situação de conflito com a polícia, não deixa espaço, dentro dos seus discursos, para problematizar a “cegueira racial” silenciando sobre a motivação racial em relação a essa atuação violenta da polícia. Quando um jovem branco, que “está no lugar errado” durante uma ação policial é ferido, e mesmo quando eles são presos portando e usando drogas, ou comentem qualquer outra ordem de crime, são liberados, e em muitos casos aguardam julgamento em liberdade, pois para os magistrados eles não oferecem perigo à ordem pública, por terem residência fixa, por serem réus primários e por não terem antecedentes criminais, uma série de prerrogativas legais existentes no sistema jurídico brasileiro que um jovem-homem-negro quase nunca consegue mobilizar a seu favor, estando na mesma posição, pois a sua condição racial, ao ser criminalizada, neutraliza todos os outros instrumentos.

Mas na leitura que o Novato 01 fez do ato de um oficial cortar os cabelos de Paulo da Anunciação¹³⁸, valorando como ato de sadismo, além da sua análise sobre o bloqueio da cidade aos movimentos sociais, durante os anos dos dois mandatos de Imbassay à frente da prefeitura de Salvador, é um sinal da leitura diferente desse oficial em relação aos demais entrevistados sobre um discurso racial, que nem de longe deixa ausente a percepção dos comandos ao que estava ocorrendo na cidade em relação à população negra; e, mais que isso, mostra que nem todos estão protegidos pelo silêncio institucional, que se ancora num suposto tratamento técnico da segurança, tratando todos igualmente, como reza o ritual da “cegueira racial”. As imagens do corte do cabelo *Rastafari*, a faca, pelo oficial da PMBA seguem em anexo. O fato foi manchete em vários jornais da Bahia, em 1997, e colocou a polícia baiana em exposição.

Questão 3. Racismo Institucional – o que pensam os quatro diferentes segmentos: SSP-Ba, Comando da PMBA, antigo comandante da PMBA e os novos oficiais da PMBA?

SSP- Ba – Secretário de segurança pública – *Agora eu creio que a senhora está pretendendo enfocar que tipo de trabalho e que técnica policial está sendo usada por exemplo no subúrbio, com o subúrbio ferroviário, diferentemente do policiamento feito na orla, diferentemente feito no comércio.*

Pesquisadora: Eu posso fazer como uma segunda pergunta, mas a primeira que eu faço, é: pensando em violência, eu pergunto quais são as políticas hoje pensadas para Salvador em nível de segurança pública?

Coronel Assessor da SSP-Ba – *Uma política que está sendo desenvolvida é a pulverização de unidades policiais, essa é uma política*

Pesquisadora: O que o senhor chama de pulverização?

Coronel Assessor da SSP-Ba – *Subdividir mais as áreas da cidade pra que a policia chegue mais perto, tanto a Polícia Militar quanto a Polícia Civil, por exemplo, e agora mesmo, na gestão do secretário nós estamos implantando uma Delegacia no Cabula, uma Delegacia na Pituba, uma Delegacia no Nordeste de Amaralina, certo? E só aqui na capital.*

Pesquisadora: Amaralina é coberta pelo Rio Vermelho?

Coronel Assessor da SSP-Ba – *Pelo Rio Vermelho, só agora em unidades territoriais, fora as unidades especializadas da mulher que a gente tá aumentando.*

Pesquisadora: A DEAM?

Coronel Assessor da SSP-Ba – *A questão, por exemplo, do meio ambiente, a delegacia do idoso, que está sendo criada, a delegacia só pra cuidar do idoso de Salvador,*

Pesquisadora: Só pra Salvador? Então essa é a questão da pulverização, da mesma forma a Polícia Militar também a Polícia Civil?

Coronel Assessor da SSP-Ba – *Novas unidades estão sendo instaladas?*

Pesquisadora: Polícia Civil e Polícia Militar?

Coronel Assessor da SSP-Ba – *Da maneira de chegar mais próximo, quer dizer, e fazer com que a sociedade tenha uma condição melhor de intercomunicação com as unidades de policia.*

¹³⁸ Então sindicalista, dirigente do Sindicato de Servidores da Limpeza, a LIMPURB, e, entre 2000-2002, Vereador de Salvador pelo Partido dos Trabalhadores.

Secretário de Segurança Pública – *E aí não pode ser esquecido um detalhe e esforço que está sendo feito na questão do aumento de efetivos do policiamento na capital.*

Pesquisadora: E de quantos policiais o senhor dispõe hoje? Qual é o efetivo?

Secretário de Segurança Pública – *No estado está beirando os 30.000 homens na Polícia Militar e aproximadamente 5.000 homens na Polícia Civil e a Polícia Técnica...*

Pesquisadora: Esses 5.000, distribuídos em Polícia Civil e Polícia Técnica, eu perguntaria ao senhor, olhando para a Capital, que obviamente a situação de segurança, ela demanda outras coisas em relação ao interior, totalmente diferente, a dinâmica, como o senhor considera que é distribuída a nível de recursos em toda a cidade, de recurso de pessoal, de recursos humanos, de viatura?

Secretário de Segurança Pública – *A questão da distribuição dos meios, da tarefa de segurança pública, ela é feita após um estudo detalhado pela Polícia Militar e a Polícia Civil, que vai definir os efetivos dentro do que se dispõe, para cada área de policiamento a ser feito e esse é que conduz a uma definição de que empregar em determinado bairro, determinada área, ele é subordinado às condições sócio-econômicas locais, a ver cidades, por exemplo, estabelecimentos comerciais, a população da área, são tantos os fatores...*

Coronel Assessor da SSP-Ba – *A população flutuante...*

Vilma – O que o senhor chama de população flutuante?

Coronel Assessor da SSP-Ba – *Há um discurso, por exemplo, a praia dia de domingo, a população vai toda pra uma determinada área*

Pesquisadora: Sim, Itapoan?

Coronel Assessor da SSP-Ba – *Exatamente, a orla como um todo; então, veja bem, as zonas de comércio, as zonas bancárias, por exemplo, estão concentradas numa determinada área da cidade, então pra lá as pessoas se isolam, de um modo geral de outras partes da cidade, tem esse discurso, que às vezes a gente lê na imprensa, querendo polemizar que a segurança pública está num determinado local, em que as pessoas têm um poder aquisitivo e que a periferia não tem, etc e tal, não é verdade, claro que não é verdade, é lógico que, em função de determinadas necessidades, que as vezes não soltam aos olhos dos leigos, está certo, mas que aos nossos olhos que somos técnicos, tem que ter peso, você não pode, por exemplo, imaginar um expediente bancário, que a Pituba não seja reforçada, que nós temos 80% das unidades bancárias ali situadas, então você tem.....*

Coronel Assessor da SSP-Ba – *Pensar numa orla despolicada, e a orla é o local de prazer mais democrático que existe, porque ali está o pobre, está o rico, está o de classe média.*

Coronel Assessor da SSP-Ba – *Você tem um componente turístico, o Centro Histórico de Salvador é um pólo turístico, e o centro da cidade, Salvador quer ter essa imagem, atrair divisas, através do turista, isso é benefício pra todo mundo, desde a baiana de acarajé, que está vendendo o seu quitute, até o motorista de táxi, até a arrumadeira do hotel, quer dizer, atinge a todo mundo, então essa visão social, sócio-econômica, tem que prevalecer.*

Pesquisadora: Então essas seriam as prioridades de reforçar o policiamento?

Coronel Assessor da SSP-Ba – *Também, mas temos componentes, por exemplo, da periferia que elas são levadas em consideração, por exemplo, as nossas unidades de recobrimento, elas policiam quase que 100% da periferia.*

Comando da PMBA – o que pensa sobre racismo institucional

Comandante do CPC – Comando de Policiamento da Capital:

Pesquisadora: É, como é pensada em relação à política de segurança, como é que a cidade é pensada; eu imagino que tenha uma cidade desenhada também na cabeça do comandante!

Coronel Comandante do CPC: *Salvador, hoje é uma cidade de dois milhões e seiscentos mil habitantes, como toda capital ela hoje, terceira do país, com o crescimento nesses últimos oito anos dentro de Salvador, segundo informações da própria prefeitura, no último censo, de quatrocentos e oitenta famílias que habitavam Salvador, praticamente desordenadamente, que isso aí, nós tivemos crescimento de invasões, por exemplo têm invasões no Bairro da Paz, que eu tenho cinqüenta e dois mil habitantes, no bairro de Itapuã comporta duzentos mil habitantes. Então esse ponto é uma moradia precária, então é uma idéia que estou dando, dentro de um bairro, fora aquela invasão que existe dentro do centro, eu tenho invasão próxima da Barra, eu tenho invasão dentro do Stiep, eu tenho invasão próxima do Itagira, porque o homem que vem para Salvador, hoje, ele vem atrás de um emprego, porque Salvador hoje é uma referência de emprego, como Feira de Santana, então, houve um crescimento populacional muito grande, e na área de segurança pública, nós não tivemos esse acompanhamento, em termos de efetivo, então, antigamente nós tínhamos o luxo de colocar três policiais em um módulo policial nosso, e hoje eu não tenho como colocar, eu só coloco dois homens, no máximo, e tem módulo que eu ainda coloco um, dois eu deixo nas ruas, então tendo uma idéia, um módulo policial que é tão bem visto, e tem uma referência no bairro, ele é pra ser trabalhado com quatro homens e uma viatura acoplada àquele módulo, para atender aos chamados, ficariam dois, e dois sairiam para atender aos chamados de tudo, do socorro, da assistência, da intervenção, de tentar resolver o problema, então, por ai, nós temos vistos que nós não acompanhamos essa demanda, e é uma das grandes dificuldades hoje do comandante, é essa. Então, em Salvador eu diria que nós estamos estáveis, em termos de Segurança Pública, as estatísticas têm mostrado que nós estamos bem, em relação a algumas capitais, haja vista o que foi dito na Revista Época e nós não fomos nem citados.*

Pesquisadora: Estava lá embaixo, sim?

Coronel Comandante do CPC: *É, estava lá embaixo, então isso é ótimo, porque em Salvador a gente ainda tem um controle de bairro, não existe um bairro em Salvador onde a polícia militar não entre; eu diria, um dos considerados mais violentos que é o Nordeste de Amaralina, que hoje nós estamos fazendo um trabalho lá, que é o Viva Nordeste, o governo do estado, inclusive, já implantou uma delegacia; nós temos uma companhia e estamos tendo resultados positivos, que é um dos bairros mais violentos, e a polícia militar entra lá em qualquer lugar. Sabemos os aspectos topográficos do próprio bairro, que é difícil, e tem locais que não entra viaturas, tem locais que um policial, só, não deve entrar mas um grupo de três, quatro, entra. É diferente do Rio de Janeiro, e nós não somos recebidos a bala, assim, em qualquer operação, nunca tivemos baixa no Nordeste, de nenhum policial nosso, até hoje; e hoje tem um trabalho muito bem feito, que não é de combater a violência com violência, é de combater a violência com trabalho, mas assistencial, de parceria, porque o próprio governo do estado está fazendo um trabalho de combate às drogas, com palestras, com educação, procurando dar emprego, procurando construir uma mão-de-obra para as mães de família; com toda resistência que existia lá dentro, dos pontos de drogas, nós acabamos, foi o bairro que era considerado de mais referência de violência em Salvador, era o Nordeste de Amaralina. Antes dele, tinha o bairro da Saramandaia, que hoje nem se ouve falar, está calmo, não se ouve mais nada, porque criamos uma Companhia, que foi a primeira Companhia de Pernambués; então, o bairro hoje praticamente nós não ouvimos falar nada em mídia; então, Salvador, eu vejo hoje como uma cidade que precisa de mais segurança, agora dentro do que nós temos, nós estamos atendendo bem.*

Pesquisadora: E o que é que o senhor chama de operação Jericó?

Coronel Comandante do CPC: *A Operação Jericó é uma Operação de abordagem a ônibus; nós implementamos ela nos terminais, em pontos que geralmente acontecem os assaltos nas avenidas, e esse trabalho é um trabalho em que todos os passageiros devem descer do ônibus, e é uma atividade muito aceita, eles são abordados e aí nós, muitas vezes, encontramos armas dentro do ônibus, embaixo dos bancos, encontramos drogas próximo ao ônibus que são jogadas pela janela, temos diminuído bastante os índices de ocorrência. Então, a Operação Jericó é uma operação visando assalto a ônibus. Implementamos também uma Operação Gêmeos, que é uma operação de combate a assalto a ônibus, de uma frota que eu tenho, com dez viaturas, somente para combater o assalto a ônibus, 24 horas.*

Pesquisadora: O que são as paradas, que nós temos na cidade, principalmente nos finais de semana?

Coronel Comandante do CPC: *É, então, nós já estamos com um trabalho, porque em Salvador hoje já temos uma frota com 2165 ônibus circulando, e nós já sabemos as linhas onde a população é mais atingida, e nessas linhas nós colocamos esses (...); antes nós tínhamos no subúrbio um índice altíssimos de assalto a ônibus; eu diria que hoje nós estamos zerados, os assaltos a ônibus acontecem (...)*

Pesquisadora: Em que período o senhor conseguiu?

Coronel Comandante do CPC: *Os assaltos a ônibus acontecem das 18h00 às 22h00; eu tenho um dado interessante para lhe mostrar, o balanço de assaltos de ontem para hoje, um foi de ônibus.*

Pesquisadora: De ontem para hoje? Para o senhor se lembrar?

Pesquisadora: E o senhor fala de vários modelos, o Sr foi formado onde? De onde o Sr. traz o modelo?

Coronel Comandante do CPC: *Eu fui formado na Academia (...) o modelo desse trabalho que nós usamos, foi um modelo que nós não chegamos a copiar, nós criamos, foi originado, é nosso, principalmente em termos dessas operações, que nós não temos em outras Polícias Militares; é, eu diria, como uma referência nossa hoje, o policiamento do Pelourinho, que é um sítio histórico, onde nós temos a cada 10m² um policial, e é a área mais policiada, eu diria, do Brasil.*

Pesquisadora: um policial a cada 10m² ?

Coronel Comandante do CPC: *Não temos e não podemos fazer isso ainda ...*

Pesquisadora: Então, é uma espécie de laboratório?

Coronel Comandante do CPC: *É, de laboratório que nós pretendemos fazer, e já copiamos isso na Pituba, mas por falta de efetivo, não usamos hoje.*

Pesquisadora: O senhor considera que numa cidade, o senhor falou da particularidade da Bahia, e uma das coisas que é muito explícita é a corporação negra, é uma corporação que é vista na rua, é composta por homens negros, também entrevistando o alto escalão, quem conhece, na minha experiência de 2 anos, encontrei muitas pessoas, o próprio comandante, o coronel Santana, Major Lázaro, enfim, várias pessoas. Como o senhor vê essa questão, o senhor acha que tem implicações raciais na política de segurança implementada em Salvador, para além dessa presença, dessa polícia que é eminentemente negra?

Coronel Comandante do CPC: *Não, eu acho que dentro da corporação não existe isso, a Bahia em si, a própria Salvador, a miscigenação é muito forte; os negros, hoje, é sua maioria, e um exemplo meu de comandante da capital, eu sempre gostei, porque todos os meus auxiliares são negros, não é por nada não, porque a presença é importante e os negros, ele faz parte da Bahia. Eu, hoje, não só a minha secretária, que é negra, o motorista e todos são negros, e eu trabalhei com uma área que eu me dava tão bem com o negro, mesmo porque também eu sou de cor, eu sou preto, eu sou mulato, eu me dava tão bem com todo mundo do Pelourinho, e a prova disso é que eu comandeí dois anos, depois comandeí mais (...), justamente porque a minha forma de tratá-los, como de atendê-los, de acompanhar, e a forma como eles me retribuíram, a forma como a pessoa de cor na Bahia é uma referência; então, isso não prejudica o trabalho na corporação da Bahia, porque não existe nada de discriminação na hora da seleção, nós acolhemos todos, do branco e do preto; agora se esta ingressando negros na corporação é porque ele é o mais capacitado,*

porque ele passou por um teste, ele se submeteu a uma prova intelectual, ele se submeteu a um psicoteste e eles se saem muito bem.

Pesquisadora: E eles ascendem também nessa seqüência?

Coronel Comandante do CPC: *Ascendem sim, e a corporação tem respostas positivas como negro.*

Pesquisadora: Vendo esse quadro, que é super-positivo, de uma presença negra na PM, como o senhor considera que essa polícia se comporta na rua com relação à população negra?

Coronel Comandante do CPC: *Isso os nossos policiais vêm sendo orientados, ah, porque o marginal é negro, quem morre é o negro, nós já estamos fazendo, ao longo desses anos, esse trabalho para evitar isso, porque hoje o marginal que atua mais não é o negro, que está atuando, mas é o branco, porque também tem facilidade de chegar de gravata, ninguém acha que ele faz, então branco hoje ele está fazendo mais, pelo contrário.*

Pesquisadora: E isso é dito aos policiais?

Coronel Comandante do CPC: *É dito a eles, que não é só o negro que comete o crime, não é só o negro que assalta, pelo contrário, nós estamos tendo o maior cuidado com a abordagem, porque a pessoa, por ser negra, quando você vai abordar a pessoa, ele já se sente humilhado, e também no uso das expressões: negro preto, que não deve usar, então hoje, a nossa tropa, a gente coloca uma própria forma e, a sua grande maioria, já nasceu negra, e a gente já esta convivendo com isso tão bem, tão bem, e já faz parte do nosso dia-a-dia.*

Pesquisadora: É, considerando que Salvador, assim como todas as grandes regiões metropolitanas do Brasil, cidades com mais de quinhentos mil habitantes é, ontem saiu o mapa da violência, e o Brasil, assim, somente abaixo da Venezuela, onde as principais vítimas da Violência têm sido a juventude, jovens de 15 e 24 anos, a maioria de bairros populares, a maioria que mora nesses bairros são jovens negros. Salvador, recentemente, eu estava na abertura da Conferência lá

Coronel Comandante do CPC: *Proteção e cobertura para as nossas viaturas...*

Pesquisadora: No caso de Paripe? (Bairro do Subúrbio Ferroviário de Salvador, onde ocorreu uma chacina com 13 pessoas negras assassinadas, seis de uma mesma família).

Coronel Comandante do CPC: *No caso de Paripe, aí tem que botar policiamento mais naquele foco daquele bairro lá, viaturas mais circulando, certo, trabalhando ostensivamente, é o que nós fazemos...*

Pesquisadora: O senhor não participa do GERCE? (Grupo de Repressão e Combate ao Extermínio)

Coronel Comandante do CPC: *Não, não participo.*

Pesquisadora: O senhor considera que precisa mudar algo em termos da segurança pública de Salvador? Porque é um mundo, o senhor está responsável por 27 Companhias, e eu imagino que....

Coronel Comandante do CPC: *Eu diria, hoje que a nossa carência maior mesmo é o efetivo, porque eu, com um efetivo eu posso criar mais um ponto de referência, por exemplo no bairro Guarani; eu posso instalar um módulo, em Águas Claras; então, hoje, a nossa carência maior é de efetivo, porque não adianta mandar uma guarnição de RONDESP para Águas Claras, se ela não vai ficar lá 24 horas, se ele não vai ficar lá uma semana (...) Segurança pública dá-se um nome de manutenção. O que é isso? Manutenção é eu ter permanência todos os dias, dois homens, esses dois homens vão trabalhar com aqueles bairros, ouvindo comerciantes, ouvindo a diretora da escola, através da ronda escolar, ouvindo e combatendo o que está acontecendo ali de errado. Essa manutenção de segurança, que é importante, digo, porque a nossa carência de efetivo hoje é o que mais nos deixa com vontade de fazer, o governo do estado está trabalhando, o governo do estado estamos agora com o (...) de formação, são 1600 homens, que não é ainda o ideal, por virtude, o esforço vai ter que (...). mas a nossa meta, no comando geral, é atingir trinta mil homens, trinta e dois mil homens, mas vamos atingir, aí sim, para Salvador hoje ser modelo, nós precisamos de efetivo.*

Pesquisadora: E quando o senhor fala desse efetivo, desse sonho real, né , o senhor está pensando que há uma política que não diferencia bairro popular, digamos, de bairro de classe média, para o senhor é uma política só.

Coronel Comandante do CPC: *É, é uma política só; a vontade que eu tenho de melhorar, de melhorar não, por exemplo, na Barra, não há o que melhorar, um bairro como Águas Claras por exemplo é um bairro hoje que clama por segurança. O ideal era que eu agora instalasse um módulo policial, e dizer eu vou passar lá toda semana para ver; o ideal seria isso, eu olho mais para aquele bairro mais distante.*

Os Novatos: o que disseram sobre racismo institucional

Novato 1 – *Eu sou um impotente ministro, mesmo; eu acho que falta é a saúde mesmo, eu vejo que as pessoas falam de cunho social, eu acho difícil manter a ordem sem equidade; você manter a ordem que está aí, se as armas da ordem social não quer que ligue, uma divisão de renda nefasta, não tem como você manter, não tem que controlar a pobreza no seu mundo e daqui é a classe média alta (...) não existe justiça social com segurança, e você vê que a igualdade é nefasto (...) manter o negro lá excluído (...) sem equidade, não funciona; eu acho complicado dar segurança pública, sem ter essa divisão de renda, divisão de condições, direitos humanos, direitos sociais, não existe isso.”*

Pesquisadora: Você considera que existem implicações raciais nas políticas de segurança implementadas em Salvador?

Novato 2 – *Eu não vou dizer, assim, nem que sim, nem que não, porque eu não teria como falar, assim, de forma simpática.*

Pesquisadora: Como foi assim na sua trajetória?

Novato 2 – *É aquela coisa, não existe ideologia para isso, fica à mercê de cada um, quem já tem o seu preconceito já incorporado leva para a sua atividade, quem não tem seu preconceito incorporado não leva, então, para falar assim que existe uma política para isso, não, não existe expressamente não, você pode encontrar isso de uma forma, é, escondida, mas que estaria, eu vejo que estaria dentro de cada indivíduo do que dentro de uma ideologia, de ter que reprimir o negro (...) eu acho que até dentro de uma cidade como a nossa Salvador, onde existe uma predominância não é do negro, então inclusive dentro da polícia e em qualquer lugar, não é em qualquer lugar, então hoje isso, essa questão é da própria formação; hoje você não tem ninguém puro, aqui não existe, (...) nenhum eu sou bem realista, então é aquela coisa a gente não vai encontrar negro nenhum totalmente negro, branco nenhum totalmente branco, índio nenhum totalmente índio, então, assim, é totalmente uma mistura, que eu acho muito complexo isso.*

Pesquisadora: As pesquisas estão todas aí, pesquisas de pessoas muito criteriosas, mostrando que os jovens, pobres, negros, moradores de bairros populares, eles têm sido as principais vítimas da violência

Novato 2 – *Mas veja bem, olhe só, eu não estou questionando isso não, é muito complexo.*

Pesquisadora: É uma coincidência?

Novato 2 – *É muito complexo de se falar isso, e é por isso que eu faço ressalvas, porque você vai encontrar aí essa grande maioria, ou não é a grande maioria? Não é quem (...) a sociedade é formada de, na sua maioria é formada por jovens, pobres e negros, não é? Então, o que é que acontece? É claro que proporcionalmente eles são as principais vítimas, é proporcional, isso é o proporcional, isso aí é questão, eu entendo que está dentro da própria matemática, geometria, é questão de proporcionalidade. Eu vejo assim, eu não estou dizendo que não há um sentido, uma tendência para identificar os jovens, as pessoas pobres, os negros, a questão (...)*

Pesquisadora: Você acha que isso não orienta a suspeição policial?

Novato 2 – *Há, sim, orienta, orienta sim, eu não tenho dúvida, orienta com certeza, mas como eu digo, você não vai encontrar isso como uma política, como olho visível na formação, na atividade, nas próprias palestras, nas conversas de bate papo do comandante com a tropa, você não vai encontrar isso, o policial e o comandante falando isso, e isso, e isso, você vai abordar aquele ,o negro, o jovem e o pobre, você não vai encontrar isso, isso é algo que está no imaginário de todos nós, eu acho que está no imaginário de todos, não só na polícia, mas na sociedade como um todo, e como a polícia sai dessa sociedade...*

Pesquisadora: Não está na redoma. (O policial).

Novato 2 – *Ela sai da sociedade (...) também leva a isso, mas isso não é uma política interna, isso é trazido de fora, isso é algo que já vem de fora da própria cultura nossa, isso é cultural porque você (...), você vem e trabalha, numa loja, por exemplo, num departamento de uma loja, se você tem um aspecto feio (...) ave-maria, se você é feio, é pobre, você está mal vestido, você é tratado de uma forma, se você chega lá bem arrumado, a realidade é outra, isso em qualquer lugar, em lojas, em restaurantes, em qualquer lugar*

Pesquisadora: Então, você acha que isso faz parte do imaginário?

Novato 2 – *Eu acho que isso é algo que perpassa todo o imaginário da sociedade baiana, brasileira, eu acho que não é exclusiva, a gente não pode falar de política de repressão contra negros, mas que isso é da parte do próprio imaginário.*

Pesquisadora: Deles quem?

Novato 2 – *Não contra os negros, contra os jovens, contra os pobres, eu acho que não existe uma política, porque isso já está tão impregnado, que você não precisa fazer nenhum tipo de política, porque isso já faz parte.*

Pesquisadora: Esta naturalizado?

Novato 2 – *Está naturalizado, eu vejo que está naturalizado.*

Pesquisadora: É porque a gente não tem notícias, eu, por exemplo, morava no Canela, na residência universitária, tinha uma vizinhança bastante barulhenta, com consumo de drogas, tudo, e eu nunca vi a polícia lá, ao contrário, às vezes o policial estava tirando meninos que estavam vendendo amendoim ...

Novato 2 – *Mas é isso que eu estou dizendo a você, eu não vejo isso como uma política.*

Pesquisadora: Você acha que é uma decisão muito pessoal?

Novato 2 – *Eu acho que faz parte de algo cultural, eu acho que eu vejo como algo cultural.*

Pesquisadora: Mas também não tem uma política para conter?

Novato 2 – *Não tem também, não tem uma política para conter (...) não há uma política de segurança pública que diga que todos são cidadãos e que todos têm o direito de ir e vir, e que todos têm o direito de liberdade, então não existe isso realmente, não existe uma coisa nem outra.*

Pesquisadora: Agora nós chegamos...

Novato 2 – *É, não existe nem uma coisa nem outra, então fica ... (...)*

Pesquisadora: O vácuo?

Novato 2 – *Fica dentro daquela idéia do poder exercido pelo policial, fica dentro do que o policial acha que ele deve fazer naquele momento ali, se ele acha que deve abordar fulano, ele vai e aborda, porque veja bem, é o que as pessoas não levam muito em consideração, mas o policial, ele tem um poder (...) tão grande na ponta do sistema, ele tem mais poder do que eu, que estou aqui regido pela democracia, eu tenho horário para cumprir aqui direitinho, tem o chefe aqui do lado, tem os superiores aqui, é, estou aqui preso nesse espaço aqui, o policial na rua não, ele está solto, só ele, é ele e ele; então, ele decide quem abordar, a fulano ali, é só abordar, então vai e aborda, deixa eu ver a sua bolsa, então fica a critério dele.*

Pesquisadora: Sim, mas, por exemplo, numa blitz de ônibus onde ele está com um ideal?

Novato 2 – *Mas a blitz, se você fizer uma análise, aí passar pela rua ,ai são poucas as blitz e sempre tem um oficial na frente, sempre tem um sargento, é um soldado mais antigo, que está à frente da blitz, eles que comandam os policiais, estão na viatura dois, três policiais, o motorista e o comandante, que pode ser um sargento ou um policial mais antigo, patrulheiro, e aí de repente, ele observa um carro mais estranho, ele aí vai lá, e aborda, vê uma pessoa suspeita que ele acha estranho ele vai lá e aborda, então fica a critério dele; então, eu não posso dizer que isso é política não, fica a critério dos policiais que estão ali.*

Pesquisadora: É, mas essa atitude de não fazer nada, por exemplo, isso dá um impacto numa cidade que tem 80% da população negra...

Novato 2 – *Sim, sim.*

Pesquisadora: Então, isso que eu falo, que você tem essa ponta, e essa aqui que é quem pensa a polícia de conter essa ação do lado de cá?

Novato 2 – *Eu não falo só na questão do negro, mas eu enfatizo muito mais o pobre...*

Questão 3. Análise das falas de cada segmento sobre Racismo Institucional

O racismo institucional, presente nas relações da polícia com a população negra, tem sido considerado por alguns autores como endêmico (SUDBURY, 2004; REIS 2001; AMAR, 2005; SOUZA, 2005), eixo central a ser enfrentado no contexto da elaboração de políticas de segurança, e o desafio, nesta questão feita para os oficiais informantes desta pesquisa, foi buscar em seus discursos como essa forma de racismo se manifesta, como ele está invisibilizado pelo manejo de outras categorias naturalizadas, como pobreza, morre-se porque

é pobre, e não pela condição racial. Mas, parte dos estudos sobre violência urbana levados a cabo na Bahia, nos anos 1990, deixou forte evidência de que a ação policial que atua nos bairros populares de Salvador agem orientando-se pela suspeição motivada pela raça dos sujeitos que são parados nas blitz e nas outras formas de averiguações, detenções ilegais, já condenadas pela Constituição brasileira.

Por essa razão, coloquei os discursos dos diferentes segmentos da polícia, no intuito de perceber, primeiro como a questão está colocada para a SSP, através da fala do secretário de Segurança Pública e da sua assessoria, que respondeu a um questionário, gravou duas entrevistas, a primeira, somente o secretário, e a segunda junto com um coronel assessor, e que cedeu-me um conjunto de fontes que eu poderia mobilizar para confirmar o que representava o esforço da SSP para mudar a segurança pública na Bahia, e mais particularmente em Salvador e na RMS. Nos discursos da SSP estão presentes o que Amar (2005) e Paixão (2005) identificaram como o uso da linguagem técnico-profissional para esvaziar qualquer possibilidade de classificação do *modus operandi* da polícia como violenta, pelo fato de recorrer a métodos ilegais, orientados pelo perfil racial, local de moradia, condição econômica e outras identidades que fortalecem estigmas sobre os sujeitos atingidos, o que é marcado por práticas identificadas por esses estudiosos e outros como operacionalização do racismo institucional, como enfatizou Sampaio (2001).

O reconhecimento da situação de ações da polícia com base em uma das condições identitárias analisadas no decorrer do trabalho, raça, gênero, geração e classe, o que determina o local de moradia em locais criminalizados pela polícia, está presente direta ou indiretamente em todos os relatos, mesmo quando os informantes discursaram sobre ser a condição de classe o que motiva os jovens-homens-negros estarem na mira da ação violenta do Estado, pois roubam porque são pobres e, por isso mesmo, eles são os que “confrontam” com a polícia diariamente. Se o que leva os sujeitos atingidos por essas políticas a morarem nos bairros criminalizados é a sua condição de raça e não a de classe, ou seja, os jovens-homens-negros vítimas majoritárias do racismo institucional são pobres porque são negros, e não o contrário (PAIXÃO, 2005) é a sua condição racial que aciona a ação violenta da polícia, como forma de contê-los em vários aspectos de suas vidas, com destaque para o desejo de querer ter o que outros jovens da sua

idade têm e a maioria dos jovens-homens-negros só vêem pela televisão, pois até o contato imediato lhes é vetado pela sociedade.

Entre os segmentos entrevistados, somente na fala do Veterano está presente a busca de esforço de exercício para realizar um diálogo direto com representantes internos da comunidade negra, ainda nos anos 1980, no sentido de criar mecanismos para resolver um conflito admitido por todos, mas com a condição de alguns de invisibilizar o conteúdo racial. Assim, quando o Comando da PMBA reconhece a existência de conflito esse se aloca em bases do confronto entre a pobreza dos que morrem pela polícia e a necessidade de proteger o patrimônio e, nesse caso, mesmo quando a condição racial das vítimas da polícia é admitida, ela é apresentada como elemento neutro, que não tem força para influenciar a ação policial. Neste momento, está em ação o argumento técnico-profissional, que valida práticas fortemente racializadas.

Na fala do Novato dois, está presente um elemento problematizado por Paixão (2005) e outros autores sobre a ação da polícia orientada por mecanismos reveladores do racismo institucional, quando o oficial afirma que não é uma orientação do Comando e sim “o preconceito que cada um carrega” em si mesmo contra negros, pobres e moradores de bairros populares criminalizados na percepção de toda a sociedade, fazendo o policial agir de acordo com os códigos que traz de suas experiências do cotidiano, que é racializado. O oficial não reconhece o papel que o Estado tem no sentido de desmobilizar esse “preconceito” que age como conceito prático no fazer dos policiais, tendo o oficialato o papel de conter as ações de suspeição baseadas em raça a mesma naturalização que se apresenta no discurso do Comando.

Com as exceções do Veterano e do Novato um, na fala dos outros informantes as ações violentas da polícia que, muitas vezes, resulta em prisões ilegais, tortura de presos comuns sob custódia do Estado, extorsão, ameaça de testemunhas e produção de provas não são a representação das políticas públicas de segurança implementadas oficialmente, e, por isso mesmo, muitas vezes são narradas como o resultado da ação de “uma escória”, apresentada pelo oficialato como minoria dentro da corporação militar e dentro da Polícia Civil, como apareceu nos depoimentos dos informantes de Lemos-Nelson (2002), sendo, portanto, tratadas

as suas ações como não oficiais. Somente as práticas de prisão para averiguação e Auto de Resistência a Prisão, que seriam suficientes para uma profunda leitura do racismo institucional endêmico, são oficialmente admitidas pelos comandos da polícia como práticas do ofício policial. Nas Operações Especiais citadas pelo Secretário de Segurança Pública do Estado da Bahia, e que estão em vigor em ampla escala em Salvador desde 1996, as prisões para averiguação são comuns, mesmo sendo consideradas práticas anticonstitucionais, assim como os Autos de Resistência à Prisão, que se transformaram num argumento oficioso de liberação de policiais assassinos que se apresentam com a prova do crime nas mãos, mas matam dentro da lei, supostamente atiraram para se defender de um suposto ataque da sua vítima.

O primeiro aspecto que trabalhei ao analisar os discursos dos meus informantes acerca do racismo institucional foi em relação à liberação para matar, mas sem comprometer a instituição policial, sendo a ação violenta letal vista como prática isolada e não autorizada pelo Comando. O segundo aspecto para perceber a orientação das ações policiais, a partir do racismo institucional, está num aspecto mais difícil de ser negado pelo oficialato, pois reside na quantidade de recursos disponíveis para a segurança pública nos bairros populares em relação aos recursos disponíveis nos bairros de classes média e alta. Nesse quesito há presença de mecanismos que denunciam o racismo institucionalizado. Como Sampaio (2001) sistematizou sobre a elaboração e implementação de políticas sociais, a possibilidade de sucesso e de fracasso dessas políticas está diretamente ligada ao poder de alcance das diferenças no interior da sociedade. Quando as diferenças identitárias são obstáculos para que sujeitos de grupos historicamente em situação de desvantagem tenham acesso, está presente a ação do racismo institucional, ou seja, uma forma de manifestação do racismo que se dá no plano da ação do Estado, estando muito além do racismo individual do policial, pois a ação de cada policial está sob comando de um oficial, que representa o Estado.

Assim, a falta de recursos para garantir uma ação não passível de corrupção policial nos bairros populares, bem como a instalação de equipamentos, reeducação e formação continuada dos quadros policiais para uma cultura de não criminalização de jovens-homens-negros se apresentam como meios urgentes para frear o gatilho da polícia, ao mesmo tempo em que se faz necessário, como afirmou o Comandante da PMBA e a maioria dos seus oficiais, pensar

em segurança pública como uma política interdisciplinar, que envolve não apenas a SSP, mas todas as secretarias, pois estupro pode ser evitado com uma rua iluminada, assaltos podem ser evitados com mais presença de equipamentos de segurança, como Módulo dentro de um bairro.

Mesmo sabendo de tudo isto, o que está silenciado nos discursos do comandante e da maioria dos seus oficiais é o desequilíbrio de recursos entre as regiões da cidade e o *modus operandi* da polícia nos dois contextos, que se diferencia pela mobilização de capitais simbólicos que cada um dos grupos possuem. Vale ainda ressaltar que, com exceção do Novato 01 nenhum outro oficial admitiu existir racismo na corporação e nem que este é um obstáculo nas políticas de promoção; ao contrário, todos fizeram questão de enfatizar a presença negra no alto oficialato e entre os delegados, sempre oferecendo como exemplo o fato de o Comandante da PMBA ser um homem negro. Mas, em contradição com esse mesmo discurso, que apenas valida o modelo racial brasileiro, da política de exceção, todos os oficiais negros entrevistados revelaram em seus discursos as marcas que lhes foram abertas pelo racismo, ao relatarem como tiveram e continuam tendo muito mais dificuldades para ter mobilidade profissional ao longo da carreira. E, mais emblemático ainda, são os lugares de onde vêm, bairros populares criminalizados pela condição de raça-classe de seus moradores.

4. Tolerância zero, raça, pobreza e vulnerabilidade - o que pensam:

SSP-Ba. Secretário de Segurança Pública – *O que a senhora está se referindo aos famosos grupos de extermínio, logo no início da minha gestão, o Governador nos colocou como a missão fundamental da combate ao grupo de extermínio por todos os aspectos negativos, que o programa esteja envolvido, e nós, depois de observar, de buscarmos conhecimento, informações, chegamos a conclusão, que isso é uma forma, uma política que nós temos em nosso estado da Bahia, eu teria que organizar um grupo especial, pra dar combate a essa atividade criminosa, pelas características como ela ocorre, e essa seleção eu iria demandar no tempo, porque teria que escolher muito bem as pessoas. O grupo foi formado há uns dois meses, já está tendo os primeiros resultados, por que existe um complicador muito grande, porque esse grupo de extermínio, normalmente, ele tem a participação de policiais, é uma verdade dura de admitir, mas sem admitir a verdade a gente não pode combater o erro, e nós estamos fazendo um trabalho duplo, exclusivo, full-time, pra o combate do grupo de extermínio, e não queremos dizer que vamos acabar com o grupo de extermínio; mas que nós vamos atingir um patamar que seja palatável nessa questão, com certeza.*

SSP-Ba. Secretário de Segurança Pública - *Temos que pensar em segurança pública de forma global, pois o crime é imprevisível e aparece longe dos olhos da polícia. Por este motivo é que estabelecemos que todo o território do estado é potencialmente vulnerável, pois não pensamos apenas em Salvador. Sem dúvida alguma, estatisticamente, a incidência criminal está situada nos jovens abaixo dos 25 anos, nas mulheres e idosos, nos grandes centros urbanos do estado.*

Comando da PMBA: CPC falando sobre o contato com o modelo de tolerância zero

Pesquisadora: E, para além de um modelo original o Comando se inspirou em algum modelo para fora do Brasil, para fora da Bahia, algum tipo de política que estava se desenrolando?

Coronel Comandante do CPC: *Não, porque não adianta nós copiarmos alguma coisa que existe em Nova York, que existe em São Paulo e que é completamente diferente; a cultura do baiano é diferente da cultura do paulista; nós temos uma diferença muito grande que é a comunicação, o baiano se comunica muito mais, apesar de que nós sabemos de alguns problemazinhos que nós temos com relação à postura de nossos policiais, é diferente, se você olhar um policial de São Paulo e um policial da Bahia, por exemplo, até o caminhar, até a forma de se posicionar, mas esse homem nosso ele é diferente, porque ele se comunica, ele se dirige, ele conversa; o baiano é diferente, e o maior exemplo que eu tenho é o carnaval, no carnaval nós lançamos na rua uma média por dia de 4000 homens, com uma população de um milhão na rua, e nós tivemos um exemplo neste ano de nenhum homicídio, e isso é até um patamar difícil de nós termos, e nós tivemos, nós não tivemos no circuito ninguém que foi atingido por uma bala ou uma arma branca; então, fruto de que? De um trabalho dos policiais nossos, de conversar, de pegar o turista, acompanhar o trabalho de escoltar para o hotel, o trabalho de documentos que nós recuperamos, o trabalho da entrega, o trabalho do policial de ir ver, de ir lá, de acompanhar o trio, de ter a preocupação com o folião, que hoje o nosso trabalho é um trabalho de referência para o mundo; nós hoje estamos no livro dos records, a maior festa em termos de multidão é na Bahia, e a Polícia Militar está nesse contexto, não se pode fazer carnaval sem segurança pública, sem a Polícia Militar.*

Pesquisadora: Isso realmente é incrível não é? Um milhão de pessoas! Então, eu pergunto ao senhor: qual é a situação da segurança pública em Salvador? O senhor falou que a polícia se comunica com a população, que tem modos que é diferente do que tem em outras partes do Brasil e que já é uma coisa particular, que é a comunicação. Qual é a situação da segurança pública hoje em Salvador, considerando tudo isso que a gente já conversou, mesmo a própria corporação, reconhecendo que ela precisaria de quarenta mil pessoas? Pergunto ao senhor: qual seria a necessidade para Salvador, exclusivamente?

Coronel Comandante do CPC: *Para poder trabalhar hoje com mais estabilidade, para proteger o cidadão, se eu tivesse só em Salvador, hoje, além dos 4.600, se me dessem mais 2.600 homens, ou seja, eu faria isso com 7.000 homens, eu faria isso muito bem, porque eu teria um policiamento mais concentrado nos bairros, eu teria um policiamento com guarnições completas, eu tenho guarnições mesmo que só saem com três homens...*

Pesquisadora: O senhor queria ter mais um ...? (policial)

Coronel Comandante do CPC: *Sim, mais um, então aí você vai ...*

Pesquisadora: O senhor considera que a segurança pública em Salvador está como? O senhor deu uma leitura do Brasil, da posição que Salvador apareceu, que a Bahia apareceu em relação a ...

Coronel Comandante do CPC: *Eu diria que a palavra certa é que está sob controle.*

Pesquisadora: E na cidade, na opinião do senhor, quem participa das decisões sobre segurança com a polícia, fora dos muros da polícia, eu falo de atores sociais, eu falo da mídia, de movimentos sociais, a população, o senhor citou os Conselhos Comunitários de Segurança. Para além disso, quem participa?

Coronel Comandante do CPC: *A Imprensa a imprensa tem um papel fundamental, todas as mídias, porque a imprensa, é ela quem divulga, nós temos todos os dias reclamações de todas as emissoras de Salvador, e estas reclamações (...) elas são acompanhadas pelo comando do policiamento da capital, nós ouvimos tudo, nós queremos saber de tudo, mesmo daquelas pessoas que não se identificam.*

Pesquisadora: Por quê? Tem a ver com a ação do senhor e do coronel Siegfried?

Coronel Comandante do CPC: *Sim, porque o que acontece, nós trabalhamos juntos, então, não pode uma pessoa de Alto de Coutos, sem querer se identificar, estar dizendo que uma viatura nossa, estão assaltando, e ela não está vendo, o problema, então, na mesma hora, no mesmo dia, eu ligo....*

Pesquisadora: Eu tinha perguntado ao senhor sobre que modelos que orienta o senhor, como a polícia se comunica com a população, eu sei que tem uma assessoria, logo no início eu conversei com o coronel Siegfried e ele me falou das questões que têm a ver com a assessoria de comunicação, ele falou da dificuldade que a polícia tem de dar visibilidade as coisas boas que a polícia faz, de quanto que há um esforço, mesmo, em relação à questão da imagem, do cuidado com a imagem, e o senhor falou anteriormente, quando eu perguntei quem na cidade participa das decisões, eu estou ligando a quem participa das decisões de segurança pública fora dos muros. Com quem a polícia decide fazer a política de segurança pública fora dos muros?

Coronel Comandante do CPC: *Aí as decisões nossas geralmente são tomadas pelo próprio comandante, secretário e o governador, não adiante que a orientação sempre é essa sempre, ela, as decisões mais prementes, mais drásticas, mais difíceis, são tomadas pelo governo do estado, a orientação vem de origem governamental.*

Pesquisadora: E essa é a política de governo?

Coronel Comandante do CPC: *Sim, de governo, nós sempre obedecemos ao chefe supremo, que é o governador.*

Pesquisadora: Mas quando um ator, como a mídia, ela tem tanta influência nessa ação, o senhor considera que isso pesa?

Coronel Comandante do CPC: *Pesa sim, a mídia pesa e tem bastante influência.*

Pesquisadora: Além da Mídia, quais outros atores sociais eles influenciam nessa ...

Coronel Comandante do CPC: *Eu acho que os atores sociais aí é a própria comunidade, quando ela começa a gritar, quando ela começa, eu diria, a pedir, aí a situação realmente muda, através da imprensa, e essa comunicação que é importante para a gente. A Polícia Militar ela tem que trabalhar com essa comunicação direta, comunidade e PM.*

Pesquisadora: O senhor falou dessa estratégia dos comandantes, que repassam essas diretrizes a cada quinze dias nas paradas. Isso também tem ver com a política de comunicação, com a população?

Coronel Comandante do CPC: *Tem comunicação porque o comandante ele se reúne com as comunidades dos bairros, e eu adotei até uma política, quando ele vai se reunir, eu quero alguém do município presente.*

Pesquisadora: Mas em nível de autoridade?

Coronel Comandante do CPC: *Não, a nível de um representante.*

Pesquisadora: Da sociedade?

Coronel Comandante do CPC: *É, porque a segurança pública não é somente nossa, porque uma lâmpada queimada no bairro, uma árvore bem frondosa (...) na rua, três árvores, a escuridão (...) Eu tive um exemplo, agora, na Estrada Velha do Aeroporto. Deixaram de circular uma linha (de ônibus) onde as pessoas caminhavam quase 3km/4k m para pegar um ônibus, porque o ônibus não estava entrando; então, era um problema de segurança pública, de assaltos, mas era também problema do município. Provocado por quê? Infra-estrutura, a escuridão, é a falta do desmatamento, a falta de acostamento no asfalto, nós fizemos reuniões aqui no quartel, o problema não era nosso, mas nós tivemos que nos envolver, e hoje ...*

Pesquisadora: Então, essa é uma estratégia?

Coronel Comandante do CPC: *É, essa é uma estratégia nossa, incluir sempre uma pessoa do município.*

Pesquisadora: Eu queria fazer umas perguntas, assim, ao senhor, seguindo essa linha que eu gosto muito, sobre essa questão da segurança pública pra fora do muro e da responsabilidade também da autoridade policial, da policia. O senhor considera, hoje, que

existem populações vulneráveis à violência em Salvador, se ela existe, onde essa população reside e como ela vive? O senhor falou, por exemplo, de uma população que não tem iluminação, que anda 3km para pegar um ônibus que a árvore não foi podada, que não tem acostamento para o veículo parar, e eu pergunto ,na opinião do senhor, então, existe uma população vulnerável, onde elas residem, elas estão mais nos bairros populares?

Coronel Comandante do CPC: *Existe, existe sim e elas estão mais na periferia, citaria a Estrada Velha do Aeroporto que são umas áreas mais desertas Valéria I, são as áreas mais distantes, que o próprio ônibus, só tem dois ônibus, que só circula até 22h00, eu diria, Alto de Coutos, que são lugarezinhas realmente carentes, porque, apesar do governo ter feito projetos de moradia, mas o município muitas vezes não corresponde na parte de mobilidade das pessoas, de atendimento, entende? Às vezes, é um bairro como lá em Valéria I, e você tem obrigação de pegar um ônibus 22h00, se não você dorme na rua, outra questão que implica na segurança, que implica na gente, e aí surge o assalto, surge o saque, surge o ônibus que é depredado; então, são questões do município que afetam na segurança.*

Pesquisadora: E vem rebater aqui na sua mesa?

Coronel Comandante do CPC: *Com certeza, porque o problema não é nosso somente.*

Pesquisadora: Agora, esses bairros que o senhor cita Valéria, Alto de Coutos, Estrada Velha do Aeroporto, por exemplo. Eles aparecem como os mais violentos ou isso não é um fator que aumenta a violência da população? Quer dizer, mesmo vivendo essa situação, o senhor acha que é mais difícil nesses lugares ou o senhor tinha citado o Nordeste, citou o Bairro da Paz ...

Coronel Comandante do CPC: *Certo, hoje o problema nosso maior do país, e você sabe disso, é o problema social. Você chega num bairro, hoje, como Liberdade, que é um dos bairros mais populoso de Salvador, você entra naquelas avenidas, como por exemplo a Avenida Peixe, que é um local crítico, você entra no Pero Vaz, no final de linha, na Santa Mônica, você vai encontrar uma quantidade de jovens na faixa de 14 a 17 anos, todos nas esquinas andando, perambulando, como se não tivessem residências. Esses jovens ficam sem fazer nada, se não tiver uma atividade, que os ocupe, atividade até de lazer, de entretenimento, de trabalho, eles vão procurar o que, então? O maior problema nosso, hoje, está sendo esses problemas sérios sociais, que está afetando Salvador, e não é um problema nosso.*

Pesquisadora: O modelo de polícia que é bom para a cidade, o senhor já me disse que o mais ideal seria a polícia comunitária. Na opinião do senhor, que é uma pessoa chave na questão da segurança na cidade de Salvador, como devem proceder os órgãos de controle externo da polícia, o Ministério Público, a sociedade civil organizada, como por exemplo, quando tem uma situação dessa que não envolve só a segurança, envolve outras coisas, a pobreza, a situação em que a população está, como o senhor vê a questão de quem acompanha as ações da polícia?

Coronel Comandante do CPC: *O que nós notamos é que não existe acompanhamento, não existe acompanhamento, por exemplo, eu tenho um problema, Ministério Público, eu sei que é obrigação, é dever do Ministério Público fiscalizar, denunciar e algumas ações da PM muitas vezes por exagero, ela é reprimida pelo Ministério Público e nós temos que acatar isso. O que é isso? É um extermínio, que nós não aceitamos, não faz a política do governo do estado, eu acho justíssimo, o Ministério Público tem que acompanhar, é grupos de policiais nossos que atuam em bairros fazendo segurança nos bairros e muitas vezes cometem injustiça, que não bate, mas muitas vezes começam a torturar, escorraçar e nós condenamos isso, e o Ministério Público tem um papel importante, agora, que nos deixe também atuar de uma forma policial militar, certo? Que a gente possa realmente fazer a nossa parte.*

Pesquisadora: Que envolve força, que envolve ...?

Coronel Comandante do CPC: *Eu tenho um problema sério, que envolve os menores em Salvador, que acham que é um problema da PM, mas não é, é um problema do juizado de menores, o que é isso? É um menor na sinaleira, é o menor que assalta com 16 anos, que ele é levado para a delegacia, mas as pessoas não vão, não acompanham, ele é liberado porque não tem uma casa de acolhimento, e ele faz questão mais de ficar na rua do que de ficar em casa, porque se vai para casa, a mãe bate, o pai bate, agride e ele fica na rua. Então, acham que esse problema é da polícia militar, então nós estamos com esses problemas, precisando dessas parcerias.*

Pesquisadora: Isso não está sob responsabilidade da PM?

Coronel Comandante do CPC: *Não, mesmo porque fere o Estatuto deles, dos menores, do Conselho Tutelar. Eu citarei o exemplo de um menor que é colocado numa viatura nossa, e esse menor por exemplo, ele é colocado e muitas vezes já era abortado, já havia apanhado (...), então, a guarnição vai responder por isso, com certeza.*

Pesquisadora: Então, a polícia sob o seu comando está orientada para não...?

Coronel Comandante do CPC: *Não, a gente orienta que contenha e formalize imediatamente, formalizar, levar para a delegacia, agora com pessoas, realmente...*

Pesquisadora: O senhor tem notícias, além do Ministério Público, de algum movimento social organizado de Salvador, que pensa na questão do controle externo da ação da polícia, da sociedade civil. Por exemplo, Salvador tem um Fórum Comunitário, e pelo menos no Rio Vermelho eu sei que é parceiro dessa ação.

Coronel Comandante do CPC: *E é o único que eu conheço, o Fórum Comunitário de Combate a Violência.. Como é o nome daquela menina que está lá, aquela alta?*

Pesquisadora: Professora Helonisa?

Coronel Comandante do CPC: *É, esse é o único órgão que eu sei que acompanha, fora os direitos humanos, da própria Assembléia Legislativa, a comissão que acompanha e denuncia.*

Pesquisadora: Qual o referencial de segurança pública que inspira o senhor, já que o senhor está há trinta e seis anos no ofício?

Coronel Comandante do CPC: *Eu gostaria de ter um referencial que a gente possa atingir a essa meta dos quarenta mil homens, nesses últimos dez anos (...), cinco anos que nós temos pela frente, nessa década de 2000, se nós atingirmos essa meta dos quarenta mil, com certeza a Polícia Militar estará protegendo mais ainda a sociedade baiana.*

Pesquisadora: Qual é o perfil desse policial que está sob o comando do senhor na cidade de Salvador? Qual é o perfil desse policial que atua nos bairros populares da cidade?

Coronel Comandante do CPC: *Eu diria que nós melhoramos muito; o policial, hoje, ele tem o segundo grau completo, na sua maioria, alguns com nível universitário; ele, além de saber ler e escrever, ele conhece as leis, ele pertence não só a corporação como ele tem hoje, uma associação de cabos e soldados que o acompanham, que o orientam, inclusive, sobre os seus direitos de defesa. O policial, hoje, ele é moderno, ele questiona, ele vê, ele discute, ele não aceita.*

Pesquisadora: Dentro da corporação dele?

Coronel Comandante do CPC: *Dentro e fora da corporação, e fora da associação dele. Hoje, o policial, ele não é aquele policial que você joga e tem que ir, impõe; você não pode impor a ele, você tem que comandar com a expressão de companheiro, de auxiliar, está sendo assim, o homem de hoje, o soldado de hoje, em virtude de que o policial hoje esta com um nível muito melhor, ele discute, ele está com a formação, principalmente os nossos que foram formados agora na última década. Basta dizer que, porque a procura foi de 2.000 homens, foram 2.000 homens que nós formamos, porque a procura é muito grande; nós tivemos 84.000 para selecionar 3.000 homens, desses 84.000, nós tivemos 35.000 inscritos com nível universitário.*

O veterano: os modelos vigentes durante os anos 1980 e a chegada dos anos 1990 com o modelo de tolerância zero

Pesquisadora: Além desse modelo que já existe no Japão, como modelo de segurança pública, o senhor observou em mais alguns outros lugares do mundo?

O veterano – Inglaterra.

Pesquisadora: O senhor saiu pra algum tipo de observação dessas experiências no mundo?

O veterano – Não, até porque não se viajava como se viaja hoje, não se tinha essa oportunidade, a primeira inspiração foi Paulo Sérgio, (Paulo Sérgio Pinheiro, do NEV-USP), foi minha primeira impressão em termo de polícia do artigo, depois de ter lido.

Pesquisadora: Qual, aquele sobre violência e estado dos direitos humanos?

O veterano – *O caso do bandido, aquilo ali me tocou fundo e foi dali que eu comecei a me preocupar com esse tipo de polícia; e aqui, agora, na sala de aula, eu fiz prova com os alunos.*

Pesquisadora: O senhor leciona em que academia, na ACADEPOL?

O veterano – *Academia da PM, eu gostaria de levar você lá embaixo; é bom que você tenha uma visão global, da academia da PM, onde formam os oficiais; eu vou levar você lá, eu sei que você ainda tem muito preconceito com essa polícia....*

Pesquisadora: Não, eu estou tentando desconstruir muita coisa pra fazer a minha pesquisa, o senhor falou a Academia da Polícia Militar?

O veterano – *A gente realmente leva a sério a Escola Oficial, de 1985, setenta anos juntando informações, começou fraco o material, hoje temos uma formação grande, com a Polícia Militar, como a gente é feito, você sabia que a Escola leva 3 anos pra formar um oficial? Pra entrar na policia tem um exame psicológico, físico e médico, passa por uma triagem...*

Pesquisadora: É aquele treinamento de 9 meses?

O veterano – Não, aquele é de soldado. Lá, você faz uma formação, passa pela pós-graduação, passa pra major superior, depois faz outra formação, eles estão sempre estudando.

Pesquisadora: Eu queria fazer uma pergunta agora, é uma caminhada brilhante, o senhor que luta por esse tipo de Polícia Militar, o que o senhor pensa dessa cidade? Hoje, todas as grandes pesquisas, seja do ISC – Instituto de Saúde Coletiva da UFBA, sejam as pesquisas do Projeto UNE, do Fórum Comunitário de Combate a Violência, eu considero que são duas pesquisas com bastante conteúdo.

O veterano – *Com o policial trabalhar com a comunidade, com a polícia ostensiva, toda a minha experiência, meu histórico, o histórico da PM, então, eu fui comandar um batalhão pela primeira vez na Liberdade, que tinha Liberdade, Brotas, Nazaré, Engenho Velho, sendo que o mais pesado era na Liberdade, esse era o sétimo batalhão.*

Pesquisadora: Em que ano, agosto de 1983? Nossa, 21 anos atrás.

O veterano – *Cheguei sem nenhuma experiência prática, mais cheio de gás; já tinha todo carinho, trabalhei na parte administrativa em escola, trabalhando na Escola da PM, no Estado Maior, para assumir na Liberdade, IAPI, Engenho Velho de Brotas, Rótula do Abacaxi, Fonte Nova, Barros Reis, San Martin.*

O que pensam os Novatos – O modelo de tolerância zero e as componentes que ativam o modelo – raça, pobreza

Novato 1 – *Poxa, e a polícia baiana escreve muito pouco, escreve muito pouco sobre a polícia. O modelo nosso, é a reprodução de Minas Gerais e São Paulo, e lá a proposta não deu certo, aqui se reproduz, não vamos reproduzir, mas Kátia Alves ela queria reproduzir New York com tolerância zero, loucura, sem fazer a transição cultural, sem fazer uma avaliação.*

Novato 2 - *Sim, inclusive, isso foi implementado, se eu não me engano no período de César Borges, no tempo da própria secretária Kátia Alves. A gente ouvia muito a idéia de tolerância zero, porque tolerância zero...*

Pesquisadora: Você conhece, foi a New York?

Novato 2 -... *Sim, sim, inclusive eu não sei lhe dizer quem foi, mas eu tomei conhecimento de que pessoas foram para lá, eu tomei agora, a gente ouvia as questões.*

Pesquisadora: Isso não chegou, por exemplo, na vida prática de vocês?

Novato 2 -... *Eu acho que na questão do Brasil, isso nunca deixou de ser tolerância zero para as classes menos favorecidas, essa que é a questão, eu acho que nós já tínhamos esse modelo de tolerância zero.*

Pesquisadora: Não importou?

Novato 2 - ... *Não importou muito, não fez muita diferença. Porque é diferente se falar em tolerância zero num país como Estados Unidos, em um país como a Inglaterra, onde existem as instituições, são democráticas, a idéia de direitos civis são muito fortes, outra coisa é falar de tolerância zero num país como o Brasil.*

Pesquisadora: Exatamente na mesma a área de onde veio à delegada. Como foi essa situação pra dentro da corporação, e particularmente para você?

Novato 2 - *Veja bem, esse governo de César Borges, dentro da minha visão, da minha ótica, foi justamente o período que aquilo que foi construído no governo Paulo Souto, anterior, na implementação de uma política de uma polícia comunitária*

Pesquisadora: É final de 98?

Novato 2 – *Isso, ela foi interrompida por César Borges e se voltou a usar os velhos métodos, que eram usados antes dessa idéia de política de ação comunitária; então, isso foi um ...*

Pesquisadora: Uma espécie de ruptura?

Novato 2 - *Ruptura, ruptura, inclusive a idéia de tolerância zero etc, etc, que vai de encontro a idéia de polícia comunitária, totalmente (...) A proposta de tolerância zero e a policia militar, então, o que ocorre nesse período, o que se deu foi justamente isso foi uma ruptura, inclusive de estar copiando, construir uma cultura é complicado, demanda tempo, mas destruir ficava mais fácil, justamente quando isso não estava consolidada. Então, começou um processo de busca de uma cultura voltada mais para a sociedade, uma polícia mais voltada para a sociedade, aquele processo difícil, pela própria tradição, que aí você tem um rompimento, daquilo que não estava consolidado, muito frágil ainda; então, esse recomeço está difícil, a partir do retorno da polícia de política cidadã, está difícil...*

Pesquisadora: Para todos nós é essa política que chega às pessoas, é essa ação, se você controlou mais um tipo de ação, você foi mais aberto para um tipo de orientação...

Novato 2 - *Isso, com certeza, bateu, porque está bastante claro, é que nem todos, a maioria não absorveu...*

Pesquisadora: Antes do processo?

Novato 2 - *Antes do processo, e muito menos agora, a política de uma policia cidadã*

Pesquisadora: Quando vocês iniciaram? Em 96?

Novato 2 - *Isso, isso, nós tínhamos muito mais pessoas (...), a questão de uma polícia de tolerância zero, do que de uma política que é proposta ...*

Pesquisadora: Como, agora, você considera que foi mais difícil trancar as torneiras?

Novato 2 - *Foi mais difícil de trancar a torneira, sim, porque as pessoas que são mais simpatizantes com a política de tolerância zero não é? Elas, pela ruptura na época do governo de César Borges elas se sentiram mais fortalecidas, porque elas observaram que é algo que (...), por exemplo, acabou o governo de Paulo Souto, vai voltar tudo como era antes, não sei, eu imagino que isso seja do imaginário de muita gente, isso é coisa passageira, daqui a pouco volta tudo como era antes.*

Pesquisadora: Me parece que é mais interessante ter política de Estado do que política de governo, em relação a segurança pública...

Novato 2 - *Em relação a segurança pública, é.*

Pesquisadora: Uma coisa é você instituir, outra coisa é você pegar na vontade do poder executivo...

Novato 2 – *Exatamente, você pega a vontade de A, B, ou C, eu sou bem hobbesiano, nesse contexto, eu sou bem hobbesiano, eu acho que quando uma coisa muito mal interpretada, mas eu vejo como se aquela segurança, Hobbes tinha, ele desenvolveu na sua teoria, secretaria de estado, ela deve ser algo, ela deve ser modelo (...) da segurança*

pública, porque Hobbes disse, dentro do contrato social, dentro do pacto, se o soberano rompe...

Pesquisadora: Tudo está liberado?

Novato 2 - *Tudo está liberado... estando na condição de guerra, todos jogam fogo; então, quer dizer, o soberano tem que cobrir o pacto, seja do que for, ou seja, qual é o pacto que dá segurança a todos eles, cada um segue em torno da sua liberdade, e, em contrapartida num sistema de reciprocidade, o soberano tem que dar segurança e garantir a vida de todos os indivíduos, garantir a vida de todos, todos sem exceção; então, eu vejo que essa teoria hobbesiana, ela se encaixa perfeitamente dentro de uma política de segurança pública, de uma política de estado e o Estado como garantidor da segurança dos indivíduos.*

Pesquisadora: Na sua opinião qual é a situação da segurança pública em Salvador, com destaque para os bairros populares, qual a situação de segurança nos bairros populares?

Novato 2 - *Aquela situação de segurança, onde a tolerância zero é a praxes...*

Pesquisadora: Não tem outra?

Novato 2 - *Eu vejo o policial como um administrador de conflitos, e o conflito dentro de um estado democrático, dentro do normal, necessário, só que isso é exercido pelos nossos policiais, nós não administramos conflitos, nós atuamos já no sentido de reprimir aquilo que exacerba o conflito, ou seja, a violência, né? Então, nós não usamos o nosso poder (...) para administrar pequenas brigas, como por ex: uma briga de um vizinho, uma briga de um pai e um filho, um negócio que pode ser administrado para não gerar uma violência, de o policial chegar - pô o que é que está acontecendo? Sabe que não pode acontecer isso; e isso, o senhor sabe, que se o senhor agredir o seu, ou o vizinho - o senhor sabe que se você fizer isso você vai ser preso? Administrando, contornando - qual é o problema? Eu lhe aconselho a fazer isso a fazer aquilo, mas não existe, o que ela só atua como uma forma de repressão, ela só atua quando o crime já ocorreu e isso não é funcionalismo/força administrativa, a polícia militar como força administrativa, ela é um administrador de conflitos diferente também da polícia civil, que já atua quando realmente o caso, crime já ocorreu. Então, eu vejo que a polícia militar (...) administrativa, administradora de conflitos nos espaços públicos, ela não atua da mesma forma como atua, por exemplo, em bairros mais estruturados, em bairros potencializados, não é? Quando ela busca orientar mais o cidadão, e tal, é uma visão de que a idéia, a do cidadão, hoje, é a idéia do consumo; então, aquela que tem um carro melhor, uma roupa melhor, ele então, o policial tolera mais...*

Pesquisadora: Os excessos?

Novato 2 - *Tolera mais os excessos do que, por exemplo, as pessoas que não têm, que não são assim cidadãos consumidores...*

Pesquisadora: Bauman que nos diga? (Teórico da sociedade do consumo, citado na bibliografia)

Novato 2 - *É, que Bauman nos diga; então, é a idéia mesmo de um estado (...) do estado de onde pega a ervas daninhas e vai justamente eliminando aquelas ervas daninhas, que são justamente as pessoas que não têm acesso; então, isso não está longe do imaginário, muito pelo contrário, faz parte do imaginário dos nossos policiais, e desconstrair isso é algo muito complexo.*

Questão 4. Análise das falas de cada segmento sobre o seu contato com o modelo de tolerância zero e outros modelos durante os anos 1990

O modelo de tolerância zero, amplamente debatido nesta dissertação nos capítulos anteriores, foi o centro da pesquisa, até quando eu cheguei perto dos oficiais e passei a ouvi-los sobre o nível de contato de cada um com este que tem sido um modelo globalizado de política de segurança pública, e que, durante parte considerável dos anos 1990, e ainda na nova década, tem influenciado muitos países, e o Brasil não foi protegido dessa façanha do capitalismo norte-americano, que exporta não apenas a guerra concreta, mas um conjunto de ingredientes que, no contexto de países como o Brasil, tem ajudado a fomentar uma maior criminalização de grupos vulneráveis às ações violentas do Estado, através do seu braço armado, a polícia, bem como numa suposta política de capacitação de equipes policiais para um tipo de segurança considerado pelos gestores da segurança como especializado.

Nos discursos dos informantes desta pesquisa, o modelo de tolerância zero, que motivou a ida de um conjunto de oficiais baianos à cidade norte-americana de Nova Iorque, a partir da gestão da Delegada Kátia Alves, como secretária de segurança pública, para muitos dos entrevistados foi como a revelação de uma encenação, pois quase todos têm notícias da existência da viagem, mas apenas 02 dos 18 entrevistados fizeram parte da equipe que foi aos Estados Unidos, e somente um pareceu bastante entusiasmado. Por escolhas que fiz para trabalhar comparando as falas, não incluí as falas desse informante entre os depoimentos dispostos anteriormente. Considero emblemático tratar desse tema, na medida em que quase todas as mudanças ocorridas no interior da polícia baiana nos anos 1990 foram em parte motivadas por diálogos externos à polícia, primeiro com a UFBA, através do CETEAD-ADM, e, em seguida, com as consultorias internacionais e o treinamento dos quadros locais por especialistas dos Estados Unidos.

Portanto, é curioso que os oficiais entrevistados não se manifestem sobre esse último momento, em relação à cooperação técnica a que recorreu a secretária Kátia Alves, nos Estados Unidos, e somente se reportem ao convênio com a UFBA a partir de 1996, como se o segundo momento, a partir de janeiro de 1999, tivesse sido uma espécie de ficção ou política não aceita pelo alto oficialato, especialmente pela repercussão negativa que o termo chave das políticas de segurança racializadas assumiu nos Estados Unidos, o de tolerância zero, carregada de sentidos estigmatizantes para negros americanos dos Estados Unidos, imigrantes pobres e residentes nos chamados guetos.

Mas, o fato de não verbalizar o termo tolerância zero em concordância com o *modus operandi* assumido pela SSP entre 1999 e 2003, não significa que o alto comando não incorpora elementos presentes na *teoria das janelas quebradas*, que deu origem às políticas de tolerância zero ao crime, qualquer que fosse o seu nível de gravidade, tendo como alvos preferenciais negros, asiáticos e latinos pobres e residentes de bairros criminalizados. Assim, a questão não se diferencia pelo fato de Salvador ter ou não ter incorporado as novas lições de Nova Iorque, mas sim, pelo fato de ter, a partir de um novo discurso de segurança, ressignificado antigas práticas locais, identificadas pelos especialistas de segurança pública como um repertório que representa práticas da política de tolerância zero, como está presente na fala do Novato 02. E isto levou a polícia local a uma espécie de esquizofrenia, pois essa mesma polícia estava tentando, desde 1996, se livrar dos estigmas de ser racista, muito violenta, despreparada para mediar conflitos entre civis, não agir a partir de dados estatísticos, ou seja, todos os elementos, presentes nas polícias que seguem como modelo de polícia cidadã não fazem parte dos modos de agir da polícia localmente, mas, por uma nova postura institucional, ela vem, desde 1998, se apresentando como polícia cidadã, que supostamente atua dentro de um modelo de policiamento comunitário, mas adotando práticas de tolerância zero em relação à população negra, com destaque para os jovens-homens-negros.

Desvendado o primeiro enigma entre os oficiais, o de não verbalizar qualquer aproximação com o modelo de tolerância zero, mas o praticarem, ao mobilizar parte do seu repertório instrumental muito antes de Kátia Alves, e continuarem liberando seus liderados através do

aceite do argumento dos “altos de resistência à prisão”, resultante de supostos confrontos bélicos entre policiais e criminosos, também os oficiais entrevistados, ao tratar das populações vulneráveis às ações da polícia e dos grupos criminosos tolerados pelo Estado, admitiram que, entre os atores desse conflito, os policiais e os jovens-homens-negros, os últimos têm sempre morrido.

E a resolução desse conflito interno presente nos discursos dos oficiais pode ser melhor compreendido quando observamos as falas do Comando de policiamento da capital, o CPC, quando o seu comandante, um oficial com 36 anos dentro da instituição, fala do policial baiano que está em contato com a população, de ele ser mais plausível ao diálogo, ser um polícia que se comunica muito mais do que as outras policiais e, portanto, aí estaria a inviabilidade de implementação do modelo de tolerância zero. É o mesmo oficial que momentos depois, ao fazer um desenho das suas necessidades para promover mudanças na segurança pública, todo o seu discurso está centrado em ter mais policiais, ter mais armas, criar novas delegacias, mesmo reconhecendo em que condições vive a maioria da população de Salvador.

O discurso desse oficial afirma o que, logo em seguida, foi reconhecido pelo Novato 02, ao observar que o modelo de tolerância zero sempre esteve em vigência na cidade para os pobres moradores da periferia que, por via de regra, em Salvador, são, em sua maioria, os negros. Além disso, como asseverou o Novato 01, a falta de reflexão interna na instituição sobre um modelo próprio fortalece os segmentos internos, que acreditam na suficiência de um modelo que se inspira nas polícias de São Paulo e Minas Gerais, ou mesmo dos Estados Unidos, mas não ouve os quadros locais, o que segundo o mesmo oficial, pode vir a ser alterado somente com a mudança do atual coronelato baiano, que segue à risca a política do poder executivo, sem alternância há mais de 15 anos.

O último exemplo que fica como a lição mais contundente de adesão histórica da polícia baiana a modelos de tolerância zero se manifesta na reação de parte dos oficiais da polícia militar e dos delegados da polícia civil da Bahia, em relação ao controle externo das suas ações pelo Ministério Público e por outros atores que potencializam as vozes da sociedade

civil, como as casas legislativas. A reação dos oficiais e delegados a qualquer manifestação de controle externo ficou patente nos depoimentos das autoridades policiais, jurídicas e parlamentares baianas na CPI do Extermínio no Nordeste (CONGRESSO NACIONAL, 2004). Estes mecanismos podem ser a única forma de fazer com que a polícia, que atua nos bairros populares de Salvador, abdique do seu modelo de tolerância zero em relação aos jovens-homens-negros, que tem culminado com a morte e criminalização de muitos desses sujeitos.

Questão 5. As novas políticas em curso em Salvador e o policial que está nas ruas - o que pensam

SSP-Ba. As políticas que estão sendo executadas atualmente

Secretário de Segurança Pública – *O plano estadual de segurança pública, além dele conter as diretrizes emanadas pelo governo do estado, ele está em perfeita consonância com o Plano Nacional de Segurança Pública, baixado pelo Ministério da Justiça através da Secretaria Nacional de Segurança Pública; na verdade, ele não é um documento confidencial sigiloso, mas também não é um documento que deva circular abertamente, o acesso aí, de uma certa forma, tem que ser restrito.*

Pesquisadora: Qual é a situação de segurança pública em Salvador?

Secretário de Segurança Pública – *A situação de segurança pública na cidade de Salvador, buscando como parâmetro os outros grandes centros urbanos do Brasil, notadamente as capitais dos estados, encontra-se num patamar excelente, Vejamos:*

a) Segundo o mais recente relatório da Organização das Nações Unidas, sobre a violência urbana no Brasil, coloca Salvador em 19ª posição em mortes violentas. Sabemos que a cidade do Salvador e Região Metropolitana, pelo último censo demográfico realizado pelo IBGE, situa-se como o 3º maior centro urbano do país, passando Belo Horizonte.

b) com relação à Lesão Corporal Seguida de Morte, a ONU coloca Salvador em 14ª posição.

c) com relação a Roubos, seguimos em 14ª posição.

d) com relação a Roubo de Veículos, seguimos em 13ª posição.

Para corroborar com o último relatório da ONU, a Secretaria Nacional de Segurança Pública, no Relatório do Tribunal de Contas da União, coloca o Estado da Bahia, que é o 4º Estado mais Populoso do País, em 16º lugar no número de crimes violentos letais intencionais.

Sem dúvida alguma, ambos os relatórios nos colocam em situação confortável em relação aos outros estados, porém, não estamos satisfeitos, queremos colocar a Bahia no 27º lugar, para tanto, muito trabalho teremos que fazer e a dedicação e o profissionalismo dos integrantes da Segurança Pública, aliado ao fato de que o Grupo Sistêmico do Governo está desenvolvendo suas ações nos mais variados setores do estado que influencia direta e indiretamente na Segurança Pública, serão os principais fatores para logarmos este patamar que almejamos:

- ✓ Melhorar a gestão, avançando na área tecnológica, sobretudo em informação e comunicação, de modo a permitir um diagnóstico científico das ações criminosas e um planejamento eficaz.
- ✓ Capacitação dos policiais para o policiamento comunitário, aumentando a eficiência pela articulação com a comunidade.
- ✓ Avançar na área de Inteligência, buscando a identificação e neutralização antecipada de ameaças à Segurança Pública.
- ✓ Integração das polícias, buscando a melhoria na prestação do serviço ao cidadão.
- ✓ Valorização do policial e melhoria das condições de trabalho, fortalecendo a motivação.
- ✓ Reforçar os mecanismos de controle da atividade policial, por meio da implantação das Corregedoria e Ouvidoria Geral da SSP.

Pesquisadora: Ainda sobre as políticas da SSP

Coronel assessor da SSP-Ba – *A senhora já ouviu falar no PROE?*

Pesquisadora: Não.

Coronel assessor da SSP-Ba – *PROE, Programa de Educação Contra as Drogas, isso é aplicado nos colégios na faixa dos 10 aos 16 anos; nos colégios de periferia, já alcançamos aproximadamente 2.000.000 milhões de crianças. Isso é feito com policiais junto com as professoras envolvidas na ação, são soldados mesmos, na maioria negros, de propósito mesmo, pra chegar lá e falar e durante 30 dias formar e envolver varias escolas com a camisa do PROE que o programa inclusive é internacional. Então, isso seria interessante a senhora escolher algumas, aleatoriamente, escolas em que foram aplicadas o programa e complementar a sua pesquisa; seria interessante a senhora.*

Pesquisadora: Se tiver essa abertura, eu vou.

Coronel assessor da SSP-Ba – *Não, eu vou com a senhora nos colégios, a senhora faz contato com uma diretoria, me diz, e a gente faz esse feedback.*

Secretário de Segurança Pública – Sobre o perfil do policial que está nas ruas de Salvador, e mais particularmente nos bairros populares?

Temos um excelente trabalho monográfico do Cel. PM Melo, quando realizou o Curso Superior de Polícia, que objetivou traçar um perfil sócio-econômico do Policial Militar, que é justamente aquele que está, no dia-a-dia, em contato direto com o cidadão em todos os bairros de Salvador, principalmente nos populares. Deste trabalho de pesquisa monográfica retiramos alguns trechos que retratam o perfil do Policial que está nos bairros de Salvador, é ele:

“(...) O contingente de soldados da PM-BA é, predominantemente, jovem. Cerca de 49,4% possuem menos de 30 anos de idade, enquanto apenas 31,86% estão acima dos 36. A faixa de 21 a 35 anos representa 67,1% do total.

Como a maioria dos soldados se alista ainda jovem, observa-se uma associação entre idade e tempo de serviço. Assim é que, do total de soldados com até 30 anos, 80% tem menos de 5 anos de serviço. Do mesmo modo, entre aqueles com mais de 36 anos, somente 5,6% têm menos de 10 anos.

Comparando a instrução à época do alistamento com a instrução atual, constata-se ter havido uma considerável ascensão em todos os níveis. Deste modo, observa-se que mais da metade do efetivo estudado apresenta, hoje, nível de instrução superior ao que possuía, quando ingressou na PM, (...).

(...) Mais da metade do grupo estudado é originário de Salvador. Somente 29,06% nasceram em outras regiões do Estado.

A parte do efetivo não-natural de Salvador procede, predominantemente, da área do Recôncavo, com uma pequena incidência do meio rural sobre o meio urbano”. Sugerimos um contato com o autor para que possa haver um aprofundamento nesta questão, por se tratar de um tema por demais importante e que merece atualização, devido aos fenômenos sociais influentes no traçado deste último perfil estabelecido.

Comando da PMBA através do CPC, o que falou sobre as novas políticas e o perfil do policial que está nas ruas de Salvador

Pesquisadora: E quais são as políticas que estão sendo executadas atualmente em Salvador, porque o senhor me falou do policiamento comunitário, e isso é uma das políticas de segurança. Então, qual é o conjunto das políticas públicas que o senhor, que é o responsável pelo policiamento da capital, tem hoje? Digamos, assim, as metas, mas isso a partir de um referencial de políticas, a gente tem um plano de segurança no país que está em vigência desde 2000. Salvador tem uma política escrita?

Coronel Comandante do CPC: *Temos, nós temos uma política escrita, e eu indicaria depois para você conversar com coronel Walter, já entrevistou ele? E o Secretário de Segurança Pública?*

Pesquisadora: Sim, conversei com ele, bem verdade que ele estava junto com o secretário, porque eles foram juntos porque ele assessora o secretário.

Coronel Comandante do CPC: *Mas o nosso projeto de segurança pública em Salvador é o desdobramento, ou seja, trabalhar polícia junto com delegacia, então, por exemplo nós temos a sétima delegacia, que cobre praticamente quase três bairros: Rio Vermelho, Pituba (...), então, nós precisamos criar uma política nossa para cada bairro, uma Companhia que, no máximo, ela tenha dois bairros com uma delegacia, então a verdadeira política é essa, porque vai trabalhar a polícia militar com a polícia civil, o delegado comandando a Companhia, então o projeto da política da (...) será esse o desdobramento em que vai se trabalhar, como área distrital, a polícia militar com a polícia civil e suas delegacias, um bairro como Tancredo Neves, vai ter a 11ª, e aí será criada mais um delegacia como o exemplo que o bairro do Pau da Lima já colocou, e aí dividiram, porque fica tão grande aquela área para fazer operações conjuntas, então a política de segurança, uma é essa e a outra é ...*

Pesquisadora: Então seria uma delegacia para cada dois bairros?

Coronel Comandante do CPC: *É, uma delegacia para cada dois bairros, no máximo, então esse desdobramento, uma das metas é essa que já se está colocando em prática. Um exemplo que nós tivemos sucesso o Nordeste de Amaralina, hoje já tem uma delegacia a 18ª, que pertencia à 7ª, desmembrou, então cobria o que a 7ª pegava 40ª, pegava 41ª na Federação, pegava a 12ª só aí, nós tínhamos quatro Companhias para uma só delegacia, a sobrecarga, por exemplo, de um delgado...*

Pesquisadora: 18ª DP?

Coronel Comandante do CPC: *Não, 28ª DP que já está criada, instalada e trabalha com a quarenta, que é a Companhia nossa do bairro, e isso é CP, que é circuncisão policial.*

Pesquisadora: Não é Companhia de PM?

Coronel Comandante do CPC: *Não. Nós temos a nossa Companhia lá, também, fazendo o nosso trabalho, e tem a delegacia de polícia militar, mas dentro desse desdobramento eu estou citando um exemplo prático hoje já existente...*

Pesquisadora: Como pode ser feito no conjunto da cidade?

Coronel Comandante do CPC: *Já estamos com esse projeto, e uma das nossas políticas é essa, qual é a outra política nossa? Uma melhor condição para o policial militar, qual é essa melhor condição? O equipamento, o policial, ele tem que ir para a rua com colete, ele tem que ir protegido, e a sua proteção precisa estar em primeiro lugar, e hoje nós temos essa deficiência...*

Pesquisadora: É um trabalho, mesmo...

Coronel Comandante do CPC: *Hoje nós não temos coletes para todos os nossos policiais, hoje, por exemplo, a média de nossas viaturas seria, no mesmo, a média de seis, sete viaturas por cada Companhia, mas, em relação ao nosso efetivo, não há nem por que botar uma quantidade de viaturas, porque eu não tenho homens para fazer uma escala para poder bota; então, nós estamos atendendo hoje com uma média de 135 viaturas, com uma média de seis viaturas para cada bairro, cada Companhia...*

Pesquisadora: Essa é a situação atual?

Coronel Comandante do CPC: *É, essa é a situação atual, e as (...) Merivas (viaturas da PMBA), e elas são apoiadas, e aí, eu já vou entrar na área do coronel, que não é da minha área, elas são apoiadas pelo Batalhão de Choque...*

Pesquisadora: Ah, o senhor não cuida do Batalhão de Choque?

Coronel Comandante do CPC: *Não, aí é policiamento especializado, é pela RONDESP, que é como se fosse uma Companhia Independente da minha, e elas apóiam essas viaturas menores...*

Pesquisadora: O senhor também não está responsabilizado pela RONDESP?

Coronel Comandante do CPC: *Estou, aí é comigo, a RONDESP pertence ao CPC, agora o Batalhão de Choque é um policiamento especializado, aí é outro comando, mas esse comando desde que haja necessidade, eles apóiam as nossas viaturas pequenas, é como se fosse uma frota de proteção, uma cobertura*

Pesquisadora: Mas, esse também está subordinado ao comandante geral?

Coronel Comandante do CPC: *Todos, só que o Batalhão de Choque é comandado por um coronel, CPE - Comando de Policiamento Especializado. Porque o CPE, ele comanda o choque, comanda a rodoviária, comanda o águia, comanda o policiamento ambiental, que é a nossa Companhia Florestal, a cavalaria montada e todas elas me dão apoio, se em um evento grande como um BA-VI, aí você vai ver...*

Pesquisadora: Um mundo de homens concentrado em um único lugar?

Coronel Comandante do CPC: *Mas vamos dizer um outro exemplo, um show no Farol da Barra, por exemplo, no Farol da Barra eu vou utilizar, independente da Companhia que eu tenha na Barra, que é a 11ª, que é um policiamento normal, ordinário, que eu tenho, eu vou pedir apoio do especializado. Para quê? Para trânsito, para o Batalhão de Choque botar algumas patrulhas para inibir, fazer um trabalho mais preventivo...*

Pesquisadora: Evitar novos conflitos?

Coronel Comandante do CPC: *Hoje, a intenção hoje, em segurança pública é, e sempre foi, um trabalho de prevenção; se nós chegarmos primeiro, se nós atuarmos primeiro, não*

vai acontecer nada, porque inibe, deixa aquelas pessoas que estão predestinadas, estão mal intencionadas em fazer alguma coisa no início, não fazem .

Pesquisadora: Elas recuam? Qual era a situação da segurança pública em Salvador quando o senhor assumiu?

Coronel Comandante do CPC: *Eu diria que quando eu assumi nós tínhamos um crescimento, principalmente na área de assalto a ônibus, lá em cima, era uma média de oito a dez por dia, e hoje nós já nos contentamos com uma média de cinco a quatro por dia, e é uma das preocupações.*

O veterano – as novas políticas a partir da sua gestão, em 1991, que prepararam o terreno para as mudanças ocorridas durante a década de 1990

O veterano – *Lá na periferia, que a minha preocupação é com o povão, mas aqui, então, está aqui um pedacinho, sobre um quarteirão, sob o comando de um sargento com 30 ou 20 homens, sob o comando dele, fazendo todo tipo de serviço, dar aqui estado policial como você vê no Japão (uma rua do bairro da Liberdade, onde tem a Feira livre), por exemplo, um quarteirão, o policial e vai ele andando, chega na Inglaterra, chega numa rua*

Pesquisadora: A filha de Carlos? (Um exemplo de cidadã)

O veterano – *Aí a pouco, o policial chega pra ela, veio, da onde, seu nome, veio com quem, e quarteirão, ele é responsável por aquele espaço, se puder faça favor, dê um pulo aqui pra gente conversar pra gente se conhecer, trazer seu marido seu filho; então, era esse meu sonho, então o Japão chega a beleza de um pai, a família ir no cinema e na ronda pela minha casa, ele passa e verifica se está dormindo, já apagou a luz, fechou a porta, é o sonho*

Pesquisadora: Então, esse modelo do quarteirão, o senhor observou esse modelo japonês?

O veterano – *A polícia próxima da comunidade, reunir as pessoas, atendendo à comunidade, não é (...) da carteira policial, não vejo nada demais (...) um café; não vai dar dinheiro a ele pra não dizer que tá dando privilégio, até como ser humano, como ser humano soldado, quer um cafezinho. Não vejo nada de mais...*

Pesquisadora: Tem abusos de ambas as partes?

O veterano – *Mas só no profissional, um copo de água, a pessoa faz uma festa na sua casa hoje, dá um pedaço de bolo, não resta, um pouco, agradar um pouco, eu acho que tudo isso é bom, é bom pra ambas as partes, eu me sinto gente privilegiado, de repente sente aqui comigo atencioso; são coisas pequenas, mas uma vez eu reunir dia 02 de outubro numa festa num (...) lá perto do quartel, passamos a manhã no quartel, então eu pedia ônibus as empresas de ônibus, e pedia ao comércio frutas, um comerciante me mandou um saco de laranja e eu devolvi, porque você não dá o ano todo com um monte de criança ali e eles não dão, bobeou não pode não, quando tiver que ir lá, a polícia da Sete Portas, ali terminou ali (...) volta a hora que quer, o senhor tem que dar a contrapartida, e fica, tal,*

24hs, ou você dá um salário digno pro policial ficar ali dentro ou não volto mais, e o sujeito fica com mal estar. Então, Vilma, a idéia era essa, aqui você está no seu espaço, na sua rua, é muito gostoso você saber que tem um módulo, é muito gostoso, mas o módulo é muito rígido, ele não tem profundidade, se você andar a 6 metros dali, é 6 metros próximo, fato, então, é uma coisa mais abrangente, você, então, era essa coisa de batalhão.

Pesquisadora: E como foi essa coisa da chegada do senhor ao comando? Claro que o trabalho teve essa visibilidade durante os nos 80, quase o senhor tava lá 4 anos depois de batalhão, o senhor seguiu pra onde, depois da Liberdade?

O veterano – *Tinha acabado de dizer aqui que a mulher é importante; então, acabamos com o Batalhão de Trânsito, a rodoviária, tudo era uma só no espaço, o cara fazia todo o serviço, aí vem meu batalhão, maior ainda que foi, tinha policial agora, o homem, eu to falando do homem, um policial, você ainda era menina, não sei se alcançou, esse é o policial ostensivo, o de dupla, o Cosme e Damião, tem o policial de trânsito, tem o policial de rádio patrulha, basicamente a Companhia de extensão, o que é que acontece. Eu tinha mil homens.*

O veterano – *Eu tinha 500 mil cidadãos morando naquele área, você viu aqui que tinha 50 farmácias, tantos hospitais, tantas escolas eu tinha mil homens. Se você dividir em P.O – Policiamento Ostensivo, 500 de P.O, bote 200 no trânsito, e bote 300 na rádio patrulha já dividir aqui, divide isso em turno de serviço.*

Pesquisadora: O que é 12 por 36?

O veterano - *De rua é 6 por 24, 18 é os turnos da manhã; tornei a dividir, aqui, eu tinha acabado de fazer por turno 120 hs de ostensivo, de trânsito tinha 40, e vem aí a importância, você tem aqui na rua uma dupla e tinha de trânsito; se acontecer uma briga de trânsito, ele dizia eu sou do P.O, isso não e comigo isso e com o trânsito, se acontecia um roubo, ele dizia, matou um policial de trânsito, ele dizia isso não é comigo, é com o P.O, a rádio patrulha é você, e o cidadão, e aí como é que fica?*

Pesquisadora: E o cidadão não entende isso?

O veterano – *Isso chegava ao ponto de ter as coisas quando tinha passeata, tinha porrada de polícia com estudante, pau comia, e o de trânsito no meio da rua, ninguém briga com o de trânsito, era outra polícia....*

Pesquisadora: Sim, sempre foi visto assim como policial, ele entrava em confronto quando lutavam....

O veterano – *Então, você vê aí, mas você cidadão, quer ser atendido, está o policial ali e ele não resolve;, aí eu acabei com isso, aí foi outra briga, botei o policial integrado, o policial no se posto de serviço executa todo e qualquer tipo de serviço.*

Pesquisadora: Aí, esse é o sentido desintegrado?

O veterano – *Era o espaço, integramos o espaço, agora é do homem, o homem está fazendo tudo, então quer que o senhor policia que escola, o senhor policia a escola Rita, o seu batalhão, policia, uma escola na periferia, que tem 1000 alunos, vá lá Vilma – pra atravessar a rua.. vá, não vai, meu amigo, você cai pro lugar mais chique da minha área, deixo a população pobre, os pequenos desprotegidos, vulneráveis, os grandes, corredor, a outra vertente, a hora de colégio qual é a hora? 7 a 8:30 meio dia, de onze e trinta a doze e trinta e a tarde dezessete a dezoito, meu policiamento vai pró serviço, vai passar, e aí vai pra casa, oito e meia a onze e meia, fazer o quê...*

Pesquisadora: Há de inventar coisa pra fazer?

O veterano – *O policial fala mal da gente superior, então, minha amiga, olha, você está aqui na porta do colégio, esse horário tem que ter realmente uma atenção, de oito e trinta a onze e trinta, não tá fazendo nada, tá rodando quarteirão, eu estou aqui, a escola é ali, aí sai aqui, vou aqui na Castro Alves, dá uma volta no quarteirão, mantém o policiamento então, esse era o outro objetivo, e a viatura não tem jeito, a viatura, ela faz também você para a viatura e ela faz o trabalho do trânsito, e vai, escoo o trânsito, um assalto, uma outra coisa, tem que atender, então a idéia é fazer com que o policial faça todo o serviço no seu posto de serviço, porque o objetivo, o que é a comunidade, é que o povo se sinta protegido, essa foi a essência do batalhão, a nossa primeira experiência, e depois ...*

Pesquisadora: Eu perguntei ao senhor quando o senhor assumiu, o senhor fez o que, antes de 91? Por que em 91 o senhor assumiu o comando?

O veterano – *Quando eu deixei o batalhão eu fiquei, fui punido...*

Pesquisadora: Oh, meu Deus do céu, Sério?

O veterano – *Não deu muita visibilidade, não teve muito jornal, aí o novo comandante que foi Valdir Pires, aí Vilma – foi nesse governo de Waldir, em 86 (...), então, mudou pra Feira de Santana, fui promovido a coronel, João Durval me promoveu a coronel e eu fui de castigo, exilado em Feira de Santana, era primeiro CTA, comandante de policiamento de área, eu fui pra Feira...*

Pesquisadora: Isso foi em 88?

O veterano – *87, aí o comando de área tinha dois naquela ocasião, metade da Bahia, de Feira, pro norte, Barreiras, 1 CPA, e de Feira pra baixo, 2 CPA, ainda não tinha nenhuma estrutura, alugaram uma casa em Feira, e lá me puseram, e fui eu, dois capitães e dois tenentes, na minha tropa, sem contar com um coronel, até aí fui de coronel, porque até aí o comando era do coronel, aí fui pra Feira, sem viatura, sem ajuda, sem nada, exilado, sem contato todo dia com o pessoal de Feira; levei 6 meses, quando voltamos, aí volto pra capital, ficou mais eu comandar todo o policiamento do interior, eu comandava uma parte, agora eu passo a comandar todo o interior, foi meu terceiro comando....*

Pesquisadora: O senhor se tornou comandante do policiamento do interior?

O veterano – *Depois mudou o comandante, aí eu fui comandar a capital, aí já fui levando isso aqui...*

Pesquisadora: O que significa esse comando de policiamento da capital, já que a polícia, ela já tem um comando geral. Toda sua base tá em Salvador, eu falo comando, esse é um lugar de pensar a política de segurança pública pra cidade de Salvador, é isso?

O veterano – *A nossa estrutura, aqui da PM, então tem o comando geral o comandante, tem os órgãos de apoio, a diretoria de pessoal, a diretoria de finanças, mas na área de comando o que tem CPC, na capital, CPI no interior, CPC Salvador e AEMS e no interior, todo o resto, são 417 municípios.*

Pesquisadora: Além de Salvador e mais 9 municípios da região metropolitana?

Os Novatos:

Novato 1 – *É, parece que quando você entra aqui perde os direitos, eu sinto, soldado quando entra aqui perde os direitos, SSD, soldado sem direitos, e a brincadeira aqui é assim, soldado não tem direito, isso é uma brincadeira de quartel, que tem uma norma, um significado, e tem uma repercussão muito forte no nosso imaginário; então, muita gente sai da academia como oficial achando que é dono de tudo, achando que é rei, que é todo poderoso e que tem poderes e só funciona no ferrão, só que não funciona assim, tem policiais que têm problemas diversos, tem demandas diversas particulares, chegou atrasado, as vezes, faltou serviço (...) ou muitas vezes por questões familiares, contingências, ou às vezes até se sentem prejudicados pelo comandante que quer a escala sempre funcionando.*

Novato 1 - *No Pelourinho tinha uma coisa assim; os policiais antigos, velhinhos, que eram tão obedientes, certinhos, e tinham uns jovens que eram mais (...) mas eles não sabiam se expressar, nisso eles pediam, reivindicavam, eram mais de negociar, então a coisa não era assim já os que eram os bons, os corretinhos, que ficavam em ali morrendo em pé mas cumpriam a ordem, esses eram vistos como os (...) os outros que tinham uma certa rebeldia que tivesse no posto de serviço iam para o sanitário, iam beber água, isso é rebeldia, você não pode ai a gente saia para beber água, ai tinha um assalto naquele ponto, aí o comerciante, não tinha nenhum policiamento aqui, e nessa época o comerciante tinha (...). Porque era assim, no Pelourinho, era um policial em cada porta de cada loja e (...) do lado, então tinha assim essa dificuldade e essa pressão não era essa rebeldia, assim, muito organizada não como eu não vejo os policiais hoje com essa visão crítica é uma reação ao incômodo, uma reação que a própria corporação os próprios policiais mais antigos diziam: você é preguiçoso, rapaz, aqui tem que trabalhar, aqui tem que trabalhar, fica nessa frescura, eu digo, poxa...*

Novato 1 - *18º era ali, o Centro até o Campo Grande, e ali, e toda a Orla era o 18º Batalhão da orla, o cinturão turístico né? Então, o Pelourinho, Barra até Itapuã foi se ampliando, mas ainda obedecendo as questões de ordem turísticas e comerciais, porque na época o turismo era o bam, bam, bam; de repente, lá, no Comércio, o Mercado Modelo também queria, também um espaço, mercadoria, e comércio os bancos, aí ampliou, o 18º desceu a ladeira do elevador e pegou o Comércio todo e chegou o momento que dava mais para o 18º, Comércio,*

Campo Grande, Baixa dos Sapateiros, também exigindo, depois a Barra, depois dividiu, porque a coisa estava se ampliando, mas caindo no foco do Comércio né, no Comércio, no final dos anos 90, e depois aconteceu, criou-se a Companhia Turística, do Comercio, pra poder evitar os "reclames" dos comerciantes...

Pesquisadora: Companhia Turística?

Novato 1 - *É, então, o que é que se observa aí, é que os cursos organizados, realmente...*

Pesquisadora: De pressão?

Novato 1 - *(...) É que muitas vezes se dizia que se tinha que ter um policial rústico, mesmo, que pudesse chegar lá falando alto, mesmo, mas essa teoria meio que darwiniana, se pensar assim...*

Pesquisadora: quem sobreviver ...

Novato 1 - *Essa teoria, porque você tem que..., lá o pessoal não presta mesmo, tem que ser rude, o policial tem que ser rude com o policial que tenha condições, então, foi se expandindo esses focos ditos mais organizados, porque não tinha organização na cidade URUGUAI, não tinha (...) os lugares mais (...) arrumados, mesmo.*

Pesquisadora: Orla, Centro?

Novato 1 - *Então, pensar a cidade, isso não aconteceu ainda, eu sinto isso, pelo menos na prática, por isso que eu digo estar pensando e elaborando planos, mas a cidade, hoje, o que acontece muito é pensar só para ônibus (...) existe uma operação, as pessoas trabalham na hora extra, pensar a cidade é pensar na RONDESP, na ronda pela cidade, e faça a abordagem, pensar a cidade é pensar em situações de impacto, é isso, impactar.*

Pesquisadora: A gestão da segurança pública, internacionalmente, ela aponta para uma outra coisa, quer dizer, pensar a cidade, você pensa. Gente é outra coisa.

Novato 1 - *Você pensa o impacto e outra coisa que se discute muito são os módulos,, mas se só ficam os módulos, os comerciantes perdem.*

Pesquisadora: Tem que dar poder?

Novato 1 - *Não, é porque os módulos, se gasta muito com os módulos, é que os módulos são cerca de 20 homens e uma viatura, mas no Shopping Barra esta lá, funcionando, o Iguatemi está lá também com uma estrutura montada, não tem módulo, mas tem lá policiais na frente, e a viatura presente.*

Pesquisadora: É muito desigual?

Novato 1 - *É isso, você vê, gente, vamos ativar os módulos, teve momento nos anos 90 que a queixa dos policiais era o risco que eles passavam nos módulos.*

Pesquisadora: Por que eles estão parados?

Novato 1 - *Lá, estático, pontual, mas isso não foi pensado, e hoje pensa pelas questões dos custos eu estava ouvindo hoje de manhã na rádio de Mario Kértész, sobre os policiais que ficam lá no busto do sepultado, os policiais lá, existe uma viatura.*

Pesquisadora: Eu sei que a gente está cansando, eu queria te perguntar, assim, você já me disse qual era a situação quando você assumiu. Quando é que você chega a capitão?

Novato 1 - *Eu fiz quatro anos de capitão no ano passado, eu cheguei a capitão em 2001.*

Pesquisadora: E você já estava no serviço de atendimento?

Novato 1 - *Já, cheguei por produtividade mesmo; na minha época tive tempo, é, tem uma reação da população, eu formei em 90, então, a minha turma, hoje todos já são capitães, começou a ser chamado pelo (...)*

Pesquisadora: São uns cinqüenta?

Novato 1 - *Não sabe o que aconteceu a minha turma, hoje, uns cinqüenta, mas um faleceu, uns sete saíram da polícia, foram ser fiscais, foram para o exército, advogados, dois morreram e cinco eram de fora, de outro estado Sergipe, Alagoas, Rio Grande do Norte, e muitos saíram, aí quando você chega na corporação, você (...) por merecimento ou produtividade, então no sistema político, você é promovido, tem um tempo mínimo, que são dois anos.*

Pesquisadora: Vai de uma patente a outra?

Novato 1 - *É, tem um tempo, e você é promovido (...), por exemplo, eu devo fazer um curso para Major, para esperar a vaga então até 2010 eu não vejo vaga para ser major, eu não vejo vaga, mesmo; tem pessoas garantidas aí que não têm perspectiva, mas, estando com a média e tendo bom comportamento, e você tendo a média, não demora. Porque os coronéis (...), na polícia tem uns coronéis aí com 35/37[anos] de polícia.*

Novato 2 - *Ninguém está a salvo; então, a questão de segurança pública aflora, se começa a pensar em segurança, então as pessoas realizando, fazendo aquela tentativa de erro e acerto.*

Pesquisadora: O que seria um modelo bom de polícia para a cidade?

Novato 2 - *O modelo bom de polícia para a cidade de Salvador estaria muito vinculado à minha definição de polícia, como garantidora de direitos civis do cidadão, aquela que está muito mais próxima da sociedade do que do Estado, aquela que estaria muito mais vinculada à situação de conflitos do que a própria repressão, porque administrando o conflito você acaba prevenindo, e não é eliminar o conflito, mas administrar o conflito. Por ex: eu não concordo com determinado cidadão, ele não concorda comigo; tudo bem, eu*

vou para o meu lado ele vai para o outro. O problema é se eu não concordar com ele e eu querer impor o meu argumento a ele a força, e é o que geralmente ocorre, o brasileiro, ele mata muito fácil. Por quê? Porque ele não tem a idéia de democracia, de discordância por exemplo, se eu não concordo com você, não concordo com a sua idéia, eu levo para o lado pessoal, e aí eu quero que você aceite a minha situação; então, é muito mais complexo porque, hoje está aí esse modelo em que as pessoas aceitam o conflito (...) lado, quando tem algum tipo de problema, não tem nenhum tipo de consequência aqui não, aqui as pessoas entram em conflito, de repente, um não gosta porque o outro ... e aí vai lá, pega uma arma, se vinga (...); ah, você não fez isso, agora eu vou me vingar de você; então, é muito mais complexa, a presença da polícia administradora de conflitos, eu acho muito mais necessária dentro desse processo, porque as pessoas não conseguem enxergar que o conflito faz parte.

Pesquisadora: Da vida...

Novato 2 - Da vida, não só da interação, mas o conflito também. Nas ciências sociais, alguns autores falam sobre isso. Então necessita de uma polícia muito mais como administradora de conflitos do que repressora, seria para mim o ideal, você formar o policial para administrar o conflito seria para mim o ideal, e isso foge da idéia, por exemplo, um policial com a carga muito forte de um (...) militar porque o (...) militar acaba fazendo com que o policial atue sobre ordem, atue com a idéia de eliminar o conflito, eliminara a violência, e aí o que é que ocorre, com a eliminação da polícia, a eliminação do conflito, acaba desembocando na eliminação dos conflitantes, da eliminação de quem faz a violência e sabe que o papel da polícia não é esse mas, justamente, evitar que o conflito vire violência, administrar o conflito e fazer com que essas pessoas que geram violência ou crime sejam presas e levadas à justiça, e não eliminadas.

Pesquisadora: Esses eliminados, normalmente, eles estariam dentro desses grupos de populações mais vulneráveis?

Novato 2 - *Sim, com certeza.*

Pesquisadora: Quem normalmente sofre impacto desse tipo de segurança pública de ação?

Novato 2 - São os menos favorecidos, as pessoas que estão nos bairros periféricos, as pessoas que de qualquer forma está a incomodar alguém.

Pesquisadora: Você considera que, essas pessoas que, normalmente, estão sendo eliminadas nesse conflito cotidiano, elas normalmente fazem parte dos que incomodam?

Novato 2 - Sim, com certeza. Veja bem, eu também gostaria de acrescentar uma coisa, existe a questão da violência policial, que eu considero, eu defino a questão da violência policial como aquela onde o policial percebe a sua força dentro da sua atividade, fardado (...) escala, e existe aquela em que o policial não está no seu exercício da sua atividade, toda uma questão financeira, ideológica, não sei, alguns acabam ingressando em atividades como grupos de extermínio para exercer essas atividades de higienização social. Não estou querendo dizer também que o policial fardado trabalhando também

acumula dentro das suas atividades essa higienização social, mas eu estou querendo deixar claro que existe toda uma ética.

Pesquisadora: Questão de regra, numa sociedade em que a gente está vivendo...

Novato 2 - *Mas, se nós formos, por exemplo, no bairro Lobato, você vai encontrar muita gente que não é negro. É aquela coisa, fica difícil dizer que não é negro, que não é branco, mas aquela coisa de cor mais clara, mais clara que a minha, eu sou o que, sou negro? sou o que? eu não sei o que é que eu sou. Eu sou uma mistura de um bocado de coisas, porque o próprio português...*

Pesquisadora: Já esta ...

Novato 2 - *Então, essa coisa de ser negro, de não ser negro ou de ser branco, não ser branco, eu observo muito mais pela questão da pobreza...*

Pesquisadora: Você acha que a questão de classe é muito mais forte?

Novato 2 - *É muito mais forte, na Bahia, é muito mais forte, porque, veja bem, se você observar bem, o efetivo policial, se você for observar isso proporcionalmente, ele é muito mais de pessoas negras e pobres e são eles mesmos que fazem isso com aquelas pessoas que eles também saíram e têm raízes, porque _ hoje, até mais, não, porque o vestibular, as pessoas estão visando também, mas até a década 80/90, os policiais todos eram oficiais, e eram justamente pessoas que saíram dos bairros mais periféricos*

Pesquisadora: Você veio de qual bairro?

Novato 2 - *Eu nasci no Barbalho, e depois morei durante (...) anos na Graça, aliás, quando eu estava lá na Academia, eu estava morando na Graça, mas também eu tive colegas (...), mas como eu estava falando, antes disso você já tinha os policiais que estão há mais de 20 anos na polícia, são pessoas que ...*

Pesquisadora: Você acha que eles ascendem na mesma proporção do que os de pele clara, os brancos?

Novato 2 - *Como assim?*

Pesquisadora: Eles ascendem na hierarquia na mesma proporção?

Novato 2 - *Eles ascendem, sim, o nosso comandante geral é negro, não é essa a questão, pelo menos dentro da polícia militar você não vai encantar, pelo menos, eu não consigo ver discriminação, não consigo ver, pode ser que muitos estudiosos vejam, muita gente veja, mas eu não consigo perceber isso, eu não consigo perceber isso, entende? Mas eu não consigo perceber essa questão eu vejo muito mais pelo lado, por exemplo, a ação repressiva muito mais em questão, de bairros mais periféricos do que, por exemplo, se é com negro ou se não é com negro. Eu vejo mais pela questão do pobre, eu generalizo pela questão do pobre, entendeu? Porque se fosse em algum outro local que não a Bahia,*

entendeu, não estaria diferente, seria pobre, como é em outros países, você não vê em outros países, o pobre é a classe mais reprimida pela polícia, não é? Na França, na Inglaterra, nos Estados Unidos, nos Estados Unidos também tem aquela questão que desconhece/reconhece, que é aquela questão racial, mas fora os Estados Unidos, fora Brasil, também tem aquela questão que nos Estados Unidos é muito mais visível, aqui é muito mais encoberto mais outros países como a Europa, Alemanha a repressão é muito mais forte dentro das classes pobres, a polícia reprime mais os pobres; então, eu analiso pela pobreza, pela condição de classe...

Questão 5. Análise das falas de cada segmento sobre as novas políticas em curso em Salvador e o policial que está nas ruas, com o olhar sobre os anos 1990

O mais emblemático quando analiso o que cada um dos informantes disse sobre as políticas que estão acontecendo agora, como processo iniciado em meados dos anos 1990, é, primeiro, a falta de processo de continuidade, a falta de conexão entre os diferentes segmentos; em que pese estarem todos subordinados à SSP, parece haver um modelo de segurança pública na cabeça de cada um dos oficiais entrevistados, assim como em relação aos delegados. O segundo problema observado reside no próprio modelo que a SSP e o comando da PMBA levam a cabo nas 27 CIPM em Salvador e na RMS. Tanto para a SSP quanto para o Comando da PMBA, é o modelo Projeto Polícia Cidadã e as políticas de atuação integrada com a Polícia Civil que estão em curso; no entanto, nos depoimentos da maioria dos oficiais, delegados e em alguns documentos já citados, ficou patente que o processo está nas mãos da burocracia policial e muito do que foi dito reside apenas como política “para inglês ver”.

Vou começar pelo Projeto Polícia Cidadã, que nasceu como um modelo local, pós estabelecida a relação da PMBA com a UFBA, mas que não anda pelo fato de haver resistência, exatamente, do setor que operacionaliza e conhece o dia-a-dia da polícia, pois é onde está boa parte dos oficiais que não gostam das visões de fora, dos chamados por esses de *policiólogos*. O CETEAD-ADM/UFBA, ao ser convidado a dar sua visão da segurança, mobilizou os especialistas de segurança, um grupo que somente nos últimos anos passou a ter policiais em seus quadros. Por essa razão e por outras de natureza material, como disseram os novatos, há resistência, por parte tanto dos oficiais quanto dos soldados. Além disso, para implementar uma política de policiamento comunitário, é preciso mobilizar instrumentos democráticos de participação da sociedade civil e desmilitarizar a polícia, e este processo, além de não ter

ocorrido, ao contrário, tem sido fortalecida a visão militar, patrimonialista e guerreira das polícias, dando mais valor ao patrimônio que á vida de civis, o que faz com que essa polícia seja treinada para matar e vencer “os bandidos”, como enfatizou o Novato 01. Já a visão do Veterano, que ao longo dos anos 80, atuando em áreas de maioria negra, buscou construir um modelo de não violação, construindo diálogos, foi derrotada pelas alternativas que serviram, ao mesmo tempo, de importação de modelos não dialogados nas bases da formação policial civil e militar, e, por outro lado, para responder aos interesses dos setores econômicos e sociais, com maior poder de acesso e barganha no comando da segurança pública da Bahia, com destaque para a cidade de Salvador.

Outro aspecto a ser destacado, como fruto do longo exercício de ouvir os dirigentes das duas polícias e o Comando Geral, é a evidência da percepção em diversas falas destes, da existência de ações que violam os direitos da população negra e, via de regra, quase todos, afirmarem que essas abordagens ocorrem, não pela condição racial dos sujeitos atingidos e sim pela condição de classe, pelo bairro onde residem, mesmo quando questionados que as vítimas quase sempre são jovens-homens-negros.

Entre as políticas recomendadas pelo Programa Nacional de Direitos Humanos, lançado em 1996, e referendadas pelo Plano Nacional de Segurança Pública, de 2000, está posta, entre as diretrizes, a criação dos Gabinetes de Gestão Integrada de Segurança, como espaço institucional de fomento de uma nova política, capaz de promover a atuação conjunta das polícias Militar e Civil. A Bahia ainda está entre os últimos estados que não implementou esta política, pois já existem em 22 outros, assim como é um dos estados em que todas as Ouvidorias, civil e militar, não têm a presença de civis. Ou seja, esse fato indica a não existência de uma expressão de democracia e política de *ombudsman* nas polícias, o que seria uma possibilidade de estarem sendo controladas fora de estruturas viciadas pelo corporativismo.

CAPÍTULO 5 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

5.1. O racismo institucional endêmico que estrutura as relações das polícias com os/as moradores/as dos bairros populares de Salvador

“... Bodas de prata, não foi fácil festejar, o meu caminhar foi duro, mas, eu tenho o que contar, bati de frente, com a face da opressão, aí senti meu santo é forte e mundo negro é minha nação... Ilê Aiyê, beleza negra, vencedor, fera ferida é, Ilê Aiyê, é um batuque, é mais que um bloco, é o nosso estilo de vida ...”, (Reizinho, Ilê Aiyê).

O racismo institucional endêmico que estrutura as relações das polícias com os/as moradores/as dos bairros populares de Salvador tem levado a cidade a ter altas taxas de violência letal que se materializam nos assassinatos diários de jovens-homens-negros. Essas mortes violentas são resultantes da criminalização motivada por raça, que dominam as representações das polícias sobre o que é um sujeito suspeito. Esse suspeito padrão, idealizado pelos policiais, é um jovem, negro, pobre, residente nos bairros populares, estudante no nível fundamental de ensino, muitas vezes, subempregado e filho de uma mãe solteira negra.

A percepção de um alto padrão de letalidade presente nos estudos que investigaram a ação da polícia em Salvador me deu uma pista para a necessidade de entender que, para além de compreender o resultado final, que é a morte desses jovens, era preciso entender a elaboração das políticas públicas de segurança destinadas aos bairros populares, processo que se intensificou nos anos 1990, com a polícia baiana tentando sair dos seus muros e estabelecendo parcerias institucionais que pudessem mudar a sua imagem perante a população, especialmente de Salvador e RMS, onde há a presença de um nítido conflito envolvendo dois atores: a polícia e a juventude negra, masculina.

Passei dois anos ouvindo os coronéis, major, capitães e delegados da Bahia, mas decidi acabar com a minha incursão pelos quartéis e outros pontos oficiais de armas em maio deste ano, depois de participar da vigília contra as mortes de jovens-homens-negros na porta da antiga SSP, em 12 de maio. Maio, que começa com “M”, de muitas coisas, mas também de *morte*, pois neste mês foram feitos muitos funerais, e a “Guerra Civil Brasileira”, que se materializa no *modus operandi* de uma polícia “guerreira, patrimonialista e sectária”, que trata a população negra como seus inimigos internos, teve muitas baixas. A maioria das vítimas diretas são jovens-homens-negros, com idade entre 15 e 24 anos, sem antecedentes criminais¹³⁹ e moradores de bairros populares. Em Salvador são, em média, 03 baixas por dia, 12 nos finais de semana, 100 por mês e 1000 por ano¹⁴⁰. Todas as mortes têm fortes indícios de influência da chamada política de segurança pública de tolerância zero e criminalização racial, fruto do racismo institucional simbolizado na ação da polícia. O mês de maio, neste ano, não passou sem nos deixar as suas terríveis novidades e, assim, seguir na tradição de nos abrir mensalmente feridas coletivas.

A ausência de políticas sociais nos bairros negros de Salvador tem dado lugar a uma presença do Estado quase somente através do seu aparelho repressivo. E, é possível falar de bairros negros, não pelo orgulho racial que nutrimos como munição contra a barbárie racial cotidiana, mas pelo fato de estes bairros serem racialmente delimitados, como foi toda a Soweto de 1960, na África do Sul, ou o Harlem/New York dos tempos de Malcolm X, nos Estados Unidos dos anos 1950. A diferença é que narro sobre uma Salvador, na Bahia de 2005, onde todo jovem-homem-negro que vive além dos 24 anos é um sobrevivente.

No dia 23 de maio de 2005, o governador do Estado da Bahia, Paulo Souto, na abertura da Conferência Estadual de Promoção da Igualdade Racial, perante as autoridades locais e nacionais, fez um discurso inflamado admitindo a existência de grupos de extermínio na Bahia. Era o Estado reconhecendo, pela primeira vez, essa criminosa forma de matar negros em Salvador e na Região Metropolitana e, assim, anunciando a criação de um grupo

¹³⁹ Ter antecedentes criminais se tornou uma senha para matar. Pois à população negra não tem sido possível o direito de defesa.

¹⁴⁰ Dados da CJP - Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de Salvador, publicado em “O Outro Lado da Moeda”, 2000.

especial para o seu enfrentamento, o GERCE – Grupo de Combate ao Extermínio, com palavras como rigor e dureza no trato com os grupos de matadores.

Aquela fala do governador Paulo Souto poderia ter um grande impacto e ganhar as manchetes nacionais, sinalizando uma profunda alteração na política de segurança pública no Brasil, não fossem conhecidas as origens genealógicas da política a que se filia o governador, um dos seguidores do senador Antônio Carlos Magalhães. Dentro dos estudos sobre violência urbana, como pensadores/as diaspóricos, aspecto amplamente debatido nos capítulos 01 e 02, teorizei em defesa dos direitos humanos da população negra e me recusei a ser mera expectadora das narrativas sócio-antropológicas acerca da tragédia que tem acometido parte desta comunidade, com destaque para o extermínio da parcela jovem.

Como bem enfatiza Hall (2003), ao afirmar ser pertinente aos que foram silenciados irem em buscas de problemas de pesquisas que também são mobilizados para curar as suas feridas e as dos seus antepassados, como ocorre com os pesquisadores diaspóricos e as feministas, quando comecei no tema que deu origem à pesquisa para esta dissertação, ainda era um tempo muito difícil para falar do impacto das representações de raça na determinação de morte de jovens-homens-negros, tendo como protagonistas dessas mortes a polícia, pois, durante anos, em especial em Salvador, a idéia de uma polícia composta por uma maioria negra não era compatível com a idéia de um confronto motivado por raça, e menos ainda, a existência de racismo institucional era debatido ou reconhecido, e nem se admitia a participação formal do Estado nas práticas de criminalização dessa parcela da juventude. O que vi no curso da pesquisa foi a confirmação dessa suspeição motivada pela raça, mesmo quando raça não comparece no discurso policial dos oficiais de alta patente da Polícia Militar, nem na fala e nos documentos dos delegados da Polícia Civil.

Por isso, desnaturalizar a imagem de jovens-homens-negros representados pela polícia e por parte considerável da sociedade como protagonistas naturais da violência urbana, de alto padrão letal, foi, portanto, uma tarefa central que cumpri nesta dissertação, fazendo isto mediante a compreensão do que está presente no discurso policial, recheado de tecnicismo. Para além de ler os documentos da polícia, rever a bibliografia especializada e acompanhar

os relatos oficiais na mídia, foi necessário um longo caminho de ouvir dos próprios oficiais o que eles tinham de mais guardados em suas consciências sobre as políticas de segurança pública. E isto também vai ajudar a colocar a Bahia na rota nacional dos estudos de violência que tomam raça como uma categoria estruturante, pois a desnaturalização fortalece os mecanismos da visibilidade.

Nas representações dos informantes sobre as cinco questões problematizadas no capítulo quatro – segurança pública, populações vulneráveis, racismo institucional, tolerância zero e as novas políticas articuladas durante a década de 1990, estão presentes as noções que normatizam o *modus operandi* da polícia e as brechas permissivas do Estado, que abrem espaço para a formação de grupos criminosos envolvidos nos “negócios de matar”. Esses dois grupos, um oficial e normatizado, a polícia, e o outro, à margem, os grupos criminosos, estão envolvidos com o alto padrão de letalidade que em Salvador tem como vítimas principais jovens-homens-negros.

5.2. O protagonismo negro como resposta à violência institucional

Como resposta à brutalidade racial que marca a matança de jovens negros em Salvador e na sua região metropolitana, que em 11 de abril de 2005 já havia superado todos os números de mortes de todo o ano de 2004, a partir da capital baiana nasceu uma proposta de enfrentamento a esta forma radical de violação dos direitos humanos da população negra. Trata-se da **Campanha - REAJA OU SERÁ MORTA, REAJA OU SERÁ MORTO**, que assumiu um conjunto de medidas que estão sendo tomadas pela defesa dos direitos humanos da população negra de Salvador e interior da Bahia. Não aceitando que a maioria das mortes sejam atribuídas ao envolvimento com drogas, como tem sido corrente, ou que a polícia tenha o direito de executar sumariamente qualquer pessoa com passagem pela prisão, alegando reação da vítima, a Campanha é uma atitude em defesa do direito básico à vida. Cartaz da Campanha: Imagem e manifesto da juventude negra de Salvador, lançada em maio de 2005 (ver em anexo).

A Campanha, que está sendo realizada por organizações do Movimento Negro, foi publicamente às ruas em 12 de maio, com uma vigília na porta da antiga sede da Secretaria

de Segurança Pública, contando com a participação de várias comunidades mobilizadas para denunciar e reagir. Em seguida, organizou-se uma audiência na Assembléia Legislativa do Estado da Bahia, solicitada pela Comissão de Direitos Humanos do Congresso Nacional, quando muitas mães de vítimas da polícia deram depoimentos e exigiram uma postura dos deputados baianos. Os participantes da Campanha prepararam um dossiê sobre a ação dos grupos de extermínio, entregue ao presidente da Comissão Interamericana de Direitos Humanos da OEA – Organização dos Estados Americanos, Senhor Clare Roberts, e também representante da recém-criada Comissão de Direitos dos Afro-descendentes na OEA. Durante o encontro com o Sr. Roberts, na sede da OAB – Sessão Bahia, lhe foi solicitado que recomende ao governo da Bahia a instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para apurar as responsabilidades pela ação do extermínio no estado e que também busque ajuda do Governo Brasileiro para organizar uma força-tarefa, capaz de investigar e punir com imparcialidade os grupos de extermínio que estão atuando na Bahia.

Desnaturalizar o silêncio permissivo diante dessa matança é uma tarefa difícil e perigosa e, por isso mesmo, até agora só está sendo assumida pelo Movimento Negro, que tem atuado nos bairros populares de Salvador, como Pau da Lima, Itinga, Nordeste de Amaralina, Beiru, Periperi e Bairro da Paz, lugares ostensivamente criminalizados e onde constantemente ocorrem invasões violentas da polícia, *blitz* nos ônibus, *baculejos* em festas, tortura de jovens, invasões domiciliares sem mandato, prisões ilegais e outros constrangimentos de familiares, humilhações públicas e mortes.

O silêncio das autoridades e a continuidade da violência urbana, que tem feito muitas vítimas letais, ampliam a necessidade de enfrentamento ao racismo institucional, tarefa que continua sendo necessária para a nossa sobrevivência. Sob a tocha do Estado, não podemos viver a não ser em sobressaltos, pois os soldados cumprem a infame missão de disparar os gatilhos e manter “limpas” as mãos da elite branca que, historicamente, se alimenta do nosso sangue, no fúnebre silêncio dos campos de desova e, por fim, nos cemitérios da Bahia. Terminei este trabalho com a mesma dor que me fez começá-lo há quase três anos, porque eles, os “homens da lei”, não estão no estágio do cessar fogo.

5.3. Pelo fim da guerra do Estado feita na vida das mulheres negras

Nós, as mulheres negras, nesta guerra que se faz em nosso cotidiano, em nossas vidas, temos carregado as cicatrizes das balas desferidas contra a vida dos jovens-homens-negros, e que se espalham em nosso destino, como coletividade, como povo. O impacto dessas mortes em nossas vidas revela o drama de uma ampla parte da sociedade baiana e brasileira, sem direito a pensar o amanhã, pois nossos sonhos estão sendo seqüestrados num mar de sangue. Conter esse mar de sangue não tem sido tarefa assumida nem por gestores do executivo, que lideram as políticas de segurança pública, e, não tem sido, sequer, ponto de reflexão dos poderes de justiça, que existem para seus próprios membros e não para conter a fronteira de ódio estruturada pelo racismo, o qual se materializa na ação concreta da polícia, e muito menos ainda do parlamento, constituído, majoritariamente, por grupos econômicos beneficiários da indústria do medo.

Enfim, esta dissertação é uma contribuição de uma ativista, forjada na luta do Movimento de Mulheres Negras, para tirar da superfície a nossa experiência secular com a violência exercida e permitida pelo Estado, para dar continuidade a nossa teia contra-hegemônica de enfrentamento à criminalização, afirmando nossa humanidade, contestada todos os dias pela branquitude, militarmente armada, contra nossas comunidades.

Forjar a resposta contra a matança de jovens-homens-negros em Salvador e no contexto do Brasil passa por fortalecer o diálogo das mulheres negras com o Estado, que precisa ser pautado por menor presença das forças de segurança nas comunidades negras e maior vigor das políticas públicas, objetivando conter cenários desfavoráveis, marcados pelo processo de desumanizar para depois matar, por exemplo, de absurdos como redução da maioridade penal, e, por outro lado, deve interferir em um campo ainda mais delicado, da baixa representação da população negra nos cenários de decisão, onde se constituem as políticas de segurança pública e outras.

CAPÍTULO 6 – REFERÊNCIAS

- ADORNO, Sérgio. A Criminalidade Urbana Violenta no Brasil: Um Recorte Temático. BIB: Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais. Rio de Janeiro, nº 35, p. 3-24, 1993.
- ADORNO, Sérgio. Discriminação racial e justiça criminal em São Paulo. In: Revista Novos Estudos CEBRAP, n. 43, São Paulo, nov. 1995, pp.45-63.
- ADORNO, Sérgio. Violência e Racismo: discriminação no acesso à justiça penal. In: Raça e Diversidade. Lilia Moritz Schwarcz e Renato da Silva Queiroz (Orgs.). São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Estação Ciência, Edusp, 1996, pp. 255-276.
- AMAR, Paul. Tactics and Terms of Struggle against Institutional Racism in the Police and Security Sectors: Outlining the Political Histories, Urban Geographies, and International Relations of “Racial Profiling and Race Blindness” in the United States, for Brazil. New York/USA, 23 May, 2004.
- AMAR, Paul. “Táticas e termos da luta contra o racismo institucional nos setores de polícia e de segurança. In: Ramos, Silvia e Musumeci, Leonarda (Coord.). Elemento Suspeito: abordagem policial e discriminação na cidade do Rio de Janeiro. RJ, Coleção Segurança e Cidadania do CESEC – Centro de Estudos de Segurança e Cidadania/UCAM. Civilização Brasileira, 2005, pp.229-281.
- AMAR, Paul e Schneider, Cathy. The rise of crime, disorder and authoritarian policing. An introductory essay. NACLA Report on the Americas, Vol. 37, N.2, Set/Oct. 2003.
- ARAÚJO, Edna Maria de. Mortalidade por Causas Externas e Raça/Cor: Uma Expressão das Desigualdades Sociais em Salvador, Bahia, Brasil, 1998 a 2003. Tese de Doutorado em andamento, ISC-UFBA, 2005.
- ARCHANJO, George Ocohama d’Almeida. O Movimento de 1981 na Polícia Militar da Bahia. Dissertação de Mestrado, FFCH-UFBA, Salvador, 1983.
- AUSTIN, Regina. “The Black Community”, Its Lawbreakers, and a Politics of Identification. In: Critical race theory. Richard Delgado (org.) Temple University Press – Philadelphia, 1996, pp.293-304.
- BACELAR, Jeferson Afonso. A Família da Prostituta. Salvador, Editora Ática, 1982.
- BAIROS, Luíza. Orfeu e Poder: uma perspectiva afro-americana sobre a política racial no Brasil. In: Revista Afro-Ásia, Salvador, CEAO – UFBA, 1996, pp173-186.
- BAIROS, Luíza (org.). Dossiê III Conferência Mundial Contra o Racismo. In: Revista Estudos Feministas, Florianópolis/SC, CFH/CCE/UFSC, VOL 10 N. 1, 2002, pp.169-235.

- BAIROS, Luíza. Nossos Feminismos Revisitados. In: Dossiê Mulheres Negras – Matilde Ribeiro (org). Revista Estudos Feministas, Florianópolis/SC, CFH/CCE/UFSC, v.3 n. 3, 1995, pp.458-463.
- BAIROS, Luíza. Vivendo Em Sobressalto. In: Trabalho e Desigualdades Raciais: negros e brancos no mercado de trabalho em Salvador. CASTRO, Nadya Araújo e BARRETO, Vanda Sá (Orgs.). São Paulo: Annablume, A Cor da Bahia, 1998, pp. 41-66.
- BARBOSA, Alvacir B. A Distribuição Espacial da Criminalidade em Salvador. *Dissertação de Mestrado*, Instituto de Geociências, UFBA, 1999.
- BARCELLOS, Caco. Rota 66: A História da Polícia Que Mata. São Paulo, 3ª edição, Editora Globo, 1997, 274p.
- BARROS, Maria do Rosário N. e Zaverucha, Jorge (org.). Violência e Segurança Pública no Brasil e na América Latina. In: Políticas de Segurança Pública: dimensão da formação e impactos sociais. Série Gestão Pública e Cidadania. Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, Recife-PE, 2002, pp.07-11.
- BARROS, Zelinda. A Constituição das representações sociais por raça, classe e gênero. In: “Casais inter-raciais e suas representações de raça”. Dissertação de Mestrado, 2º capítulo, pp.44-74. Salvador, FFCH-UFBA, 2003.
- BAUMAN, Zygmunt. O mal-estar na pós-modernidade. Rio de Janeiro: JZE, 1998.
- BAUMAN, Zygmunt. Pós-modernidade e Ambivalência. Rio de Janeiro: JZE, 1999b.
- BAUMAN, Zygmunt. Globalização – as consequências humanas. Rio de Janeiro: JZE, 1999a.
- BAUMAN, Zygmunt. Lei global, ordens locais. In: Globalização – as consequências humanas. JZH Rio de Janeiro: 1999a.
- BAUMAN, Zygmunt. Os estranhos da era do consumo. In: O mal-estar da pós-modernidade. Rio de Janeiro: JZH, 1998, pp.
- BAUMAN, Zygmunt. Turistas e vagabundos: os heróis e as vítimas da pós-modernidade. In: O mal-estar da pós-modernidade. JZH Editor, 1998, pp.
- BAUMAN, Zygmunt. A agenda política pós-moderna. In: Modernidade e Ambivalência. Rio de Janeiro: JZH, 1999b, pp.
- BAYLEY, David H. e Skolnick, Jerome H. Policiamento Comunitário: Questões e práticas através do mundo. Série Polícia e Sociedade, n.06. NEV/EDUSP, São Paulo, 2002.

- BAYLEY, David H. e Skolnick, Jerome H. Nova Polícia: Inovações nas polícias de seis cidades americanas. Série Polícia e Sociedade, n.02. NEV/EDUSP, São Paulo, 2001.
- BENEVIDES, Maria Victória. Violência, Povo e Polícia: Violência Urbana no Noticiário da Imprensa. São Paulo, Brasiliense/CEDEC, 1983, 102p.
- BENTO, Maria Aparecida da Silva e Carony, Iray (orgs.). Psicologia Social do Racismo. Petrópolis – RJ: Editora Vozes, 2003.
- BICUDO, Hélio. Um Modelo Policial Esgotado. In: Jornal do Brasil, p. 09, Caderno 01, 07/05/1997.
- BHABHA, Homi. O Local da Cultura. Belo Horizonte, Editora da UFMG, 1998.
- BOURDIEU, Pierre. Contrafogos: Táticas para enfrentar a invasão neoliberal. Rio de Janeiro, V.1, JZE, 1998.
- BOURDIEU, Pierre. O Poder Simbólico. Lisboa: Difel. 1990, 311p.
- BRANDÃO, Helena H. Nagamine. Introdução à análise do discurso. Campinas/SP, Editora da Unicamp, 8ª edição, 2002.
- CAPRA, Fritjof. O ponto de mutação – a ciência, a sociedade e a cultura emergente. São Paulo, Editora Cultrix, 1989.
- CÁRDIA, Nancy. A Violência Urbana e os Jovens. In: São Paulo Sem Medo. SP, NEV/USP, 1998, pp.121-132.
- CARNEIRO, Leandro Piquet e Fajnzylber. La criminalidad en regiones metropolitanas de Rio de Janeiro y São Paulo: Factores determinantes de la victimización e política pública”. In: Crimen y Violencia en America Latina. Washington, D.C. Banco Mundial e Alfaomega, 2001.
- CARVALHO, Inaia Maria Moreira de e Laniado, Ruthy Nadia. A Sociedade dos Fatos Consumados. In Cadernos CRH. Salvador, N. 17, jul/dez,1992, pp. 35-56.
- CASTRO, Celso. O Espírito Militar: Um estudo de Antropologia Social na Academia Militar das Agulhas Negras. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1990.
- CEAS: Centro de Estudos e Ação Social. Editorial: *Consciência do Desgoverno*. Salvador, Cadernos do CEAS. N. 195 - Setembro/Outubro 2001.
- CENTRO DE JUSTIÇA GLOBAL. Relatório sobre a tortura de presos comuns e a situação dos direitos humanos no Brasil. São Paulo, 2002.
- CENTRO DE JUSTIÇA GLOBAL. Relatório de Direitos Humanos Brasil 2002. Rede de Justiça e Ação Social, SP, 2002.

- DIOP, Cheik Anta. *The African Origin of Civilization – Myth or Reality*. Laurence Hill Books, California/USA, 2001.
- CHAMPAGNE, Patrick A *Visão Midiática*, In: *A Miséria do Mundo*. Pierre Bourdieu (Org.) Petrópolis, RJ, Vozes, 2001, pp.63-80.
- CHAMPAGNE, Patrick. *A ruptura com as pré-construções espontâneas ou eruditas*. In: *Iniciação à prática sociológica*. Champagne, Patrick, Dominique Merllié e Louis Pinto (org.). Vozes, Petrópolis/RJ, 1998, pp.171-227.
- CJP - Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de Salvador. *A Outra Face da Moeda: Violência na Bahia*. Ribeiro e Zanneti (Orgs.), Salvador, 2000.
- CJP – Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de Salvador. *Violência Policial e a Relação com os Homicídios em Salvador – Jan/1996 a Out/1998*. Relatório. Lutz Mulert Souza Ribeiro e Marília Assunção (Orgs.). 1998.
- CJP - Dossiê: *Violência Policial e a Relação com os Homicídios em Salvador (1996 a outubro de 1998)*. Salvador, CJP, 2000.
- CLIFFORD, James. “Sobre autoridade etnográfica”. *A experiência etnográfica. Antropologia e literatura no século XX*. José R. Santos Gonçalves (org.). Rio de Janeiro, Ed. da UFRJ, 1998, pp. 17-62.
- CMI BRASIL – Centro de Mídia Independente. *Greve da Polícia em Salvador - Relato pessoal sobre a greve da polícia em Salvador*. Por André e Luana, 12/07/2001. www.midiaindependente.org.br.
- CONCEIÇÃO, Fernando. *Qual a cor da imprensa?* In: *A cor do Medo: Uma análise dos homicídios e das relações raciais no Brasil*. Brasília, MNDH, 1998, pp.153-161.
- CONCEIÇÃO, Fernando. *Cala a Boca Calabar: A Luta Política dos Favelados*. Petrópolis/RJ: Editora Vozes, 1986.
- CONCEIÇÃO, Fernando. *Negritude Favelada: A Questão Racial na "Democracia Racial" Brasileira*. Salvador: Editora do Autor, 1988.
- CONGRESSO NACIONAL – Câmara dos Deputados. *Relatório Final da Comissão Parlamentar de Inquérito do Extermínio no Nordeste*. Brasília, agosto de 2004, v.1, 695p.
- COSTA, Ivone Freyre. *Polícia e sociedade: gestão de segurança pública, violência e controle social*. EDUFBA, 2005.
- COSTA, Ivone Freyre. *Segurança Pública em Debate: problemas e perspectivas*. Coletânea de Textos, Salvador - BA, v. 2, p. 140-145, 1998.
- CRENSHAW, Kimberlé. *Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos a gênero*. In *Dossiê III Conferência Mundial Contra o*

- Racismo. Luíza Bairros (org.). Florianópolis/SC: Revista Estudos Feministas, CFH/CCE/UFSC, Vol. 10, N. 1/2002.
- DAVIS, Angela. Viver e Continuar Lutando. In: O Livro da Saúde das mulheres negras: Nossos Passos Vêm de Longe. Rio de Janeiro, Ed. Pallas. Jurema Werneck e Maisa Mendonça (org.). 2000, pp.68-74.
- DIMENSTEIN, Gilberto. Nova York é a Luz no Fim do Túnel. In: Folha de São Paulo, Caderno Mundo 1, 18/08/1996, p. 25.
- ELIAS, Norbert e Scotson, John L. Os estabelecidos e os outsiders – Sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro, JZE, 2000.
- ELIAS, Norbert. O Processo Civilizador – uma história dos costumes. Rio de Janeiro, JZE, V 1, 1994.
- FARIAS, José Eduardo. Direitos Humanos e Pobreza Globalizada. In: Calendário. Pró-Reitoria de Cultura e Extensão Universitária da Universidade de São Paulo. SP, Abril/1999, pp. 14-15.
- FANON, Franz. Pele Negra, Máscaras Brancas. Editora Fator, RJ. 1983.
- FCCV: Fórum Comunitário de Combate à Violência. O rastro da violência em Salvador – II: mortes de residentes em Salvador de 1997 a 2001. UFBA, UNICEF, Instituto Médico Legal Nina Rodrigues. Salvador, 2002, 77p.
- FERNANDES, Florestan. A integração do negro na sociedade de classes. São Paulo, Editora Ática, 1970.
- FOUCAULT, Michel. Vigiar e Punir: História da Violência nas Prisões. Petrópolis: Vozes, 20ª edição. Tradução: Raquel Ramallete, 1999, 262p.
- FOUCAULT. Microfísica do Poder. RJ, Graal, 13ª edição. Organização, introdução e revisão técnica de Roberto Machado, 1998, 295p.
- FOUCAULT, Michel. Os intelectuais e o poder. Conversa entre Michel Foucault e Gilles Deleuze. In: Microfísica do poder. Rio de Janeiro, Graal, 1998.
- FREYRE, Gilberto. Casa Grande & Senzala. Rio de Janeiro: Ed. José Olímpio, 1980.
- GILROY, Paul. O Atlântico Negro – Modernidade e dupla consciência. Rio de Janeiro, UCAM – Universidade Cândido Mendes/Editora 34, 2001.
- GODI, Antônio Jorge V. dos Santos. Música Afro-carnavalesca: das multidões para o sucesso das massas elétricas. In: Ritmos em trânsito – sócio-antropologia da música baiana. Jocélio Teles dos Santos e Lívio Sansone (orgs.). SP, Dynamis Editorial; Salvador, Programa a Cor da Bahia e Projeto S.A.MB.A. 1997, pp.73-96.
- GONZALEZ, Juan. New York Police Department Arrest 181 black men in Queens after cop shot in the leg. Times Magazine, Friday, July 1st, 2005.

- GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na sociedade brasileira. Texto apresentado na IV Reunião da ANPOCS, Rio de Janeiro, outubro de 1980. ANPOCS, Brasília, 1983.
- GONZALEZ, Lélia e Hasenbalg, Carlos. Lugar de Negro. Coleção Dois Pontos. Rio de Janeiro: Editora Marco Zero, 1983.
- GOVERNO DA BAHIA, SSP – BA, AGEKOM, Notícias On-Line. Polícia baiana prende dois grupos de extermínio em menos de dois meses. Salvador, Terça-feira, 19 de Outubro de 2004.
- GOVERNO DA BAHIA. AGEKOM, Notícias On-Line. Salvador não é capital com índice preocupante de criminalidade. Quinta-feira, 26 de Junho de 2003.
- GUIMARÃES, Alberto Passos. As classes perigosas – banditismo urbano e rural. RJ, Graal, 1981, 205p.
- KALY, Alain Pascal. Da Senzala À Favela: Meninos/As De/Na Rua Em Salvador. SALVADOR - BA. 01/12/1999. 1v. 101p. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal da Bahia - Ciências Sociais.
- KOLKER, Tânia. Os profissionais da saúde e a tortura nas prisões. Brasília, Ministério da Saúde, Revista de Saúde e Direitos Humanos. Fundação Osvaldo Cruz, Núcleo de Estudos em Direitos Humanos, ano 2, n. 2, 2005, pp.15-23.
- Hall, Stuart. Da Diáspora: Identidades e Mediações Culturais. Organização: Liv Sovic; Tradução: Adelaine La Guardiã Resende et alli. Belo Horizonte: Editora da UFMG, Brasília : Representantes da UNESCO no Brasil, 2003.
- HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade. Rio de Janeiro, 5ª ed. DP&A Editora. Tradução: Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro, 2001.
- IBASE BETINHO. Sonhar o futuro, mudar o presente – diálogos contra o racismo, por uma estratégia de inclusão racial no Brasil. Rio de Janeiro, 2003.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Censo 2000.
- IKEMOTO, Lisa C. Traces of the Master Narrative in the Story of African American/Korean American Conflict: how we constructed “Los Angeles”. In: Critical race theory. Richard Delgado (org.) Temple University Press – Philadelphia, 1996, pp.305-315.
- IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Relatório Desigualdades Raciais no Brasil. Brasília, 2001.
- JUSTIÇA GLOBAL/Global Exchange. Relatório: Monitoramento dos Crimes de Torturas no Brasil. São Paulo – Brasil/ Califórnia – Estados Unidos, 2001 e 2002.
- JORNAL À TARDE. “Sargento PM lidera grupo de extermínio”, em 07/07/96, Seção Policial, p.26.

- JORNAL A TARDE. “Sargento diz que não é justiceiro”, em 08/07/96, Seção Policial, p.20.
- JORNAL A TARDE. “Começa Operação no Beiru, a Baixada Fluminense de Salvador.”. Salvador, 23 de julho de 1996.
- JORNAL A TARDE. “Violência no Beiru está com os dias contados”. Salvador, Seção Polícia, 01/08/96, p.19.
- JORNAL A TARDE. “Reduto de Várias Gangues”. Caderno de Polícia, 23 de julho de 1996.
- JORNAL CORREIO DA BAHIA. Grupo de extermínio formado por PMs é desarticulado. Caderno Aqui Salvador, Sessão: Segurança, 20/10/2004.
- JORNAL CORREIO DA BAHIA. “Mulheres da lei - Delegadas concursadas e policiais femininas ganham espaço num mercado historicamente masculino.” Salvador, 02/12/2002.
- JORNAL O GLOBO. “Secretário de Administração Penitenciária rebate críticas de relatora da ONU”. Rio de Janeiro, 07/10/2003.
- J.SANTOS, José Raimundo. A sua casa é a minha rua? In: Revista Textos e Contextos, Faculdades Integradas da Bahia – FIB, 2003, pp.115-122.
- LEMOS-NELSON, Ana Tereza. Violência e segurança pública no Brasil e na América Latina. Comentários. In: Políticas de Segurança Pública: dimensão da formação e impactos sociais. Fundação Joaquim Nabuco/Escola de Governo e Políticas Públicas. Editora Massaranga, Recife/Pe, 2002, pp.67-73.
- LOPES, Luiz Paulo da Moita. Identidades fragmentadas – a construção discursiva de raça, gênero e sexualidade em sala de aula. São Paulo: Mercado de Letras, 2002.
- TAPARELLI, Gino e Machado, Eduardo Paes. Violência juvenil, infração e morte nas quadrilhas de Salvador. In: Cadernos do CEAS, Salvador, Set./Out. 1996, nº165, pp. 63-81.
- MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. Plano Nacional de Segurança Pública - O Brasil Diz Não à Violência. Brasília, 2000.
- MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. Programa Nacional de Direitos Humanos. Brasília: Secretaria de Comunicação Social, 1996, 41p.
- MIR, Luiz. Guerra Civil: Estado e Trauma. São Paulo: Geração Editorial, 2004, 956p.
- MOORE, Carlos Wedderburn. Do marco histórico das políticas públicas de ações afirmativas – perspectivas e considerações. In: Ações afirmativas e combate ao racismo nas Américas/Organizador, Sales Augusto dos Santos. – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005, pp.313-341. (Coleção Educação para Todos).

- MOORE, Carlos Wedderburn. The Latin Model of Race Relations. In: Castro, the blacks, and África. Center for Afro-Americans Studies, University of California, Los Angeles/USA, 1988, pp.355-356.
- MORAES, Bismael B. Polícia, governo e sociedade: Certos conceitos. São Paulo: Sonda Editora, 1992.
- MUNANGA, Kabengele. Rediscutindo a Mestiçagem no Brasil – identidade nacional versus identidade negra. Petrópolis/RJ, Vozes, 1999.
- MUSUMECI, Leonarda e Ramos, Silvia. “Elemento Suspeito”. Abordagem policial, estereótipos raciais e percepções da discriminação na cidade do Rio de Janeiro. RJ, Boletim Segurança e Cidadania, CESEC – Centro de Estudos de Segurança e Cidadania – UCAM, ano 03, n.08, dezembro de 2004.
- MUSUMECI, Leonarda. Homicídios no Rio de Janeiro – Tragédia em busca de políticas. RJ, Boletim Segurança e Cidadania, CESEC – Centro de Estudos de Segurança e Cidadania – UCAM, ano 01, n.02, julho de 2002.
- NORONHA, Ceci Vilar, Machado, Eduardo Paes et al. Violência, etnia e cor: um estudo dos diferenciais na região metropolitana de Salvador, Bahia, Brasil. Salvador, ISC-UFBA/OPAS, 1998.
- NORONHA, Ceci, Machado, Eduardo Paes et al. No olho do furacão: brutalidade policial, *preconceito* racial e controle da violência em Salvador. In: Afro-Ásia, nº 19-20, Salvador, CEAO/UFBA, 1997, pp. 201-226.
- NASCIMENTO, Abdias. Pronunciamento no Fórum “Vozes das Vítimas do Racismo” da III WCAR – 3ª Conferência Mundial Contra o Racismo. Durban/África do Sul, Agosto/Setembro de 2001.
- NASCIMENTO, Abdias do. O Brasil na Mira do Pan-Africanismo. Salvador, EDUFBA/CEAO, 2002.
- NASCIMENTO, Abdias. O Negro e o Congresso Brasileiro. In: História do Negro no Brasil. Fundação Cultural Palmares, Brasília, 2003, pp.105-151.
- NASCIMENTO, Elimar Pinheiro. Violência Urbana: o eixo da conjuntura social brasileira no final do século XX. In: Políticas de Segurança Pública: dimensão da formação e impactos sociais. Fundação Joaquim Nabuco/Escola de Governo e Políticas Públicas. Editora Massaranga, Recife/Pe, 2002, pp.13-31.
- NINA RODRIGUES, Raimundo. A Sobrevivência Psíquica na Criminalidade dos Negros no Brasil. In: Os Africanos no Brasil. Editora da UnB, 8ª edição, 2004, pp.305-308.
- NINA RODRIGUES, Raimundo. As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil. Salvador/Bahia: Progresso, 1ª Edição 1894.
- OEA – Organização dos Estados Americanos. Documentos básicos em matéria de direitos humanos no sistema interamericano. Secretaria Geral da OEA. Washington, D.C./USA, outubro de 2003.

- OEA – Organização dos Estados Americanos. Relatoria Especial sobre os Direitos dos Afro-descendentes e Contra a Discriminação Racial da Comissão Interamericana de Direitos Humanos. Washington, D.C./USA, outubro de 2005.
- OUVIDORIA da Polícia do Estado de São Paulo. A Ouvidoria da Polícia e a OEA (Organização dos Estados Americanos). São Paulo, Relatório Anual de Prestação de Contas/ 1997, pp. 172-173.
- PAIM, Jairnilson Silva e COSTA, Maria da Conceição Nascimento. Mortes Violentas em Crianças e Adolescentes de Salvador. Bahia Análise & Dados, Salvador: v.6, n.1, pp. 59-67, jun/96.
- PAIM, Jairnilson Silva. Salvador Encontra nas Mortes Violentas sua Segunda Maior Causa de Óbitos. In Associação Baiana de Medicina, Notícias, N. 210, março/96.
- PAIXÃO, Marcelo. Antropofagia e racismo: uma crítica ao modelo brasileiro de relações raciais. In: Ramos, Silvia e Musumeci, Leonarda (Coord.). Elemento Suspeito: abordagem policial e discriminação na cidade do Rio de Janeiro. RJ, Coleção Segurança e Cidadania do CESEC – Centro de Estudos de Segurança e Cidadania/UCAM. Civilização Brasileira, 2005, pp.283-322.
- PARAÍSO e BOAVENTURA. Policiamento Ostensivo Integrado: o que fizemos, como estamos, para onde vamos. Salvador, Polícia Militar da Bahia, 1991, 73p.
- PINHEIRO, Paulo Sérgio et alli. São Paulo Sem Medo: um diagnóstico da violência urbana. Rio de Janeiro, Garamond, (TV Globo e NEV/USP), 1998.
- PINHEIRO, Paulo Sérgio et alli. Pobreza, Violência e Direitos Humanos. In: Novos Estudos CEBRAP, n. 39, julho 1994, pp.189-208.
- PINTO, Elizabete Aparecida. Etnografia: Identidades Reflexivas. In: Seminário temático Antropologia e seus espelhos – A etnografia vista pelos observados. Vagner Gonçalves da Silva et alli (orgs.) São Paulo, FFLCH-USP1994pp.15-20.
- POLÍCIA MILITAR DA BAHIA. Cartilha de orientação para formação e implementação dos conselhos comunitários de segurança pública. Organização Major PM Lázaro R. Oliveira Monteiro e André Ricardo Guimarães Silva, Serviço de Gestão de Qualidade do DQPDT da PMBA, 2004, 52p.
- POLÍCIA MILITAR DA BAHIA. Organização Estrutural e Funcional da PMBA. Gabinete do Comando Geral da PMBA. Salvador, Diário Oficial do Estado, 29 e 30 de abril de 2000.
- POLÍCIA MILITAR DA BAHIA – Departamento de Qualidade e Desenvolvimento Tecnológico/Serviço de Gestão da Qualidade. Projeto Polícia Cidadã – um referencial básico para gestão moderna de serviço de policiamento ostensivo. Salvador, 1999.
- PMS - Prefeitura Municipal de Salvador. O Perfil de Salvador. Centro de Planejamento Municipal/Sec. Planejamento e Desenvolvimento Econômico. Salvador, 1996.

- PROJETO UNI-BAHIA - UFBA/Fórum Comunitário de Combate às Violências /UNICEF. O Rastro da Violência em Salvador: Mortes Violentas de Residentes em Salvador, 1997. Sistema de Vigilância das Violências. Salvador, 1998, 39p.
- PRUDENTE, Eunice Aparecida de Jesus. Preconceito racial e igualdade jurídica no Brasil: A cidadania negra em questão. São Paulo, Julex Livros, 1989.
- RABINOW, Paul. “Representações são fatos sociais”. Modernidade e Pós-modernidade na Antropologia. Ensaios de Paul Rabinow. Organização e tradução João Guilherme Biehl. Rio de Janeiro: Editora Relume Dumará, 1999.
- RAMOS, Silvia e MUSUMECI, Leonarda (Coord.). Elemento suspeito: Abordagem policial, estereótipos raciais e percepções da discriminação na cidade do Rio de Janeiro. RJ, Coleção Segurança e Cidadania coordenada pelo CESEC – Centro de Estudos de Segurança e Cidadania/UCAM. Civilização Brasileira, 2005.
- RAMOS, Silvia, Cano, Inácio et al (Coord.). Quem vigia os vigias? Controle social da ação policial. Rio de Janeiro, 2004.
- REIS, Dyane Brito. Uma Questão de Cor (A Polícia e a População negra em Salvador). Salvador, Monografia de Bacharelado em Sociologia, FFCH/UFBA, 1998.
- REIS, Dyane Brito. O Racismo na Determinação da Suspeição Policial: A construção social do suspeito. Dissertação de Mestrado, Salvador, FFCH-UFBA, 2001a.
- Reis, Dyane Brito. Negros, Brancos de Medo. In: Revista Textos e Contextos, Faculdades Integradas da Bahia – FIB, 2003, pp.108-114.
- REIS, João José. A Tradição Rebelde II: Revoltas Escravas na Bahia Independente. In: Rebelião Escrava no Brasil – A História do Levante dos Malês em 1835. Edição revista e ampliada, São Paulo, Cia das Letras, 2003, pp.94-121.
- REIS, Vilma. Operação Beiru: A ação policial no combate à violência em uma comunidade da periferia de Salvador - Falam as Mães dos que “Tombaram”. Monografia de Bacharelado em Sociologia, Salvador, FFCH/UFBA, maio de 2001.
- REIS, Vilma. Na mira do racismo institucional – quebrando o silêncio diante da matança de jovens-homens-negros em Salvador. In: Jornal Irohin, Brasília, 2005.
- RIBEIRO, Carlos Antônio Costa. Cor e criminalidade: estudo e análise da justiça no Rio de Janeiro (1900-1930). Rio de Janeiro: Editora UERJ, 1995.
- SAID, Edward. Orientalismo: O oriente como invenção do ocidente. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- SAMPAIO, Elias. Políticas Públicas para os negros no Brasil. Comunicação apresentada no Fórum permanente da III Conferência Mundial Contra o Racismo. Salvador, CEAFFRO-CEAO/UFBA, Set/2001.
- SAMPAIO, Elias. Contribuição ao Grupo de Trabalho do Projeto DFID/PNUD para o Combate ao Racismo Institucional no Nordeste do Brasil. Salvador, 2001.

- SAMPAIO, Elias. Racismo Institucional: Desenvolvimento Social e Políticas Públicas de Caráter Afirmativo no Brasil. *Revista Internacional de Desenvolvimento Local – Interações*, 2003.
- SAMPAIO, Elias. Racismo Institucional: uma reflexão conceitual para contribuição à agenda de trabalho do DFID/PNUD no Brasil. Salvador, Seminário da SEMUR – Secretaria Municipal da Reparação, 24 de Fev. 2005.
- SAMPAIO, Elias, Bairros, Luíza e Sá Barreto, Vanda (Orgs.). *Cartilha de Políticas Públicas de Inclusão e Promoção da Igualdade Racial para o Povo Negro da Cidade de Salvador*. Salvador Instituto Búzios, 2004.
- SANCHES FILHO, Alvino Oliveira. Incentivos e Constrangimentos Institucionais. O Ministério Público Estadual da Bahia e o Controle Externo da Atividade Policial. In: *A Outra Face da Moeda – Violência na Bahia*. Salvador, CJP, 2000, pp.119-134.
- SANTOS, Jocélio Teles dos. Divertimentos estrondosos: batuques e sambas no século XIX. In: *Ritmos em trânsito – sócio-anthropologia da música baiana*. Jocélio Teles dos Santos e Lívio Sansone (orgs.). SP: Dynamis Editorial; Salvador, Programa a Cor da Bahia e Projeto S.A.MB.A. 1997, pp. 15-38.
- SANTOS, Sales Augusto dos, Oliveira, Dijaci David de, Geraldês, Elen Cristina e Lima, Ricardo Barbosa de (orgs.). *A Cor do Medo - Homicídios e relações raciais no Brasil*. Brasília, Ed. UnB; Goiânia: Ed. UFG, 1998.
- SAWEYR, Mark Q. *Racial Politics in Post-Revolutionary Cuba*. University of California, Los Angeles/USA, 2003.
- SCHWARCZ, Lilian Moritz. As Faculdades de Medicina ou Como sanar um país doente. In: *O Espetáculo das Raças*. São Paulo, Cia das Letras, 1993, pp.189-238.
- SERPA, Angelo. *Fala Periferia! Uma reflexão sobre a produção do espaço periférico metropolitano*. Salvador, IGC/UFBA, 2001.
- SILVA, Denise Ferreira da. Zumbi & Simpson, Farrakan & Pele: as encruzilhadas do discurso racial. *Estudos Afro-Asiáticos* (33):87-97, setembro de 1998.
- SILVA, João Apolinário da. *Transformação urbana, socioeconômica e da criminalidade em Salvador (1980-2000)*. Dissertação de Mestrado, UNIFACS, Salvador, 2004.
- SILVA, Patrícia Maria Pimenta dos. *A Polícia Militar na Sociedade – Valores e modo de pensar no agir institucional*. Salvador, Monografia de Bacharelado em Sociologia, FFCH/UFBA, 1996.
- SOARES, Luiz Eduardo. *Invisibilidade e Reconhecimento - Expectativa e Ordem Social*. In: *Cabeça de Porco*. MVBill, Celso Athayde e Luiz Eduardo Soares (org.). Rio de Janeiro: Objetiva, 2005.

- SOARES, Luiz Eduardo. *Meu Casaco de General: Quinhentos dias no front da segurança pública do Rio de Janeiro*. São Paulo, Cia das Letras, 2000.
- SODRÉ, Muniz. *Cultura Negra*. In: *A Verdade Seduzida – por um conceito de cultura no Brasil*. Rio de Janeiro: 2ª edição. Francisco Alves, 1988, pp.118-185.
- SOUZA, Neusa Santos. *Tornar-se Negro ou As vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social*. Rio de Janeiro, Edições Graal, 2ª edição. 1990.
- SUDBURY, Julia. *Articulando raça, gênero e classe*. In: *Outros Tipos de Sonhos: Organizações de Mulheres Negra e Políticas de Transformações*. São Paulo: Selo Negro e Geledés, 2004.
- TORRES, Jussara Oliveira e Sampaio, Vitória Régia M. *Beiru, Análise do Crescimento de um Bairro Periférico*, UFBA - Instituto de Geociências, Departamento de Geografia, Salvador, 1983.
- TRIBUNA DA BAHIA. *PM faz operação no Beiru para combater o crime*. Salvador, Caderno Cidade, p. 10, 23 de julho de 1996.
- TOURAINÉ, Allain. *A crítica da modernidade*. Petrópolis/Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1994.
- UNESCO – Fundo das Nações Unidas para a Cultura, Ciência e Educação. *IDJ - Índice de Desenvolvimento da Juventude*. Brasília, 2003.
- UNESCO – Fundo das Nações Unidas para a Cultura, Ciência e Educação. *Relatório Mortes Matadas por Armas de Fogo no Brasil, 1979 a 2003*. Júlio Jacobo Waiselfisz (organizador) Brasília, 2005.
- UNICEF Brasil. *Relatório Direitos Negados – A Violência Contra Crianças e Adolescentes no Brasil*. UNICEF, Brasília, 2005.
- UNICEF Brasil. *Relatório da Situação da Infância e Adolescência Brasileiras. Diversidade e Equidade – pela garantia dos direitos de cada criança e adolescente. Seminário Igualdade na Diversidade*. UNICEF, Brasília, 2003.
- UZEL, Marcos. *O Teatro do Bando – Negro, Baiano e Popular*. Salvador, P555 Editora e Teatro Vila Velha, 2003.
- VRON WARE (org.). *Branquidade: identidade branca e multiculturalismo*. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Garamond, 2004. 392 p.
- WACQUANT, Loic. *As Prisões da Miséria*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor. Tradução: André Telles, 2001.

- WACQUANT, Loic. Proscritos da Cidade – Estigma e divisão social no gueto americano e na periferia urbana francesa. In: Revista Novos Estudos CEBRAP, n. 43, São Paulo, nov. 1995, pp.64-83.
- WASELFIZ, Julho Jacobo (org.). Juventude, Violência e Cidadania: os jovens de Brasília. Brasília, Cortez Editora. Comitê Editorial da Unesco no Brasil, 1998, 174p.
- ZALUAR, Alba. “Violência, dinheiro fácil e justiça no Brasil: 1980 – 1995. In: Estudos Afro-Asiáticos, Rio de Janeiro, n. 34, Dezembro de 1998, pp.07-33.
- ZALUAR, Alba. Condomínio do Diabo. Rio de Janeiro, Editora Revan/UFRJ Editora, 1993.

ANEXOS

Anexo 1 - Roteiro de Entrevistas

1. Qual a inserção/trajetória do/da entrevistado/a na instituição
2. Um conceito de políticas de segurança pública da instituição que o/a Sr./Sra. dirige?
3. Na opinião da/do Sra./Sr. quem elabora as políticas de segurança pública?
4. Como as políticas chegam até o policial que tem contato com a população?
5. Quem apresenta/desenvolve as políticas de segurança pública (Estado, União) para os policiais localmente?
6. Como é pensada a cidade pela polícia?
7. Na opinião do/da entrevistado/a o que é segurança pública?
8. Quais são as políticas que estão sendo executadas atualmente?
9. Qual era a situação da segurança pública quando o/a sr/sra. assumiu?
10. Que modelos as orientam? Já ouviu falar no modelo de Tolerância Zero?
Como foi a situação nos anos 90?
11. Qual é a situação de segurança pública em Salvador, com destaque para os bairros populares?
12. Como a polícia se comunica com a população de Salvador?
13. Quem, na cidade, participa das decisões sobre segurança com a polícia fora dos seus muros? Mídia, movimentos sociais, população fazem parte das decisões?
14. Existem populações vulneráveis à violência em Salvador? Onde elas residem e como vivem?
15. Na opinião do/da entrevistado/a que modelo de polícia é bom para a cidade?
16. Na opinião do/da entrevistado/a que elabora e/ou aplica políticas de segurança, como devem proceder os órgãos de controle externo à polícia? Ministério Público, Sociedade civil organizada? Tem notícia da existência de algum movimento organizado para questões do controle externo das ações da polícia?
17. Qual é o referencial de segurança pública que inspira o/ entrevistado/a?
18. Qual o perfil do policial que está nas ruas de Salvador e mais particularmente nos bairros populares?

19. O/a entrevistado/a considera que existem implicações raciais nas políticas de segurança pública implementadas em Salvador?
20. Considerando que muitos estudos levantaram que os jovens, pobres, negros, moradores de bairros populares têm sido as principais vítimas letais da violência em Salvador e em sua Região Metropolitana, o/a sr/sra considera que isto tem alguma implicação com questões raciais?
21. Tem notícias de grupos implicados com estas mortes na cidade de Salvador, e que tipo de ações estão sendo desenvolvidas para conter este tipo de crime?
22. Considera que precisa mudar algo em termos de segurança pública em Salvador?
23. Quem indicaria para ser entrevistado nesta pesquisa?

Muito obrigada pela entrevista!

Vilma Reis

Salvador, / /2003/2004/2005

Anexo 2 – Documentos Referentes à Polícia Militar

a) Estrutura Organizacional da PMBA em Salvador e na RMS

b) Atividades de policiamento sob a responsabilidade da PMBA:

- Policiamento Ostensivo Geral
- Policiamento de Trânsito
- Policiamento Rodoviário
- Policiamento Ambiental
- Policiamento de Guardas
- Policiamento de Radiopatrulha
- Policiamento em Motocicletas
- Policiamento a Cavalo

- Policiamento com Cães

- Atividades de Choque

ATIVIDADES DE POLÍCIA JUDICIÁRIA

ORGANOGRAMA DA POLÍCIA MILITAR

HOJE EXISTEM 27 CIPM

COMANDO DE POLICIAMENTO DA CAPITAL

EFETIVO PREVISTO 43.960

EFETIVO ATUAL - Oficiais – 1.779, Praças – 28.272 = Total – 30.051 + os 2 mil formandos = 32 mil, sendo 3000 mil mulheres

Implantação progressiva das unidades referência de polícia comunitária

- 1997 – 06 companhias independentes
- 2000 – 30 companhias independentes
- 2002 – 56 companhias independentes
- 2003 – 63 companhias independentes

34 – na RMS - 29 - na RI - Soma-se 23 Batalhões – evolução do modelo

- Vanguarda pelo modelo apresentado
policiamento comunitário aliado à qualidade

Conselhos Comunitários de Segurança – 124 já organizados em Salvador e no interior.

Se organizam através da Federação de Conselhos do Estado da Bahia